

M E N S A G E M

APRESENTADA A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
EM 21 DE ABRIL DE 1930
PELO
DR. WALTER JOBIM
GOVERNADOR DO ESTADO



PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

M E N S A G E M

APRESENTADA A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
EM 21 DE ABRIL DE 1950
PELO
DR. WALTER JOBIM
GOVERNADOR DO ESTADO



PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

INTRODUÇÃO	5
-------------------------	---

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Secretaria do Governo	25
Secretaria do Interior e Justiça	27
Procuradoria Geral do Estado	31
Departamento do Serviço Público	33
Departamento Estadual de Estatística	35

ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Civil	41
Brigada Militar	43

POLÍTICA SOCIAL

Secretaria de Educação e Cultura	49
Universidade do Rio Grande do Sul	61
Instituto Tecnológico	67
Departamento Estadual de Saúde	71
Instituto de Previdência	85

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Secretaria da Fazenda	91
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	109
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	123
Instituto do Arroz	125
Instituto de Carnes	129
Instituto do Vinho	131

OBRAS PÚBLICAS

Secretaria das Obras Públicas	139
Comissão Especial de Obras de Irrigação	149
Comissão Estadual de Energia Elétrica	155
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	161
Viação Férrea	165
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	171

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Em cumprimento ao dispositivo constitucional, tenho a honra de apresentar a esta Colenda Assembléia a exposição dos negócios do Estado e fazer, a respeito, as considerações que me são ditadas pelo patriotismo e pelo dever de lealdade e franqueza para com o povo rio-grandense.

Como verá este ilustre Plenário, a administração procurou produzir tanto quanto o permitiram as condições em que ainda vivemos, por efeito dos desajustamentos econômicos e financeiros acarretados pela guerra e que, muito embora atenuados, ainda persistem de modo sensível.

No âmbito da saúde pública e assistência social, procurou o Estado desincumbir-se com solicitude de seus encargos específicos, visando obter o máximo de rendimento técnico-assistencial dos recursos disponíveis. Com especial atenção resolveu, ou encaminhou à solução oportuna, diversas realizações e problemas de relevância fundamental, tanto no setor de seu aparelhamento sanitário como no dos serviços sociais, consoante se evidencia no capítulo relativo às atividades do Departamento Estadual de Saúde.

Dentre as providências efetuadas ou em andamento, após prévia planificação, devem ser referidas as tendentes à futura construção do Instituto de Pesquisas Biológicas e de uma nova Colônia Agrícola de Psicopatas, o pleno desenvolvimento da Campanha contra a Tuberculose, na Capital e no interior, a instalação de moderna Escola de Enfermagem, o incremento do combate a diversas endemias rurais, como a hidatidose e o tracoma, a inauguração das novas instalações do Centro de Saúde de Bagé, a organização de dispensários e postos de puericultura, a estruturação do quadro do Serviço Social de Menores, a solução final da questão com a Sociedade Humanitária Padre Cacique, a inauguração do Instituto Infantil de Ipanema e a maior cooperação e incentivo à ação da iniciativa particular no sentido de resolver problemas assistenciais e de caráter médico-social.

Nos serviços de higiene infantil, foram assistidas 64.106 crianças, distribuídos 517.187 litros de leite e efetuadas 254.974 vacinações.

Dos recém-nascidos, foram vacinados pelo BCG 20.956. Os serviços de doenças transmissíveis receberam 30.565 notificações e praticaram 554.318 imunizações.

No Estado existiam 254 hospitais civis, em 1949, contra 241 em 1948, com a capacidade total de 17.249 leitos, havendo assim um aumento de 1.293 leitos. Foram inaugurados 10 novos hospitais e voltaram a funcionar 3. Achavam-se em construção 52 e em ampliação 31.

A média diária de doentes hospitalizados no Hospital São Pedro, durante 1949, subiu a 2.871, enquanto que, no ano anterior, foi de 2.731.

O Serviço Social de Menores teve uma população flutuante de 3.230 assistidos, superando em 660 a do ano de 1948.

Os auxílios distribuídos a entidades assistenciais, que em 1948 haviam montado a Cr\$ 17.155.000,00, atingiram a importância de Cr\$ 20.330.000,00.

Deve-se ressaltar, por fim, que os índices de estatística vital, tanto global-

Saúde Pública e Assistência Social

mente no Estado como na Capital, apresentaram, em 1949, expressiva melhoria em confronto com os do ano anterior.

No município de Porto Alegre, cujos dados já estão completos, os coeficientes de nupcialidade e natalidade elevaram-se sensivelmente. De outro lado, verificou-se nítida queda nos coeficientes de mortalidade pela tuberculose e febre tifóide, reduzindo-se também a mortalidade infantil e o número de óbitos gerais.

Houve assim o crescimento natural de 3.446, com um índice vital de 165,5, o mais favorável do último quinquênio.

E' de ressaltar a colaboração que, nesse setor, tem prestado ao Estado a União Federal, através do Ministério de Educação e Saúde e de órgãos específicos, com os quais sempre se tem articulado o Departamento Estadual de Saúde.

Plano de Ele- trificação

O Governo do Estado vem desenvolvendo constantes esforços no sentido da execução gradativa do Plano de Eletrificação.

Ainda que, pelo seu vulto e pela circunstância de reclamar investimentos financeiros consideráveis, seja tarefa difícil em emergências como a atual, tenho entendido que é preciso mobilizar todo o empenho da administração para que as obras em execução não sofram paralização ou reduções sensíveis no seu andamento.

Quem quer que observe a situação do Estado no que tange ao desenvolvimento industrial, não pode ter dois pontos-de-vista: ou eletrificamos, ou continuamos em ritmo lento o progresso do Estado.

A cooperação da União se tem feito sentir de modo significativo, seja na execução das barragens de Capigui, concluída, Salto, em fase final, Ernestina, iniciada, e Jacui, em concorrência, seja no financiamento das barragens das usinas secundárias, nos termos do convênio firmado em 1946.

Enquanto a primeira etapa se aproxima de final conclusão, estudos e preparativos para a segunda etapa se vão desenvolvendo, já que, em face das solicitações de energia elétrica, não será possível deixar de prosseguir na ampliação do sistema de suprimento de kwh ao Rio Grande do Sul.

A parte especial da presente Mensagem pormenoriza êsses vários aspectos.

Não quero, entretanto, encerrar estas considerações sobre o Plano de Eletrificação, sem referir sucintamente a esta Colenda Assembléia o que já foi feito.

A primeira etapa do Plano de Eletrificação do Estado se acha em plena execução e será, em grande parte, inaugurada ainda no presente ano.

A primeira usina hidroelétrica do Plano, inaugurada em 30 de dezembro de 1948, a usina do Passo do Inferno, fornece eletricidade a Caxias do Sul, em conexão com o sistema de S. Leopoldo e Novo Hamburgo, já havendo produzida, até fins de 1949, 8.245.300 kwh. Tem sido, assim, sensível o reforço que levou aos grupos termoelétricos de emergência instalados em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Caxias.

A usina do Rio dos Touros, situada no município de Bom Jesus, está quase concluída, inclusive a linha de alta tensão até a cidade, devendo ser inaugurada no próximo mês.

A usina hidroelétrica do Ivaí, situada no município de Júlio de Castilhos e que fornecerá energia a êsse município e ao de Tupanciretã, está em vias de conclusão, inclusive a sub-estação e a linha de alta tensão. Será também inaugurada em maio.

A usina hidroelétrica de Forquilha, que servirá aos municípios de Erchim, Marcelino Ramos e distritos de Lagoa Vermelha, está quase ultimada, com sub-estações e linhas de alta tensão, devendo, possivelmente, ser inaugurada no semestre em curso.

A usina hidroelétrica do Ijuí, que atenderá os municípios de Santo Angelo e Santa Rosa, está com a sua construção muito avançada, inclusive as sub-estações e linhas de alta tensão, devendo ser inaugurada no mês de junho próximo.

A usina hidroelétrica do Saltinho, destinada a fornecer energia aos municípios de Vacaria, Veranópolis, Antônio Prado e Nova Prata, está quase concluída, inclusive boa parte das linhas de alta tensão, prevendo-se a sua inauguração até agosto do corrente ano.

A usina hidroelétrica do Guarita, que servirá os municípios de Palmeira, Iraí e Três Passos, está com sua construção adiantada, inclusive as obras do túnel, estando previsto o seu funcionamento para dezembro do corrente ano.

Estão em pleno andamento os serviços de construção da usina dos Bugres, a qual completará as obras da barragem e túnel do Salto, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. A respectiva maquinaria deverá ser entregue pelos fornecedores em fins do corrente ano. Pode-se prever o término das obras para o primeiro semestre de 1951.

A usina de São Jerônimo, localizada no município do mesmo nome, possuirá caldeiras apropriadas à queima de carvão nacional. Reforçará o sistema dos Bugres e permitirá o fornecimento de energia elétrica aos municípios do vale do Taquari, inclusive Santa Cruz. Será iniciada este ano a montagem das caldeiras e máquinas.

A usina de Capigui, interconectada com a de Ernestina, cuja barragem já foi iniciada pelo Governo Federal, permitirá o fornecimento de energia elétrica aos municípios de Sarandi, Carasinho, Soledade, Passo Fundo, Guaporé, Lagoa Vermelha e Getúlio Vargas. Para compra da respectiva maquinaria, foram fechados contratos no valor de Cr\$ 3.051.960,00.

Os serviços industriais acusam, resumidamente, o seguinte movimento:

	1947	1948	1949
Produção em kwh	21.129.255	22.879.651	34.840.770
HP ligados	13.386,22	15.477,15	18.452,83
kw instalados em usinas	4.720	7.040	13.320

Foram construídos 521 km de linhas de alta tensão.

Foram feitos 224 furos de sondagens, num total de 2.724 metros.

O levantamento das terras a desapropriar foi de 6.164.627 m²; o das bacias de acumulação, de 29.678.373 m²; e o de rios, estradas e canais, de 372.198 m².

Fez-se o tombamento dos serviços em cidades, vilas e povoados, num total de 106.

A seção de contabilidade apresentou o seguinte movimento financeiro bruto: em 1947, Cr\$ 41.737.738,40; em 1948, Cr\$ 85.960.532,70, e em 1949, Cr\$ 194.838.562,80.

De singular relevância é o serviço rodoviário no desenvolvimento econômico e social de um país.

Nenhum outro permite tão rápido e seguro desenvolvimento das regiões que atravessa, estimulando e valorizando o trabalho do homem.

Obedecendo a um plano rigorosamente técnico, que se vem desdobrando e executando, com segurança e rigor, mercê dos recursos que lhe têm sido outorgados, o DNER vem cumprindo satisfatoriamente o seu programa de trabalho.

Basta lembrar que, num decênio, do último degrau na ordem das unidades brasileiras, já ocupa, destacadamente, o segundo posto na Federação.

Sua rede consolidada e conservada atinge a 6.300 km, absorvendo a metade da dotação orçamentária.

Sua receita, formada de contribuições do Estado e da União, foi a seguinte:

Em 1947	92.500.000,00
Em 1948	95.000.000,00
Em 1949	116.000.000,00
Em 1950	147.000.000,00

Serviço
Rodoviário

Terminada a guerra, estava o DAER com todo o seu equipamento desgastado, devido à impossibilidade de renovação.

Ingente foi o esforço desenvolvido no último triênio para a reposição do equipamento, de forma a atender as exigências do tráfego cada vez mais intenso.

É de notório conhecimento a modificação progressiva no após-guerra, quanto à utilização de veículos pesados e de grande velocidade.

Esses fatores são exatamente os que mais exigem das rodovias, pois determinam melhoria de condições técnicas, de pavimentos, pontes e intensificação de conservação.

De eloquência expressiva para atestar o progresso das nossas rodovias, é o serviço de transportes coletivos, graças à iniciativa particular, que hoje se expande por quase todo o Estado:

	Em 1946	Em 1949
Linhas atendidas	325	425
Veículos em uso:		
a) comuns	577	711
b) superluxo	—	25
Estações rodoviárias	170	280

O ponto de aferição mais expressivo desse desenvolvimento é, porém, o referente ao número de passageiros transportados:

Em 1946 o movimento foi de	8.477.795 pessoas
Em 1949 o movimento foi de	13.600.000 pessoas

Em cumprimento ao plano rodoviário do Estado, estão em execução as seguintes estradas:

a) CONSTRUÇÃO

Gravataí-Taquara-São Francisco de Paula;
 Nova Petrópolis-Canela;
 Variante do Cadeia, na estrada São Leopoldo-Cai;
 Variante da Adolorata, na estrada Bento Gonçalves-Veranópolis;
 Viamão-Palmares;
 Gil-Triunfo;
 São Luiz-São Borja;
 Cruz Alta-Panamby;
 Santa Maria-São Pedro-São Francisco de Assis;
 Santo Angelo-Cerro Largo;
 Blau Nunes-Palmeira (reconstrução);
 São Francisco de Paula-Canela (reconstrução);
 São Francisco de Paula-Cambará (reconstrução);
 Bagé-Seival;
 Reversa-Bom Retiro.

b) PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

São Leopoldo-São Sebastião do Cai;
 Porto Alegre-Tramandaí.

c) PONTES

1) — Construídas:
 Boa Vista, na estrada Estrela Mussum;

Jacarêzinho e Palmas, na estrada Lajeado-Encantado;
 Piratini, na estrada Pelotas-Jaguarão;
 Santa Barbara, na estrada Santa Maria-Caçapava;
 Passo da Areia, na estrada Santa Maria-São Pedro;
 Inhacundá e Miracatú, na estrada S. Francisco de Assis-Alegrete;
 Cadeia, na estrada São Leopoldo-Caí;
 Ligeiro, na estrada Marcelino Ramos-Sananduva;
 Pirai, na estrada Bagé-Caçapava;
 Retiro, na estrada Veranópolis-Nova Prata;
 Passo dos Ferreiros, na estrada Gravataí-Taquara.

2) — Em construção:

Ibicuí, na estrada Santa Maria-Alegrete (em cooperação com o DNER);
 Caí, na estrada São Leopoldo-Montenegro;
 Sinos, na estrada Pôrto Alegre-Taquara;
 reinício da ponte sobre o rio das Antas, na estrada Bento Gonçalves-Veranópolis;
 Rio da Varzea, na estrada Palmeira-Iraí;
 Imbahá, na estrada Uruguaiana-Itaqui;
 e inúmeros pontilhões de madeira em diversos trechos da rede do DAER.

De grande significação são as obras em estradas federais, que o DAER vem realizando, por delegação do DNER.

Obras em estradas do Plano Rodoviário Nacional

Estão em construção as seguintes rodovias:

Pôrto Alegre-Uruguaiana;
 Pôrto Alegre-Jaguarão;
 Bagé-Aceguá;
 Osório-Tôrres;
 Rio Grande-Santa Vitória-Chuí;
 Uruguaiana-Barra do Quarai;
 Pelotas-Pinheiro Machado-Bagé;
 Transbrasiliana (trecho Livramento-São Gabriel — estudos);
 conservação das pontes internacionais Mauá e General Justo.

Os trabalhos até agora realizados compreendem mais de 1.000 km projetados, dos quais cerca de 250 km já estão executados; mais de 1.500m de pontes projetadas, dos quais aproximadamente 900m estão em execução, cumprindo destacar as pontes sobre o rio Camaquã, na ER. Pôrto Alegre-Jaguarão, o Arroio dos Ratos, na ER. Pôrto Alegre-Uruguaiana, e o Rio Negro, na ER. Bagé-Aceguá e Mampituba, na ER. Osório-Tôrres.

As dotações federais atingiram os seguintes valores:

1947	Cr\$	7.700.000,00
1948	Cr\$	26.000.000,00
1949	Cr\$	63.200.000,00
1950	Cr\$	101.000.000,00

Mau grado a escassês das verbas orçamentárias destinadas ao serviço de obras públicas, grande foi o esforço desenvolvido nesse setor.

Obras Públicas

Pelo serviço de Viação Fluvial, que tem a seu cargo a conservação dos canais internos aos portos de Pelotas e Pôrto Alegre e outros, de 1947 a 1949, foram dragados 2.543.688 m³, com uma despesa global, em 1947, de Cr\$... 7.842.900,00; em 1948, de Cr\$ 5.634.017,50; e, em 1949, de Cr\$ 12.406.824,30.

A despesa de balizamento, no triênio, foi de Cr\$ 3.188.069,70, ascendendo a de conservação e restauração do material naval, no mesmo período, a Cr\$ 25.433.638,80.

As obras do porto do Barquinho, velha aspiração do município de São José do Norte, foram iniciadas em 1949, sendo despendida a soma de Cr\$ 1.451.093,00.

É lisonjeiro referir que os canais do rio Guaíba estão integralmente restabelecidos, com 5,50m de profundidade e 80m de largura.

Pôrto e Barra do Rio Grande

O volume total de dragagem na baía do novo pôrto, cais de saneamento, canal de acesso e canal do Rio Grande, foi, no triênio de 1.177.010m³.

Na consolidação dos molhes da barra do Rio Grande, foram empregadas 8.677 toneladas de pedra.

A lage de revestimento da plataforma foi de 1.065,66 m².

A pedreira do Capão do Leão, produziu, no triênio, 48.003 toneladas.

Edifícios Públicos

Em 1947, foram iniciadas 31 obras novas, no valor de Cr\$ 19.754.642,60, e 133 serviços diversos de conservação e reforma, no montante de Cr\$ 3.959.699,00.

A natureza das obras novas foi a seguinte: 18 grupos escolares, 7 foros, 1 exatoria, 1 centro de saúde, Pavilhão Amparo Santa Cruz, Colônia Penal, restauração do edifício da Assembléia Legislativa e ultimação do Palácio do Governo.

Os principais projetos em andamento foram: Penitenciária Central do Estado, colégios tipo rural, 5 delegacias de polícia, 6 grupos escolares, Centro Administrativo de Pôrto Alegre, 2 escolas normais e 3 foros.

Em 1948, foram iniciadas 18 obras novas, no valor de Cr\$ 13.128.540,30, tendo os serviços de conservação e reforma, em número de 102, importado em Cr\$ 3.974.293,00.

As obras novas em andamento foram: 10 grupos escolares, 4 foros, 1 centro de saúde, pavilhão do Hospital São Pedro e Balneário do Iraí.

Nesse mesmo ano, foram os seguintes os projetos em andamento: 2 escolas normais, 3 delegacias de polícia, 1 fóro, cozinha central da Sopa Escolar, escolas rurais, 7 grupos escolares, 1 mercado público e 2 ginásios estaduais.

Em 1949, tiveram início 23 obras novas, no valor de Cr\$ 16.210.563,30, e foram executados 79 serviços de conservação e reformas, no valor de Cr\$ 3.332.516,30.

O número e natureza das obras novas em andamento foram: 10 grupos escolares, cozinha central da Sopa Escolar, ultimação do Palácio do Governo, Arquivo Público, 2 pavilhões de Educação Física, 4 foros, usina elétrica de Tôrres, Balneário do Iraí e 1 exatoria.

Os principais projetos em andamento, em 1949, foram: 1 fóro, 6 grupos escolares, Imprensa Oficial, 2 presídios municipais, 3 ginásios e Auditório Carlos Gomes.

Eletricidade e Forças Hidráulicas

No triênio, foram executadas 87 reparações gerais das instalações elétricas de edifícios públicos, bem como 33 novas instalações. Construiu-se uma usina elétrica em Tôrres. Elaboraram-se 155 estudos, projetos e orçamentos, fazendo-se inspeção e fiscalização de instalações elétricas, eletromecânicas estaduais e municipais e efetuaram-se 19 levantamentos topográficos.

Saneamento e Urbanismo

O plano geral de saneamento e urbanismo do Estado vai sendo continuado, sem interrupções, de conformidade com os recursos financeiros que lhe são consignados.

Durante o triênio, o movimento foi o seguinte:

Número de projetos de abastecimento d'água	23
" " serviços de esgoto cloacal	2
" " levantamentos topográficos e cadastrais	33
" " expedientes urbanos elaborados	18
" " pré-planos de urbanismo	20
" " Prefeituras que receberam assistência técnica	36
" " cidades onde estão sendo construídos serviços de abastecimento d'água	12
" " cidades onde estão sendo executadas obras de esgoto cloacal	2
" " obras de abastecimento d'água concluídas	5
" " cidades cujos serviços de água e esgoto estão a cargo do Estado	6
" " cidades cujos serviços de água estão entregues ao Estado	11

Importância despendida com a execução das obras de abastecimento d'água e de serviços de esgoto:

Em 1947	Cr\$ 21.283.293,40
Em 1948	Cr\$ 15.743.560,10
Em 1949	Cr\$ 18.376.437,10
TOTAL	Cr\$ 55.403.290,60

As cidades onde estão sendo construídas obras de abastecimento d'água são as seguintes: Bento Gonçalves, Erechim, Novo Hamburgo, Canoas e Arroio Grande, achando-se em fase final os serviços de água e esgotos de Passo Fundo e Santa Cruz.

Na primeira Mensagem que li perante esta Casa, em 21 de abril de 1948, tive ensejo de dedicar um capítulo especial aos transportes aéreos, cujas necessidades acentuei. Em face do vulto do desenvolvimento aviatório em nosso Estado e dos contínuos apêlos de quase todos os municípios, solicitando assistência e cooperação do Governo, encaminhamos a esta Egrégia Assembléia o projeto de criação do Serviço Aeroviário do Estado.

As atividades nesse setor foram iniciadas em 1949, tendo sido realizados, em cooperação com o DAER, os seguintes trabalhos, que, se constituem pouco ainda, são, no entanto, um índice de que a tarefa foi iniciada:

Aeroportos atendidos	12 (Em 17 existentes)
Aeródromos atendidos	10 (Em 32 existentes)
Área trabalhada em pistas e vias de acesso aos campos de pouso	879.000 m ²
Volume de material escavado	131.130 m ³
Volume de material transportado	120.070 m ³
Volume de material extraído	4.740 m ³
Volume de material aplicado	139.270 m ³

O Departamento Autônomo de Carvão Mineral promoveu o trabalho de sondagens, identificando uma reserva de cerca de oitenta milhões de toneladas, numa área de 10.000 hectares.

O número de sondagens foi de 241, com um total de 11.000 metros perfurados.

A produção de carvão, nas Minas do Leão e de Hulha Negra, em 1949, atingiu a 87.201.877 toneladas.

Obras de aeroportos e vias de acesso

Departamento Autônomo de Carvão Mineral

Constatou-se um acréscimo de dez mil toneladas sobre o ano anterior. A exploração a céu aberto, com duas Bucyrus 54-B, de 2 ½ jardas cúbicas, aumentou apreciavelmente, contribuindo com cerca de 50% da produção das Minas do Leão.

A realização de concorrência para a montagem, pelo Departamento Federal de Estradas de Ferro, em cooperação com o Estado, de uma central termoelétrica em Candiota, no município de Bagé, abre novas perspectivas para o problema carbonífero na zona fronteira do Estado: ao invés de transportarmos carvão, teremos a transmissão da eletricidade a grandes distâncias, para a tração ferroviária, a movimentação das indústrias, a iluminação das cidades, as aplicações domésticas e as próprias atividades agropecuárias.

Obras de irrigação

Dentre os empreendimentos de maior relevância para o desenvolvimento econômico do Estado, figura, quicá em primeiro plano, o vasto programa de obras de barragens para a irrigação das lavouras.

Ainda este ano, foi o Estado novamente assolado por prolongada estiagem, ocasionando consideráveis prejuízos à sua vida econômica.

Não é possível prosseguir nesse empirismo agrário, onde todo o esforço do homem fica sujeito às incertezas do tempo, por vezes malbaratado inteiramente.

Tratando-se de obras de grande vulto, que demandam consideráveis inversões de capital, não poderiam ser executadas dentro dos recursos orçamentários ordinários, já inteiramente absorvidos, como tivemos ocasião de ressaltar.

Dai o entendimento feito com o Governo Federal para que, no Plano SALTE fosse consignada a verba necessária a fim de se dar execução aos projetos já concluídos.

Por sua reprodutividade, as obras asseguram a plena garantia dos financiamentos.

A taxa de irrigação atenderá a êsses encargos e à conservação dos serviços.

De outra parte, a imensa produção assegurará o fornecimento normal dos mercados internos, com redução sensível de preços, permitindo sobras apreciáveis para a exportação.

Foram feitos os seguintes trabalhos:

Reservatório do Iruí. — Situado nos municípios de Rio Pardo e Cachoeira, compreende a execução dos levantamentos topográficos do local da barragem, bacias vertente e de acumulação e dos canais de irrigação, a elaboração do projeto da barragem de terra e demais obras acessórias e o estudo agrológico do terreno.

Em 1948, procedeu-se à locação dos canais de irrigação, ao reestudo e conclusão do projeto.

Em 1949, procedeu-se à locação e levantamento das áreas irrigáveis e ao estudo edafológico da região.

A área de irrigação é de 40 mil hectares.

O custo total da obra será de 75 milhões de cruzeiros.

O escoamento da produção poderá ser feito por água pelo rio Jacuí, pela via férrea, na cidade de Rio Pardo, e pela rodovia Porto Alegre-Uruguaiana.

Reservatório do Duro. — Fica localizado no município de Camaquã, nas proximidades da cidade.

Em 1947, foram iniciados os levantamentos topográficos e elaborado o anteprojeto maciço da barragem de terra.

Em 1948, prosseguiram os levantamentos, sendo procedidos o estudo hidrológico do reservatório, a elaboração do projeto e demais obras acessórias.

Em 1949, foi feito o reestudo do projeto, visando o aproveitamento das terras do Banhado do Colégio e a organização do projeto de drenagem dessa área.

A área de irrigação é de 35 mil hectares.

O seu custo é estimado em 53 milhões de cruzeiros.

O escoamento da produção será feito por via terrestre, pela rodovia Porto Alegre-Pelotas, ou via fluvial, pela Lagoa dos Patos.

Reservatório do Ibirapuitã. — Ficarà localizado no município de Alegrete.

Sua construção modificarà inteiramente o panorama econômico daquela região fronteiriça, em que predomina o pastoreio.

A sua capacidade será de cerca de um bilhão de metro cúbicos, podendo assegurar uma imensa produção agrícola nas terras dos vales do Ibirapuitã, Caverá e Ibicuí, e prestar o maior auxílio à pecuária nas épocas da seca.

De outro lado, permitirá o aproveitamento de força elétrica, de um potencial de quase 8.000 HP, tanto para a cidade como para a vida rural.

A extensão da área a irrigar, por esse reservatório, será de 80 mil hectares.

O custo do empreendimento é estimado em 150 milhões de cruzeiros.

Já foram executados os trabalhos preliminares de campo, levantamento das bacias, vertente e hidráulica, havendo sido elaborado o anteprojeto de barragem de alvenaria de pedra.

Reservatório do Vacacaí. — Ficarà localizado junto à cidade de São Gabriel, devendo ser de 300 milhões de metros cúbicos a sua capacidade.

Além da energia elétrica, destinada a beneficiar também a zona rural, terá por objetivo a regularização das cheias do Vacacaí, o aproveitamento, em qualquer época, de suas terras marginais e o abastecimento d'água àquela cidade, que luta com a sua escassez durante as estiagens.

A área a irrigar será de 60 mil hectares, sendo o custo do reservatório estimado em 60 milhões de cruzeiros.

Foram executados os levantamentos topográficos e o estudo hidrológico da zona. Elaborou-se o plano geral de irrigação e o anteprojeto da barragem de alvenaria de pedra e demais obras acessórias.

Reservatório do Divisa. — Sua construção é prevista nas proximidades da cidade do Rosário, permitindo a irrigação de uma área de 16 mil hectares.

Seu valor econômico é considerável, pois assegurará produção permanente para o Frigorífico Swift e abastecimento da cidade.

Só o trabalho contínuo do Frigorífico resolverá o problema social dos trabalhadores em carnes e derivados, nos chamados períodos das safras secas.

Foi procedida a execução de levantamentos topográficos e a elaboração de uma barragem de terra, fazendo-se, outrossim, a locação dos canais de irrigação e a execução do projeto completo da barragem, canais e demais obras, bem como o estudo das terras.

Seu custo é estimado em 25,5 milhões de cruzeiros.

Projetos diversos. — Foram feitos levantamentos, topográficos da zona de uma barragem no Capivari, município de Osório, e no arroio Castelhana, município de Venâncio Aires, e o da zona de influência de uma barragem no arroio Taquarembó, no município de Dom Pedrito.

Embora as presentes circunstâncias de ordem financeira não tenham permitido executar os grandes projetos elaborados, estou certo de que o Rio Grande do Sul não deixará de concretizar, tão logo seja possível, esses empreendimentos, que terão inestimável repercussão social e econômica.

No lugar próprio, exponho, a breves traços, os animadores frutos que o Instituto do Arroz vem colhendo em duas experiências triunfantes: as barragens do Sanchuri e do Canapé.

Dentre as preocupações dominantes do poder público, avulta, hoje, a agricultura, já que é através dela — no seu duplo aspecto, de lavoura e criação — que se assegura às populações o necessário abastecimento.

Não tem o Governo descurado esse importante setor. Antes, o que vem sendo realizado é de molde a recomendar ao reconhecimento público uma plêiade de dedicados técnicos, merecedores de cujos esforços vão sendo colhidos os mais animadores resultados.

Os frutos dos trabalhos de defesa sanitária animal são, hoje, os mais alentadores, podendo a economia pastoril do Estado considerar-se em fase de franca libertação de alguns dos males crônicos das nossas fazendas.

Assim, a erradicação da sarna ovina é um dos pontos altos da campanha de saneamento dos rebanhos. Não será exagero dizer que, nos rebanhos ovinos atacados de sarna, em cada animal se perdem Cr\$ 20.00, pela lã que dele se desprende, sem falar nas demais consequências da sarna: descrédito do produto nos mercados compradores, mortandade de cordeiros por ocasião do aleitamento, emagrecimento acentuado do animal, etc. Hoje, metade dos rebanhos ovinos do Estado se acha saneada, acreditando-se que mais de Cr\$ 50.000.000,00 de prejuízos sejam evitados, por ano, atualmente, só em razão dos trabalhos de erradicação da sarna, que atingiam 3.127.676 cabeças, em 4.667 estabelecimentos, em 1947, e passaram a abranger 4.765.351 cabeças e 5.199 estabelecimentos em 1949.

Não menores eram os efeitos da aftosa, que ataca de preferência os bovinos. O Instituto Desidério Finamor fez-se o grande centro de luta contra a febre aftosa no Rio Grande do Sul, intensificando-se a produção de vacinas, que, de 986.220 doses em 1947, se elevou para 1.436.000 doses em 1949.

O Serviço de Inspeção Veterinária, tendo atendido 14.311 chamados em 1947, atendeu 21.705 em 1949.

Na luta contra a peste suína, que irrompeu em 13 municípios em 1948 e em apenas 4 em 1949, patenteou-se o êxito da ação do Governo, que levou a sua assistência pronta e eficiente às zonas infestadas.

No setor da lavoura, não têm sido poupados esforços no sentido do fomento da produção, tendo em vista não só a quantidade, mas também a qualidade.

Sem me deter nas várias culturas, que a parte especial desta Mensagem explana convenientemente, direi a esta Colenda Assembléia que, hoje, a batalha do trigo vai num crescendo que anima e empolga.

Só em Bagé, a produção tritícola, que em 1929 era de apenas 3.000 sacos — ou equivalente a Cr\$ 525.000,00 ao preço de hoje —, agora ascende a 140.000 sacos, ou Cr\$ 24.500.000,00!

As novas variedades de sementes — “Fronteira”, “Rio Negro”, “Frontana”, “Negroz”, “Patriarca”, “Alegrete”, “Trapeano” e outras, — têm aberto possibilidades cada vez mais amplas à política tritícola, à qual não tem faltado, de outro lado, a cooperação decidida do Ministério da Agricultura.

O aparecimento dos “Comandos agrários”, seja os da Secretaria da Agricultura, seja os do Ministério, seja, ainda, os que a iniciativa particular vai organizando, tem constituído grande passo no sentido do maior progresso da lavoura gaúcha, a que o Estado não tem faltado com o seu apoio e a sua colaboração permanentes.

Educação

No campo do ensino público, talvez mais do que em outro qualquer setor, existe flagrante desproporção entre o que importa e o que é possível realizar, para atender aos encargos do Estado.

Em geral, não se comensura o trabalho educacional às exigências do momento, quer diante de obstáculos de ordem financeira, que impedem a obtenção de meios para o desenvolvimento, em razoáveis proporções, do sistema estadual de ensino, quer diante de embaraços postos aos serviços de administração, com a impossibilidade de se preencherem cargos burocráticos.

No ensino primário, aos esforços do Estado para intensificar os serviços, tem-se oposto, ainda, a insuficiência de professores. Dos candidatos que se classificaram nos concursos realizados nos últimos três anos, apenas 569 aceitaram designação. Nesse mesmo período, porém, o número de desinvestiduras, no quadro do magistério, por exoneração a pedido, aposentadoria ou morte, ascendeu a 296. O aumento real do quadro esteve, pois, aquém das necessida-

des do ensino, nem correspondeu ao crescimento, seja de unidades escolares, seja da matrícula.

A abertura de novas escolas, bem como a reabertura de unidades fechadas por falta ou de prédio ou de professores, atestam, contudo, o empenho do poder público em acudir, na medida das possibilidades, à difusão do ensino primário. De 807 escolas em 1947, passou a rede do ensino primário a compor-se, em 1950, de 857 unidades, devendo a esse número acrescentar-se 77 escolas primárias rurais, que estão sendo instaladas e providas de professores.

Como ação paralela ao do ensino primário, desenvolveu-se a campanha de alfabetização de adolescentes e adultos. As classes supletivas que, em 1946, eram em número de 389, elevaram-se, em 1947, 1948 e 1949, respectivamente, a 1.147, 1.531 e 1.361, inclusive as mantidas com auxílio do Governo Federal. Nas Escolas Regimentais o número de classes, nos mesmos anos, foi, respectivamente, de 136, 213 e 242. A matrícula total nas classes supletivas, em 1947, chegou a 24.429 alunos; em 1949, a 36.979.

Em 1947, entraram a funcionar oito cursos oficiais de formação de professores primários. No ano anterior, se achavam em atividade, apenas, os cursos existentes no Instituto de Educação e nas Escolas Normais de Alegrete e Santa Maria, já porque ainda não havia sido instalada a Escola Normal de Cruz Alta, então criada, já porque nas demais Escolas Normais tinham sido eles interrompidos, a fim de se adaptarem às exigências da reforma do ensino.

Em sistema de cooperação com o Estado, funcionavam, de outra parte, em 1947, 12 Escolas Normais Particulares, tendo o número dessas escolas subido, em 1949, para 21.

Em face da dificuldade, já assinalada, de se recrutarem professores para o ensino primário, tem o Estado, não só procurado estimular a iniciativa privada, no sentido de colaborar para a formação de professores, como adotou, ainda, quanto ao provimento de vagas nas escolas do interior, medida de emergência, qual a de contratar, para o desempenho do magistério nessas unidades de ensino, elementos não diplomados, desde que satisfaçam os requisitos estabelecidos no ato legislativo em que se autoriza essa providência.

Passaram a funcionar, sob a atual administração, sete novos estabelecimentos de ensino secundário, seis criados ou encampados em novembro de 1946, e um, o Colégio de Alegrete, instituído em 1949.

Nos quatro estabelecimentos, que integram o ensino profissional, a matrícula verificada em 1950 subiu a 1.140 alunos, contra 688, em 1947, diplomando-se, nos cursos técnicos, agrotécnicos, de artífices, de mestres agrícolas e de artesãos, nos anos de 1947, 1948 e 1949, respectivamente, 73, 130 e 185 alunos. Mais de dois milhões de cruzeiros se empregaram, nesse período, na ampliação e reaparelhamento das escolas técnicas.

No serviço de assistência ao escolar, cumpre enumerar a instalação, entre 1947 e 1950, de 56 consultórios médicos e de 12 gabinetes dentários. Nessa linha de atividade se inserem, assim, as Colônias de Férias, como a distribuição da Sopa Escolar. Isto constituía, em 1947, encargo parcial do Estado, mas, desde o ano de 1948, em Porto Alegre, vem sendo fornecida, exclusivamente, a suas expensas. A despesa com esse serviço, agora extensivo a quase todo o território rio-grandense, elevou-se da soma de Cr\$ 125.000,00, assinalada naquele ano, para a de Cr\$ 1.477.000,00, registrada em 1949.

Não tem permitido a situação financeira do Estado se destine à construção de prédios escolares, nem mesmo o mínimo reclamado pelas necessidades mais urgentes. A solução desse problema não pode resultar, unicamente, de recursos consignados no orçamento. O plano de construção deve, ao invés, ser executado com recursos conseguidos mediante empréstimo, de modo que o ônus dele decorrente se distribua por exercícios sucessivos.

A medida inicial do Governo, ao enfrentar o problema, consistiu em últi-

mar plano de construções elaborado por administrações anteriores. Como resultado desse trabalho, foram concluídos os edifícios de oito grupos escolares, que, em março de 1947, estavam em construção, realizando-se, quanto ao mesmo plano, inteiramente sob o Governo atual, as obras de construção de três grupos escolares.

Com reduzidos recursos obtidos nos anos de 1948 e 1949, teve começo a execução de novo plano de construção, achando-se já terminado um grupo escolar, ao passo que outros, entre os quais os grupos escolares de Santa Maria (Grupo Escolar Coronel Pilar), Canguçu, Triunfo, General Vargas e Canoas (Vila Niterói), estão em andamento, devendo concluir-se em 1950. Está prestes a iniciar-se, também, a construção do grupo escolar de Palmeira de Missões, e será aberta, até maio deste ano, concorrência pública para a construção das unidades escolares de Lagoa Vermelha, Roca Sales e Maquiné.

Depende, ou de conclusão dos projetos, já em elaboração, ou de novos recursos financeiros, a abertura da concorrência para construção dos grupos escolares de Pauambi, Sobradinho, Formigueiro, D. Feliciano, Cacequi, Galópolis, Canoas (sede) e Herval. Condiciona-se, por igual, à obtenção de recursos financeiros a construção dos prédios do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, do Ginásio Noturno D. João Becker e das Escolas Normais de Cruz Alta, Passo Fundo e Caxias do Sul.

Especial cuidado vem sendo dispensado aos prédios rurais, com residência para o professor. Parte dos recursos para a construção desses prédios proveio dos créditos especiais de Cr\$ 8.000.000,00 e Cr\$ 5.800.000,00, abertos, em 1948 e 1949. Outra parte dimanou da contribuição do Governo Federal, que, na conformidade de convênios celebrados com o Estado, obrigou-se a concorrer com Cr\$ 50.000,00 ou 60.000,00 por escola. O custo dessas escolas ascende, em média, porém, a Cr\$ 130.000,00. Cumpre salientar que a construção dos prédios rurais se executa, ainda, mediante a cooperação das Prefeituras Municipais ou da Secretaria de Obras Públicas.

Das 258 escolas rurais previstas nesse plano, construíram-se, até agora, 93, acham-se em vias de conclusão 9 e, em construção adiantada, 36. Nessas escalas, o Estado já despendeu Cr\$ 6.440.650,30. Se fôrem alcançados os recursos necessários, para que se prossiga na execução do plano, será possível concluir as 258 escolas rurais, até janeiro de 1951.

Não é preciso acentuar o que isso representará, como meio de fazermos efetiva, no Estado, a educação rural.

Em face da necessidade de vitalizar econômica, social e culturalmente as populações do interior, para que não se agravem os efeitos da fuga do homem do campo em demanda das cidades, têm as administrações de voltar suas atenções cada vez mais para a escola.

Esse esforço, entretanto, é dos que mais exigem em trabalho e em recursos. Nunca será possível fixar convenientemente o professorado nas escolas propriamente rurais, se não lhe fôr assegurado um padrão razoável de bem-estar e conforto.

Do outro lado, é preciso que a infância tenha ambientes sadios de estudo, dotados de um mínimo de requisitos de higiene e de estética, para que procurem levar aos seus lares, nas regiões menos evoluídas, aquelas mesmas condições.

Política educacional e de valorização do campo, essa preocupação se acentua cada vez mais e fará, não tenhamos dúvidas, a transformação fecunda do cenário cultural do ruralismo rio-grandense.

Não pode haver boa administração sem boa finança. Sempre o entendi assim e, por isso, nunca deixei de fazer as advertências que a situação ia indicando, nem descurei as providências que se mostraram viáveis.

Os quadros da Secretaria da Fazenda esclarecem devidamente a situação financeira do Estado, no triênio de 1947/1949, e reclamam, sem dúvida, atento exame.

Mais do que palavras, servem os algarismos para traduzir a realidade da hora presente e as dificuldades que devem ser obviadas e dominadas, para o bom êxito da administração e para o prosseguimento das obras essenciais.

Em 1947, a receita geral do Estado foi orçada em Cr\$ 1.171.487.128,00, importando a arrecadação em Cr\$ 1.298.657.505,90, vale dizer, obtendo-se uma receita a maior, de Cr\$ 127.170.467,90.

Em 1948, a receita orçada foi de Cr\$ 1.532.558.000,00, e a arrecadada, Cr\$ 1.635.690.881,20, ascendendo a arrecadação a maior, a Cr\$ 103.132.881,20.

Em 1949, a receita orçada foi de Cr\$ 1.762.787.000,00, importando a arrecadação em Cr\$ 1.660.000,00, números redondos, havendo, assim, uma arrecadação a menor, de mais de Cr\$ 100.000.000,00.

Eis aí, de um lado, a razão primordial da deficiência financeira do Tesouro público para atender, com a normalidade costumeira, os seus encargos. A arrecadação prevista não foi atingida e, assim, não houve como fazer face aos novos encargos da despesa pública.

Confrontemos, agora, Senhores Deputados, a despesa realizada nos referidos exercícios:

Em 1947,	foi de	Cr\$	1.472.570.079,00	
Em 1948,	" "	"	1.675.591.044,00	
Em 1949,	" "	"	1.964.000.000,00	
Em 1950,	é	" "	1.955.793.639,00	a despesa prevista.

Um ligeiro confronto de algarismos assinala, dentre as causas preponderantes dêsse desequilíbrio insustentável de orçamento público, a majoração crescente das despesas com o funcionalismo público, sem a previsão correspondente de receita.

Tôda a majoração de impostos e taxas, a partir de 1947, efetivada para restabelecimento do equilíbrio financeiro, e tôda a arrecadação a maior, resultante do crescimento vegetativo, foram absorvidas integralmente, já não bastando para acudir às crescentes solicitações!

De outra parte, a contar de 1949, observa-se o decréscimo da arrecadação, resultante notadamente da paralisação econômica que se registra no Estado. Tinha de ser inevitável o efeito: retardados os pagamentos, enquanto não se conseguir reajustar a despesa à realidade econômico-financeira que atravessamos, não haverá como sair das dificuldades.

E' de considerar, ainda, que tem aspectos de calamidade pública a situação de ponderável parte da pecuária e da agricultura, em nosso Estado, em razão da estiagem anormal que assolou campos e lavouras, destruindo rebanhos e plantações.

O problema do comércio com o exterior continua delicado: parcelas vultosas da produção de arroz, de fumo, de madeiras e de outros artigos aguardam colocação em mercados estrangeiros.

O intercâmbio com a área da libra se opera hoje no regime das trocas. Estas se processam com lentidão, dada a fiscalização dos países interessados no escoamento dos seus produtos, nem sempre aquêles que mais precisamos de importar ou que mais vantagens nos oferecerem.

Nestas condições, não é possível pensar na majoração de impostos. O poder público, a braços com a situação apremiante, tem o dever de acudir ao contribuinte atribulado, que sofre, também, os percalços da anormalidade reinante.

Numa fase de desajustamentos da vida econômica, difícil é a consecução de operações de crédito para a cobertura de encargos orçamentários.

Para empreendimentos reprodutivos, com bastante esforço, ainda é possível conseguí-los a prazo largo.

Para cobertura de despesa puramente pessoal, majoração de vencimentos ou para a consolidação de dívidas, forçoso é declarar que nada se consegue, no momento.

Dessarte, não tem sentido proclamar que o Poder Executivo está autorizado a fazer tal ou qual despesa, como se a mera autorização lhe conferisse o poder milagroso de fazer serviço sem recurso algum ou de pagar vencimentos e salários majorados, sem prévia consecução de meios.

Se a arrecadação não corresponde às previsões orçamentárias; se os impostos e taxas, que constituem a base orçamentária, não podem ser majorados; se não há possibilidade de novas operações de crédito para pagamento de despesas pessoais, como crescer o tesouro público, de novos e continuados encargos, sem cobertura alguma?

O Rio Grande primou sempre pelo pontual cumprimento de suas obrigações e os seus homens públicos buscaram, sem discrepância, zelar pela observância exata dos compromissos assumidos.

E' uma tradição administrativa em que perseveramos, esforçando-nos para mantê-la inalteravelmente.

Sem dúvida, os que dedicam todo o seu labor ao serviço público merecem justa paga pelo seu nobre esforço.

Mas essa retribuição não pode ser feita a expensas do esforço coletivo, pois todo o povo que trabalha, produz e contribui para o erário público, tem o justo direito de reclamar também soma larga de serviços, em troca do seu sacrifício.

Consignar tôda a receita em favor do funcionário, por mais meritória que seja sua atividade, não é ato de justiça social.

As cifras que passamos a referir demonstram o crescimento impressionante dessa despesa pública:

Exercício	Despesa com pessoal	
1945	Cr\$	288.354.148,00
1946	"	386.456.413,00
1947	"	715.212.783,00
1948	"	762.263.380,00
1949	"	955.590.784,00
1950 (previsão, incluindo o abono da Lei 920)	"	1.088.257.711,00

Agora, se tomarmos por base o ano de 1946, constataremos que só em majoração de estipêndios foram realizados os seguintes acréscimos:

Exercício	Aumento em relação a 1946	
1947	Cr\$	328.756.370,00
1948	"	375.806.967,00
1949	"	569.134.381,00
1950 (previsão)	"	701.801.298,00

Nos exercícios de 1947 a 1949, somente de majoração de proventos foram efetuados pagamentos num total de Cr\$ 1.273.697.718,00, ou quase 30% da receita global arrecadada nesse triênio.

Constata-se, outrossim, que só a verba referente ao aumento de estipêndios, prevista para o atual exercício, no montante de Cr\$ 701.801.298,00, é superior à receita total do Estado orçada para 1945!

Relativamente à receita arrecadada pelo Estado, a partir de 1945, obser-

vam-se as seguintes percentagens da despesa anual com o funcionalismo, incluído, em 1950, o abono da Lei 920 e estimada a receita efetiva em montante igual ao de 1949, com base na arrecadação a menor:

Exercício	Receita	Despesa c/pessoal	Percentagem
1945	731.314.258,00	283.354.148,00	38,74%
1946	996.351.802,00	386.456.413,00	38,78%
1947	1.298.657.596,00	715.212.783,00	55,07%
1948	1.635.600.881,00	762.263.380,00	46,60%
1949	1.660.000.000,00	955.590.794,00	57,56%
1950	1.660.000.000,00	1.088.257.711,00	65,55%

Se, em 1945, pagos os servidores públicos, restavam 61,30% da receita para material, obras públicas e serviços, em 1949 só restaram 42,50% e, no corrente exercício, se cumprida fosse, desde logo, a Lei 920, que instituiu o segundo abono e cujo veto, que lhe opôs, esta Colenda Assembléia rejeitou — se cumprida fosse essa lei, repito, apenas sobrariam 34,50% para materiais, obras e serviços!

Já o proclamei mais de uma vez e o faço aqui, novamente: o Governo não tem outro desejo, em relação aos servidores públicos, senão remunerá-los condignamente, assegurando-lhes uma situação sem atribulações e aperturas financeiras. Mas, se não há recursos, impende aos responsáveis pela coisa pública o dever de declarar a verdade e de não dar ao funcionalismo o que não podem dar. A coletividade não se conformará jamais com uma política de gravames fiscais, ano a ano exacerbados, se não recolher, em obras públicas reprodutivas, o resultado da sua contribuição ao erário. Nem o funcionalismo, de sua parte, reivindicará majorações que determinem inevitáveis e cada vez maiores atrasos no pagamento dos seus estipêndios, atrasos de que já não nos podemos considerar livres e que, nalguns Estados, já chegam, hoje, a três, quatro e mais meses!

Nem há — são os fatos que o dizem — melhoria efetiva, melhoria real de proventos, se, para realizá-la nominalmente, o Governo suspende obras de vitalização econômica, descuida a despesa da saúde pública, afrouxa o seu programa de difusão do ensino ou entrega ao abandono as estradas por onde se carreiam os produtos comerciáveis.

Mostram os elementos já expostos que não tem sido pequena, mas, antes, substancial, a melhoria de estipêndios concedida aos servidores do Estado. Insistir em novas majorações, sem efetiva disponibilidade de recursos, será agravar uma situação que já é notoriamente difícil e ruínosa para o crédito do Estado, numa hora em que iniciativas capazes — essas, sim — de promover a elevação do nível de vida da população em geral e de fortalecer as atividades rurais, básicas para o bem-estar das cidades, estão a exigir grandes financiamentos, de pronta e segura reprodutividade.

Todo exame sereno e exato da presente conjuntura econômico-financeira do Rio Grande do Sul não poderá levar a duas conclusões diferentes. A verdade é uma só.

Aí tendes, pois, Senhores Deputados, as razões determinantes dos sucessivos vetos apresentados às contínuas majorações de despesas partidas desta augusta Casa.

Uma vez que somos responsáveis pela boa e exata execução orçamentária, não poderíamos concordar com decisões que, absorvendo parcelas consideráveis das rendas públicas, embaraçassem ou impedissem o exercício normal da função do Estado, que é a realização de serviços públicos em benefício de toda a coletividade.

Muitíssimas das indicações partidas desta digna Assembléia, traduzindo, a maior parte, apêlos dos diversos municípios, no sentido da execução de empreendimentos e obras públicas, notadamente de estradas, de pontes e de esco-

las, não foram executadas, precisamente porque as rendas públicas haviam sido empenhadas em verbas pessoais e não tem havido possibilidade de obter recursos extraordinários para a sua realização.

Obras como o Pôrto de Pelotas, que é justo anseio de tão vasta e operosa zona do Sul do Estado; como o novo edifício do Colégio Júlio de Castilhos, tão justamente reivindicado pela mocidade porto-alegrense; e tantas outras realizações a que o Governo gostaria de imprimir impulso rápido e seguro, adiam-se por falta de recursos, mas constituem preocupação permanente de quantos, na administração estadual rio-grandense, não se inspiram noutros sentimentos senão nos de bem servir à comunidade gaúcha.

Não é preciso que eu me detenha mais neste ponto. O que disse e comentei, Senhores Deputados, é simplesmente objetivo, pois encerra a reprodução de fatos e algarismos do pleno conhecimento desta digna Assembléia.

E' a prestação de contas que todos nós devemos ao povo do Rio Grande, para que ajuize, soberanamente, de como demos cumprimento ao mandato que nos confiou, para a defesa de seus direitos e das suas liberdades e para a execução de medidas que propiciem o maior progresso e a maior felicidade da nossa terra.

Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Creio que as considerações expendidas e os algarismos apresentados espelham aproximadamente a realidade da vida rio-grandense, através de todos os setores da administração estadual.

Mais do que as palavras, falam os números, com a lógica da precisão, porque, no seu rigorismo, patenteiam a situação real, mostram os problemas sem fantasias e sem ilusões, refletem efeitos, clamam verdades e impõem a meditação dos homens responsáveis.

Não compreendo governo que esqueça o dever de promover sempre a melhoria das condições de vida das populações, de lhes propiciar meios para conquistar a plenitude da sua capacidade, no trabalho, na saúde, no progresso moral e espiritual.

Tôda a história da civilização não é mais que o esforço do homem, esforço milenar e heróico, no sentido da melhoria da vida humana.

De povos abandonados, famélicos e ignorantes nada é possível esperar. Só a cultura eleva o homem; só o trabalho sistematizado e consciente salva as populações da miséria.

A função precípua do Estado consiste em coordenar êsses esforços, ajudá-los e ampará-los, para que mais se afirmem, se engrandecam e triunfem.

Quanto maior fôr o número de escolas; quanto mais extensas e melhor aparelhadas fôrem as lavouras; quanto mais kw/h pusermos à disposição das atividades criadoras; quanto maior número de hospitais instalarmos para a defesa da saúde do povo; quanto mais valorizarmos os reais merecimentos, a virtude, a capacidade, o idealismo construtivo, o afã de servir — tanto mais teremos contribuído para a felicidade do nosso povo.

Tem o Rio Grande do Sul, nesse sentido, condições que não temem qualquer confronto. Nada temos, na vida administrativa, de anárquico ou de desordenado. Todo grande problema foi objeto de rigoroso planejamento. Ide a qualquer repartição — onde se trate de escolas, de saneamento, de saúde, de agricultura, de eletricidade — e vereis que cada setor está em termos de exata e precisa classificação de prioridade, de acôrdo com a escala das necessidades, com o volume das possibilidades e com as conveniências de caráter técnico.

Temos empenhado todas as energias possíveis em favor do desenvolvimento do ensino — primário, secundário e superior, — assegurando-lhe a gratuidade, para que a oportunidade não seja privilégio de ninguém, mas, sim, ensejo à disposição dos valores humanos, das inteligências, das virtudes, cujos títulos serão conquistados à custa do próprio esforço e não ao sabor do favoritismo.

Estimular o trabalho é fomentar as grandes revelações; quando é inútil o

esforço, porque tudo se faz ao preço das bajulações e dos favôres, a tendência que se manifesta é, inevitavelmente, para o desregramento, a indolência física e a indolência moral.

Há uma tradição nobre da gente gaúcha: é o repúdio à improbidade, à maldandragem e ao vício. Essa tradição é um sistema de vida inflexível, um soberbo padrão da gente farroupilha, um índice de resistência moral às torpezas e às degradações dos tempos correntes.

Mas não vale bater apenas na tecla da moralização dos costumes e da elevação das condições de vida dos povos, se não se provê adequadamente, no sentido de que tenham os homens os meios de promover essa melhoria geral de condições.

E' por isso que, como ficou expresso em muitos dos algarismos apresentados, a atual administração rio-grandense vem procurando fazer o aproveitamento das riquezas naturais do Estado, seja na utilização dos grandes potenciais hidráulicos e térmicos, seja na mecanização das lavouras, seja na defesa do patrimônio dos rebanhos, seja na ampliação da rede de transportes.

Para os próprios problemas de maior gravidade, como êsse da rede ferroviária gaúcha, que tanto tem apaixonado alguns setores econômicos do Estado, caminhamos para melhores dias, por certo, em face de duas obras de vulto excepcional, reclamadas, há décadas, pelos operosos engenheiros, que têm dado ao sistema ferroviário gaúcho o melhor das suas energias e que, só agora, com a variante de Pedras Altas, a ligação de Barreto a Passo Fundo e a eletrificação do trecho São Sebastião-Rio Grande, vêem aproximar-se da realidade plena, melhoramentos que se faziam imprescindíveis, ante o vigoroso impulso de progresso de regiões fecundas, mas até aqui não dotadas do necessário aparelhamento de transportes, moderno, rápido e econômico. Deve o Rio Grande essa nova era que se prenuncia, à compreensão com que agiram os serviços federais, nesse setor.

Sentem os rio-grandenses que a iniciativa privada é, ainda, o grande colaborador dos órgãos de governo. Quando o espírito de empreendimento particular se conjuga ao Estado, na tarefa de vencer dificuldades e preparar novos surtos de riqueza, é evidente que tudo se facilita, porque a união continua sendo o grande lema dos que querem vencer.

Não negou o Estado a sua ajuda a toda obra de iniciativa privada capaz de bem atender aos reclamos do interesse social. O programa de auxílio aos serviços hospitalares, de recuperação de menores, de amparo aos valetudinários, de defesa da criança e tantos outros, continuou a ser executado de forma sadia e patriótica, dentro das normas que o têm regulado.

A insatisfação, entretanto, há de ser, sempre, sentida, pelos governos. O povo não pára nos seus reclamos e, nisso, apenas revela o anseio de progredir, o desejo de integração, o impulso de uma vontade realizadora.

Muitos desses anseios e dessas solicitações chegam ao Poder Executivo através de manifestações partidas desta Casa.

A todas as indicações dedica a administração o melhor interesse; mas não poderá jamais realizar sem os meios indispensáveis. E' um truismo dizê-lo, mas se faz imperioso usá-lo, não raro.

Bendigamos sempre a inconformação dos que pedem. Só os apáticos, os amolentados e os vencidos preferem a quietude e o silêncio diante dos problemas, ainda que, por vezes, os que fazem a má agitação, os demolidores, os negativistas e os pessimistas não sejam menos funestos, porque a sua agitação é de ruínas e não de vida nova, é de decadência e não de renascimento.

Felizmente, não é essa a mentalidade da gente do Rio Grande: nem a apatia dos derrotados, nem a agitação estéril dos mal intencionados. O que há na consciência dos gaúchos é um "élan" magnífico, sadio, impetuoso, triunfal!

O trabalho que o povo realiza, no campo, na lavoura, na oficina, na escola ou no hospital, é sempre animado da confiança na construção de uma felicidade cada vez maior.

Quando o povo contempla as novas rotas de prosperidade que se abrem; quando divisa a rodovia Guaíba-Uruguaiana, buscando as linhas ocidentais do Estado, e a rodovia Guaíba-Jaguarão, demandando as fronteiras meridionais; quando observa que as linhas de alta tensão começam a criar um cenário novo no Estado e representam uma certeza de que amanhã a indústria não será a aventura que era até ontem; quando sabe que os grandes obstáculos naturais — o Camaquã, separando o Centro do Sul, o Ibicuí, apartando o Oeste do Centro e do Norte, o Caí, o rio das Antas e tantos outros — quando sabe, repito, que os grandes obstáculos naturais vão sendo superados, para que a riqueza circule mais fácil e economicamente; quando ouve a mensagem de vida nova para o ruralismo, através de quase uma centena de novas escolas espalhadas pelo interior; quando admira o esforço de homens altruístas e batalhadores, levantando hospitais em todos os municípios que ainda não os possuíam; quando aprecia as realizações dos governos municipais, dotando os seus serviços de equipamentos rodoviários e abrindo estradas para todos os distritos; quando sabe, enfim, que tudo isso é obra de um conjunto, obra da colaboração federal, estadual e municipal, o povo não pode ser descrente, não pode ter gestos de apatia ou de abandono.

Não há regiões mortas no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul mostrou, há pouco, a surpresa das suas realizações, na indústria, na lavoura, na inteligência; Taim é um mundo novo que começa a surgir no extremo sul; Hulha Negra é um tapete de riquezas promissoras e será, com a eletricidade, um núcleo de vitalidades estupendas; Tôres e Osório como que revivem mais ativas que nunca, ao influxo das novas rotas que sulcam a falda da montanha e apontam os rumos amplos da prosperidade; e assim é todo o Rio Grande, nas serras, nos planaltos, nas cochilhas, nos vales e nas baixadas.

Senhor Presidente. Senhores Deputados.

É esse o Rio Grande do Sul que hoje trabalha para construir a própria felicidade. Contemplando-o, temos de ser otimistas e confiantes. As dificuldades presentes não podem constituir motivos para temores, porque a energia do nosso povo sempre superou as horas amargas.

Ao entregar-vos a última Mensagem anual de que cogita o texto constitucional, afirmo-vos que o faço com a tranquila convicção de que a presente administração não poupou esforços para promover o bem-estar do povo rio-grandense e de que, se muito resta fazer ainda, jamais adiamos o que era realizável, jamais recusamos direitos, jamais faltamos ao solene juramento de servir ao povo que nos elegeu, tudo lhe oferecendo, em energias, em dedicação e em patriotismo!

ADMINISTRAÇÃO GERAL

SECRETARIA DO GOVERNO

Continuaram em acentuada progressão os encargos da Secretaria do Governo, seja no que diz respeito à tramitação dos numerosos expedientes trazidos, diariamente, à assinatura do Chefe do Executivo, seja no que interessa às relações com o Poder Legislativo, comportando a preparação de projetos de lei, exposições de motivos e fundamentação de vetos, registro e publicação de leis, etc.

Manteve a Secretaria, mercê do esforço desdobrado do seu quadro, os serviços sempre em dia, evitando-se, dessa forma, demoras no despacho dos processos subidos ao Palácio do Governo, onde, de outra parte, foi sempre intenso o movimento de audiências, jamais faltando receptividade para quem quer que procurasse expor assunto pertinente à matéria administrativa ou de ordem geral.

Em mensagens anteriores, já expressei quais as necessidades da Secretaria do Governo, cujas atribuições se multiplicaram de modo sensível nos últimos anos, a ponto de se tornar imperativa uma reorganização geral dos seus serviços e do quadro de pessoal, o que, no exercício findo, foi objeto de criterioso estudo e fundamentado anteprojeto, atualmente submetido ao exame técnico do Departamento do Serviço Público.

Quando as circunstâncias permitirem a efetivação dessa reorganização, a Secretaria do Governo poderá, certamente, desenvolver ainda mais eficientemente as suas atribuições, sobretudo como centro de contacto com as várias Secretarias de Estado, os diversos Serviços autônomos e a generalidade das circunscrições municipais, sem falar nas relações do Poder Executivo com os órgãos federais, nas múltiplas e relevantes matérias de interesse da coletividade rio-grandense.

Tem a Secretaria do Governo, ainda, procurado realizar a divulgação sóbria, mas esclarecedora, das realizações do Poder Público Estadual no que tangue à solução dos grandes problemas do Estado. Dentre essas divulgações, é de considerar um registro especial para a publicação relativa aos planos de eletrificação, de saneamento e de irrigação, trabalho que vem recebendo as mais lisonjeiras manifestações dos estudiosos e dos técnicos, por ensejar o conhecimento do que, em setores de tanta significação econômica e social, planeja e realiza o Governo.

E', aliás, motivo de satisfação consignar que entidades do país e do exterior, ligadas a grandes obras públicas, têm procurado obter o trabalho em causa, numa demonstração de interesse pelo que o Estado executa e numa prova de que, se toda propaganda espetacular e sem medida nem sempre recomenda muito, uma divulgação exata e precisa pode constituir ensejo para que sejam propiciados novos recursos do Poder Público.

Qualquer confronto com repartições semelhantes de outras unidades federativas, do grau de importância econômica e política correspondente ao do Rio Grande do Sul, revelará as nossas deficiências de aparelhamento, sob vários aspectos.

Contudo, nas presentes contingências, que têm exigido o adiamento de rea-

lizações instantaneamente reclamadas pelo bem público, não quis o Governo promover iniciativas que viessem onerar o erário.

A Secretaria do Governo, entretanto, é dos setores em que as dificuldades de aparelhamento de material e de pessoal têm constituído razão para que mais porfie em bem servir à coletividade um grupo de elementos verdadeiramente compenetrados dos deveres que a função pública defere a quem vai exercitá-la.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

O lamentável sinistro que se verificou, em 19 de novembro último, no velho edifício onde se achava instalada a Secretaria do Interior, e destruiu completamente não só as instalações deste ramo da administração como também as do Tribunal de Justiça, que ocupava parte do prédio em questão, ocasionou enormes danos materiais e incalculáveis prejuízos de ordem social.

Todavia, em virtude das imediatas providências do Governo e do elevado espírito de cooperação dos funcionários da Secretaria, os serviços a esta afetos não sofreram as consequências que seriam de esperar da enorme extensão da catástrofe.

Com efeito, logo após o desastre, que profundamente impressionou o Rio Grande, todos os recursos de que se dispunha foram mobilizados num vigoroso esforço de recuperação, de sorte que, dentro de alguns dias e na medida do possível, os serviços principais da Secretaria entraram de novo em funcionamento, vencendo de modo animador as naturais dificuldades da situação e superando os percalços de uma atividade seriamente atingida em suas fontes essenciais.

Ocupando provisoriamente um dos pisos do edifício da Administração do Porto e utilizando os precários elementos que escaparam à voragem das chamas, retomou a Secretaria o seu ritmo de trabalho, reinstalando as suas diferentes seções convenientemente, a fim de reduzir o mais possível as inevitáveis repercussões da calamidade que atingiu a vida pública do Estado.

O movimento dessa Diretoria ultrapassou o do ano anterior. Nela entraram 1.796 processos, registrando-se um acréscimo de 151, sobre o exercício de 1948.

Lavraram-se 5 termos de opção, até 18 de setembro de 1949, data da nova Lei de naturalização, e mais 4 termos de entrega de decreto, 276 de remessas, tendo sido prestados 184 pareceres e informações e prolatados 1.342 despachos.

De conformidade com o Decreto-lei n.º 1.130, de 24 de julho de 1945, processaram-se na Diretoria seis expedientes em que solicitavam reconhecimento de utilidade pública as seguintes entidades: Liga Homeopática do Rio Grande do Sul, Federação dos Estudantes Universitários, Sociedade Sul Rio-Grandense de Assistência aos Lázarus e Associação Cristã dos Moços.

O Corpo Consular acreditado no Estado sofreu algumas alterações, com a concessão de 9 exequaturs e seis reconhecimentos provisórios de cônsules e vice-cônsules honorários.

De todas as Diretorias da Secretaria do Interior e Justiça, foi essa a que menos sofreu com o incêndio.

Localizada no andar térreo do edifício, foi possível a retirada em tempo, de móveis, material de expediente, livros e, sobretudo, de seu arquivo.

Essa Diretoria, cujos prejuízos foram totais, acha-se reequipada convenientemente.

Retomados os trabalhos, passou a atender a todo o serviço normalmente.

**Diretoria do
Interior e
Justiça**

**Diretoria do
Expediente**

**Diretoria da
Despesa e
Materia**

Com exceção do almoxarifado, do qual se pôde retirar parte do material depositado, também foram totais as perdas dessa Diretoria.

Reinstalada, porém, deu início aos seus trabalhos, providenciando com presteza no fornecimento de todo o material necessário à reorganização provisória da Secretaria.

**Diretoria de
Comunicações
e Arquivo**

Já se acha em pleno funcionamento essa importante secção da Secretaria. Apesar da completa destruição dos seus fichários, o seu volumoso arquivo escapou às chamas, tendo sido possível a rearticulação dos serviços, que já estão sendo atendidos com a regularidade e a presteza que a situação permite, graças ao esforço e à abnegação dos poucos funcionários que nela se acham lotados.

**Junta
Comercial**

A Junta Comercial, como órgão deliberativo, realizou 99 sessões ordinárias, no exercício de 1949.

A Mesa desse órgão tomou durante o ano diversas decisões, no sentido de obter maior uniformidade no expediente da repartição, no que diz respeito à apresentação de documentos para registro e arquivamento.

Convém salientar, entre as deliberações tomadas, a que se relaciona com assinaturas e reconhecimentos de firmas nas atas das sociedades anônimas, e cuja execução foi recomendada em sessão realizada no dia 30 de junho do ano transato.

Foram registrados e arquivados 9.277 documentos, figurando nêsse número os contratos, com 1.294, as alterações de contratos, com 994, e os registros de firmas, com 2.666.

A arrecadação, em estampilhas, feita nos documentos referidos, durante o ano de 1949, foi de Cr\$ 6.985.532,60, sendo Cr\$ 6.218.994,10 em estampilhas federais e Cr\$ 766.378,50 em estaduais.

A Junta Comercial recebeu para legalizar, durante o exercício, 19.165 livros comerciais.

O expediente que se relaciona com o arquivamento de documentos constitui a base, o princípio e o fim do Registro do Comércio. A instalação e o expediente do arquivo da repartição melhoraram consideravelmente. O serviço de fichário está sendo cada vez mais aperfeiçoado.

O valioso arquivo da Junta, que encerra todo o movimento da riqueza comercial e industrial do Rio Grande do Sul, ocupa agora sala especial junto ao apartamento onde se acha instalada a repartição, no Palácio do Comércio.

No ano de 1949 não houve interposição de recurso das decisões da Junta Comercial. Este fato constitui um acontecimento expressivo para os foros do Registro do Comércio. É que já se vai notando uma só orientação na feitura dos documentos a serem submetidos àquele órgão.

**Arquivo
Público**

Achan-se atualmente quase concluídas as obras do novo pavilhão desse departamento, o qual será destinado à sua secretaria, oficinas e encadernação e restauração de documentos, gabinete para fotocópias, sala de consultas, etc.

**Côrte de Ape-
lação da Jus-
tiça Militar
do Estado**

Essa Côrte funcionou com tôda a regularidade, no exercício de 1949.

O movimento da Côrte foi o seguinte: Processos julgados, 70; em andamento, 6; habeas-corpus julgados, 10; revisões julgadas, 2; consulta julgada, 1; pedidos de reconsideração, 2; embargos julgados, 1; recursos criminais julgados, 20.

Os conselhos de Justiça das Unidades julgaram 12 processos de deserção.

**Conselho Pe-
nitenciário**

Essa corporação, que presta relevantes serviços ao Estado, durante o exercício de 1949, realizou 94 sessões, assim discriminadas: ordinárias deliberativas, 32; extraordinárias deliberativas, 15; especiais, 47.

Foi de 126 o número de pareceres sobre livramento condicional e de 49 o de pareceres sobre indulto ou comutação de penas.

Em 1949, foram liberados 95 sentenciados.

O ano de 1948 marcou para os municípios do Rio Grande o restabelecimento do regimen democrático, com a sua reintegração na autonomia política e administrativa.

Os administradores eleitos demonstraram, de um modo geral, acendrado patriotismo e elevado espírito público, o que é comprovado pelo trabalho fecundo e construtivo que se observa nas comunas rio-grandenses.

Por outro lado, a ação desenvolvida pelo Departamento das Prefeituras Municipais veio confirmar o acerto dos nossos constituintes ao facultarem aos Estados - membros a criação de órgãos assistenciais como o que ora é apreciado.

Os receios de cerceamento da autonomia municipal deixaram de existir, pois gozam os municípios gaúchos de plena liberdade de ação. Não se verificaram conflitos e os serviços assistenciais do Departamento estão sendo cada vez mais solicitados. Também não tem servido êsse órgão, como alhures se temeu, de fonte de discórdias entre o Executivo e o Legislativo. Pelo contrário, a sua colaboração efetiva e sincera vem-se orientando no sentido da maior harmonia entre os dois poderes. Têm sido, por isso, numerosas as demonstrações de aplauso a êsse superior critério, que prevalecerá inflexivelmente.

Justifica-se assim o aumento dos serviços assistenciais, não só requisitados pelos executivos municipais, como também pelos próprios órgãos legislativos, vencidas que foram as primeiras estranhezas, em face da ação serena desenvolvida pelo Departamento.

E' obvio que, com tais propósitos, venha êsse órgão vencendo os obstáculos iniciais, superando as suas próprias deficiências, para bem servir aos municípios do Rio Grande.

As atividades dêsse Departamento, no ano em relato, com a adoção de medidas adequadas à salvaguarda da moral e dos bons costumes, foram de proveitoso e útil resultado para a sociedade.

Algumas providências, julgadas necessárias pela respectiva direção, e da alçada da Secretaria, serão de imediato tomadas, visando intensificar em alguns municípios, através das Delegacias de Polícia, a ação dêsse órgão.

A arrecadação do Departamento, em 1948, foi de Cr\$ 1.545.301,40, em todo o Estado, acusando, portanto, em confronto com o exercício anterior, um superavit de Cr\$ 69.774,10.

Departamento das Prefeituras Municipais

Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

O serviço da Procuradoria Geral do Estado no decorrer de 1949 foi árduo e absorvente, como nos anos anteriores.

No ano em questão, foram proferidos 2.009 pareceres judiciais contra 1.910, proferidos em 1948.

Desse total, 824 foram emitidos pelo Procurador Geral, em matéria cível, 1.115 pelo 1.º Procurador do Estado, em matéria criminal, e os restantes, em número de 70, pelo 2.º Procurador do Estado.

Além do serviço de pareceres, o Procurador Geral do Estado assistiu às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras Cíveis, reunidas e separadas; o 1.º Procurador do Estado funcionou perante as Câmaras Criminais, e o 2.º Procurador, a quem está cometida a defesa do Estado em 1.ª instância, oficiou junto à 7.ª Vara da Capital, privativa dos Feitos da Fazenda Pública.

Na Secretaria da Procuradoria Geral, durante o ano de 1949, foram registrados 2.706 pareceres.

Em consequência do incêndio que destruiu o edifício do "Forum" de Porto Alegre, no qual foi consumida a maioria dos processos-crimes em andamento no fóro local, os Promotores de Justiça ficaram privados dos elementos necessários para a organização da estatística criminal da comarca da Capital, motivo pelo qual é aqui referido somente o número das denúncias, oferecidas nas comarcas do interior do Estado, as quais atingiram o total de 8.500.

**Movimento
criminal**

Compete à 2.ª Procuradoria do Estado, criada pelo Decreto n.º 373, de 28 de agosto de 1943, "representar e defender o Estado, perante os juizes e Tribunais, em ambas as instâncias".

**Da Fazenda
Pública**

Foram propostas contra o Estado, no decorrer do ano de 1949, 57 ações no juízo privativo dos Feitos da Fazenda Pública, que é o da 7.ª Vara da Capital, das quais 46 de rito ordinário, 3 de despejo, um interdito proibitório, uma trabalhista, uma consignação em pagamento, uma declaratória, uma execução de sentença, uma de caducidade de cupões e dois mandados de segurança.

O valor total dessas ações se eleva a Cr\$ 12.204.408,40.

O Ministério Público é representado junto ao Juízo de Menores por um Curador.

**Curadoria de
Menores**

Os seguintes dados traduzem o movimento da referida Curadoria no ano de 1949: pedidos de autorização para o exercício do trabalho por menores de 18 anos, 410; pedidos de tutela para menores em estado de abandono, 224; pedidos de pensão alimentar para menores abandonados, 20; pedidos de destituição do pátrio poder, 5; sindicâncias requeridas, 15; pareceres dados (em matéria cível), 20; idem (em matéria criminal), 71; promoções em processos especiais de menores transviados, 206; pedidos de suprimento de idade para casamento, 82.

Infrações criminais praticadas por menores, por espécie: furto simples, 148; furto qualificado, 32; lesões corporais leves, 15; idem culposas, 5; sedução, 6.

E' omitido o movimento das demais Curadorias e Promotorias da Capital, porque o incêndio do edifício do "Forum" destruiu os arquivos dos Cartórios, dos quais os Promotores e Curadores extraem os dados necessários para a elaboração dos relatórios anuais, com as respectivas estatísticas.

**Consultoria
Jurídica do
Estado**

Conforme determina o Decreto-lei n.º 7.845, de 30 de junho de 1939, é subordinada a Consultoria Jurídica do Estado à Procuradoria Geral do Estado, compondo-se a mesma de sete consultores jurídicos.

Durante o ano de 1949, foram emitidos pelos consultores jurídicos 219 pareceres.

Concurso

No mês de agosto do ano de 1949, realizou-se o concurso para o provimento de cargos de Promotor de Justiça.

Dos dezesseis candidatos aprovados, restam ainda nove, que não foram nomeados até a presente data, por falta de vagas.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

No exercício passado, o Poder Executivo nomeou membros do Conselho Deliberativo do Departamento do Serviço Público os cinco candidatos que haviam obtido a mais alta classificação no concurso de títulos a que se submeteram, de conformidade com disposição constitucional transitória.

Ficou integrado, assim, por seus dirigentes o órgão colegiado e autônomo configurado no art. 217 da Constituição do Estado.

Não obstante a notória deficiência de pessoal com que luta o Departamento do Serviço Público, pôde esse órgão cumprir importantes tarefas durante o exercício de 1949.

O vulto do trabalho a que se dedicou é logo atestado pela movimentação de papéis, nos seus diversos setores, cujo total atingiu a apreciável cifra de 16.818 expedientes.

Manifestando-se sobre consultas, reclamações de servidores, processos administrativos e outros assuntos, emitiu o Conselho Deliberativo 429 pareceres, expedindo a respectiva Presidência 273 officios, em solução de consultas propostas pelas diversas repartições e autarquias.

A Divisão de Pessoal, a quem compete o registro dos atos relativos ao pessoal civil do Estado, examinou um total de 10.577 papéis, entre decretos, portarias e apostilas, representando uma média de 41,50 atos examinados, registrados e publicados por dia.

No campo de aperfeiçoamento do pessoal, o Departamento apresentou uma atividade nova, no exercício findo. A regulamentação, pelo Decreto n.º 669, de 25 de abril de 1949, dos Cursos de Administração criados pelo Decreto-lei n.º 604, de 17 de agosto de 1944, veio permitir a movimentação de um setor da competência do D.S.P. que, até então, não fôra atacado.

A realização de tais cursos, neste Estado, veio preencher uma lacuna existente no setor da Administração do pessoal, facilitando o aperfeiçoamento do nosso servidor, como um primeiro passo para a perfeita realização dos serviços públicos.

O funcionalismo estadual compreendeu perfeitamente a vantagem que lhe ofereciam os Cursos de Administração e acorreu em massa às inscrições, comparecendo aos guichês do D.S.P., em apenas 10 dias, cerca de 1.000 servidores.

Tão grande foi o afluxo de candidatos, que o Departamento se viu a braços com o sério problema de ministrar cursos a áquele número de servidores, contando, para tanto, com a abnegação de meia dúzia de funcionários disponíveis, que trabalharam continuamente durante a manhã, à tarde e à noite, atendendo em três locais diferentes, muitos deles sem abandonarem as suas atribuições normais em outros setores desse órgão.

Releva notar, ainda, que, atendidos 600 alunos, dos quais 320 terminaram cursos, o Departamento despendeu, no período letivo, tão somente a quantia de Cr\$ 120.000,00, verba que, para esse fim, lhe fôra consignada no orçamento.

O funcionamento de um curso básico ministrado a 320 funcionários não atingiu, na despesa com professores, examinadores e fiscais, os primeiros com remuneração excepcional, porque trazidos do Rio, ao montante que costumava o Estado despendar com a estadia, naquela Capital, de um único funcionário,

para fazer idêntico curso. Somadas tôdas as despesas com pessoal e material, custou ao Estado, cada aluno aprovado, a quantia de Cr\$ 588,00 aproximadamente.

Entre as despesas de material, deve-se salientar a realizada com a distribuição gratuita de súmulas de tôdas as aulas ministradas, o que atingiu a um total de 548 fôlhas datilografadas em Steneyl e 143.210 cópias mimeografadas.

Durante o período letivo de 1949, foram ministradas 314 horas de aula, correspondendo a uma média de 39 horas por mês.

Nos setores de Seleção e de Organização, as atividades do D.S.P. limitaram-se a estudos teóricos e à preparação de trabalhos para o corrente exercício.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

O Departamento Estadual de Estatística continua desempenhando, com êxito, a missão que lhe cabe como órgão regional do Sistema Estatístico Nacional.

Com a transferência da rede de agentes municipais de estatística para o I.B.G.E., ficou a referida repartição incumbida de criticar e apurar, dentro do esquema estabelecido pelo Plano Nacional das Campanhas Estatísticas, os dados coletados nas diferentes e múltiplas fontes de atividade no Estado.

Afora aquelas apurações, o Departamento mantém, através de suas diversas diretorias especializadas, uma permanente assistência técnico-estatística a setores da Administração Estadual, ao Poder Legislativo e ao Estado-Maior da 3.ª Região Militar, proporcionando-lhes conhecimento seguro dos índices referentes à situação e ao movimento da população, ao desenvolvimento das atividades econômicas e à evolução social e administrativa do Estado.

Estende-se, também, tão eficaz assistência a instituições e entidades privadas, pois diariamente lhe são solicitados por estabelecimentos bancários, por associações comerciais, por sindicatos, ou por firmas comerciais e industriais, informes estatísticos particularizados da vida do Rio Grande.

Em cumprimento ao Convênio estabelecido entre o Governo do Estado e as Prefeituras, vigorando, sem solução de continuidade, desde 1926, o Departamento, mediante uma quota de contribuição anual para o cofre estadual, executa levantamentos estatísticos nas zonas rurais, principalmente no que concerne à produção agropecuária.

Para a realização dessa tarefa, mantém, em cada distrito, um encarregado de Posto Distrital de Coleta, ao qual é atribuída uma gratificação mensal, variável conforme o volume e a intensidade de trabalho.

Com o advento do regimen constitucional, nestes últimos três anos vêm-se verificando contínuas subdivisões distritais nas comunas rio-grandenses. Entretanto, a verba consignada em orçamento destinada às quotas gratificações tem permanecido quase a mesma, ficando impossibilitado o Departamento de instalar Postos de Coleta nas novas circunscrições.

Na forma estabelecida pelo Convênio Estadual de Estatística já referido, o Departamento vem mantendo o mais perfeito entendimento com as Prefeituras, procurando, dentro das suas finalidades e conforme os recursos financeiros de que dispõe, realizar obra comum de aperfeiçoamento e difusão estatística.

Quer fazendo retornar aos cofres das comunas as quotas de estatística, sob a forma de pagamento de gratificações aos encarregados de Postos Distritais, quer fornecendo aos prefeitos dados particularizados da comuna, e divulgando-os, — o Departamento tem alicerçado uma obra de mais estreita cooperação, no terreno estatístico, entre as duas órbitas administrativas: o Governo do Estado e o do Município.

Um dos problemas mais difíceis com que o Departamento sempre de-

**Fornecimento
de dados es-
tatísticos**

**Sub-rede de
coleta esta-
tística**

**Cooperação
com as Pre-
feituras**

Publicações

parou foi dar ampla divulgação aos seus trabalhos, no afã de permitir não somente aos que se interessam intimamente pelos resultados estatísticos, mas ao público em geral, o conhecimento, através dos números, da situação do Rio Grande, em todos os seus aspectos.

A ampla divulgação constitui uma das mais expressivas finalidades da estatística, porque é fundamentalmente educativa.

Entretanto, o elevado preço cobrado pelas casas editoras, em contraste com a restrição de verbas necessárias, pelas injunções financeiras correntes, tem dificultado a mais intensa vulgarização de dados estatísticos.

Mesmo assim, com a providência tomada pelo Governo, propiciando ao Departamento a aquisição de um equipamento "Multilith", tem essa repartição conseguido publicar muitas de suas excelentes e complexas apurações.

Além do "Anuário Demográfico — 1946/48", do "Anuário de Estatística Judiciária — 1948", das "Finanças Públicas — 1948", que foram impressos em casas editoras locais, o Departamento imprimiu em suas próprias oficinas os seguintes trabalhos: "Boletim Mensal de Exportação", "Ações iniciadas e julgadas", "Aspectos Gerais de Taquari", "Síntese Histórico-Estatística de Lajeado", "Encruzilhada do Sul em dados estatísticos", "Bento Gonçalves... Em dados estatísticos", "Síntese Estatística de Caxias do Sul", "Estatística do Gado Abatido", "Estatística da Produção Agrícola — 1948", "Estado Rio Grande do Sul Brazil", em idioma Esperanto, etc.

Verifica-se, assim, o acerto da aquisição de tão valioso equipamento, pela economia que traz ao Estado com a impressão de todo o material de coleta e de expediente, e um custo inferior ao oferecido pelas casas editoras, na razão média de 40%.

Recomposições de quadros e serviços

Intensa e complexa tem sido a atividade desenvolvida pelo Departamento Estadual de Estatística, nestes últimos anos.

Entretanto, a sua estrutura permanece a mesma, sem acompanhar as condições técnicas que o desenvolvimento de tal organismo está a exigir.

Impõe-se, por isso, uma reestruturação nos seus diversos Serviços ou Diretorias.

Por idênticas razões, o seu quadro de servidores deve sofrer uma recomposição consentânea com a função eminentemente especializada que lhe é atribuída e que lhe proporcione padrões de vencimentos correspondentes.

A Estatística e o movimento da população

O Serviço de Estatística Demográfica nos fornece dados do maior interesse sobre o movimento populacional do Estado. Em 1949, os habitantes do território rio-grandense eram 3.991.490, assim distribuídos:

Residentes nas cidades	1.111.179
Residentes na zona rural	2.879.720

Assim, 70% ou mais de 2/3 da nossa população estão localizados nos distritos rurais. É uma situação social tranquilizadora essa, indicada pela grande preponderância numérica da massa rural sobre o elemento citadino. Um dos problemas do Estado é assegurar a permanência do agricultor e do trabalhador campeiro no solo em que labutam, fazendo subir, se possível, aquela percentagem, que já é alta.

Os números constantes da sinopse do Registro Civil revelam, através do crescimento natural, que a população do Rio Grande se eleva, anualmente, numa proporção não igualada pelas outras unidades da Federação. Tal índice de crescimento, que representa o excesso da natalidade sobre a letalidade, nos proporciona os seguintes algarismos:

Saldo vital:	1946	1947	1948
	70.507 almas	70.767 almas	80.087 almas

Não estão computados nesses totais, por falta de contróle, o excesso das entradas sobre as saídas de passageiros, e ainda um coeficiente de evasão, dos que não se registram, estimado em cerca de 15%, fatores estes que levam a concluir que a população do Estado vem aumentando numa razão de 100.000 almas por ano.

De outro lado, é, sem dúvida, excelente a situação demógrafo-sanitária da nossa população. Com efeito, em 1945, o obituário geral atingiu a casa dos 40.000, enquanto que, nos três últimos anos, decresceu em mais de 10%, isto é, caiu, para 36.000.

Já se tem dito, com alguma verdade, que a população brasileira cresce numa proporção quase geométrica, enquanto a produção agrícola aumenta numa razão muito menor.

Não é preciso muito esforço para constatar que a legião dos produtores permanece quase estacionária, ao passo que a dos intermediários se avoluma assustadoramente.

Veja-se o que revelam as cifras, em relação ao Estado:

Área plantada em 1946	1.635.000 ha
Área plantada em 1947	1.733.000 "
Área plantada em 1948	1.914.000 "

Em consequência, porém, de fatores biológicos e meteorológicos adversos, verificados ultimamente, a produção agrícola do Estado não acompanhou o movimento de elevação da área cultivada.

De fato, a produção agrária

de 1946 foi de	4.345.000 toneladas,
a de 1947 caiu para	4.252.000 toneladas,
e a de 1948 subiu para	4.535.000 toneladas.

A valorização dessa produção, porém, cresceu em mais de 40%, relativamente aos totais de 1946 e 1948, que foram, respectivamente, de Cr\$ 2.718.344.000,00 e Cr\$ 3.971.926.000,00.

A única cultura que, realmente, obteve maior aumento de produção de 1946 para cá, foi a do trigo. As lavouras de milho, arroz, mandioca, fumo, batatinha, feijão, alface, cebola, e outras de menor significação, permaneceram estacionárias nas quantidades produzidas.

Através dos dados coligidos e sistematizados pelo Serviço de Estatística Agro-Pecuária, vê-se que a diferença entre as áreas plantadas com trigo, em 1948 e 1949, foi de 67.000 hectares, enquanto os quantitativos volumétricos das duas últimas safras, foram, respectivamente, de 286.000 e 310.000 toneladas.

O contingente da população pecuária existente no Estado tem constituído, nos últimos anos, um tema controverso. O recenseamento de 1940 ofereceu índices que apresentavam disparidades com as estimativas do Departamento Estadual de Estatística, levando o órgão apurador dessa repartição a esta conjuntura: ou aceitar os resultados censitários, ou permanecer no mesmo ritmo de estimativas a que vinha procedendo, há vários anos.

Ante os elementos coligidos cuidadosamente, ano a ano, foram os técnicos estatísticos induzidos a não abandonar, de todo, o critério até então seguido. Preferiram reajustar as suas estimativas, tendo em vista aquêles resultados censitários, mas aguardando, prudentemente, os que serão revelados pelo recenseamento a efetuar-se no corrente ano, quando então poderão ajuizar da verdadeira situação dos rebanhos,

A Estatística
e a produção
agrícola

A Estatística
e a população
e produção
pecuária

O valor total do rebanho pecuário no Estado, em 1948, era estimado em 7 bilhões, 583 milhões, 778 mil e 050 cruzeiros, contribuindo para essa cifra, a espécie bovina, com 72%. A produção foi estimada, naquele mesmo período, em 2 bilhões, 745 milhões, 743 mil e 990 cruzeiros, contribuindo para este montante, a banha com 21%, o charque com 10%, a carne bovina com 15%, e as lãs com 9%.

A Estatística e a produção industrial

Segundo os dados coligidos pelo Departamento de Estatística, através do seu Serviço de Estatística de Indústria e Comércio, as indústrias rio-grandenses continuam em pleno surto de expansão e produtividade.

De 1945 para 1946, o nosso parque industrial foi acrescido de 1.319 unidades. De 1946 para 1947, esse aumento foi de 1.410 unidades, e, pelos estudos já realizados, referentes a 1949, os estabelecimentos industriais no Estado ultrapassarão o número de 27.500.

E' preciso acentuar que a força motriz, empregada nessas indústrias, pouco tem excedido a 300.000 HP, para um valor de produção próximo de 10 bilhões de cruzeiros, em 1947.

Em 1946, eram 106.707 os operários que trabalhavam nos 22.235 estabelecimentos transformadores de matéria prima. Esse número elevou-se para 121.695, em 1947, subindo para 23.645 o total das unidades industriais registradas no cadastro de apuração estatística.

Dos doze grupos constitutivos do parque industrial gaúcho (indústrias da alimentação; da borracha e do couro; da cerâmica e calcáreo; das construções; da energia elétrica; metalúrgica; de óleos e gorduras; de produtos químicos; têxtil; do vestuário; da madeira e diversas), verifica-se, em ligeira análise, que, no triênio 1945/47, os setores de maior desenvolvimento foram os pertinentes às indústrias da alimentação, da borracha e do couro, da madeira e metalúrgica. Os demais grupos exerceram mais fraca influência no quadro geral da produção industrial.

ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL

O violento incêndio que, na madrugada de 14 de janeiro do corrente ano, destruiu as instalações da Repartição Central de Polícia privou a respectiva Chefia dos principais elementos informativos, capazes de permitir um amplo relato da gestão administrativa de 1949.

Embora certos departamentos da Polícia não estivessem localizados no prédio sinistrado, os registros definitivos de todos os serviços eram procedidos na Repartição Central, o que veio, também, dificultar os relatórios desses setores policiais.

Por esses motivos é que submeto à apreciação desta ilustre Casa apenas um ligeiro retrospecto dos trabalhos ali executados, durante o exercício findo.

No campo da segurança social, as atividades policiais foram intensas no combate à diuturna ação subversiva dos elementos comunistas.

Vigiando constantemente os passos da gente extremista, a polícia conseguiu prevenir diversas tentativas de alteração da ordem pública, inclusive as greves de fim de ano nos transportes urbanos da Capital.

A sanha comunista, exacerbada por notórios falos de ordem internacional, rão descansou no afã de criar a confusão social, através dos mais artíficos expedientes. Campanhas "Pró-Paz", "Petróleo", Centros "Castro Alves", "Casemiro de Abreu", etc. constituíram-se em frentes de luta extremista. Nêles, sob o aparente pretexto de uma reivindicação lícita ou do culto de um herói popular, era exercida a mais tenaz e perniciososa propaganda vermelha, a par de uma campanha sistemática contra as instituições democráticas.

A ausência de legislação penal repressora dessas atividades obriga as autoridades a um trabalho exaustivo e que, nem sempre, pode atingir os seus objetivos, devido à impunibilidade de que gozam atualmente esses agentes da desordem, cujas vinculações internacionais são bem conhecidas.

Um sério obstáculo à prevenção atual dessa delituosidade foi a destruição dos arquivos da Diretoria de Segurança Social, uma vez que se torna difícil a pronta identificação dos elementos comunistas, bem assim a consulta de documentos comprobatórios da trama vermelha.

Isso, porém, não importará numa solução de continuidade no combate ao comunismo, pois a polícia empregará redobrados esforços para refazer os seus arquivos e prosseguir, como sempre, nessa árdua tarefa.

No setor da polícia de costumes, prosseguiu com o mesmo vigor a campanha contra os jogos de azar. Inúmeras contravenções foram lavradas por violação do artigo 50 da lei pertinente à espécie, sendo fechados diversos antros de jogatina.

De outro lado, desenvolveu-se uma enérgica repressão às casas de lenocínio, que infestavam as zonas residenciais da Capital. Igual repressão foi efetuada contra a vadiagem.

Tais medidas policiais foram executadas, também, no interior do Estado, com resultados benéficos para a moralidade pública.

**Segurança
social**

**Polícia de
costumes**

Repressão e prevenção da criminalidade

No trabalho de repressão e prevenção da criminalidade comum, a ação das autoridades policiais revelou-se criteriosa e eficiente. Muito contribuíram para a diminuição de delitos em todos os municípios as medidas adotadas, principalmente o desarmamento, a fiscalização dos locais de diversão, a punição dos pequenos delitos contravencionais, como sejam embriaguês, perturbação do sossego público, etc. A este respeito, é de salientar que a execução rigorosa da Lei das Contravenções Penais ocasiona uma redução sensível das infrações do Código Penal, mórmente nos delitos contra a pessoa e o patrimônio.

Concretizando uma velha aspiração da classe ruralista, a Chefia de Polícia encaminhou ao Governo um projeto de Policiamento Rural, o qual recebeu a aprovação da Federação das Associações Rurais. Quando for concretizado em lei esse empreendimento, podemos estar certos de que a nossa campanha desfrutará de completo sossego, pela extirpação, em definitivo, da criminalidade.

A fim de melhor executar esse policiamento, também foi apresentado pela mesma Chefia, simultaneamente, um projeto de ampliação das Regionais de Polícia para nove, de modo a assegurar u'a maior fiscalização dos serviços.

Estabelecimentos penais

Em matéria de presídios, devido às conhecidas dificuldades oriundas da ausência de estabelecimentos adequados, as autoridades responsáveis pela respectiva administração não puderam atingir, integralmente, os objetivos colimados.

Todavia, a Casa de Correção construiu uma moderna e higiênica cozinha, no valor de Cr\$ 250.000,00, resolvendo, assim, um angustioso problema relativo à alimentação dos detentos. Pretende, ainda, sua administração, no corrente exercício, iniciar os trabalhos de construção de um refeitório e reformar as instalações da enfermaria, proporcionando assim melhor assistência aos internados.

Por sua vez, o Reformatório de Mulheres Criminosas obteve, em prédio novo, uma melhor acomodação, melhorando a assistência às presidiárias.

Diretoria de Trânsito

A Diretoria Estadual de Trânsito, despendendo grandes esforços, conseguiu vencer muitas de suas dificuldades. Uma medida de alta utilidade foi a criação do Corpo de Guardas de Trânsito. Dispondo deste novo quadro de funcionários, com instrução especializada, a Diretoria poderá fazer frente aos inúmeros problemas de tráfego desta Capital.

Se mais não foi realizado, impute-se unicamente à ausência de recursos, inclusive à precariedade das próprias instalações da Diretoria.

Arrecadação

No passado exercício, a Polícia arrecadou para os cofres do Tesouro do Estado a importância de Cr\$ 13.178.235,70, superando as anteriores rendas de 1947 e 1948.

BRIGADA MILITAR

Durante o exercício de 1949, além dos serviços normais de policiamento nesta Capital e nos municípios do interior, guarda de edifícios públicos, combate a incêndios e outros, couberam à Brigada Militar certas missões especiais dignas de registro. E assim que, por solicitação dos líderes dos diversos partidos representados na Assembléia Legislativa, forneceu os oficiais e a tropa necessária à plena garantia dos plebiscitos que se realizaram em diversos municípios do Estado. E à requisição da Secretaria da Agricultura, proporcionou a esta forte contingente para assegurar a execução de certas medidas tomadas em relação aos intrusos em terras de domínio público, cooperando decisivamente para evitar sérios conflitos que pareciam iminentes.

Esta organização, criada em 1947, vem alcançando plenamente os seus objetivos e acusando de ano para ano maior prosperidade. Enquanto no primeiro semestre de sua atividade o movimento bruto de vendas atingiu apenas a Cr\$ 3.850.257,90, em 1948 subiu a Cr\$ 13.000.000,00 e, em 1949, à expressiva cifra de Cr\$ 22.000.000,00.

A última soma torna-se ainda mais apreciável, quando se tem em vista que o capital do estabelecimento é apenas de Cr\$ 3.000.000,00. Estando previsto um volume bem maior de vendas no corrente exercício, o Comando da Brigada Militar pondera a necessidade de elevar esse capital para Cr\$ 4.000.000,00, sem onus para o Estado, o que permitirá não só dar à organização aparelhamento mais eficiente, como ainda adquirir mercadorias em melhores condições de preços.

Estabelecimento de subsistência

A execução de um plano para a construção de casas destinadas a oficiais e praças, vem sendo custeada com recursos meramente administrativos, buscados nas taxas cobradas pelo Estabelecimento de Subsistência, nos pequenos alugueres das casas já ocupadas e no rendimento de uma olaria arrendada, no município de Gravataí.

Habitação para oficiais e praças

Não fôra o incêndio dos estabelecimentos da firma Oswaldo Della Múa, em Passo Fundo, o empreendimento em questão já estaria bem mais adiantado.

Apesar disso, no fim do ano passado, a construção, que se limitara até então a esta Capital, passou a ser estendida ao interior, sendo montadas 10 casas em Rio Grande e 15 em Livramento, pela firma Intercâmbio Madeireira Ltda., e 8 em Passo Fundo, pela firma Della Múa.

Dentro da mesma finalidade, foi adquirido em Pelotas um ótimo terreno, por conta de economias administrativas do 4.º B.C., e uma propriedade em Livramento, em cujo terreno se poderá levantar um grupo de boas residências.

Quando se puder executar integralmente o plano em questão, ficará solucionado um dos mais apremiantes problemas que afetam oficiais e praças da Brigada Militar. Acresce que, pagando estes para esse fim apenas 0% dos seus vencimentos, excluídas quaisquer gratificações, terão todos sensível aumento

de capacidade aquisitiva, o que já se vem verificando em relação a diversos dêes.

Distribuição de fardamentos

A distribuição de fardamento, que havia sido normalizada em 1948, graças ao aumento do poder aquisitivo da Fôrça, proporcionado por sua fábrica de calçados, sofreu bastante, no exercício passado, em virtude de a concorrência para aquisição de matéria prima ter acusado o montante de Cr\$ 7.200.000,00. Para atender tal despesa, contou a Brigada apenas com a dotação orçamentária de Cr\$ 4.900.000,00, aos quais acrescentou a parcela de Cr\$ 1.000.000,00, resultado da confecção de calçados em sua fábrica, da maior duração dessas peças e melhora da sua qualidade. Nessas condições, somente lançando mão de uma reserva mantida pelo Serviço de Intendência para atender a casos de emergência, e utilizando tecido de qualidade inferior, pôde a Fôrça distribuir, embora com algum atraso, todo o fardamento vencido por subtenentes, sargentos, cabos e soldados, o que, todavia, não evitou um excesso de despesa de cerca de Cr\$ 500.000,00.

A concorrência para o exercício de 1950 alcançou a alarmante cifra de Cr\$ 8.164.000,00, correspondente à confecção do mesmo uniforme distribuído à tropa em 1948 e 1949. Levando em conta a redução de 584 homens nos efetivos da Fôrça, na dotação de Cr\$ 4.700.000,00 consignada no orçamento em vigor, ter-se-á um déficit de Cr\$ 2.764.000,00, quantia esta necessária para custear o uniforme relativo a um terço dos homens a fardar.

Quartéis e estabelecimentos

Diversos reparos, benfeitorias e restaurações foram realizados nos hospitais de Porto Alegre e Santa Maria, quartéis dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Batalhões de Caçadores, Batalhão de Guardas, 1.º, 2.º e 3.º Regimentos de Cavalaria, Corpo de Bombeiros e outros estabelecimentos.

Em meados do ano em relato, mudou-se para o seu novo quartel, recém construído em Montenegro o 5.º B.C., até então instalado em um grupo de prédios nas mais precárias condições.

É urgente a construção do quartel do Corpo de Bombeiros, dos restantes pavilhões do Regimento Bento Gonçalves, nesta Capital, do quartel do 3.º Regimento de Cavalaria, em Passo Fundo e de mais um pavilhão para o Batalhão de Guardas, em Rio Grande.

Já dispõe a Brigada, de uma ótima área, do valor de cerca de Cr\$ 2.500.000,00, onde será levantado o quartel do Corpo de Bombeiros, cujo projeto acaba de ser concluído. O Executivo autorizou a Secretaria do Interior a entrar em entendimentos com as companhias de seguro contra fogo, no sentido de obter os recursos financeiros necessários àquela construção.

Utilizando a produção de uma claria, que pretende explorar junto ao 3.º Regimento de Cavalaria, em Passo Fundo, espera o Comando da Brigada dar início ainda este ano à construção do quartel daquela unidade, até que seja consignada verba em orçamento.

Por empenho do Governo do Estado, foi incluída no orçamento do Ministério da Aeronáutica, para o corrente exercício, a verba necessária à indenização da área de 470 hectares, à margem direita do Gravatal, que servia de inverno para os animais da Fôrça, e que foi desapropriada pela 5.ª Zona Aérea.

Quanto às desapropriações feitas pela Prefeitura, na zona do canal do Riacho, referidas na Mensagem anterior, recebeu a Brigada Militar daquela entidade, como parte das indenizações devidas, um terreno à Avenida Piratini, esquina da rua Arlindo, no valor de Cr\$ 370.000,00.

Transportes

Numa Fôrça, cujo pessoal e material devem ser movimentados com rapidez, quer no âmbito da Capital, quer no do interior, o serviço de transporte assume importância relevante.

A verba consignada em orçamento para esse fim, em 1949, na importância de Cr\$ 200.000,00, ficou muito aquém das suas reais necessidades. Reduzida à metade no corrente exercício, a situação nesse setor será bem pior.

Esse serviço, um dos mais importantes da Fôrça, por movimentar a quase totalidade das verbas "Material" e empregar as maiores somas da Caixa da Brigada, através das suas sessões comerciais, viu acrescida a sua responsabilidade, a partir de julho, com a administração e exploração de uma olaria arrendada no município de Gravataí, pelo prazo de sete anos.

Os resultados deste empreendimento são os mais animadores, pois já se refletem no plano de habitações para oficiais e praças e ainda na execução de certas obras orçamentárias. Por certo concorrerão para aumentar apreciavelmente o poder aquisitivo das verbas destinadas a essas finalidades.

O Hospital de Pôrto Alegre, conquanto instalado em prédio que não corresponde a suas necessidades, é, incontestavelmente, um dos melhores da Capital, quanto ao aparelhamento. No exercício passado, a sua eficiência foi ampliada com a instalação de um aparelho de Rios X fluoroscópico, para controle de tratamento, no Ambulatório de Tisiologia, e de um moderno aparelho de anestesia gasosa, na sala de operações.

O estado sanitário da tropa foi melhor que o do ano anterior. As incapacidades físicas atingiram, o número de 107, enquanto o de falecimentos foi de 28.

Foram transferidos, em doação, para a Instituição "Coronel Massot", órgão assistencial do pessoal da Fôrça — não só de oficiais e praças, como de suas famílias — a Farmácia Central e o Laboratório de Análises e de Pesquisas Clínicas, que funcionavam a título comercial, controlados pelo Conselho Administrativo da Brigada. De outro lado, criou-se o Laboratório Químico-Industrial, onde a Brigada Militar vem preparando a maior parte dos produtos farmacêuticos, especialmente injeções, utilizados nos seus hospitais e enfermarias, os quais pretende fornecer ao pessoal, a preços baixos.

Concluíram diversos cursos especializados para oficiais e graduados: no Curso de Formação de Oficiais, 17 matriculados, que foram declarados aspirantes; no Curso de Formação de Sargentos, 38; no Curso de Monitores de Educação Física, 6; no Curso de Ataque e Defesa, 21; na Escola de Educação Física, 3.

Tal como no exercício de 1948, foram concedidas, por empenho do Governo do Estado, matrículas a oficiais e praças, nas Escolas do Exército Nacional, na Capital da República. Em 1949, foram nelas matriculados quatro oficiais, sendo um na Escola de Moto-Mecanização, dois na Escola de Aperfeiçoamento de Cavalaria, e um na Escola de Aperfeiçoamento de Infantaria, e um cabo na Escola de Veterinária do Exército.

Está em cogitação a escolha de um ou dois oficiais para fazerem um estágio no Corpo de Bombeiros, na Capital da República, e de um outro, para um estágio de trinta a sessenta dias, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, na qualidade de observadores do desenvolvimento técnico, tático e material de serviço de prevenção de incêndio e de combate ao fogo, naqueles adiantados países.

E' possível que, num futuro próximo, em todo o território rio-grandense, os referidos serviços fiquem a cargo exclusivo da Brigada Militar, em virtude da Lei n.º 874, de 26/12/1949, que autorizou o Poder Executivo a estabelecer convênios com os municípios, para a encampação ou organização dos mesmos.

Aliás, já anteriormente, haviam sido organizados, em caráter precário, nos municípios de Livramento e Passo Fundo, dois destacamentos de bombeiros, com pessoal e material dessa corporação.

Serviço de
Intendência

Serviço de
Saúde e Vete-
rinária e ser-
viços anexos

Instrução

Em consequência da Lei referida, grande número de municipalidades têm-se dirigido ao Comando da Força, no empenho de terem organizados em suas sedes os serviços em questão.

Movimento
geral de
fundos

Durante o exercício de 1949, a receita da Brigada Militar foi de Cr\$ 144.362.019,00, e a despesa, de Cr\$ 142.192.126,50, verificando-se, assim, uma economia de Cr\$ 2.169.892,50.

POLITICA SOCIAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Administração geral

As dificuldades enfrentadas pelos órgãos de administração geral da Secretaria de Educação e Cultura agravaram-se em 1949, diante do desenvolvimento registrado nos diversos setores do ensino público e da diminuição do número de servidores no quadro da Repartição Central, dada a impossibilidade legal de se preencherem vagas ocorridas, bem como da translação, para a competência dos serviços subordinados à Diretoria Geral, de encargos administrativos atribuídos a outros departamentos do Governo.

Embora o número de professores, em 1945, não atingisse a dois terços do atual, o pessoal administrativo, hoje lotado nos órgãos de administração geral, onde há mais de duas dezenas de cargos vagos e numerosas funções de extra-numerário não preenchidas, equivale ao existente naquele ano.

Ao desenvolvimento do ensino e à estagnação do número de funcionários encarregados de proporcionar os meios para o trabalho incumbido ao magistério, cumpre acrescentar, ainda, o deferimento, por lei, de vantagens novas aos servidores públicos em geral e a necessidade de se examinar a situação pessoal de grande número de funcionários, a fim de se individualizarem os benefícios a eles outorgados.

As maiores dificuldades assinalaram-se no primeiro semestre, quando se registrou a atribuição à Secretaria, da tarefa de organizar folhas de pagamento, até então elaboradas no Tesouro do Estado. Na segunda metade do exercício, tornou-se possível acudir aos problemas suscitados pela superveniência desse encargo, mediante a duplicação do horário normal de trabalho e a colaboração de alguns professores, que foi imprescindível colocar à disposição da Diretoria Geral.

Proporcionalmente ao crescimento dos serviços e dos quadros do magistério, aumenta, de ano para ano, o ingresso, no protocolo geral, a cargo do Serviço de Comunicações, de requerimentos, ofícios e outros papéis. Estes números ilustram suficientemente a afirmação:

Processos entrados: 1945 — 18.182; 1946 — 22.991; 1947 — 26.634; 1948 — 32.891; 1949 — 34.410.

A tramitação desses expedientes, cujo fichário e registro estão a cargo, apenas, de onze funcionários, exigiu 149.916 movimentos de trânsito, importando ressaltar que, dentre a totalidade dos expedientes, 9.471 foram conclusos ao Gabinete do Secretário e 18.766 à Diretoria Geral. A multiplicidade de operações, na tramitação dos expedientes, deve-se a terem 25.997 deles demandado informações e verificações de assentamentos na Diretoria do Pessoal, 11.968 acarretado lavratura de decretos, portarias, apostilas e redação de ofícios na Diretoria do Expediente, 8.383 requerido processamento no Serviço de Contas, 1.012 sido submetidos a parecer da Assistência Administrativa, 13.746 exigido exame por parte da Superintendência do Ensino Primário, 4.522 transitado pela Superintendência do Ensino Normal e 22.004 sido recolhidos ao Arquivo.

Deram entrada, na Diretoria do Pessoal, em 1949, 25.997 expedientes, dos quais 25.682 foram ali informados. No serviço de assentamentos, compreendido entre os órgãos dessa Diretoria, se registraram 13.620 verificações e mais de

quinze mil anotações. O desempenho da totalidade desses encargos incumbe, em média, a 15 funcionários.

Foram elaborados e expedidos por essa Diretoria 22.380 atos, assim discriminados:

Decretos numerados, 34; decretos individuais, 2.090; apostilas, 1.094; ofícios, telegramas e editais, 6.031; portarias, 10.990.

O atendimento pontual desse volumoso expediente exige se preencham, ao menos, os cargos vagos de oficiais administrativos e de dactilógrafos. A falta de funcionários dessas carreiras profissionais retarda o andamento dos expedientes e não permite que os atos jurídicos nêles calcados revistam, sempre, quanto ao aspecto formal, a perfeição que é de desejar.

Ao Serviço de Contas compete o controle das verbas de material, do orçamento da Secretaria, a extração de empenhos e o encaminhamento das contas a pagar e, também, desde janeiro de 1949, a feitura das folhas de pagamento dos diversos serviços dessa repartição e dos grupos escolares da Capital. De 8.393 processos entrados em 1939, apenas 315, no valor de Cr\$ 235.084,00, não puderam ser encaminhados a tempo de pagamento no exercício, ou, em 1950, pela conta "Restos a Pagar", já pela data tardia da entrada, já por insuficiência das verbas orçamentárias, devendo-se, por isso, providenciar o seu pagamento mediante a abertura de crédito especial. Elaboraram-se, durante o ano, 3.170 requisições de pagamento, no valor total de Cr\$ 15.915.275,30, e 376 decretos de concessão de auxílio, no total de Cr\$ 5.396.700,00; emitiram-se 1.861 atestados de efetividade, além de 1.087 folhas de pagamento.

O quadro do Serviço de Prédios ainda não pôde ser convenientemente organizado, dadas as dificuldades orçamentárias. As funções de engenheiro foram exercidas, em 1949, por profissional admitido na qualidade de extranumerário, e os três mestres de obras lotados nesse serviço são, também, extranumerários. Desempenham atribuições do Serviço de Prédios, funcionários de outros departamentos da Secretaria, titulares de cargos burocráticos, mas possuidores de conhecimentos técnicos, derivados, quer da qualidade de engenheiro arquiteto, quer da de estudante de engenharia. É, pois, necessidade inadiável a criação dos cargos e funções.

No ano findo, executou o serviço treze projetos para prédios escolares, bem como realizou nove levantamentos e plantas. Promoveu, ainda, por administração, reparos em 62 prédios de unidades escolares e de serviços administrativos e levou a efeito, mediante concorrência, consertos e reformas em 72 outros, despendendo-se, na totalidade desses empreendimentos, a importância de um milhão e oitocentos mil cruzeiros. Não obstante o vulto da atividade desenvolvida, esta não atingiu o ritmo necessário, uma vez que, por falta de recursos, não foram atendidos cerca de 250 pedidos de reparos. Realizou esse serviço, ainda, em colaboração com a Secretaria de Obras Públicas, a estolha de terrenos para edificações escolares e efetuou a lavratura de numerosos contratos de locação de prédios.

Dispondo de espaço insuficiente, o Serviço de Arquivo vê-se em dificuldade para acomodar a massa de expedientes que lhe são encaminhados atualmente. Em 1949, recolheram-se às suas pastas mais de 22 mil expedientes, extrairam-se 341 traslados e 14 certidões, efetuaram-se cerca de três mil buscas e juntadas de processos findos e devolveram-se 250 documentos, mediante recibo. Encontrando-se nesse Serviço documentos relativos à vida funcional de milhares de servidores públicos, é mister conservá-los em local seguro, espaçoso e ventilado, colocando-os a salvo dos riscos a que presentemente estão expostos.

Em 5 de novembro de 1949, o titular da Secretaria de Educação e Cultura expediu a portaria n.º 6177, onde se ministraram instruções minuciosas quanto ao uso de veículos automotores pertencentes a essa repartição. Organizou-se, diante disso, conquanto sem quadro próprio, o Serviço de Transporte, encarregado do controle da movimentação dos carros, camionetas, caminhões e ôni-

bus da Secretaria, bem como da direção da oficina de pequenos consertos. Achando-se os carros, na quase totalidade, velhos e em mau estado, sua conservação acarreta elevada despesa. O controle das saídas de carros e do consumo de combustíveis, embora ainda não tenha dado todo o resultado previsto, tem demonstrado, entretanto, positivamente, a conveniência da medida.

Realizou o Serviço de Material, no ano findo, três concorrências públicas e 989 concorrências administrativas e tomadas de preços para compra de material didático e de expediente e expediu, com base nessas operações, 2.430 notas de compra, no valor total de Cr\$ 12.532.470,20.

Foi distribuído, em 1949, o seguinte mobiliário escolar padronizado: 4.462 carteiras-bi-pessoais; 2.196 carteiras individuais e cadeiras; 230 armários de aula; 149 armários para biblioteca; 80 "bureaux"; 80 cadeiras giratórias; 171 cabides; 2.065 cadeiras simples; 221 mesas para professores; 52 porta-chapéus; 182 quadros negros e 53 ternos de madeira. Atenderam-se, com isso, requisições de mobiliários formuladas por 258 unidades de ensino. Proporcionou-se, ainda, equipamento completo a 18 escolas rurais e 21 jardins de infância, bem como se forneceram móveis a 10 residências de professores, 8 refeitórios e cozinhas e 6 auditórios. Distribuíram-se, ainda, ao ensino primário, 490 unidades não padronizadas, 208 ao ensino secundário, 126 ao ensino normal e 900 às diversas Superintendências de Ensino e serviços da Secretaria. Entre os utensílios e acessórios distribuídos em maior número, contam-se 10.030 metros de brim para cortinas e 5.000 tinteiros de bakelite para classe, elevando-se o fornecimento total a 17.539 unidades. Forneceram-se, ainda, 239 pás, 200 enxadas, 262 sachos, 190 regadores, além de outras ferramentas para clubes agrícolas, no total de 1.594 objetos. No material de consumo escolar, ocupam lugar proeminente os livros, cadernos, blocos para cálculo e desenho, lapis, etc., cujo estoque deve ser renovado atualmente. Dêsse material, entregaram-se às escolas, no ano findo, 49.214 compêndios diversos, 196.670 cadernos, 66.000 blocos, 26.669 folhas de cartolina, 43.600 borrachas para lapis, 6.904 dúzias de lapis preto, 7.251 caixas de lapis de cor, além de papel, goma, tinta, etc., no total geral de 439.458 unidades. Em livros de escrituração, papel, envelopes, boletins e outros impressos de uso escolar, expediram-se 172.104 unidades e entregaram-se 11.300 unidades de material de limpeza e higiene.

O inventário levantado em 31 de dezembro acusa vultosa existência, encontrando-se a explicação dêsse fato na necessidade de se expedir, durante as férias de verão, o material indispensável para o funcionamento das escolas no ano letivo seguinte.

Luta êsse serviço, também, com falta de pessoal e de espaço. Fazem-se necessários amplos armazens, onde se processem a classificação e balanço permanente, o encaixotamento e a expedição dos volumes destinados à Capital e ao interior.

Está a cargo da Diretoria de Estatística Educacional o cumprimento de convênio celebrado com a União em 1931. Diante da imperatividade de realizar preferentemente os encargos resultantes dêsse convênio, não tem êsse serviço, por deficiência de pessoal, prestado ao Estado, no campo da estatística educacional, toda a cooperação que se requer. Seu quadro de pessoal, que se deveria compor de 4 estatísticos e 12 apuradores efetivos, bem como de 4 operadores Hollerith extranumerários, está reduzido, de fato, a 2 estatísticos, 6 apuradores e 4 extranumerários, aos quais prestam auxílio 3 mensalistas do I.B.G.E., órgão chefe do sistema estatístico nacional.

A Secção de Estatísticas Educacionais incumbe a apuração anual de cerca de 7.000 questionários do ensino pré-primário, primário comum e supletivo e de 1.600 do ensino não primário. Apura, ainda, o movimento mensal das caixas escolares e realiza vários cálculos complementares para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, além de resumos para publicação em Boletins. A Secção de Estatísticas Culturais compete a estatística dos cultos, das associações científicas, literárias, artísticas, educativas, cívicas

e recreativas, da imprensa, bibliotecas, produção bibliográfica, casas de diversões, rádiodifusão, propriedade intelectual, despesas públicas com o ensino e a saúde. Publica, igualmente, um Boletim anual, que é o único do gênero no país e se encontra no IX ano.

Por falta de espaço nos edifícios ocupados pela Secretaria, funciona a Estatística Educacional no "foyer" do Teatro São Pedro.

Prédios escolares

Não tem permitido a situação financeira do Estado se destine, à construção de prédios escolares, nem mesmo o mínimo reclamado pelas necessidades mais urgentes.

E' certo que a solução imediata desse problema não pode resultar, exclusivamente, de recursos consignados no orçamento anual. O plano de construção deve, ao invés, ser executado, em maior parte, com recursos obtidos mediante empréstimo, de modo que o ônus dele decorrente se distribua por exercícios sucessivos.

No ano de 1949, conseguiu a Secretaria de Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 5.600.000,00, coberto com a redução ou a economia de verbas de pessoal, do seu orçamento. De igual sorte, obtivera, em 1948, o crédito de Cr\$ 8.000.000,00.

Tornou-se possível, com êsses recursos e com a dotação de Cr\$ 1.500.000,00, do orçamento da Secretaria das Obras Públicas, iniciar a execução de pequeno plano de construção de prédios escolares. Dentre as obras compreendidas nesse plano, já se acham terminadas as do Grupo Escolar de Marau e estão em andamento, devendo concluir-se em 1950, as dos grupos escolares de Santa Maria (Grupo Escolar Coronel Pilar), Canguçu, Triunfo, General Vargas e Canoas (Grupo Escolar de Vila Niterói). Está prestes a iniciar-se, ainda, a construção do Grupo Escolar de Palmeira de Missões, devendo, também, até maio de 1950, ser aberta concorrência pública para a construção dos grupos escolares de Lagoa Vermelha, Roça Sales e Maquiné. Depende ou da conclusão dos projetos, já em elaboração, ou de novos recursos financeiros, a abertura da concorrência para construção dos grupos escolares de Panambi, Sobradinho, Formigueiro, D. Feliciano, Cacequi, Galópolis, Canoas (sede) e Herval. Condiciona-se, por igual, à obtenção de recursos financeiros a construção dos prédios do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, do Ginásio Noturno D. João Becker e das Escolas Normais de Cruz Alta, Passo Fundo e Caxias do Sul.

Vem sendo dispensado especial cuidado aos prédios rurais, com residência para o professor. Parte dos recursos para a construção desses prédios proveio dos créditos especiais de Cr\$ 8.000.000,00 e Cr\$ 5.600.000,00, abertos, em 1948 e 1949, à Secretaria de Educação e Cultura. Outra parte dimanou da contribuição do Governo Federal, que, na conformidade de convênios celebrados com o Estado, obrigou-se a concorrer com Cr\$ 50.000,00 ou 60.000,00 por escola. O custo dessas escolas ascende, em média, porém, a Cr\$ 130.000,00. Cumpre salientar que a construção dos prédios rurais se realiza, ainda, mediante a cooperação das Prefeituras Municipais ou da Secretaria de Obras Públicas, registrando-se casos em que as Prefeituras têm assumido a responsabilidade de pequena parcela nas despesas de construção.

Das 258 escolas rurais previstas no plano, construíram-se, até agora, 93, acham-se em vias de conclusão 9 e, em construção adiantada, 36. Nessas escolas, o Estado já despendeu Cr\$ 6.440.650,30. Se se proporcionarem à Secretaria de Educação e Cultura os recursos necessários, que se estimam em Cr\$ 12.000.000,00, para que prossiga na execução do plano, será possível concluir as 258 escolas rurais até janeiro de 1951.

No município da Capital, acha-se encaminhada, em parte, a solução do problema dos prédios escolares. Por iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura, o Estado celebrou com a Prefeitura Municipal convênio referente ao desenvolvimento do ensino primário em Porto Alegre. Por êsse convênio, já aprovado por esta Egrégia Assembléia e pela Câmara Municipal, a Prefeitura

de Porto Alegre aplicará, anualmente, na aquisição de imóveis e na construção de prédios destinados a estabelecimentos de ensino primário, vinte por cento de sua renda de impostos. Em tais prédios, que serão postos à disposição da Secretaria de Educação e Cultura, gratuitamente e por tempo indeterminado, obriga-se a Secretaria a manter unidades de ensino primário, dirigindo-as e provendo-as de professores, de material e de tudo quanto fôr necessário. Calcula-se que, com tais recursos, sejam construídos, anualmente, prédios com capacidade para três mil alunos, no mínimo, e num só turno.

Executado o convênio, e desde que o Estado não se dê por dispensado, inteiramente, da obrigação de estender a atual rede de prédios escolares, será alcançada, dentro de poucos anos, solução satisfatória para o grave problema de instalação das escolas públicas primárias de Porto Alegre.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, um dos mais antigos laboratórios educacionais em funcionamento na América do Sul, senão o mais antigo, e um dos mais eficientes no gênero, prosseguiu, em 1949, no desempenho das atribuições que lhe incumbem.

**Centro de
Pesquisas e
Orientação
Educacionais**

Além de elaborar as diretrizes didáticas a que se deve subordinar o magistério no exercício de sua função, controla, ainda, o aproveitamento dos alunos e a eficiência do trabalho docente, mediante a organização de provas finais para tôdas as escolas primárias públicas e a instituição de critérios objetivos para o seu julgamento. A igual supervisão submete o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais o ensino de adolescentes e adultos e o concurso de admissão às Escolas Normais, assim como preside às provas eliminatórias para matrícula no Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação.

Sobre ter efetuado, no ano findo, 12 comunicados e planos de caráter didático e de haver promovido debate, em reuniões de diretores de unidades escolares e de orientadores de ensino, a respeito de 11 estudos técnico-pedagógicos, emitiu o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais pareceres acerca de 46 livros didáticos, expediu instruções metodológicas quanto ao ensino das matérias integrantes dos currículos das Escolas Normais Rurais e, por fim, nessa mesma linha de atividade, continuou nos trabalhos de revisão dos programas de ensino primário, especialmente quanto à sua adaptação ao ensino rural.

Por esse órgão especializado foram atendidas 1.278 consultas do magistério, das quais 331 relativas à educação pré-primária, 657 à primária, 172 ao ensino supletivo, 87 ao normal e 31 ao rural.

Estudou o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, ainda, durante o ano findo, 31 casos de crianças difíceis, realizou 153 entrevistas com crianças, pais e professores e palestras de orientação, além de ter levado a efeito, dentro de sua órbita de ação, numerosos outros trabalhos, tais como estudos acerca da instalação de classes especiais para retardados e deficientes, adaptação de questionários psicológicos, registro e apreciação de trabalhos escolares especialmente recomendados.

Empenhou-se a Secretaria de Educação e Cultura em criar novas unidades de ensino primário e em reabrir o maior número possível de grupos escolares e escolas isoladas que haviam sido fechados, em anos anteriores, ou por falta de prédio, ou de professores, ou de acomodação para êstes. A medida do esforço realizado nesse sentido é dada pela criação, em 1949, de 28 grupos escolares e escolas isoladas, dos quais foram instalados 23, computando-se entre êstes algumas unidades instituídas anteriormente, bem como pela abertura de numerosos grupos e escolas.

**Ensino
primário**

Diante da dificuldade em recrutar, pelos meios comuns, que se achavam ao alcance da administração, professores para grande número de unidades situa-

das em localidades do interior, elaborou a Secretaria projeto de lei, mediante o qual se facultava o contrato de elementos não portadores de diploma.

Além de acudir a imperativo inadiável, qual o de solucionar o problema do provimento dessas unidades escolares, o projeto resguardava, com o restringir a admissão por contrato às escolas onde não se tivesse feito possível a lotação por professores de carreira, as prerrogativas resultantes da classificação obtida em concurso para o ingresso no magistério.

Foi convertido o projeto, em 27 de dezembro de 1949, na Lei n.º 913.

A admissão de professores contratados condiciona-se ao implemento, pelos candidatos, de diversos requisitos, entre os quais o consistente na conclusão de curso intensivo de formação para o magistério, ministrado pela Secretaria, já tendo o primeiro desses cursos se realizado, no corrente ano, em Viamão.

Ainda no que se refere ao recrutamento de pessoal para o magistério primário, cuidou a Secretaria em refundir as normas existentes, assim quanto ao concurso de ingresso no quadro docente desse ramo de ensino, como ao reingresso nêle, dos professores afastados por motivos não disciplinares.

A nova regulamentação mantém, em substância, os princípios fundamentais vigorantes, a êsse respeito, desde 1938, mas introduz, no sistema anterior, inovações de grande alcance.

Funcionaram, no ano findo, 848 unidades do ensino primário, compreendendo-se nêsse número grupos escolares, cursos primários do Instituto de Educação e das Escolas Normais, escolas rurais, escolas especiais e escolas isoladas. Destas unidades, 224 funcionaram em dois turnos e 28 em três.

A matrícula total ascendeu a 130.000 alunos, com a frequência média de 83%. Em Porto Alegre e arredores, a matrícula foi de 26.997 alunos.

Serviram nessas escolas, no ensino de letras, 4.693 professores primários, dos quais 4.604 do quadro, 50 auxiliares de ensino e 39 substitutos. Dêsses professores, 54 desdobraram atividade docente em escolas particulares, nos termos da regulamentação vigente. Dos demais professores primários, cujo total é de 5.565, serviram na orientação do ensino estadual 34, na orientação do ensino municipal 32 e na fiscalização do ensino particular 25. Algumas dezenas de professores realizam cursos de especialização, ou prestam serviços administrativos na Secretaria, dada a falta de funcionários burocráticos. Houve 72 baixas no quadro: 56 exonerados; 3 aposentados e 13 falecidos. Os restantes são professores especializados de música e canto orfeônico, de desenho e artes aplicadas e de educação física.

Ensino supletivo

Emprestando decidido concurso à campanha de alfabetização de adultos e adolescentes, lançada pelo Governo Federal, o Estado além de cumprir, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, as obrigações resultantes dos convênios celebrados com a União, distendeu, por conta própria, tal como fizera nos anos anteriores, o âmbito da campanha. Assim é que, mediante recursos próprios, manteve 766 classes noturnas de ensino supletivo, ao passo que, por conta das verbas destinadas a êsse fim pelo Governo Federal, instituiu e pôs em funcionamento 695 classes.

A observância do convênio requer o dispêndio de volumoso trabalho burocrático, pois, segundo os termos dêle, devem ser encaminhados, periodicamente, ao Ministério de Educação e Saúde, quadros demonstrativos da administração de cada classe. Todo o empenho tem sido posto, contudo, no cumprimento pontual das obrigações assumidas pelo Estado, quanto à sua participação na campanha de difusão do ensino supletivo.

Em 1949, funcionaram 835 cursos noturnos do ensino supletivo, com 1.361 classes, onde a matrícula subiu a 29.513 alunos. A essas classes, cumpre acrescentar 242 outras, nas Escolas Regimentais, com a matrícula de 7.466 alunos.

O número de professores que prestaram trabalho nos cursos noturnos ascendeu a 1.523 e, nas Escolas Regimentais, a 304.

Na base do plano de difusão do ensino rural, que o Estado realiza em cooperação com o Governo Federal, acha-se a construção de edifícios para 258 unidades desse tipo de ensino primário, já tendo sido ultimadas 93 dessas edificações, ao passo que 9 outras se encontram em vias de conclusão.

A formação de professores para tais escolas está a cargo, por enquanto, somente de três entidades privadas, sob regime de inspeção, que são as Escolas Normais Rurais de Guaporé, Ana Rech e Cerro Largo, às quais, em 1949, de acordo com a lei de auxílios e subvenções, o Estado concedeu auxílios no total de Cr\$ 350.000,00. Está prevista, entretanto, a criação pelo Estado, ainda em cooperação com o Governo Federal, de duas Escolas Normais Rurais, a fim de se intensificar a formação de professores, pois, apesar do valioso trabalho das Escolas particulares, o número de alunos por elas diplomados não atingirá, diante da amplitude do desenvolvimento do ensino primário rural, o coeficiente necessário para atender os encargos da docência nas escolas que, em futuro próximo, serão instaladas.

Em face das dificuldades que se prenunciavam quanto ao provimento das funções de professor nas novas escolas, o Poder Executivo encaminhou a esta Assembléa o projeto que se converteu na Lei n.º 918, de 27 de dezembro de 1949, que autoriza a admissão, mediante contrato, na falta de candidatos com diploma de professor rural, de elementos não diplomados, desde que se submetam, com êxito, a curso intensivo de formação pedagógica e de especialização rural, ministrado, no período de férias, na Escola Técnica de Agricultura, em Viamão.

Das escolas rurais, recentemente construídas, 77 já foram instaladas e providas de professores, dentro das possibilidades da administração, que recorreu não só ao concurso de ingresso, para os portadores de diplomas do curso normal rural, senão ainda ao contrato de professores, nos termos da citada lei.

Coordena a Superintendência do Ensino Normal o funcionamento do Instituto de Educação nesta Capital, de 7 Escolas Normais Oficiais e de 19 Escolas Normais particulares, sujeitas a regime de inspeção prévia, das quais duas solicitaram verificação preliminar no ano findo.

Contam os estabelecimentos estaduais de ensino normal 207 cargos de catedráticos, dos quais se encontram vagos, por desnecessidade de preenchimento imediato, 86; e 291 de adjuntos, dos quais 37 não providos pela mesma razão.

A matrícula nos cursos de formação de professores primários ainda é pouco animadora, em confronto com a dos cursos ginasiais. Em 1949, matricularam-se nas Escolas Normais Oficiais, 3.482 alunos, dos quais 2.940 no curso ginásial e 542 no curso normal. Nas Escolas Normais particulares, sob regime de inspeção, a matrícula subiu a 4.200 no curso ginásial e 844 no curso normal.

No primeiro ano do curso de formação de professores primários, na totalidade dos estabelecimentos de ensino normal, oficiais e particulares, a matrícula foi de 571 alunos.

Além desses cursos, mantém o Instituto de Educação o de Administradores Escolares, com 33 professores-alunos e a Escola Normal Osvaldo Aranha, o de Colégio, com 69 discentes.

Há, em todas as Escolas Normais oficiais, cursos gratuitos de preparação a exames do art. 91 da Lei Orgânica do Ensino Secundário. A matrícula nesses cursos foi de 1.323 alunos. Apresentaram-se a exames 392 candidatos, conseguindo aprovação 64, ou 16% dos inscritos.

Concluíram o curso de formação de professores 265 alunos, dos quais 181 nas escolas oficiais e 134 nas particulares.

Em cumprimento ao disposto na Lei n.º 727, de 11 de agosto de 1949, foi aberto concurso para provimento, em caráter efetivo, dos cargos de professores fiscais do ensino normal, achando-se o mesmo em fase de julgamento.

Ensino secundário

Sob a jurisdição da Superintendência do Ensino Secundário, mantém o Estado o Colégio Júlio de Castilhos e o Ginásio D. João Becker, em Porto Alegre, o Colégio Lemos Junior, em Rio Grande, e os ginásios de Tupanciretã, S. Borja e Quaraí, nos quais se matricularam, no ano passado, 3.704 alunos.

Nesses institutos de ensino há problemas a resolver, no que entende com as suas instalações. Até agora, porém, não tem sido possível, dada a ausência de recursos financeiros, atender, como convinha, às deficiências de ordem material com que se defrontam êsses estabelecimentos.

As dificuldades não são pequenas, também, no que respeita a pessoal burocrático, cuja falta se faz sentir, não só diante do crescimento dos serviços, como da impossibilidade de se proverem as vagas verificadas.

Como não dispõe de meios, presentemente, para manter, em condições satisfatórias, os ginásios existentes, impõe-se ao Estado abster-se, enquanto a situação financeira não se modificar para melhor, de distender a rede de ensino secundário.

Importa observar, por fim, que o ensino secundário não é prestado exclusivamente nos colégios e ginásios subordinados à Superintendência do Ensino Secundário, mas ainda nos sete ginásios que funcionam no Instituto de Educação e nas Escolas Normais Oficiais de Alegrete, Cachocira, Cruz Alta, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, e no Colégio da Escola Normal de Alegrete.

Ensino profissional

O ensino profissional é prestado em quatro estabelecimentos, cujas instalações se aperfeiçoam progressivamente, na medida dos recursos orçamentários consignados à Superintendência dêsse ramo do ensino público. Embora haja em diversos setores, falta de pessoal, assim administrativo como docente, tem sido possível à Superintendência do Ensino Profissional manter em funcionamento regular os cursos existentes, com resultados satisfatórios.

Na Escola Técnica Parobé, onde se ministra o ensino profissional a alunos do sexo masculino, estiveram em atividade oito cursos industriais e três cursos técnicos, bem como quatro cursos extraordinários para aperfeiçoamento de operários.

Nos cursos industriais, a matrícula geral elevou-se a 232 alunos e a real a 205, enquanto, nos cursos técnicos, a matrícula geral e a real foram, respectivamente, de 39 e 27 alunos e, nos cursos noturnos de aperfeiçoamento, de 71 e de 68, tendo o aproveitamento nos diversos cursos se traduzido nas seguintes percentagens de aprovações: nos cursos industriais — 61%; nos cursos técnicos — 36% e, nos cursos noturnos — 59%.

Conquistaram diploma, pela terminação do currículo escolar, 17 alunos dos cursos industriais, 12 dos cursos técnicos e 15 dos cursos extraordinários.

Foram mantidos, em regime de internato, por conta do Estado, 27 alunos dos diversos cursos e, em semi-internato, nas mesmas condições, 65 estudantes.

Melhoramentos consideráveis efetuaram-se nas instalações e equipamentos das oficinas, despendendo-se, em reparos e construções, Cr\$ 50.000,00 e, em maquinário novo, Cr\$ 434.370,00.

A Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles, destinada a alunos do sexo feminino, proporcionou o ensino a seu cargo, mediante o funcionamento de dois cursos industriais e de dois técnicos, assinalando-se a matrícula, nos primeiros, de 188 alunas e, nos últimos, de 16. Concluíram êsses cursos, respectivamente, 19 e 13 alunas. Embora o regime seja de semi-internato, existem 13 alunas internas.

Não obteve, ainda, essa Escola a equiparação dos cursos industriais e técnicos. É de se esperar, contudo, que a equiparação seja concedida no corrente ano, pois se conseguiram dotações orçamentárias para atender a tôdas as exigências da legislação federal.

A Escola Artezenal "Dr. Cilon Rosa", situada em Santa Maria, registrou a frequência de 77 alunas, às quais se dispôs o ensino de artesanato em oficinas de rendas e bordados, de corte e costura, de malharias e artes, bem como de serviços domésticos. Concluíram o curso de corte e costura 19 alunas e o de rendas e bordados 14. O edifício onde funciona a Escola não satisfaz, perfeitamente, às exigências pedagógicas.

A Escola Técnica de Agricultura, localizada em Viamão, mantém cursos de mestria agrícola e de agro-técnicos. Nos vestibulares para admissão aos primeiros, inscreveram-se 143 candidatos e, para ingresso nos segundos, 31, logrando a matrícula, em virtude de aprovação nos exames, nos cursos de mestria agrícola, 102 alunos, e, nos agro-técnicos, 19. A matrícula geral subiu, destarte, naqueles cursos, para 318 alunos e, nestes, para 48, havendo, assim, sobre o ano anterior, um aumento de 62 alunos.

Nos cursos de mestria agrícola, conseguiram aprovação, nos exames de fim de ano, 172 alunos, ou seja, apenas 47% dos nêles matriculados. Nos cursos agro-técnicos, entretanto, a percentagem de aprovação elevou-se a 93%.

Concluíram o curso de mestria agrícola 19 alunos, o técnico de agricultura 10, o de horticultura, 6, o de laticínios 1 e o de zootecnia 4.

Não obstante a intensidade do trabalho escolar a que se condiciona a observância do programa de ensino, procurou a direção da escola incrementar as tarefas de ordem prática.

Como decorrência dessa orientação, cultivaram-se no curso de mestria agrícola, 20.650 metros quadrados de terra, com regular produção. As plantações a cargo do curso técnico de agricultura ocuparam 195.600 metros quadrados, com abundante colheita de mandioca, aveia, cana, feijão miúdo, milho. A produção de leite elevou-se a 49.502 litros. Aumentou-se a horta, que fornece principalmente legumes ao internato, de meio hectare. Nos serviços de indústria rural, produziram 1.762 kg de produtos animais.

A Superintendência de Educação Artística coordena os serviços relativos ao ensino de música e canto orfeônico e desenho e artes aplicadas, desenvolvendo se esse trabalho, não só nos cursos de preparação de professores especializados, como ainda na orientação didática do magistério.

Embora se componha o seu quadro administrativo, apenas, de cinco funcionários e de quatro orientadores, a Superintendência, cujo quadro docente se enriqueceu com a nomeação, no ano findo, de 48 professores, conseguiu realizar 180 visitas de orientação a unidades escolares, 41 reuniões de professores, 14 exposições internas de desenho e 12 de artes aplicadas. Promoveu a reprodução de 9 598 músicas, que se distribuíram às escolas oficiais e às particulares.

Entre as realizações desse serviço, em 1949, se enumeram, ainda, a demonstração orfeônica de 7 de setembro, em que tomaram parte dez mil escolares, um concurso de desenho infantil e juvenil, 22 aulas de apreciação musical e 5 concertos educativos.

Patrocinou a Superintendência 3 exhibições do coro orfeônico da Escola Normal "João Neves da Fontoura" e 25 concertos da Banda Municipal, dos quais 12 para alunos de escolas públicas e 13 de escolas particulares. Por sua iniciativa, registrou-se a distribuição às escolas, de instrumentos musicais, móveis e materiais para desenho e artes aplicadas, avultando, nesse fornecimento, o de quatro pianos, cinco máquinas de costura e 86 instrumentos musicais para bandas rítmicas.

Através da Escola Superior de Educação Física, a Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional prepara professores para o ensino daquela disciplina nas unidades escolares dos graus primário ou médio. Não se esgota, contudo, a competência desse órgão da Secretaria na formação de

**Ensino
artístico**

Educação física e assistência educacional

professores de educação física, uma vez que lhe cabe, também, orientá-los no desempenho de sua função docente.

Paralelamente a essa atividade, realiza a Superintendência a que respeita à prestação de assistência aos alunos das escolas do Estado, desdobrando-se o trabalho em três momentos bem caracterizados, que se traduzem no serviço médico-odontológico, no da Sopa Escolar e no das Colônias de Férias.

Dado o número reduzido de profissionais existentes no quadro da Superintendência, ainda não se tornou exequível a ampliação, aos escolares das unidades do interior do Estado, do serviço de assistência médica, que se circunscribe, por enquanto, especialmente, à Capital.

Em Porto Alegre, porém, o trabalho efetuado nesse setor assumiu considerável desenvolvimento, como se depreende dos seguintes índices, relativos aos últimos dois anos:

	1948	1949
Alunos examinados	17.125	21.715
Alunos sadios	5.829	9.767
Alunos doentes	12.276	11.948

Entre as entidades mórbidas verificadas, em 1949, avultam a subnutrição, com mais de cinco mil casos, as verminoses com mais de três mil, seguindo-se, em ordem decrescente, as angino-amigdalites, as pneumo e cardiopatias.

Acelerou-se, quanto possível, o ritmo do recenseamento torácico dos escolares, tendo sido submetidos a exame os alunos de 33 grupos escolares desta Capital e de Viamão, bem como os de outras instituições que, para esse fim, recorreram à Superintendência. De cada escolar, em número de 15.068, foram batidas duas chapas, que totalizaram, assim, o número de 30.136. Em estabelecimentos particulares e no regimento moto-mecanizado de Serraria, bateram-se, ainda, 3.452, o que dá o número global de 33.588 chapas.

Nos serviços de cardiologia, agora convenientemente instalado e dotado de ótimo aparelhamento, foram examinados, de outubro a novembro, 192 alunos, dos quais somente 52 eram normais, pois os restantes sofriam de cardiopatia reumática ativa.

Efetuu-se tratamento ocular em numerosas crianças de nossas entidades escolares, havendo-se conseguido a cura de 25 casos de tracoma e realizado uma operação de catarata em aluna do Grupo Escolar D. Diogo de Souza.

Com o auxílio, em espécie, da Legião Brasileira de Assistência, distribuíram-se medicamentos às crianças fracas e doentes, tendo sido aviadas 8.366 receitas.

Não alcançou, ainda, a assistência odontológica o nível desejado, dada, principalmente, a falta de pessoal para a execução desse serviço. Entretanto, as unidades em funcionamento têm dado resultados apreciáveis.

O alto índice de escolares subnutridos põe em relevo a importância da assistência prestada pelo Estado, com o fornecimento da Sopa Escolar, agora ministrada na Capital, exclusivamente a expensas dos cofres estaduais. A despesa feita, em 1949, com esse serviço, cujos benefícios foram proporcionados a 15.502 alunos, atingiu a mais de setecentos mil cruzeiros.

A ultimação, esperada para 1950, das obras da Cozinha Central, cuja construção vai adiantada, constituirá fator decisivo no aperfeiçoamento desse serviço, pois que, com isso, se possibilitará a sua ampliação em condições econômicas, bem como o aumento do valor nutritivo da sopa.

Dentro da orientação adotada, de se irradiar a todo o Estado o serviço da Sopa Escolar, esta já vem sendo fornecida a 128 estabelecimentos de ensino, distribuídos por 92 municípios, tendo a despesa decorrente dessa tarefa assistencial somado Cr\$ 743.000,00.

Distribuíram-se, ainda, a título de assistência escolar, 615 peças de ves-

tuário a alunos de escolas primárias, e, para emprêgo no mesmo fim, 556 metros de tecidos.

O Serviço de Colônias de Férias funcionou, por igual, com grande intensidade, pois foi êle dispensado, em 1949, a 934 crianças do ensino primário, a 30 do secundário e a 71 professores.

Pelo serviço de Assistência Social, órgão da Superintendência, foram realizadas 3.658 pesquisas no ambiente familiar dos alunos.

Funcionou regularmente, durante o ano, em três turnos, a Biblioteca do Estado, tendo sido 61.037 os consulentes de suas obras e 77.992 as obras consultadas. As coleções enriqueceram-se de 805 obras em 871 volumes, dos quais 581 adquiridos e 290 doados.

**Departamen-
tos culturais**

Debate-se a Biblioteca com a falta de serventes e de pessoal especializado em biblioteconomia. Essa deficiência acarreta dificuldades no funcionamento do serviço e prejudica a conservação do mobiliário e das coleções.

Instalado em prédio inadequado, o Museu Júlio de Castilhos, graças à dedicação do seu reduzido pessoal, desempenha satisfatoriamente a função de órgão de cultura extra-escolar. Em 1949, recebeu 18.206 visitantes, dentre os quais 90 professores acompanhados de 1.543 alunos, que examinaram as coleções, ora reorganizadas e catalogadas.

O ano findo marcou para o Teatro São Pedro, a nossa antiga casa de espetáculos, o maior número de realizações em sua longa existência, no total de 256 serões. Os mais numerosos foram os dramáticos (94), os de concertos (59), os de comédia (31), e os de ópera (16). São funcionários permanentes de Teatro apenas o administrador e dois serventes.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

A atividade administrativa, científica e cultural da Universidade do Rio Grande do Sul, centro de alto relêvo do ensino superior do Estado, foi profícua e saliente no decorrer de 1949.

O Governo do Estado, na medida das possibilidades e dos recursos orçamentários, procurou cooperar com a administração da Universidade, no sentido da solução de seus mais urgentes problemas.

Tais problemas, pela intensidade e premência das necessidades intimamente vinculadas aos destinos da instituição, suscitaram, por vezes, significativas manifestações da direção universitária.

As dificuldades surgidas, todavia, puderam ser superadas, graças à maneira equilibrada e superior dos órgãos responsáveis.

Tôda a ação desenvolvida visou ao restabelecimento do ambiente de compreensão necessário à normalidade da vida administrativa universitária.

A própria Universidade, dentro dos princípios estatutários e da autonomia que lhe é inerente, coube a tarefa de recomposição dos órgãos superiores de sua administração.

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi estatuído que o Poder Executivo deveria enviar, com a possível brevidade, ao Legislativo, um projeto de lei estabelecendo, em cooperação com o Município, as bases para a localização e construção da Cidade Universitária.

Para o cumprimento desse dispositivo, nomeei, em data oportuna, uma comissão constituída dos Professores José Batista Pereira, Paulo de Aragão Bozano e Luiz Leseigneur de Faria.

Amplio foi o estudo a que se procedeu.

Do Reitor da Universidade recebi, em princípios do ano transacto, extenso e documentado relatório, com a minuta do projeto de lei, que tive a satisfação de encaminhar, em mensagem especial, à consideração desta Colenda Assembléa.

Nêle se contém disposições atinentes à desapropriação imediata da área fixada pelo Plano Diretor da Cidade, para a Cidade Universitária, e à constituição de duas comissões especiais — uma com a tarefa de estudo e elaboração do plano da última, e outra com a incumbência da realização desse plano.

A execução do plano será feita progressivamente, na conformidade dos recursos que forem postos à disposição da Universidade.

Já tivemos ensejo de reconhecer, em mensagens anteriores, que entre os problemas que aíligen a Universidade do Rio Grande do Sul um dos mais graves, sem dúvida alguma, é o do espaço necessário ao seu funcionamento, ao menos em condições razoavelmente normais.

O número de alunos matriculados em todos os seus cursos, nestes últimos anos, variou de 1.054, em 1933, a 2.283, em 1949.

**Cidade
Universitária**

**Ampliação
das instala-
ções**

Há vários decênios, porém, nenhuma obra foi levada a efeito no sentido de aumentar a área construída, tanto da Faculdade de Direito, onde têm sede também a Reitoria, a Faculdade de Economia e Administração e parte da Faculdade de Filosofia, como da Escola de Engenharia.

Está, ultrapassada, há muito, a capacidade de aproveitamento das instalações atuais, com evidente prejuízo para o ensino.

Por esse motivo, com autorização desta Egrégia Assembléia, foi aberto o crédito especial de Cr\$ 1.692.500,00 para, com outros recursos à disposição da Universidade, serem feitas as seguintes ampliações necessárias: — no edifício da Faculdade de Direito — construção de quatorze salas, sendo dez de aula e quatro para professores, e de um grande anfiteatro com uma sobreplatéia ou galeria; — na Escola de Engenharia — ampliação do atual Gabinete de Topografia e Geodésia e do Gabinete de Arquitetura; casa para a nova caldeira do Instituto de Eletrotécnica; ampliação do prédio central.

Os edifícios para a Faculdade de Filosofia e Instituto de Física, a serem construídos no quarteirão onde está situado o Instituto de Química, foram orçados em cinco milhões de cruzeiros.

Para esse fim, está prevista a verba necessária no plano de empréstimo de duzentos milhões de cruzeiros, autorizado pela Lei n.º 808, de 17 de dezembro de 1949. O crédito respectivo será aberto no segundo semestre deste exercício.

Assim, pode-se assegurar que o problema de construções da Universidade está em vias de execução e perfeitamente entrosado com o da Cidade Universitária.

O expediente sobre esta última visa ao futuro. Todavia, a desapropriação do terreno indicado no Plano Diretor e aceito pela Comissão Constitucional será de grande alcance e significação.

De imediato, poderá ser feita a construção da barragem para retenção das águas do Riacho, por ocasião de precipitações violentas de chuvas intensas, tarefa essa a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a formação de um grande Horta Florestal e Botânico, que Porto Alegre ainda não possui.

O problema do Estádio Universitário poderia ser igualmente atacado, caso não fosse possível um entendimento para a construção do Estádio Municipal, no local destinado à Cidade Universitária.

A. integração de novos institutos

Todas as providências, na órbita de ação do Estado, foram tomadas para a execução das Leis n.ºs 413 e 414, de 3 e 4 de dezembro de 1948, que incorporaram à Universidade o Instituto de Belas Artes e as Faculdades de Direito e de Odontologia, de Pelotas, e a de Farmácia, de Santa Maria.

A definitiva integração pende de homologação do Governo Federal e da reforma dos Estatutos da Universidade.

Ligado ao problema da incorporação do Instituto de Belas Artes está o da fusão dos dois cursos de arquitetura, que o Estado mantém na Escola de Engenharia e naquele Instituto.

Em mensagem especial a esta Assembléia, enviamos o projeto aprovado pelo Conselho Universitário e que dispõe sobre a fusão referida.

Todavia, o assunto está sujeito a oportuna decisão do Ministério da Educação e Saúde, quanto à reforma dos Estatutos, para o efeito da definitiva integração do Instituto no sistema universitário.

Federalização da Universidade

Está em fase final o processo de transferência da Universidade para a administração federal.

O Senhor Presidente da República, vindo ao encontro dos interesses do

ensino superior do Rio Grande, tomou a iniciativa de incluir a nossa Faculdade na rede federal do ensino superior.

Essa medida virá proporcionar ao ensino universitário reais benefícios.

Sobretudo intenso foi o trabalho desenvolvido pela Universidade, no transcurso do ano findo.

A par do estudo e solução dos problemas gerais de relevante interesse daquele centro de ensino superior, cumpriu ela a missão cultural e científica que lhe é própria.

O Departamento Cultural, diretamente subordinado à Reitoria, com a assistência técnica de um Conselho integrado de representantes das Congregações dos diversos institutos, mereceu especial atenção da direção da Universidade, na consecução dos seus objetivos: organização e realização de cursos de extensão universitária, conferências, excursões e publicações de interesse cultural; difusão da cultura por todos os meios ao seu alcance; afirmação do sentido social da Universidade.

O programa desenvolvido compreendeu:

a) Curso de férias para os professores de ensino secundário, a cargo de membros do corpo docente da Faculdade de Filosofia. Inscreveram-se naquele curso 84 professores, sendo 44 de Porto Alegre e os restantes de Ginásios do interior do Estado.

b) Cursos e conferências: do Professor Eugenio Pucciarelli, catedrático de Introdução à Filosofia, da Universidade de La Plata, sobre temas filosóficos; do Professor Jean Wyart, cientista francês, que realizou três conferências para estudantes e professores de Engenharia e História Natural, sobre temas científicos ligados às pesquisas em que se tem destacado no campo da cristalografia física; do Professor Renato de Almeida, Diretor Executivo da Comissão Nacional de Folclore do IBEC, que abordou as relações entre o "Folclore e a Educação" e o "Nacionalismo na Música Brasileira"; do Professor Frei Sebastian Tauzin, da Universidade Católica do Rio de Janeiro, que versou temas sociais de atualidade; do Professor Teodósio Dobzshausky, da Universidade de Columbia, cientista de renome universal, e do Professor André Dreyfus, da Universidade de São Paulo, que focaram interessantes teses de Biologia e Genética; do Professor Fritz von Rintelen, eminente catedrático de Filosofia, da Universidade de Mogúncia, que veio participar das comemorações do Bi-Centenário de Goethe; do professor Aparicio Mendez, da Universidade de Montevideu, sobre a "Teoria do Órgão"; do Embaixador Oswaldo Aranha, sobre o "Problema da Paz".

Outros cursos e conferências foram realizados ainda, destacando-se: o curso de extensão sobre curtimento, realizado pelo Professor-assistente Leui Anusz, no qual se inscreveram, além de estudantes de Química Industrial, técnicos a serviço da indústria do couro no Estado; e o curso do Professor Francisco Degni, da Universidade de São Paulo, por iniciativa da Associação dos Antigos Alunos de Odontologia.

Participou a Universidade dos seguintes Congressos e Conferências no país e no estrangeiro: Congresso Agronômico, em "La Estanzuela", no Uruguai, por intermédio do Professor José Grosman; Congresso de Neurocirurgia, em Buenos Aires, em que foi representada pelo Professor Elyseu Paglieli; Congresso Panamericano de Engenharia, no Rio de Janeiro, ao qual compareceu como seu delegado o Professor Lelis Espartei; Conferência Brasileira de Imigração, em Goiânia, representada pelo Professor Lourenço Mario Prunes.

Dispõe a Universidade de uma seção de imprensa e divulgação.

Atividades
universitá-
rias

Departamen-
to Cultural

Congressos e
Conferências

Imprensa uni-
versitária

Em 1949, foram publicados numerosos trabalhos de autoria de professores e assistentes, além do Boletim informativo.

Casa do Estudante

Da renda das anuidades escolares, foi destinada a importância de Cr\$ 128.750,00 para manutenção da Casa do Estudante.

No prédio do Estado, onde está localizada aquela entidade, foi construído amplo restaurante, que muito veio aumentar as suas possibilidades assistenciais.

Bolsas de estudo

No orçamento da Universidade, foi incluída a verba de Cr\$ 100.000,00 destinada a bolsas de estudo para alunos da Escola de Agronomia e Veterinária.

Por proposta da Universidade, foi alterada a denominação da verba, com o intuito de aproveitamento de alunos, comprovadamente necessitados, em atividades ou tarefas desempenhadas na própria Escola, dentro de horário compatível com o das aulas. Os alunos aproveitados como monitores e remunerados à base das horas de trabalho retribuem em serviços, que beneficiam sua própria formação profissional, o auxílio cultural que lhes presta o Estado, através da Universidade.

Atividades escolares

A matrícula nos diversos cursos da Universidade foi de 2.283 alunos, assim distribuídos:

Escola de Agronomia e Veterinária	—	155	—	6,5 %
Faculdade de Direito	—	281	—	12 %
Faculdade de Economia e Administração	—	162	—	7 %
Escola de Engenharia	—	606	—	27 %
Faculdade de Filosofia	—	215	—	9 %
Faculdade de Medicina	—	580	—	26 %
Instituto de Belas Artes	—	284	—	12,5 %
		<hr/>		
		Total	2.283	

Inscreveram-se em concurso vestibular para matrícula na Universidade, em 1949, 1.222 candidatos. Foram classificados e matriculados 519. Deixaram de ser matriculados, por falta de vagas, 39 candidatos, que foram aprovados, sendo 13 para o curso de Engenharia Civil, 8 para o curso de Engenharia Mecânica Eletricista e 18 para o curso de Medicina.

Diplomaram-se, em 1949, 440 alunos, sendo:

Engenheiros agrônomos	14
Veterinários	7
Bacharéis em Direito	33
Bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais	6
Bacharéis em Ciências Econômicas	19
Engenheiros Cívís	56
Engenheiros Mecânicos Eletricistas	16
Engenheiros de Minas	12
Engenheiros Arquitetos	7
Químicos Industriais	26
Bacharéis em Filosofia	8
" " Matemática	2
" " História Natural	5
" " Geografia e História	4
" " Letras Néo-Latinas	2

Bacharéis em Letras Clássicas	3
" " Letras Anglo-Germânicas	6
" " Pedagogia	1
Licenciados	21
Arquitetos (I. B. A.)	12
Artes Plásticas	28
Música	10
Médicos	36
Cirurgiões Dentistas	42
Farmacêuticos	14
	440
Total	440

A administração da Universidade, na sua parte burocrática, acusou intenso movimento, em 1949, havendo recebido 17.526 processos e expedido 17.432, bem como 4.262 ofícios.

INSTITUTO TECNOLÓGICO

A atividade do Instituto Tecnológico, durante o exercício de 1949, estendeu-se a todos os objetivos expressos no art. 2.º do Decreto-lei n.º 1069 de 13 de fevereiro de 1946, que dispôs sobre a sua reorganização.

A atividade de pesquisa do ITERS foi bastante intensa e proveitosa no exercício em aprêço, levando-se em conta os recursos disponíveis e as instalações existentes.

Os diversos trabalhos e estudos realizados e em andamento são de maneira sumária, os seguintes:

Couros e tanantes. — Foram realizados, nesse setor, os seguintes estudos: relação entre a concentração e o grau areométrico de soluções de tanino de acácia negra; extração de tanino de acácia, com solução de bisulfito de sódio de diversas concentrações e sob pressões variáveis, confrontada com a extração aquosa, em condições idênticas de pressão; estudo de método de análise de materiais tanantes.

Durante o ano, foram iniciados estudos sobre a influência da acidez do piquel no curtimento vegetal e o acabamento de couros, à base de caseína.

Química Orgânica e indústria de fermentação. — Estudos realizados: Sobre preparados proteolíticos de cultivos de "Bacillus Megatherium", foram abordados os seguintes pontos: condições gerais para a produção máxima de proteases; obtenção de preparados proteolíticos secos e duráveis; confronto com o poder proteolítico de purgas comerciais; propriedades do sistema enzimático proteolítico; aplicação na purga de peles de bovinos e na remoção do "chagrem" de peles de cação.

Além desses trabalhos, foram ainda estudados métodos de análises de preparados proteolíticos, bacterianos e pancreáticos, destinados ao emprêço como agentes de purga em curtumes.

Tintas e vernizes. — Estudos realizados: resistência de tintas às intempéries artificiais. Estudos iniciados: desidratação do óleo de mamona; obtenção de pigmento branco de bióxido de titânio.

Tecidos. — Foi iniciado o estudo sobre as características físicas e mecânicas do linho rio-grandense.

Madeiras. — O trabalho mais interessante de pesquisa neste setor foi a continuação dos estudos sobre as características físicas e mecânicas das nossas principais essências florestais.

Foram ainda realizados os seguintes estudos: ensaios sobre "flambagem" de peças de pinho; resistência de pregos ao arrancamento; ligações pregadas; estudos sobre as colas animais, de fabricação e uso freqüente no Estado.

Solos e fundações. — Trabalhos realizados e em andamento: determinação da resistência ao cisalhamento de solos; identificação de rochas alteradas; estudo das areias do Estado.

Pesquisas de caráter experimental e semi-industrial, de interesse das indústrias e das construções

Estudos e ensaios, por solicitação dos Poderes Públicos, centros industriais, empresas e particulares

Os objetivos acima mencionados absorveram a maior parte da atividade do ITERS, em 1949.

Entre os departamentos e órgãos públicos que solicitaram a sua colaboração, figuram o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, a Comissão Especial de Obras de Irrigação, a Secretaria de Obras Públicas, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a Comissão Estadual de Energia Elétrica, o Instituto Nacional do Pinho, o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e as Prefeituras Municipais de Porto Alegre, Pelotas, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Itaquí.

Dos trabalhos executados nesse sentido, destacam-se, pelo seu vulto, os serviços de sondagem para fundação de pontes e barragens, estudos das propriedades dos solos destinados à construção de barragens em terra e sondagens no rio Guaíba, no local do futuro túnel.

Esses serviços podem ser, em linhas gerais, assim discriminados:

Para o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — Foram sondados, num total de 1288 metros de perfuração, os locais para as pontes sobre os seguintes cursos d'água: na estrada de rodagem Guaíba-Jaguarião: rio Camaquã-Mendonça, 2.º local, arroio Evaristo, arroio Pctim e arroio Passo Fundo; na estrada de rodagem Osório-Torres: rio Cardoso, 2.º local; na estrada de rodagem Guaíba-Uruguaiana: arroio Martins, sanga do Matadouro, arroio Taquara, arroio Santa Barbara e arroio São Rafael; na estrada de rodagem Porto Alegre-Osório: arroio Venturosa; na estrada de rodagem Pelotas-Bagé: arroio Capão do Leão.

Túnel sob o rio Guaíba: Para fornecer os elementos básicos destinados à elaboração do projeto do túnel sob o rio Guaíba, foi sondada uma faixa de 300 metros de largura, entre a ponta da Cadeia e a ilha Mauá, totalizando 538 metros de perfuração.

Para a Comissão Especial de Obras de Irrigação — Num total de 850 metros foram sondados os seguintes locais: rio Vacacai — barragem e descarregador de superfície; arroio Duro — fundação de barragem; Instituto Agrônomo do Sul, em Pelotas — barragem em terra.

Para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Foram executados sondagens no arroio do Sabão, num total de 65 metros, para a determinação das condições de fundação de uma barragem em terra.

Para o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — Na cachoeira do Fandango, próximo à cidade de Cachoeira do Sul, foram perfurados 190 metros e determinadas as características de infiltração em 6 furos, para o projeto de barragem a ser ali construída pelo DNPRC.

Além das sondagens referidas, foram ainda atendidas vinte solicitações de estudo das condições de fundação de edifícios, na Capital e no interior do Estado, perfazendo um total de 601 metros de perfuração.

Por solicitação de indústrias, empresas construtoras, empresas comerciais e particulares, foram executadas muitas análises e ensaios de materiais diversos, dos quais são citados apenas os mais frequentes: cimentos, areias, argamassas, concretos, tijolos, manilhas, tubos de cimento-amianto, aço para concreto armado, argila, águas, celulose, explosivos, fertilizantes, lubrificantes, materiais betuminosos, combustíveis líquidos, combustíveis sólidos, materiais tanantes, metais, minérios, óleos vegetais, pigmentos, tintas e vernizes, produtos agrícolas, tecidos, fibras e fios, etc.

A receita do ITERS, correspondente aos trabalhos realizados no ano em questão, atingiu ao total de Cr\$ 1.727.724,80.

Fundação de Laboratório Estadual de Ensaios e Materiais e de Metrologia

Grande parte dos trabalhos referidos no parágrafo anterior, prestados aos diversos departamentos do Estado, enquadram-se perfeitamente na categoria dos serviços que caracterizam um laboratório estadual de ensaios de materiais.

A Seção de Metrologia do ITERS foi criada em 1.º de outubro de 1948, a fim de aparelhá-lo no sentido de poder exercer as atribuições metroológicas, de conformidade com o Decreto-lei federal n.º 582 de 4 de agosto de 1938.

Por Portaria de 24 do mesmo mês e ano, do Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, foram delegadas ao Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul as atribuições de Órgão Metrológico Estadual.

Como passo inicial, foi organizado um curso de preparação de metrologistas, de acordo com a legislação respectiva, que funcionou durante um período de cinco meses, e do qual resultou a formação de 9 metrologistas, aptos para ocuparem os cargos técnicos das Seções de Aferição de Pesos e Medidas, a serem criados nas Prefeituras Municipais, conforme o disposto no art. 74 do Decreto-lei federal n.º 4257, de 16 de junho de 1939.

Além das sugestões e esclarecimentos dispensados a diversas repartições do Estado e dos Municípios, vem o Instituto Tecnológico colaborando com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, no estudo de métodos de ensaios, especificações e normas.

O Instituto Tecnológico ministrou ao quarto ano da Escola de Engenharia as aulas práticas da cadeira de "Materiais de Construção".

Foram ministradas ainda algumas aulas práticas a alunos do curso de arquitetura do Instituto de Belas Artes, sendo realizado um curso de Ensaios em Laboratório Tecnológico, à turma do 3.º ano, de "Edificações", da Escola Técnica Parobé.

Mediante prévio entendimento com a Direção do ITERS, foram facilitados os laboratórios, prestando-se a colaboração possível a diversos professores da Escola de Engenharia, em assuntos de interesse do ensino.

Em 1949, teve o ITERS um movimento bastante interessante, de diplomados e alunos dos últimos anos, além de técnicos de diversas indústrias, que solicitaram estágio de especialização em vários setores de sua atividade.

A seguinte relação dá uma idéia do movimento referido:

Couros e tanantes: Diplomados, 2 alunos, 3.
 Metais: Diplomados, 1; alunos, 3.
 Tintas: Técnicos, 1.
 Lubrificantes: Diplomados, 3.
 Cerâmica: Diplomados, 1.

A precariedade das atuais instalações do Instituto Tecnológico, situadas em galpões provisórios, de madeira, e a premente falta de espaço, têm impedido maior desenvolvimento e melhor rendimento do esforço que vem sendo empreendido pela respectiva direção. Por isso, o problema que, de momento, requer solução mais urgente prende-se à construção da sede definitiva do mesmo órgão, no terreno já adquirido para esse fim, em 1948.

Elaboração de normas e especificações

Ensino tecnológico às diferentes escolas da Universidade de Porto Alegre

Trabalhos de pesquisa realizados por professores da Universidade

Aperfeiçoamento de diplomados e alunos, em diversos ramos da indústria

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

S A Ú D E P Ú B L I C A

Proseguiu o Departamento Estadual de Saúde em 1949 na execução de um programa básico de ampliação e aprimoramento de seus órgãos sanitário-assistenciais, sem esmorecer ante os óbices financeiros e administrativos que vêm dificultando a expansão direta de seu aparelhamento em todos os municípios do Estado. A impedir-lhe o aumento do número de suas unidades sanitárias e a maior irradiação de vários serviços, sobrevieram, entre outros motivos, as severas restrições orçamentárias impostas pela depressão financeira destes últimos tempos, os notórios embaraços para conseguir médicos sanitaristas e a redução contínua dos quadros normais de funcionários administrativos, cujos claros as leis vigentes não permitem preencher há mais de dois anos.

Não obstante tão adversas circunstâncias, o D.E.S. desincumbiu-se com solicitude e eficiência de suas atribuições de rotina na preservação da saúde pública, visando obter o máximo de rendimento técnico-assistencial dos recursos disponíveis, sempre deficientes em face dos variados encargos e responsabilidades médico-sociais que, cada vez em maior número e em progressão inelutável, recaem sobre o Departamento. Procurou, ademais, com especial atenção e cuidado, resolver ou encaminhar à solução acertada e oportuna diversas realizações e problemas de relevância fundamental para o Estado, tanto no setor de sua organização sanitária como nos dos Serviços Sociais.

Dentre as providências e realizações efetivas ou em andamento, após metódicos estudos e prévia planificação, devem ser destacadas as medidas tendentes à futura construção do Instituto de Pesquisas Biológicas e de uma nova Colônia Agrícola de Psicopatas, o incremento do combate a diversas endemias rurais, o pleno desenvolvimento da Campanha contra a Tuberculose, a inauguração das novas instalações do Centro de Saúde de Bagé, a organização de Postos de Puericultura, a estruturação do quadro do Serviço Social de Menores, a solução final da pendência com a Sociedade Humanitária Padre Cacique, a organização do Instituto Infantil de Ipanema, a incorporação do Aprendizado Visconde de São Leopoldo à rede das unidades do SESME, o maior incentivo à ação da iniciativa particular em prol da solução dos problemas de caráter assistencial.

A Comissão especial de técnicos designada para opinar sobre a localização do terreno destinado ao Instituto de Pesquisas Biológicas e tomar as providências preliminares para adquiri-lo, emitiu autorizado parecer, dando preferência a um terreno situado nesta Capital, entre as ruas Princesa Isabel e Domingos Crescêncio, com área de, aproximadamente, 10.000 m², o qual preenche todos os requisitos exigidos pela sua finalidade. Aprovado o parecer pelos órgãos competentes, a aquisição foi efetuada em dezembro último. Em se tratando de obra de vulto, de grande importância para os serviços de saúde do Estado, pois virá resolver-lhe problemas técnico-administrativos urgentes e básicos, é aconselhável cercá-la de amplas garantias quanto ao projeto de construção. Com este objetivo, está aberto con-

Instituto de
Pesquisas
Biológicas e
outras reali-
zações

curso público para a elaboração de um anteprojeto de construção e arquitetura do edifício do referido Instituto.

Serviços especiais de combate ao Tracoma e à Hidaditose

Desenvolveram-se os serviços especiais de combate ao Tracoma e à Hidaditose, mediante auxílios financeiros conseguidos do D.N.S. Anexos às unidades sanitárias de Santa Rosa e de Passo Fundo, foram instalados novos Postos de Tracoma, atendidos por técnicos especializados no combate a essa grave endemia.

Foram organizadas três equipes motorizadas convenientemente aparelhadas, as quais, em articulação com os Centros de Saúde e Postos de Higiene, intensificarão o combate à Hidaditose, humana e animal. Agindo como postos itinerantes de funda penetração nos distritos rurais, iniciarão suas atividades na zona sul do Estado, a mais flagelada por aquela parasitose, que tantos prejuízos já vem causando à saúde pública e à economia do Rio Grande do Sul.

Campanha contra a Tuberculose

A Campanha contra a Tuberculose no Estado desenvolveu-se de maneira apreciável, visando especialmente a educação sanitária, calmetização de crianças e adultos, diagnósticos precoce e tratamento ambulatorio ou hospitalar. Os dispensários do novo Centro de Saúde de Bagé e do Posto de Higiene de Novo Hamburgo foram convenientemente dotados de aparelhagem e pessoal técnico-especializado. Terminarão no corrente ano as obras de construção do Posto de Higiene de Alegrete, — orçadas em cerca de um milhão de cruzeiros — o qual ficará conjugado ao edifício do Dispensário-Hospital para Tuberculosos. Este entrará, assim, em plena atividade com as características de Pavilhão Regional de Cirurgia da Tuberculose. Ultimaram-se e estão em funcionamento os pavilhões para tuberculosos, construídos junto aos hospitais gerais de Pelotas e Lavramento, e ativam-se as obras ou providências referentes à construção de outros pavilhões, nesta capital e em municípios do interior.

Em Porto Alegre, iniciaram-se as obras de ampliação do Centro de Saúde 2 (Modelo) e, em virtude de convênio com o Estado, as de construção, pelo Serviço de Tuberculose, de um hospital de 412 leitos, localizado no terreno do Hospital do Isolamento do D.E.S., no arrabalde do Partenon. O atual Pavilhão de Cirurgia da Tuberculose deste último nosocômio está em pleno funcionamento, com regular número de intervenções efetuadas em pacientes que necessitavam de tratamento cirúrgico.

Acentuam-se os resultados favoráveis da luta contra a tuberculose no Estado. Nos dispensários dos três Centros de Saúde de Porto Alegre já se observa a inversão das formas radiológicas, com maior percentual de formas iniciais, sendo surpreendidos, assim, casos em fase incipiente, mais fáceis, portanto, de recuperação. E a mortalidade pela peste branca continua a declinar tanto na Capital como no interior do Estado.

O novo Hospital para tuberculosos, no Partenon, deverá ficar pronto em fins do corrente ano ou em janeiro vindouro. Caberá, então, ao Estado a responsabilidade da manutenção dos seus 412 leitos, bem como dos 21 leitos do pavilhão anexo ao Posto de Higiene de Alegrete. Conforme estudos realizados pelo D.E.S., a diária-leito para esse tipo de assistência especializada é, aproximadamente, de Cr\$ 30,00, correspondendo a uma despesa anual de cerca de Cr\$ 4.800.000,00. Tratando-se de uma despesa nova e compulsória pela sua finalidade, seria conveniente estudar a possibilidade da criação de uma taxa específica, para atender a manutenção dos serviços oficiais destinados à hospitalização e tratamento de tuberculosos.

Centros de Saúde e Postos de Puericultura

Inauguraram-se as novas instalações do Centro de Saúde de Bagé, que ficou devidamente aparelhado para desempenhar as funções especializadas, sanitário-assistenciais, características das unidades de alto padrão. Dificuldades para obtenção de auxílio federal e de terreno mais adequado, têm retardado a projetada construção do novo edifício para o Centro de Saúde da cidade de Rio

Grande. Em virtude de viabilidade de uma ampla cooperação do Departamento Nacional da Saúde, iniciou o D.E.S. providências preliminares para a construção dos edifícios destinados aos futuros Centros de Saúde de Passo Fundo e Uruguaiana. Para tal fim, as respectivas municipalidades, de acordo com o Departamento, já reservaram espaçosos terrenos, convenientemente localizados, com área de mais de 2.000 m².

Na medida dos recursos disponíveis e, em estreita cooperação, com entidades oficiais e particulares, o D.E.S. continúa executando o programa de melhoria e ampliação do seu aparelhamento de amparo à maternidade e à infância. Foram remodeladas e aumentadas as instalações do Posto de Higiene de Torres e da Maternidade que lhe está anexa, mercê de convênios celebrados entre o Governo do Estado, o Departamento Nacional da Criança e a Legião Brasileira de Assistência. Na Capital, inaugurou-se o Posto de Puericultura da Chácara das Bananeiras, instalado no Quartel do Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar e já se encontra concluída a construção do Posto de Puericultura da Tristeza. Foi convenientemente equipado o ambulatório infantil da Vila do Cedro, na cidade de Rio Grande. Também foi inaugurado e está em pleno funcionamento o Posto de Puericultura de Bagé, o qual brevemente será dotado de um Banco de Leite Humano. Outras instituições congêneres estão sendo construídas ou planejadas, nesta cidade e em vários municípios.

A Lei n.º 931 de 28-12-1949, resolveu satisfatoriamente a situação anormal dos antigos práticos de inspeção dos matadouros, que eram pagos mediante cotas dos responsáveis por estes estabelecimentos. Dispondo agora de servidores extranumerários-mensalistas, o serviço em aprêço poderá ser organizado em moldes técnico-administrativos mais eficientes e consentâneos com as normas em vigor no aparelhamento da saúde pública do Estado.

Práticos de
Inspeção
Veterinária

A par de seus encargos de rotina, o D.E.S. incentiva a investigação sistematizada e a pesquisa científica — base do engrandecimento dos povos contemporâneos — em seus diversos serviços, laboratórios e seções especializadas. Neste particular, deve-se destacar a valiosa contribuição levada pelos seus técnicos às sessões do Congresso comemorativo do Cinquentenário da Faculdade de Medicina, efetuado nesta Capital no ano passado. Vários deles frequentaram cursos oficiais de aperfeiçoamento, no exterior e na Capital Federal, obtendo elevada classificação.

Cursos de
especialização

Entrou também o D.E.S. em entendimentos com o Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério de Educação e Saúde e com a direção da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, no sentido de ser instalada, nesta Capital, uma escola de enfermeiras diplomadas, de alto padrão, tipo Ana Nery, antiga aspiração e imperativo premente para o progresso dos serviços de saúde pública e da enfermagem hospitalar no Estado.

Continuou, outrossim, a realizar cursos de especialização para técnicos e auxiliares, entre os quais o de Visitadoras Sanitárias, que preparou a sua 12.ª turma, e o de Enfermagem Psiquiátrica, efetuando ainda, por intermédio da Seção de Fiscalização da Medicina, provas de habilitação para protéticos, óticos práticos, auxiliares de farmácia, práticos de enfermagem e parteiras práticas, na forma da legislação federal vigente.

Os dados a seguir, ainda sujeitos a ligeiras retificações, resumem o movimento, em 1949, de alguns dos serviços de maior significação técnico-administrativa do D.E.S.:

Expedientes na Diretoria dos Serviços Administrativos

Expedientes processados	12.215
Informações prestadas	9.950
Volts de processos	24.598
Concorrências administrativas	3.095
Orçamentos solicitados a firmas comerciais	12.692

Higiene infantil, pré-escolar e escolar

Inscritos	64.106
Litros de leite distribuídos	517.187
Vacinações efetuadas	254.974
Gestantes inscritas no Serviço Pré-natal:	13.629
Exames radiológicos efetuados nos Serviços de Tuberculose	139.555

Vacinação B. C. G.

Recem-nascidos	20.956
Outras idades	2.884

Pessoas examinadas pela 1.^a vez nos Serviços de Lepra 2.043

Total de exames efetuados nos Laboratórios dos Postos de Higiene e Centros de Saúde 38.639

Laboratórios Centrais

Total de exames efetuados	157.980
Doses de vacinas diversas preparadas	497.731
Pessoas que terminaram o tratamento anti-rábico	1.559

Visitas de Polícia Sanitária 668.528

Gêneros alimentícios apreendidos (quilos) 798.876

Amostras de gêneros alimentícios enviados p/análise 58.096

Prédios inspecionados pela Polícia de Focos 709.092

Serviços de Doenças Transmissíveis

Notificações recebidas	30.565
Imunizações praticadas	554.518

Total de examinados nos Serviços de Cardiologia 4.264

Secção de Fiscalização da Medicina

Diplomas registrados	159
Receitas de entorpecentes visadas	51.648

Secção de Engenharia Sanitária

Pessoas atendidas	2.421
Pareceres	757
Vistorias, projetos e planos	661

Secção de Educação Sanitária

Serviços gerais (distribuição de cartazes, revistas, etc.)	178.448
Projeções de filmes sonoros educativos na Capital e no interior	99
Número aproximado de espectadores	40.000

Nos quadros seguintes, relacionam-se alguns dos mais recentes e expressivos dados de estatística vital do Rio Grande do Sul, que se apresentam, em linhas gerais, bastante favoráveis, não obstante ainda perdurarem as consequências do desajustamento social e econômico dos últimos anos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Triênio 1946-1948

	1946	1947	1948
População (estimativa segundo a média aritmética)	3.700.340	3.758.710	3.817.080
Número de casamentos	31.020	34.297	32.653
Nupcialidade por 1.000 habitantes	8,3	9,1	8,5
Nascidos vivos registrados	106.848	114.127	116.521
Natalidade por 1.000 habitantes	28,8	30,3	30,5
Óbitos gerais	36.341	35.360	36.454
Mortalidade por 1.000 habitantes	9,9	9,4	9,5
Óbitos de menores de 1 ano (infantes)	9.116	9.059	9.586
Mortalidade infantil	85,3	70,3	82,2
Óbitos ligados à gravidez e ao parto	192	147	170
Mortalidade materna (por 1.000 nascidos vivos)	1,7	1,2	1,4
Número de natimortos	2.347	2.572	2.020
Nati-mortalidade por 1.000 nascidos vivos e mortos	21,4	22,0	23,6

Mortalidade específica de algumas causas de morte:

Óbitos por tuberculose sob tôdas as formas ...	3.353	3.126	3.056
Mortalidade de tb por 100.000 habitantes	90,8	83,1	80,0
Óbitos por febre tifóide	450	339	240
Mortalidade de febre tifóide por 100.000 habitantes	12,1	9,0	6,2
Óbitos por câncer	1.188	1.239	1.348
Mortalidade do câncer por 100.000 habitantes	32,1	32,9	35,1
Óbitos por sífilis	372	336	334
Mortalidade da sífilis por 100.000 habitantes	10,0	8,9	8,7
Óbitos por gripe	283	212	102
Mortalidade da gripe por 100.000 habitantes ..	7,6	5,6	3,0
Óbitos por doença do coração	3.740	4.162	3.932
Mortalidade das doenças do coração por 100.000 habitantes	101,3	110,7	103,0
Óbitos por difteria	217	139	130

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Quinquênio 1945-1949

	1945	1946	1947	1948	1949
População (estimativa segundo a média aritmética)	304.230	309.920	315.560	321.200	326.840
Número de casamentos	3.092	3.473	3.752	3.684	4.121
Nupcialidade por 1.000 habitantes	10,1	11,2	11,9	11,4	12,6
Nascidos vivos registrados	7.427	7.640	8.108	8.644	9.200
Natalidade por 1.000 habitantes ..	24,4	24,6	25,6	26,6	28,1
Óbitos gerais	5.728	5.371	5.192	5.605	5.563
Mortalidade por 1.000 habitantes	18,8	17,3	16,4	17,4	17,0
Óbitos de menores de 1 ano (infantes)	988	939	887	1.158	1.142
Mortalidade infantil	133,0	122,9	109,3	133,6	124,0

Óbitos de menores de 1 mês	314	345	289	351	344
Mortalidade néo-natal (por nascidos vivos)	42,2	45,1	35,1	40,0	37,3
Óbitos ligados à gravidez e parto (causa puerperal)	39	29	18	28	14
Mortalidade materna (por 1.000 nascidos vivos)	5,2	3,7	2,2	3,2	1,5
Número de nati-mortos	343	301	338	405	434
Nati-mortalidade por 1.000 nascidos vivos e mortos	44,1	46,3	40,0	50,9	46,0
Crescimento natural ou vegetativo	1.699	2.269	2.916	3.039	3.466
Índice vital	129,6	142,2	156,1	154,5	165,5

Mortalidade específica de algumas causas de morte:

Óbitos por tuberculose sob tôdas as formas	1.322	1.241	1.161	1.144	1.102
Mortalidade de tb por 100.000 habitantes	434,4	400,4	367,9	356,1	337,1
Óbitos por febre tifóide	67	63	58	56	48
Mortalidade da febre tifóide por 100.000 habitantes	22,0	20,3	18,3	17,4	14,6
Óbitos por câncer	357	303	363	389	408
Mortalidade do câncer por 100.000 habitantes	117,3	99,3	116,3	121,1	124,8
Óbitos por sífilis	166	155	134	140	126
Mortalidade da sífilis por 100.000 habitantes	54,5	50,0	42,4	43,5	38,5

OBS. -- Os dados de 1949, no Estado, ainda não podem ser apurados com exatidão. Apresentam-se, porém, mais favoráveis que os do ano de 1948, à vista dos informes já obtidos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Setor da Assistência Médico-Social

No campo da assistência médico-social, houve acentuado incremento de atividade no decurso do ano de 1949, tanto no que se refere à esfera oficial, sob a direção imediata do D.E.S., como à particular, sob a sua orientação e fiscalização. Foram examinados, neste setor, 3.669 processos.

Assistência à Psicopatas — O Hospital São Pedro, a despeito das providências tomadas, continua a lutar com o grave problema da superlotação. O aumento da população de internados nesse manicômio é expressivamente demonstrado pela média diária de doentes hospitalizados nos últimos três anos: 1947 — 2.572; 1948 — 2.731; 1949 — 2.871.

Nesse mesmo período, o número de diárias-leito foi de 938.780, 999.546 e 1.037.306, respectivamente.

Houve, portanto, no ano findo, um aumento de 37.780 diárias-leito que, na base de Cr\$ 14,00 — seu custo real — significa um acréscimo de despesa no valor de Cr\$ 528.640,00.

No ano de 1949, entre outros melhoramentos, foram inauguradas as novas instalações do pavilhão sinistrado e foi construído um novo pavilhão para 300 doentes, com alojamento e refeitório e uma garage de 283m² de área.

O Serviço Aberto, sensivelmente melhorado em suas instalações, possibilitou adequado tratamento dispensarial a avultado número de doentes que, desta forma, não foram internados. Esta orientação assegura iniludíveis

vantagens técnicas, econômicas e médico-sociais, tanto para o paciente como para o Estado. A par dos benefícios do diagnóstico precoce, o tratamento ambulatório resulta menos dispendioso e permite ao paciente o exercício de suas atividades normais.

De não menor importância são os departamentos de higiene mental e serviço social. Entre outras atividades, apresentaram, respectivamente, o movimento de 1.823 pacientes examinados e 825 visitas domiciliares para estudos e pesquisas diversas.

A Escola de Enfermagem Psiquiatra diplomou mais 15 técnicos.

Problema dos mais prementes, e que está a exigir pronta solução, é o da instalação de uma nova Colônia Agrícola, com a qual se resolverá o angustiante problema da superlotação do Hospital São Pedro. Este assunto, que se arrasta desde 1942, foi reexaminado, em bases mais concretas. Foi designada uma comissão de técnicos das Secretarias de Obras Públicas, Fazenda, Agricultura e do D.E.S. para pronunciar-se sobre a escolha, nas proximidades de Porto Alegre, de uma área de terra apropriada e sobre as condições de alienação da propriedade onde se acha localizada a atual Colônia, de há muito inadequada às suas finalidades. Esse empreendimento deve ser levado adiante e inteiramente concretizado.

Hospital de Isolamento — O Hospital de Isolamento vem apresentando, ultimamente, maior atividade em seus serviços com o aumento do número de leitos para assistência ao tuberculoso. O pavilhão cirúrgico desse nosocômio passou a funcionar com 20 leitos. O pavilhão de clínicas foi acrescido de mais uma ala com a capacidade de 19.

O Hospital forneceu, em 1949, um total de 29.891 diárias-leito. A despesa geral com a manutenção foi de Cr\$ 1.287.465,00, inclusive a despesa com alimentação, na importância de Cr\$ 345.332,00. O custo da diária-leito foi de Cr\$ 32,00 e o do "per capita" alimentação de, aproximadamente, Cr\$ 9,00.

Hospital Colônia Itapoã — No Hospital Colônia Itapoã, foram executadas diversas obras com os auxílios concedidos pelo Serviço Nacional de Leprosia, o que muito melhorou as instalações e possibilidades de internamento naquele leprocômio. A média diária de hospitalizados foi de 556 doentes.

Instituto de Cardiologia — O Instituto de Cardiologia, criado principalmente com a finalidade médico-social de prestar assistência hospitalar à criança cardíaca passível de recuperação, com o que se evitariam futuros contingentes de inválidos, teve a seu cargo o estudo de outros problemas da especialidade. Além destas atividades, prestou colaboração a todos os setores do D.E.S., em especial à Diretoria de Biometria Médica. O número de consultas foi de 6.474; o de eletro-cardiogramas, 2.439; o de radioscópias, 3.027; o de radiografias, 764; o de visitas das visitadoras sociais, 940.

A Maternidade de Torres — A Maternidade de Emergência de Torres, anexa ao Posto de Higiene local, com os melhoramentos que experimentou, pôde desenvolver melhor os seus serviços, como se constata pelo número de gestantes internadas: 270 em 1949, contra 163 no ano anterior. Movimento geral: diárias-leito — 2.562; partos — 245; intervenções cirúrgicas — 26. A despesa com a manutenção foi de Cr\$ 41.558,00. O custo da diária-leito, de Cr\$ 16,00, e o do "per capita" alimentação de Cr\$ 13,00, aproximadamente.

245; intervenções cirúrgicas — 26. A despesa com a manutenção foi de Cr\$ 41.558,00. O custo da diária-leito, de Cr\$ 16,00, e o do "per capita" alimentação de Cr\$ 13,00, aproximadamente.

Importa esclarecer que a Maternidade e a unidade sanitária são atendidas por um único médico que, freqüentemente, é obrigado a trabalhar à noite, tais as exigências do serviço.

Aparelhamento hospitalar civil do Estado. — No aparelhamento hospitalar civil do Estado, registraram-se, no ano findo, acentuadas melhorias, quer em extensão, quer em profundidade. Todo hospital, em construção ou ampliação, teve o seu projeto estudado, tecnicamente, pelo Serviço de Assistência Médico-

Social que, em estreita articulação com o Serviço de Engenharia Sanitária, verificou as imperfeições e indicou as correções apropriadas.

A capacidade assistencial da rede hospitalar subiu a 17.249 leitos — dos quais 7.762, ou sejam 45%, destinados, exclusivamente, ao internamento do doente não contribuinte — significando, em relação à de 1948, um aumento de 1.293 leitos.

Possuíamos, em 1949, 254 hospitais, contra 241 em 1948, contando-se, portanto, 13 unidades a mais.

Somente nove municípios do Estado ainda não dispõem de estabelecimento hospitalar em funcionamento: Canguçu, Cacequi, Canoas, General Câmara, General Vargas, Herval do Sul, Lavras do Sul, Osório e Piratini. Em todos, entretanto, existem em construção um ou mais hospitais, alguns dos quais deverão ser inaugurados provavelmente no corrente ano. Todos, com exceção do de Canoas, que teve o seu projeto de construção terminado após a organização do plano de distribuição de auxílios e subvenções, receberam amparo financeiro do Governo.

Pode-se assegurar que, em fins de 1951, não haverá município que não tenha o seu hospital convenientemente instalado.

Os empreendimentos referidos, a seguir, decorrem, em grande parte, do critério seguido na distribuição da verba de auxílios a hospitais. Em 1949, foram inaugurados 10 hospitais e reabertos 3. Achavam-se em construção 52 novos hospitais e em ampliação, 31. Havia 10 projetos para construção de novos hospitais e 29 de ampliação.

Deve ser mencionado o fato de antigos estabelecimentos hospitalares empreenderem, aos poucos, a remodelação de seus prédios ou construir edifícios completamente novos, à altura do progresso técnico.

A situação descrita coloca o nosso Estado em lugar de destaque, em confronto com os demais Estados do Brasil, e ao lado de São Paulo que, no momento, ainda o supera, em virtude de possuir uma concentração de grandes nosocômios para assistência especializada à lepra, às doenças mentais e à tuberculose.

Setor dos Serviços Sociais

O Serviço Social de Menores, conquanto não ultimada a organização de sua rede assistencial, prevista no plano em andamento, alcançou maior amplitude de ação no campo de sua finalidade. Quer na parte material, correspondente a construções e instalações, quer na parte funcional, registraram-se empreendimentos e realizações que comprovam o incessante desdobramento de suas atividades. As de caráter técnico desdobraram-se, não só no que diz respeito à assistência recuperativa, como ainda em relação ao sentido preventivo, visando sustar, em tempo útil, o desajuste social do menor.

Paralelamente à responsabilidade fundamental de cuidar da infância desamparada ou transviada, foi atribuído ao SESME o encargo de prover e acompanhar a aplicação dos recursos legais destinados a facultar o retorno à sociedade de desajustados e a subsidiar famílias de doentes internados na Colônia Itapoã e Hospital de Isolamento, bem como os necessitados de algum auxílio para a manutenção dos filhos no lar.

Exceção feita da Escola de Reforma para a recuperação da infância transviada — cujas obras não puderam ser reiniciadas tão logo como se pensara — foi apreciável o progresso verificado, tanto na dinâmica funcional técnico-administrativa, como nas construções, equipamentos e instalações para a complementação das diferentes unidades assistenciais.

Pela Lei 974, de 16.1.50, foi integrado o SESME na ordem funcional do serviço público. Discriminou-se o seu quadro de servidores, traçou-se a sua ordenação técnico-administrativa, e, com nomenclatura apropriada, definiu-se a composição das unidades que o integram. Cumpriu-se, desta forma, um preceito das Disposições Constitucionais Transitórias, ao mesmo tempo que

se retificava, por imperativo das próprias exigências do serviço, uma situação que deveria ser normalizada.

Acôrdio com a Sociedade Humanitária Padre Cacique. — Depois de encaminhados com alto espírito de compreensão os entendimentos mantidos entre os representantes do Estado e a Sociedade Humanitária Padre Cacique, ajustou-se um acôrdio plenamente satisfatório, que pôs termo às dificuldades resultantes da debatida intervenção nos Asilos da Fundação Imperial.

Foi o acôrdio assentado nas seguintes bases: a) liquidação amigável da sentença judicial, desistindo aquela Sociedade de se emitir na posse do prédio à Avenida João Pessoa, em que está instalado o Instituto de Cardiologia e de cinco casas construídas em terras da Fundação, consoante direito que lhe outorgara mandato judicial já expedido; b) parte extrajudicial, consubstanciada na Lei n.º 713, de 4 de novembro de 1949, pela qual o Estado restitui o Asilo de Mendicidade à Sociedade Humanitária Padre Cacique, que ficará responsável pela sua manutenção, indenizando-a do valor invertido pela mesma na construção de cinco casas e do Asilo São Joaquim, que assim passaram para o Estado.

A Sociedade desistiu expressamente, para todo o sempre, de promover qualquer ação decorrente do ato de intervenção do Estado nos asilos da Fundação, bem como de indenizações que porventura lhe assistam, em virtude ou consequência do decreto de intervenção.

E' de ressaltar ainda que a restituição do Asilo de Mendicidade liberou verbas, que podem agora ser aplicadas especificamente na assistência ao menor. Foram assim convenientemente resguardados os interesses morais e os de ordem material de ambas as partes, permanecendo em poder do D.E.S. quase tôda a valiosa área da antiga Fundação Imperial, com as instituições integrantes e necessárias ao elo assistencial do Serviço Social de Menores.

Instituto Infantil de Ipanema. — Levadas a termo as principais e vultosas obras complementares de que carecia — ligação de água, instalações internas, provisionamento de materiais, retificação de pátios, ajardinamento, novas construções, aquisição de maior área circunvizinha — foi posto em funcionamento, com o nome de Instituto Infantil, o antigo Preventório de Ipanema.

Sua inauguração assinala uma significativa etapa na evolução do plano traçado para a organização do SESME. Essa unidade de alto padrão técnico-social, veio não só concorrer para uma oportuna e melhor distribuição da população de menores confiada ao Estado, como ainda permitir se possa dispensar, nas desejáveis condições técnicas, completa e adequada assistência ao menor em idade pre-escolar. Caber-lhe-á atender a solução de um dos problemas básicos, de caráter psico-médico-pedagógico, no plano da recuperação da infância abandonada, na fase em que mais são necessários a ambiência afetiva do lar e os estímulos disciplinares do convívio familiar para a harmônica expansão da personalidade.

Escola Vocacional Agro-Industrial de Novo Hamburgo. — Com a construção da nova ala do bloco central — praticamente concluída — que eleva para mais de 200 internos a capacidade do alojamento; o prosseguimento das instalações e das diversas obras em curso; a aquisição de material didático e equipamento específico, complementou-se o aparelhamento da unidade, aprestando-a à sua finalidade de centro assistencial polivalente para aprendizagem profissional. Está em condições de ser inaugurada oficialmente no corrente exercício. Seu funcionamento, que vem sendo mantido, desde seu início, a título de emergência, ganhará, então, maior eficiência e melhor rendimento.

Aprendizado Visconde de São Leopoldo. — A incorporação ao SESME do Aprendizado Visconde de São Leopoldo amplia e consolida o traçado da sua rede assistencial. A localização do estabelecimento, naquele município vizinho, facilita as tarefas de coordenação e

vigilância administrativa e favorece a articulação das unidades entre si. Tão pronto passou para o patrimônio do Estado, suas condições materiais e assistenciais foram substancialmente ampliada, a começar pelo que respeita mais diretamente ao preparo técnico do menor. Do plano de conjunto elaborado, cuja plena execução ficará dependendo de meios orçamentários oportunos, já está em adiantada construção o pavilhão destinado ao ensino teórico-prático de diferentes ofícios, no valor de Cr\$ 737.200,00.

Educandário Pré-Vocacional "São Joaquim" — Embora ainda deficiente, sob o ponto de vista material, pela exiguidade de espaço e instalações antiquadas do edifício em que funciona, suas condições sanitárias foram sensivelmente melhoradas, graças à construção de uma pequena enfermaria e de uma dependência para banheiros. Essa providência, que deverá ser completada com outras de maior monta — aumento de dormitórios, de locais para aulas, ampliação de refeitório, clausura e capela, isolamento, sala de recreação — satisfaz, no momento, uma das prementes exigências que ali se fazem sentir e que urge sejam atendidas, em benefício de uma população super-excedente da atual capacidade e possibilidades da instituição.

Abrigo Feminino. — Por motivos de ordem administrativa e técnica, a secção de recolhimento de meninas — Casa Lar — que funcionava numa dependência do Asilo de Mendicidade, foi transferida para outro prédio, passando a chamar-se Abrigo Feminino.

Enquanto não se construir um edifício próprio, a unidade continuará instalada nesse local. Parte de sua atual população — a correspondente a casos de transviamento — será internada no Asilo Bom Pastor, quando o novo prédio desta instituição, no bairro de Teresópolis, estiver em condições de recebê-la.

Aprendizado de Candelária. — Consigna o orçamento dotações apropriadas para colocar essa unidade em condições de funcionamento. As presentes dificuldades financeiras, entretanto, que impuseram a restrição de despesas adiáveis, aconselharam a transferir para melhor oportunidade o início de sua organização, uma vez que, em tal emergência, os serviços novos devem ser preteridos por aqueles que não podem sofrer solução de continuidade.

Instituto Central de Menores. — Definiu-se em lei o aproveitamento do antigo Abrigo do Partenon como Instituto Central de Menores. Constan em orçamento os recursos necessários para efetivar sua transformação progressiva em Centro de Triagem.

Aprendizado Agrícola de Gravataí. — A população internada no Aprendizado Agrícola de Gravataí, em seu segundo ano de funcionamento, elevou-se a 110 menores, preenchendo a lotação normal prevista.

Com a aquisição do material de ensino e trabalhos práticos e a construção de diversas dependências para serventia agrícola, a unidade foi melhor aparelhada ao desempenho de sua finalidade, tendente a preparar a juventude para as lides e a vida rurais.

Colocação familiar. — A par de casos de adoção e de outros de tutela, 57 menores entregues ao Estado foram confiados, mediante formal compromisso de encargos assistenciais específicos, a famílias idôneas que, sob periódica vigilância do Serviço, lhes deverão dispensar o devido trato afetivo e cuidar de sua educação e instrução.

Esta prática — a mais consentânea, sem dúvida, com os direitos do menor e os interesses de sua reintegração social, — é providência cuja extensão eventual, a um maior número de beneficiários, só poderá ser proporcionada à medida que se for difundindo na sociedade uma melhor compreensão dos problemas da infância desajustada.

Auxílio para a prevenção do desajuste social do menor. — É de salientar o propósito que inspirou a adoção dessa medida, cujo alcance é da maior significação social, no que diz respeito à inversão de recursos para assistência à infância necessitada de ajuda.

Esta última providência, que veio completar a prática da colocação familiar, acentua a preocupação de evitar que o menor entregue à tutela do Estado ou em situação potencial de desamparo, venha a ser afastado do ambiente que, pelos laços e estímulos afetivos, é, por natureza, o mais apropriado para proporcionar e favorecer o desenvolvimento da sua personalidade.

Tal proceder, outrossim, evidencia a consonância da conduta do Governo, no terreno da assistência, com a doutrina e prática do Serviço Social, precisamente numa quadra em que o número e extensão dos desajustamentos sócio-econômicos, que atingem e oneram a comunidade, parecem superar o valimento e o alcance da iniciativa particular.

Essa contingência, que estaria a reclamar e a forçar uma maior interferência do poder público, alargou-lhe, imperativamente, a linha de direta responsabilidade na promoção e execução de providências assistenciais, sem contudo retirar-lhe o preciso sentido de ação oficial supletiva, que é uma das características da ordem democrática.

Ao invés de uma atitude simplesmente paternalista, por véses menos benéfica e produtiva que incentivadora de parasitismo, o Estado não está a oferecer, com isso, o paliativo de uma esmola. Cuida, com o auxílio oportuno de um pequeno subsídio financeiro, de reforçar o valimento da família, enquanto economicamente deficiente.

Graças a esse recurso não se fragmenta a comunidade familiar. Desperta-se na consciência dos pais um novo ânimo, facilitando o cumprimento de seus árduos deveres em relação à guarda e manutenção dos filhos.

Movimento técnico-administrativo do SESME. — Quanto ao rendimento assistencial, o trabalho realizado no Serviço Social de Menores pode ser apreciado, em conjunto, pelos dados dos quadros que se seguem, onde é anotado o movimento das diferentes unidades e de outras atividades de caráter social.

I — Movimento de "Menores" nas unidades do "SESME":

Especificação	1948	1949	% de aumento
Existência em 1.º de janeiro	501	648	29,34
Ingressos durante o ano	1.108	1.395	25,90
Egressos durante o ano	961	1.187	23,51
Existência em 31 de dezembro	648	856	32,09
Média anual	609	695	12,47
Número de diárias	223.192	253.695	13,66

II — Movimento de Menores assistidos em entidades particulares, mediante convênio com o "SESME":

Especificação	1948	1949	% de aumento
Número de menores	64	89	39,06
Número de diárias	23.360	32.485	39,06
Verba despendida	175.000,00	278.130,40	58,93

III — Movimento de "Senis" assistidos pelo "SESME", através da administração do Asilo de Mendicidade.

Especificação	1948	1949	% de aumento
Existência em 1.º de janeiro	132	135	2,27
Ingressos	39	48	23,07
Egressos	36	49	36,11
Existência em 31 de dezembro	135	134	— 0,74
Média anual	136	134	— 1,47
Número de diárias	49.904	52.367	4,93

IV — Subsídios concedidos em 1949 para fins de ajustamento social.

Especificação	N.º de Beneficiados	Valor
		Despendido
Assistência à família de tuberculosos atendidos pelo D. E. S.	57	Cr\$ 110.000,00
Assistência à família de leprosos internados no Hospital Colônia Itapoã	74	60.000,00
Assistência à família economicamente deficiente, para prevenção do desajuste social do menor	46	75.900,00
Auxílio para retorno de desajustados sociais e de doentes pobres egressos de estabelecimentos hospitalares	44	40.483,70
Totais	221	286.383,70

V — Custo médio de menor nas unidades assistenciais do SESME.

Especificação	Per capita			Diária — Leito		
	1948	1949	%	1948	1949	%
Abrigo de Menores	8,18	9,25	+ 13,08	22,43	23,99	+ 6,95
Educandário Pré-Vocacional)						
Abrigo Feminino	6,90	5,93	— 14,05	14,65	14,26	— 2,66
Asilo de Mendicidade						
Escola Vocacional Agro-Industrial	10,21	10,11	— 0,97	37,74	37,98	+ 0,63
Aprendizado Agrícola Gravataí	10,42	9,84	— 5,86	37,01	27,75	— 25,02

NOTA: "Per capita" — É computada somente a alimentação.

"Diária-Leito" — Estão incluídas todas as despesas que se relacionam diretamente com o assistido: pessoal, material de consumo e despesas diversas.

Distribuição de auxílios a entidades particulares

Em auxílios ordinários e extraordinários, a diferentes estabelecimentos assistenciais, foi distribuída a soma global de Cr\$ 20.350.000,00.

No setor da assistência médico-social, os auxílios foram em número de 185, atingindo a importância de Cr\$ 11.600.000,00, repartida a 122 hospitais, com a seguinte discriminação:

Cr\$ 736.000,00 a 6 hospitais em pagamento de anuidades concedidas em exercícios anteriores.

Cr\$ 3.200.000,00 a 26 hospitais em auxílios ordinários, para a manutenção de seus serviços gerais.

Cr\$ 3.664.000,00 a 56 hospitais em auxílios extraordinários, para construção, ampliação ou instalações.

Cr\$ 2.200.000,00 a 26 hospitais em auxílios ordinários, para a manutenção do serviço de tuberculose.

Cr\$ 1.440.000,00 a 16 hospitais em auxílios extraordinários, para a construção de serviços de tuberculose.

No setor do Serviço Social de Menores os auxílios distribuídos atingiram a quantia de Cr\$ 8.730.000,00, com o movimento constante do quadro comparativo referente a sua aplicação nos exercícios de 1948 e 1949:

Especificações	Verba distribuída			N.º de instituições				
	1948	1949		%	1948	1949	%	
Assistência ao menor ..	2.520.000,00	6.420.000,00	+	158,75	62	80	+	29,03
Assistência a senís e outros necessitados	760.000,00	1.120.000,00	+	47,36	36	50	+	38,88
Entidades classistas	1.280.000,00	1.090.000,00	-	14,84	37	42	+	13,51
Casas e Pensionatos de Estudantes	60.000,00	100.000,00		66,66	2	4	+	100,00
	<u>4.620.000,00</u>	<u>8.730.000,00</u>	+	<u>88,96</u>	<u>137</u>	<u>176</u>	+	<u>28,16</u>

Os dados acima referidos evidenciam o progresso realizado na organização e desenvolvimento, em extensão, da rede de serviços assistenciais, bem como a maior penetração da ação coordenadora e do concurso do poder público à iniciativa particular, para a solução dos problemas de caráter assistencial.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Na execução do programa que traçou, o Instituto de Previdência do Estado vem realizando uma obra do maior esforço e de incontestáveis resultados.

Consideradas as suas finalidades principais, que são o seguro social, o desenvolvimento da sua atividade institucional vem-se processando com acentuada progressividade.

Verifica-se nesta marcha segura a dominante preocupação administrativa de superar as dificuldades de ordem técnico-financeiras, para adoção de um sistema equilibrado que atenda às realidades mais prementes do regime de previdência e assistência.

Correspondeu essa orientação às exigências de uma dupla finalidade: ab-anger um maior campo assistencial e previdencial e recuperar, em maior grau, os elementos que devem fazer face à sua reestruturação econômico-financeira em bases atuariais.

É de franca prosperidade a situação econômica do Instituto, dentro dos limites de sua estrutura, traçados pela organização atuarial a que obedecem suas operações.

Situação
Econômica
Financeira

A receita, que desde sua fundação, em 1932, vem em escala ascendente, acusa notável incremento a partir do exercício de 1944.

De Cr\$ 3.544.951,20, em 1932, atingia a Cr\$ 12.239.238,30, em 1944, chegando a Cr\$ 34.678.266,50, em 1949.

De 1946 até 31 de dezembro de 1949, foi a seguinte a marcha da receita para do Instituto:

Títulos	1946 Cr\$	1947 Cr\$	1948 Cr\$	1949 Cr\$
Prêmios O. V.	14.332.733,60	17.333.817,30	21.209.353,50	22.796.372,00
Prêmios P. U.	417.266,70	254.405,80	422.402,40	603.972,60
Total das contribuições individuais ..	14.750.000,30	17.588.023,10	21.631.755,90	23.400.344,60
Contribuições do Estado	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
Contribuições das Prefeituras	480.089,40	530.332,00	594.562,40	836.126,50
Juros de Empréstimos	1.676.740,30	3.065.032,00	3.999.350,50	4.030.384,10
Juros diversos	2.383.394,60	2.126.112,10	2.664.979,00	3.551.729,50
Renda de títulos ...	28.695,80	100.398,10	98.736,50	98.400,70
Receitas e rendas diversas	571.114,20	1.036.255,90	798.276,20	1.179.733,60
Totais	21.390.034,60	25.046.153,20	31.277.660,50	34.697.219,00

A despesa administrativa, em cada um dos exercícios de 1946 a 1949, foi a seguinte:

Exercício de 1946	— Cr\$ 3.321.272,30
Exercício de 1947	— Cr\$ 5.468.057,40
Exercício de 1948	— Cr\$ 6.762.102,70
Exercício de 1949	— Cr\$ 7.617.175,70

Os acréscimos da despesa administrativa nesses exercícios foram provenientes do reajustamento dos quadros de serviço e pessoal, em 1947, do aumento de pessoal e pagamento do abono provisório concedido pelo Estado, e, em 1949, dos dispêndios com a mudança e instalação da nova sede dos Instituto. Muito tem concorrido também para o aumento da despesa a elevação do custo do material de expediente e outros materiais necessários ao serviço da autarquia.

Os encargos de previdência e assistência (encargos irrecuperáveis), durante o quadriênio, foram os seguintes:

Encargos	1946 Cr\$	1947 Cr\$	1948 Cr\$	1949 Cr\$
Pensões	3.390.106,90	3.702.992,20	4.636.700,40	4.973.105,60
Pecúlio único	194.472,70	178.153,40	137.133,80	170.641,80
Abono familiar	78.656,70	75.301,50	88.422,80	126.002,10
Seguro de Renda Temporário	24.348,80	33.725,80	57.130,90	56.310,40
Subvenção à Associação dos Funcionários Públicos do Estado	525.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
	<u>4.212.585,10</u>	<u>4.590.177,90</u>	<u>5.519.392,90</u>	<u>5.927.049,90</u>

Apesar dos acréscimos da despesa administrativa acima referidos e dos encargos de previdência e assistência, os resultados econômicos do exercício têm vindo em progressão ascendente, como se verifica do quadro abaixo:

Exercícios	Superávits Cr\$	Resultados dos saldos econômicos dos exercícios	
		Cr\$	
1946	13.978.583,40	13.349.554,50	
1947	16.211.437,70	15.137.925,80	
1948	21.267.769,10	20.422.322,60	
1949	21.789.270,10	20.602.356,30	

No quadriênio de 1946 a 1949, foram os seguintes os saldos devedores a 31 de dezembro de cada exercício, das duas principais modalidades dos encargos recuperáveis:

Encargos	1946 Cr\$	1947 Cr\$	1948 Cr\$	1949 Cr\$
Casa própria	8.643.046,00	18.721.490,00	24.947.554,20	36.957.892,50
Empréstimos hipotecários	2.650.945,10	4.027.827,10	6.944.317,20	9.375.428,80
Empréstimos "Sucessivos"	20.541.758,50	41.435.752,70	40.932.265,80	41.708.149,00
Totais	<u>32.835.749,60</u>	<u>64.185.069,80</u>	<u>72.824.137,20</u>	<u>88.041.470,30</u>

Bastante ilustrativa é a comparação dos valores das reservas gerais do Instituto, em cada exercício, com o valor total dos encargos recuperáveis mencionados:

Exercícios	Reservas Cr\$	Encargos Cr\$	Percentagens que representam os en- cargos sobre o va- lor das reservas
1946	82.935.146,30	22.825.749,60	30,57 %
1947	97.710.550,80	64.185.069,80	65,70 %
1948	117.699.734,20	72.624.137,20	61,67 %
1949	137.890.977,70	88.041.470,30	63,85 %

Além dos encargos acima referidos, a autarquia concede fianças para diversos fins, tais como aluguéis de casas, hospitalização e aquisição de medicamentos de urgência, que absorvem também boa parte das reservas.

Em dois exercícios apenas, 1948 e 1949, saíram dos cofres do Instituto, sob a forma de empréstimos "Sucessivos", Cr\$ 27.175.412,30 e, para financiamento da "Casa Própria" Cr\$ 36.131.827,10, ou seja um total de Cr\$ 63.307.239,40, apesar da época de restrições de numerário que atravessamos.

O movimento de fianças concedidas durante o exercício de 1949 foi o seguinte:

Para aluguel de casa	204	fianças, no valor total de Cr\$	106.628,10
Para hospitalizações	398	" " " " " "	434.510,20
Para aquisição de medicamentos	273	" " " " " "	293.061,80
Para enterramentos	14	" " " " " "	19.722,00

Quanto às fianças para pagamento de aluguéis de casas, existem atualmente em vigor 776, no valor total de Cr\$ 3.012.744,90.

O total das pensões pagas pelo Instituto, desde 1932, ano de sua fundação, até 31 de dezembro de 1949, às pensionistas, beneficiários dos contribuintes da autarquia, atinge a Cr\$ 34.896.049,90.

Nesse total não está incluído o das pensões da Sociedade Amparo Mútuo, pagas, também, pelo Instituto, porém custeadas pelo Tesouro do Estado e que, de 1932 até 31 de dezembro de 1949, atingiram a Cr\$ 3.351.973,10.

O Pecúlio Único, instituído para as praças de pret e outros serventuários sem estabilidade, que não podem contribuir para o plano de pensões, atingiu, no mencionado período de 1932 a 31 de dezembro de 1949, a Cr\$ 3.147.794,00.

Possui a autarquia, adquiridos em diversas épocas, desde a sua fundação, os seguintes imóveis: Edifício Davi Canabarro, à Avenida Paraíba n.º 300, pelo custo de Cr\$ 858.705,80; Edifício da sede atual do Instituto, pelo custo de Cr\$ 7.739.790,40, incluídos nesta importância o preço da compra do terreno, a parte já construída e o restante da construção; um grande terreno, sito à Avenida Borges de Medeiros esquina da rua General Andrade Neves, destinado à sede definitiva do Instituto, pelo custo de Cr\$ 1.238.288,80; um terreno, também à Avenida Borges de Medeiros, próximo à rua Coronel Genuino, pelo preço de Cr\$ 562.066,00; um terreno à rua República, pelo preço de Cr\$ 278.652,90; outros terrenos, destinados à construção de moradias, pelo preço total de Cr\$ 1.214.508,20; e ainda outros com as respectivas construções já iniciadas, pelo custo total de Cr\$ 204.540,00.

De 1949 a esta parte, foram adquiridos 83 terrenos destinados à construção de casa própria, no valor de Cr\$ 3.226.141,10 e construídas 50 casas, no valor de Cr\$ 4.894.564,90.

Desde a fundação desse Departamento, em 1933, a sua receita vem em progressão crescente. De Cr\$ 131.873,00, em 1933, dez anos após, em 1943, atingia a Cr\$ 4.761.169,90. e, em 1949, a Cr\$ 12.277.837,00.

Departamento
de Seguros
de Vida

- Nos últimos quatro exercícios, 1946 a 1949, a marcha da receita do Departamento, foi a seguinte:

Títulos	1946 Cr\$	1947 Cr\$	1948 Cr\$	1949 Cr\$
Prêmios	6.451.454,80	7.429.809,30	8.588.929,60	9.905.359,20
Juros diversos	889.582,90	1.037.875,60	1.370.524,60	1.727.329,10
Rendas diversas	285.405,20	606.093,60	574.049,00	645.148,70
	<u>7.626.442,90</u>	<u>9.073.778,50</u>	<u>10.533.503,20</u>	<u>12.277.837,00</u>

Como no Instituto propriamente dito, a escala ascensional da receita é muito mais acentuada que a da despesa total, que se compõe da despesa administrativa e dos encargos de seguros de vida.

A despesa administrativa em cada um dos exercícios de 1946 a 1949, foi a seguinte:

Exercício de 1946	Cr\$ 1.461.224,50
" " 1947	Cr\$ 2.017.172,70
" " 1948	Cr\$ 2.564.561,70
" " 1949	Cr\$ 2.949.286,50

Os acréscimos da despesa administrativa, que acima se observam, obedeceram às mesmas causas expostas com relação ao Instituto propriamente dito.

A 31 de dezembro de cada um dos exercícios de 1946 a 1949, os seguros em vigor atingiam os valores abaixo discriminados:

Exercícios	Seguros em vigor Cr\$
1946	183.218.000,00
1947	206.278.000,00
1948	237.719.000,00
1949	270.884.000,00

Os elementos a seguir mostram a situação econômica do Departamento de Seguros de Vida, em 31 de dezembro de 1949.

Ativo real	Cr\$ 44.823.784,50
Passivo real	Cr\$ 673.086,20,

representando o passivo real apenas 1,5% do ativo.

Receita	Cr\$ 12.409.078,30
Despesa:	
Administrativa	Cr\$ 2.949.286,50
Encargos de Seguros	Cr\$ 2.326.951,80
	<u>Cr\$ 5.276.238,30</u>
Superavit	Cr\$ 7.132.840,00

Inauguração
do Edifício-
Sede

A 19 de setembro do ano passado, foi inaugurada a nova e alterosa sede do Instituto, conquista que representava, sem dúvida, velha aspiração dos seus dirigentes e solução de um problema inadiável ao pleno desenvolvimento dos seus serviços.

POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA

SECRETARIA DA FAZENDA

**As finanças
do Estado**

A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1949, encaminhada pelo Poder Executivo a esta colenda Assembléia Legislativa, da mesma forma que a elaborada para o exercício de 1948, previa a receita do Estado em montante igual ao da fixação da despesa.

Com as alterações votadas por este egrégio Poder, foi a lei de meios de 1949 promulgada com um deficit previsto de Cr\$ 31.038.840,00, incluída em posição de equilibrio a Viação Férrea.

Visando cobrir esse deficit, foram adotadas, logo no inicio do exercicio, severas medidas sobre a execucao orçamentária, que assim se resumem:

1.º) Revisão, em tôdas as Secretarias de Estado e Departamentos, do orçamento votado, com a finalidade de apurar:

- a) as insuficiências de verbas para despesas compulsórias e inadiváveis; e
- b) as dotações para serviços úteis, mas adiáveis, que pudessem atender as insuficiências verificadas.

2.º) Adiamento na execucao de obras e serviços novos, até o limite do deficit previsto, enquanto não fosse possível apurar com maior clareza o comportamento da receita.

3.º) Rigoroso controle da despesa normal do Estado, a ser realizada dentro do limite trimestral das dotações.

Graças a estas providências, conseguiu-se uma redução de despesa de 112 milhões de cruzeiros, no exercicio de 1949, exclusive a Viação Férrea.

Os esforços despendidos no sentido de comprimir ao máximo a despesa que o Governo estava autorizado a realizar, a fim de não se afastar do equilibrio orçamentário, foram em parte anulados com o decréscimo das rendas públicas, que se acentuou sensivelmente no segundo semestre do exercicio.

A menor receita verificada em 1949, exclusive a Viação Férrea, atingiu a elevada soma de 89 milhões de cruzeiros e teve como causa primordial a depressão econômica, que direta ou indiretamente se reflete sobre as finanças do Estado.

A desvalorização da libra, operada a 18 de setembro do ano passado, atingiu em cheio a vida econômica do Estado, já que a exportação dos excedentes de nossa produção se destina quase integralmente aos países da área do castelino.

Todos os recursos ao alcance dos órgãos fazendários foram mobilizados para incentivar a arrecadação, diminuindo, tanto quanto possível, os efeitos da depressão econômica.

Pela Lei n.º 566, de 17 de junho de 1949, foi o Poder Executivo autorizado a emitir 300.000 apólices do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 cada uma, destinadas ao atendimento das obras e serviços do Plano de Eletrificação do Estado.

Está o Estado autorizado a contrair com estabelecimentos de crédito do país, mediante caução de apólices do "Empréstimo para a eletrificação do Rio Grande do Sul — 1.ª e 2.ª emissões", operações de créditos até o limite de

Cr\$ 150.000.000,00, na conformidade do disposto nas Leis n.ºs 567 e 847, respectivamente de 17 de junho e 23 de dezembro de 1949.

As negociações com o Banco do Brasil, S. A., para a concretização desse empréstimo, que se processam há vários meses, atingiram, agora, a fase final.

O Poder Executivo foi ainda autorizado, pela Lei 803, de 17 de dezembro de 1949, a emitir 200.000 apólices do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 cada uma, destinadas ao atendimento de obras e investimentos.

A Lei n.º 846, de 23 de dezembro do mesmo ano, autorizou o Estado a contrair, com estabelecimentos de crédito do país, mediante caução de 100.000 apólices desse empréstimo, uma operação de crédito até Cr\$ 70.000.000,00.

Cuida o Governo realizar essa operação financeira no decorrer deste exercício, já tendo tomado, para sua efetivação, as providências preliminares que se faziam necessárias.

O Plano Financeiro

Durante o exercício de 1949, a vida financeira do Estado continuou sendo orientada segundo as normas estabelecidas no Plano Financeiro.

Entre as medidas financeiras de maior repercussão, devemos mencionar as que se relacionam com a aplicação imediata e integral da nova distribuição das rendas públicas.

As leis que disciplinaram essa matéria foram todas promulgadas a 30 de junho de 1947.

Enquanto alguns desses diplomas legislativos entraram em vigor na data de sua publicação, outros somente em 1.º de janeiro de 1948 passaram a vigor.

Além das providências de caráter financeiro, outras, de natureza orçamentária, administrativa e fiscal, foram ainda previstas naquele Plano.

Também estas últimas foram fielmente observadas no decurso do exercício de 1949.

A execução do Plano Financeiro

Tal como ocorrera em 1948, no exercício de 1949 teve grande repercussão o Plano Financeiro adotado pelo Governo.

A nova discriminação de rendas, estabelecida na Constituição Federal, teve o segundo ano de vigência integral em 1949.

O Rio Grande do Sul é o único Estado da Federação que vem aplicando integralmente, desde 1948, a nova distribuição das rendas públicas, estatuída na Carta Magna.

A contribuição do Estado aos Municípios, proveniente de 30% da diferença entre a arrecadação estadual de impostos, excetuado o de exportação, e o total das rendas municipais de qualquer natureza, subiu a 113 milhões de cruzeiros.

De conformidade com o disposto na Lei n.º 206, de 2 de julho de 1948, nos exercícios financeiros de 1948 e 1949 foi idêntica a contribuição do Estado aos Municípios, decorrente do excesso de arrecadação, em virtude de, em ambos os exercícios, ter sido tomada por base para efeito de cálculo, a execução orçamentária do primeiro deles.

Dentre as medidas administrativas preconizadas no Plano Financeiro, lograram integral realização a criação e organização da Contadoria Geral do Estado e a reorganização dos serviços das Exatorias.

A execução orçamentária em 1949

De conformidade com o que dispõe o art. 87, inciso XIX, da Constituição, até 30 de junho p. futuro encaminharei a esta egrégia Assembléia o Balanço do Estado relativo ao exercício financeiro de 1949, acompanhado de parecer do colendo Tribunal de Contas.

A Contadoria Geral do Estado está trabalhando ativamente no encerra-

mento das contas referentes a 1949 e concluirá, dentro do prazo constitucional, esta ingente tarefa que lhe cumpre realizar.

Embora só mais tarde possam ser conhecidos com exatidão os múltiplos e complexos elementos que compõem essa importante peça financeira, determinei o levantamento de dados que possibilitassem a feitura de uma sucinta análise da execução orçamentária.

Os algarismos adiante arrolados poderão ser confirmados ou retificados pelo Balanço Geral. Dêles estão excluídas não só a receita e a despesa da Viação Férrea, que tem vida financeira autônoma e cuja situação é analisada em capítulo especial desta Mensagem, mas ainda as despesas realizadas com a execução dos Planos de Eletrificação e de Saneamento, e atendidas com recursos de empréstimos.

Eis o quadro demonstrativo da execução orçamentária de 1949:

DESPESA	Milhões de cruzeiros
Despesa autorizada pelo orçamento	1.793
Menos despesa da Viação Férrea	390
	<hr/>
Despesa líquida autorizada pelo orçamento	1.403
Créditos suplementares (excluídas as anulações de dotações orçamentárias)	12
Créditos extraordinários	10
Créditos especiais do exercício	58
Créditos especiais de exercícios anteriores	39
	<hr/>
Total da despesa autorizada	1.517
Despesa realizada	1.405
	<hr/>
Menor despesa	112
	<hr/>
RECEITA	
Receita prevista no orçamento	1.762
Menos receita da Viação Férrea	390
	<hr/>
Receita líquida prevista no orçamento	1.372
Receita arrecadada	1.283
	<hr/>
Menor receita	89
	<hr/>
RESUMO	
PREVISÃO	
Despesa autorizada	1.517
Receita prevista	1.372
	<hr/>
Deficit previsto	145
	<hr/>
EXECUÇÃO	
Despesa realizada	1.405
Receita arrecadada	1.283
	<hr/>
Deficit verificado	122

RESULTADO

Deficit previsto:

Orçamento	31	
Créditos adicionais do exercício	75	
Créditos adicionais de exercícios anteriores	39	145

Deficit recuperado:

Menor despesa	112	
Menor receita	89	23

Deficit verificado		<u>122</u>
--------------------------	--	------------

Como foi esclarecido, além da despesa orçamentária acima referida, outras de investimento de capital, foram ainda realizadas com recursos de empréstimos.

Estas últimas se referem à execução dos Planos de Eletrificação e de Saneamento, com os quais foram despendidos, ao todo, no exercício de 1949, 101 milhões de cruzeiros, que assim se repartem:

Plano de Eletrificação	78 milhões de cruzeiros
Plano de Saneamento	23 milhões de cruzeiros
TOTAL	101 milhões de cruzeiros

Se adicionarmos estes gastos, o total da despesa realizada ficará elevado de 1.405 para 1.506 milhões de cruzeiros.

Os créditos adicionais abertos no decurso do exercício financeiro tiveram cobertura no saldo da execução orçamentária de 1948 e no saldo da operação de crédito de 50 milhões de cruzeiros, realizada parte em 1948 e parte em 1949.

Por conta deste último empréstimo haviam sido abertos, em 1948, créditos adicionais num total de Cr\$ 39.682.670,10; uma parte destes créditos, montando Cr\$ 4.680.290,30, perdeu vigência a 31 de dezembro de 1948, enquanto outra parte, somando aproximadamente Cr\$ 15.000.000,00, passou com vigência para o exercício de 1949.

Com recurso no saldo dessa operação de crédito de 50 milhões de cruzeiros, foram abertos, em 1949, créditos adicionais totalizando, aproximadamente 14,5 milhões de cruzeiros.

O saldo da execução orçamentária de 1948, reconhecido pelo Tribunal de Contas, foi de Cr\$ 41.221.839,60. Segundo a interpretação constante da análise do Balanço feita pela Secretaria da Fazenda, o saldo real foi de Cr\$ 74.389.099,30.

Com base no superavit reconhecido pelo Tribunal de Contas, foram abertos créditos adicionais, no exercício de 1949, em importância aproximada de 49 milhões de cruzeiros.

A receita, no exercício financeiro de 1949, não correspondeu às previsões orçamentárias, tendo sido apurada uma menor arrecadação de 89 milhões de cruzeiros.

A receita arrecadada em 1949, no montante de 1.283 milhões de cruzeiros, excedeu em apenas 8 milhões a arrecadada em 1948, que subiu a 1.275 milhões de cruzeiros.

A receita de impostos, que corresponde a 76% da arrecadação geral do Estado, exclusive a Viação Férrea, atingiu, em 1949, 975 milhões de cruzeiros. Isto é, somente 15 milhões mais do que em 1948.

No quadro abaixo está espelhado o comportamento da receita de impostos no exercício de 1949:

Impostos	Orçado	Arrecadado	Milhões de cruzeiros Diferença	
			Positiva	Negativa
Vendas e consignações	820	774	—	46
Exportação	80	50	—	30
Territorial	50	34	—	16
Sêlo	50	47	—	3
Transmissão "inter vivos"	50	54	4	—
Transmissão "causa mortis" ..	15	16	1	—
TOTAL	1.065	975	5	95

A brusca queda verificada na arrecadação dos impostos, em 1949, denuncia a forte depressão econômica que o Estado está sofrendo e que se vem acentuando desde o segundo semestre daquele ano.

As demais rubricas da receita, representando, em conjunto, 24% da arrecadação geral, exclusive a Viação Férrea, serão detalhadamente analisadas por ocasião do envio do Balanço Geral do Estado a esta magna Assembléia.

A lei de meios para o exercício financeiro de 1950 orçou a receita do Estado em Cr\$ 1.757.931.300,00 e fixou a despesa em Cr\$ 1.955.793.680,00, estando, portanto, previsto um déficit de Cr\$ 197.862.380,00.

O Orçamento
para 1950

Deduzindo-se, para efeito de análise, do total do déficit previsto na lei orçamentária os Cr\$ 100.000.000,00 destinados ao atendimento do segundo abono provisório concedido ao funcionalismo público, que, já por absoluta falta de recursos, já por motivo de lide judicial com o mesmo relacionada, não vem sendo pago pelo Tesouro, obtém-se o líquido de Cr\$ 97.862.380,00.

Esse vultoso déficit ficará agravado em consequência da sensível diminuição da arrecadação, que já atingiu 35 milhões de cruzeiros no primeiro trimestre do exercício.

Para fazer face a este profundo desequilíbrio financeiro, estão sendo executadas, por sugestão da Secretaria da Fazenda, várias e importantes providências de caráter administrativo, enquanto outras, carecedoras de lei, serão em breve submetidas à consideração deste egrégio Poder Legislativo.

Entre as medidas já postas em prática ou em fase final de estudos, visando todas elas alcançar aquele objetivo, devem ser mencionadas as seguintes:

1.º) Revisão, em todas as Secretarias de Estado e Departamentos, do orçamento votado, com a finalidade de reduzir a despesa em importância equivalente a Cr\$ 85.000.000,00;

2.º) Abertura de créditos especiais e suplementares somente com recurso de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias cu de operação de crédito realizada;

3.º) Severa intensificação dos serviços de arrecadação e fiscalização, mediante: a) permanente inspeção fazendária, a cargo da Inspetoria Geral de Fazenda; b) permanente inspeção fiscal, a cargo da Inspetoria do Imposto sobre Vendas e Consignações; c) colocação de veículos à disposição dos fiscais e inspetores de vendas e consignações, para locomoção nas visitas ao interior

dos municípios; d) cooperação das Prefeituras Municipais no exercício das atividades fiscalizadoras e e) designação de servidores excedentes das Exatorias como elementos auxiliares da fiscalização;

4.º) Abolição de isenções fiscais, respeitadas as concedidas pela Constituição;

5.º) Revisão do lançamento de impostos e atualização dos valores tributados;

6.º) Atualização das imposições fiscais que mais remotamente permanecem intactas;

7.º) Emissão, contra suprimento de numerário, de Letras do Tesouro, ao prazo de 120 dias e em limite de circulação não excedente de Cr\$ 100.000.000,00, a fim de capacitar o Tesouro a solver os compromissos vencidos e a manter com relativa regularidade o regime de pagamentos;

8.º) Levantamento dos excedentes da produção do Estado, que aguardam escoamento;

9.º) Adoção de providências tendentes a facilitar a exportação dos excedentes de nossa produção; e

10.º) Elaboração da proposta orçamentária para 1951 em rigorosa posição de equilíbrio, iniciando-se os trabalhos com as previsões de receita.

A contribuição do Estado aos Municípios

O Estado vem entregando aos Municípios, a partir de 1948, 30% da diferença entre a arrecadação estadual de impostos, excetuado o de exportação, e o total das rendas municipais de qualquer natureza.

O Decreto-lei n.º 1.444, de 30 de junho de 1947, dispôs sobre a entrega dessa contribuição do Estado aos Municípios, a partir do exercício de 1948.

A forma de elaboração dos cálculos financeiros e a modalidade de pagamento foram disciplinadas pela Lei n.º 206, de 2 de julho de 1948.

De conformidade com esse provimento legislativo, para efeito do cálculo da diferença de arrecadação deve-se tomar por base, em cada exercício financeiro, a execução orçamentária do exercício anterior.

Em 1948, excepcionalmente, o cálculo da diferença de arrecadação foi baseado na execução orçamentária do próprio exercício, com o que ficaram os municípios altamente beneficiados.

Ainda de acordo com o que dispõe aquela lei, a contribuição vem sendo entregue aos Municípios em quotas trimestrais iguais.

Além disto, como o regulamento do imposto sobre vendas e consignações, para maior facilidade de fiscalização, determina que o pagamento do tributo, para certos produtos, se efetue no lugar do destino ou nos pontos de embarque e faculta a centralização da escrita de firmas com filiais, deslocando assim dos Municípios de origem ou de produção o quantitativo deste imposto, que lhes caberia, decidiu o Poder Executivo corrigir esta situação, em benefício desses Municípios, baixando o Decreto n.º 29, de 13 de abril de 1948.

Em virtude desta justa medida, os Municípios onde predomina a economia rural, e que são exatamente os menos favorecidos com a nova discriminação de rendas, vêm recebendo, sob a forma de reversão, a importância daquele imposto a que têm legítimo direito.

No exercício financeiro de 1949, tal como no de 1948, o montante da reversão ultrapassou 28 milhões de cruzeiros.

A contribuição do Estado aos Municípios, em 1949, equivale à de 1948 e sobe a 118 milhões de cruzeiros, já considerada a parcela de reversão do Município de Porto Alegre, que, por força de disposição constitucional, está excluído do benefício.

Na aplicação da Lei n.º 206, de 2 de julho de 1948, não tem o Estado considerado como renda municipal o produto de operações de crédito.

Outrossim, não tem sido incluída entre as rendas municipais, para efeito do cálculo da diferença de arrecadação, a contribuição do Estado atinente ao exercício anterior.

O Estado vem observando, nesta matéria, o que expressamente dispõe o art.º 29 da Constituição Federal, que manda considerar como rendas dos Municípios, além daquelas por eles mesmos arrecadadas somente as quotas de combustíveis e lubrificantes e do imposto de renda, recebidas da União, e os impostos que lhes vierem a ser transferidos pelo Estado.

A partir do exercício de 1940 passou a funcionar junto ao Gabinete do Secretário da Fazenda um serviço de assistência técnica, composto de apenas três funcionários.

Os excelentes resultados colhidos nos quatro primeiros anos de funcionamento desse serviço especializado em assuntos econômicos e financeiros levaram o Governo a ampliá-lo.

Foi então criado, pelo Decreto-lei n.º 473, de 30 de novembro de 1943, o Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros, com a finalidade de prestar assistência técnica, estudar e sugerir medidas de caráter administrativo e econômico-financeiro, organizar serviços estatísticos e outros de interesse da Fazenda do Estado.

Além de suas atribuições normais, definidas no diploma legal acima referido, foi cometida ao Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros, logo após sua criação, a incumbência de elaborar, anualmente, a proposta geral de orçamento do Estado, até a definitiva organização desse serviço.

Para facilitar o entrosamento do serviço do Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros, que vem funcionando como órgão central de orçamento, com o das demais unidades administrativas, foi instituída em caráter transitório, na Secretaria da Fazenda, sob a presidência do respectivo titular, por Portaria da então Interventoria Federal no Estado, a Comissão de Orçamento, integrada por representantes de todas as Secretarias de Estado e Departamentos

A Constituição do Estado, em seu art.º 93, atribuiu ao Secretário da Fazenda a organização da proposta geral de orçamento, com os elementos de que dispuser e os fornecidos pelos demais Departamentos e Secretarias.

Reorganizados os serviços da Contadoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas, urge, agora, de acordo com o previsto no Plano Financeiro, dar estrutura definitiva ao sistema orçamentário, que se ressentia de inúmeras falhas, aparelhando convenientemente o Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros e instituindo órgãos permanentes de orçamento em todos os departamentos governamentais, a fim de que o exercício e a fiscalização interna e externa das atividades financeiras, coordenados, possam atingir um elevado grau de eficiência.

Pela Lei n.º 521, de 28 de dezembro de 1948, foi criada a Contadoria Geral do Estado, órgão diretamente subordinado ao Secretário da Fazenda.

De conformidade com o disposto no art.º 14 dessa Lei, a 28 de janeiro de 1949 foi expedido o Decreto n.º 651, aprovando o regulamento do novo departamento técnico.

O Decreto n.º 654, de 16 de fevereiro de 1949, extinguiu a Diretoria da Contabilidade do Tesouro do Estado e fez a lotação do respectivo pessoal na Contadoria Geral do Estado.

O projecto de lei referente à criação da Contadoria Geral do Estado, encaminhado pelo Poder Executivo a esta colenda Assembléia, previa a criação concomitante do respectivo quadro de pessoal, a fim de assegurar a máxima eficiência ao nível aparelho contábil.

Orientação diversa, entretanto, prevaleceu no ensejo da votação da lei em aprêço, tendo sido adiada para outra oportunidade a criação do seu quadro permanente de pessoal.

Somente pela Lei n.º 731, de 16 de novembro de 1949, foi definitivamente solucionado o problema de estruturação do quadro da Contadoria Geral, com a criação dos cargos técnicos indispensáveis ao seu normal funcionamento.

**O Gabinete
de Estudos
Econômicos e
Financeiros**

**A Contadoria
Geral do Es-
tado**

Com esta última providência legal, ficou a Secretaria da Fazenda habilitada a propor a criação, junto às Secretarias de Estado e Departamentos, das Contadorias Seccionais.

Foram, então, criadas, pelo Decreto n.º 1.170, de 19 de janeiro último, as seguintes Contadorias Seccionais:

a) de 1.ª categoria:

I — Contadoria Seccional da Secretaria da Fazenda;

b) de 2.ª categoria:

II — Contadoria Seccional da Secretaria do Interior;

III — Contadoria Seccional da Secretaria das Obras Públicas;

IV — Contadoria Seccional da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio;

V — Contadoria Seccional da Secretaria de Educação e Cultura;

VI — Contadoria Seccional do Departamento Estadual de Saúde;

c) de 3.ª categoria:

VII — Contadoria Seccional do Governo do Estado;

VIII — Contadoria Seccional da Imprensa Oficial;

IX — Contadoria Seccional da Brigada Militar;

X — Contadoria Seccional da Repartição Central de Polícia;

XI — Contadoria Seccional do Pôrto de Pôrto Alegre;

XII — Contadoria Seccional da Universidade do Rio Grande do Sul.

Completada assim a organização da Contadoria Geral, passaram os serviços contábeis, a partir de janeiro do corrente ano, por uma radical transformação, de acôrdo com o plano aprovado, com reais vantagens para a administração pública.

A simplificação e o aprimoramento dos trabalhos contábeis refletir-se-ão na máquina estatal com maior intensidade a contar de 1951, quando certamente já estarão preenchidos os inúmeros claros ora existentes no quadro técnico da Contadoria Geral.

Entre as várias medidas de caráter administrativo preconizadas no Plano Financeiro, a criação e organização da Contadoria Geral do Estado ocupavam lugar de realce.

Tratando-se de um órgão cuja criação vem sendo estudada e planejada desde o ano de 1945, é com justa satisfação que o Governo vê concretizada esta útil e necessária reforma dos serviços de contabilidade do Estado.

O Tesouro do Estado

O Tesouro do Estado, órgão central da Secretaria da Fazenda, tem por finalidade precípua a execução da política financeira e fiscal traçada pelo Governo.

Integram o Tesouro do Estado os seguintes departamentos: Diretoria Geral, Procuradoria Fiscal, Inspeção Geral de Fazenda, Inspeção do Imposto sobre Vendas e Consignações, Diretoria do Expediente, Diretoria da Receita, Diretoria da Despesa, Diretoria do Patrimônio, Diretoria Técnica, Tesouraria e Portaria.

Em virtude de sua função pagadora, vem o Tesouro do Estado exercitando, desde longa data, além de suas atribuições normais, outras características de órgão de pessoal.

Efetivamente, possuindo assentamentos completos e exatos sobre a vida funcional de todos os servidores públicos, desempenha êle uma série de tarefas relacionadas com a administração de pessoal.

Estudos têm sido feitos no sentido de descentralizar o serviço de assentamentos do pessoal, que até agora se encontra enfeixado no Tesouro do Estado, a fim de aliviá-lo de enorme sobrecarga de trabalho.

A modificação operada no serviço de pagamento de vencimentos, a partir de 1949, com a implantação dos trabalhos mecanizados, de um lado, e a criação das Contadorias Seccionais nas diferentes Secretarias de Estado e Departamentos, de outro lado, são fatores que direta ou indiretamente contribuirão para que se alcance, em futuro próximo, a desejada descentralização dos assentamentos referentes a pessoal.

Em consequência das atribuições que presentemente lhe estão afetas, tôdas elas de alta relevância e grande responsabilidade, dia a dia vê o Tesouro do Estado aumentados os seus encargos, com a expedição de leis sobre matéria de pessoal, cuja execução a êle é confiada.

Assim trouxeram considerável volume de trabalho para o Tesouro as leis concessivas de gratificações adicionais, licença-prêmio, abono familiar, promoções quinquêniais do magistério público, revisão de aposentadorias, equiparação de vencimentos dos professores contratados e efetivações de servidores extranumerários e interinos.

No exercício de 1949 foram estudados e informados em caráter definitivo, pelo Tesouro do Estado, 6.307 processos relacionados com tais vantagens.

O Arquivo do Tesouro forneceu, no mesmo ano, 2.344 certidões de tempo de serviço, que constituem o documento básico para habilitar o servidor à obtenção daqueles benefícios.

Pela Comissão encarregada da contagem de tempo de serviço do magistério público foram preparadas 553 promoções, extraídas 199 certidões e elaboradas 752 grades de efetividade, no ano de 1949.

Para cumprimento integral da nova discriminação de rendas, foi instituído no Tesouro um serviço especial, ao qual está afeto o exame e registro da documentação financeira atinente a 91 Municípios, assim como o controle da entrega da quota de 30% do excesso da arrecadação estadual de impostos, excetuado o de exportação, sobre o total das rendas municipais de qualquer natureza.

O quadro permanente de pessoal do Tesouro do Estado encontra-se sensivelmente desfalcado, há bastante tempo.

Sua organização administrativa carece de uma reestruturação em bases racionais, no sentido de adaptá-las às novas condições de serviço, surgidas com o natural desenvolvimento do aparelho governamental.

As inúmeras vagas existentes no quadro de pessoal do Tesouro do Estado têm sido ultimamente compensadas, em parte, com a designação de funcionários excedentes das Exatorias.

A Secção Hollerith do Tesouro do Estado tem prestado os mais relevantes serviços à administração fazendária.

Entre os trabalhos de maior importância executados pela mesma, devem ser mencionados os seguintes: lançamento do imposto territorial e controle mensal dos pagamentos efetuados, levantamento dos devedores em dívida ativa, fôlha de pagamento do pessoal do Tesouro, fôlha de pagamento de todo pessoal inativo do Estado, levantamento extra-contábil da arrecadação mensal de impostos, com base em informações telegráficas, e quadros estatísticos de análise do balanço geral do Estado.

O Plano Financeiro do Governo previu, entre as diferentes medidas de ordem administrativa, a reorganização das Exatorias.

A passagem do imposto de indústrias e profissões, a partir de 1948, para a órbita municipal, e bem assim a centralização e mecanização do serviço de lançamento do imposto territorial, no Tesouro do Estado, fatalmente determinarão uma redução de trabalho nas Exatorias.

Durante o exercício de 1948, procedeu a Secretaria da Fazenda a meticu-

As Exatorias

losos e exaustivos estudos sobre a reorganização dos serviços das Mesas de Rendias e Coletorias.

Com base nas conclusões desses estudos, elaborou o Poder Executivo um projeto de lei regulamentando o art. 37 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reduzindo os quadros de pessoal das Mesas de Rendias e Coletorias e fixando os vencimentos dos respectivos cargos.

Encaminhando à consideração dessa colenda Assembléia Legislativa, em novembro de 1948, tal projeto foi, sem alterações sensíveis, convertido em Lei, a qual tomou o n.º 827, de 21 de dezembro de 1949.

Essa Lei reduziu o número de cargos das Exatorias, de 617 para 457, fixou os respectivos vencimentos e organizou em uma única carreira todos os cargos de exatores, escrivães e escriturários.

De conformidade com o disposto no art. 31 da referida Lei, a 20 de janeiro p. passado foi baixado o Decreto n.º 1.171, aprovando a lotação nominal dos cargos dos quadros ordinário e suplementar das Exatorias.

Durante todo o período de meu Governo, não foram feitas nomeações para o quadro das Exatorias, elevando-se presentemente a 135 o número de vagas existentes.

Tais vagas estão sendo preenchidas com os servidores componentes do quadro suplementar, até que, realizado o concurso previsto no art. 27 da Lei em apreço, possam ser providos em caráter definitivo.

O Regulamento das Exatorias, que deverá ser baixado até 30 de junho próximo, de acordo com a Lei n.º 827, já se encontra em fase de adiantado estudo.

Vários funcionários excedentes das Exatorias têm sido designados, ultimamente, para auxiliar os serviços de fiscalização tributária, que estão sendo intensificados com o mais absoluto rigor.

Realizado o concurso para os cargos de escriturário e preenchidas todas as vagas, mais de 100 funcionários do quadro suplementar serão colocados à disposição dos serviços de fiscalização de tributos, que lograrão considerável desenvolvimento.

Examinemos, agora, as principais atividades desenvolvidas nos Portos organizados do Estado, durante o exercício de 1949.

Nos três Portos de que é concessionário o Estado, foram atendidas, no ano de 1949, 35.824 embarcações, assim especificadas:

	Pôrto Alegre	Rio Grande	Pelotas	Total
Navegação marítima	784	777	786	2.327
Navegação fluvial e lacustre	24.602	7.231	1.664	33.497
TOTAL	<u>25.366</u>	<u>8.008</u>	<u>2.450</u>	<u>35.824</u>

A movimentação de mercadorias, nos aludidos Portos, subiu a 3.667.138 toneladas, com a seguinte distribuição:

Pôrto de Pôrto Alegre	2.303.558	t
Pôrto de Rio Grande	963.111	t
Pôrto de Pelotas	400.474	t
TOTAL	<u>3.667.138</u>	<u>t</u>

Relativamente ao exercício de 1948, constata-se as seguintes diferenças na tonelagem movimentada:

Pôrto de Pôrto Alegre	+	29.585 t
Pôrto de Rio Grande	+	96.886 t
Pôrto de Pelotas	+	18.871 t

O quadro abaixo demonstra as três principais mercadorias importadas e exportadas pelos Portos do Estado, no ano de 1949, já em navios de longo curso, já em navios de cabotagem, com indicação da respectiva tonelagem:

		Importadas	Exportadas
Pôrto de Pôrto Alegre:			
Longo curso:			
Cimento		50.651 t	—
Trigo		37.382 t	—
Obras de ferro		15.880 t	—
Madeiras		—	105.124 t
Fumo em fôlha		—	4.167 t
Obras de madeira		—	4.103 t
Cabotagem:			
Açúcar		78.996 t	—
Sal		40.390 t	—
Gasolina		21.896 t	—
Arroz		—	101.686 t
Vinho		—	47.487 t
Madeiras		—	30.707 t
Pôrto de Rio Grande:			
Longo curso:			
Gasolina		142.006 t	—
Óleos lubrificantes		59.094 t	—
Petróleo bruto		51.301 t	—
Feijão soja		—	20.206 t
Carnes congeladas		—	10.930 t
Couros curtidos e salgados		—	10.789 t
Cabotagem:			
Sal		35.050 t	—
Carvão		11.172 t	—
Açúcar		8.369 t	—
Cereais		—	65.936 t
Cebolas		—	25.645 t
Charque		—	21.683
Pôrto de Pelotas:			
Longo curso:			
Trigo em grão		14.656 t	—
Matérias primas		478 t	—
Produtos químicos e farmacêuticos		426 t	—
Madeiras		—	490 t
Fumo preparado		—	26 t
Fumo em fôlha		—	3 t

Cabotagem:

Bebidas	5.106 t	--
Gasolina	4.379 t	--
Frutas de mesa	2.154 t	--
Arroz	—	42.100 t
Cebola	—	9.533 t
Feijão	—	7.854 t

Passemos à análise do movimento financeiro verificado nesses importantes serviços industriais do Estado, no exercício de 1949.

Na lei de meios para 1949 a receita geral prevista para os três Portos foi de Cr\$ 65.000.000,00.

Na execução orçamentária não logrou a arrecadação atingir essa previsão, tendo-se registrado, assim, uma menor receita de Cr\$ 4.594.669,60, como se verifica do quadro seguinte:

R E C E I T A			
	Orçada	Arrecadada	Menor Receita
Porto de:			
Porto Alegre	35.000.000,00	33.786.416,30	1.213.583,70
Rio Grande	25.000.000,00	21.767.051,00	3.232.949,00
Pelotas	5.000.000,00	4.851.863,10	148.136,90
TOTAL.....	65.000.000,00	60.405.330,40	4.594.669,60

Arrecadaram ainda os Portos, além das taxas portuárias, cujo montante acima se demonstra, a elevada quantia de Cr\$ 54.911.303,30, correspondente a impostos e taxas devidos ao Estado, e que assim se desdobra:

Porto de Porto Alegre	26.477.371,20
Porto de Rio Grande	24.932.144,30
Porto de Pelotas	3.501.787,80
TOTAL	54.911.303,30

É de salientar que os serviços de arrecadação desses impostos e taxas processaram-se sem qualquer despesa para o Estado, uma vez que tanto o material de expediente como a mão de obra utilizados correram à conta de custeio dos Portos.

No tocante à despesa, constata-se terem sido de Cr\$ 51.267.662,90 os gastos de custeio dos três Portos, que assim se dividem:

Porto de Porto Alegre	26.549.314,90
Porto de Rio Grande	20.595.678,40
Porto de Pelotas	4.122.674,60
TOTAL	51.267.662,90

Se da receita arrecadada, totalizando Cr\$ 60.405.330,40, deduzirmos a despesa de custeio, no montante de Cr\$ 51.267.662,90, obteremos o saldo real da exploração dos Portos, que sobe a Cr\$ 9.137.667,50 e assim se distribui:

Porto de Porto Alegre	7.237.101,40
Porto de Rio Grande	1.171.377,60
Porto de Pelotas	729.188,50
TOTAL	9.137.667,50

Pela leitura dos quadros abaixo apresentados poder-se-á analisar, com maior clareza, o resultado da exploração de cada um dos Portos e a respectiva aplicação:

PORTOS	Receita Portuária	Despesa de Custeio	Resultado de Exploração
Pôrto Alegre	33.786.416,30	26.549.314,90	7.237.101,40
Rio Grande	21.787.051,00	20.595.673,40	1.171.377,60
Pelotas	4.851.863,10	4.122.674,60	729.188,50
TOTAL	60.405.330,40	51.267.662,90	9.137.667,50

PORTOS	Resultado da exploração	Fundo de depreciação	Inversão patrimonial	Saldo transferido ao Estado
Pôrto Alegre	7.237.101,40	349.616,70	2.499.890,60	4.387.594,10
Rio Grande	1.171.377,60	—	—	1.171.377,60
Pelotas	729.188,50	25.570,50	—	703.610,00
TOTAL	9.137.667,50	375.187,20	2.499.890,60	6.262.589,70

Conforme ficou demonstrado, o saldo transferido aos cofres do Estado, ao encerrar-se o balanço dos Portos, atingiu, englobadamente, Cr\$ 6.262.589,70.

Cumpra esclarecer, no entanto, que, com referência ao Pôrto de Rio Grande, não estão incluídas, nos dados acima, as despesas de conservação efetuadas pela Diretoria de Obras do Pôrto e Barra, uma vez que, até o presente, não foi possível conhecer o montante de tais gastos.

A assistência social que vem sendo dispensada pelo Estado ao trabalhador portuário é motivo de orgulho para a administração pública.

Nos modelares refeitórios instalados nos Portos de Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas vem sendo fornecida aos trabalhadores dessas repartições, quando em serviço, alimentação farta e sadia, o que constitui, sem dúvida, um inestimável auxílio.

No decorrer do ano de 1949 foram fornecidas 922.858 refeições, sendo 470.672 no Pôrto de Pôrto Alegre, 367.468 no de Rio Grande e 76.718 no de Pelotas.

Com aquisição de gêneros alimentícios foi despendida, nos três refeitórios, a importância de Cr\$ 4.117.820,50, assim distribuída:

Pôrto de Pôrto Alegre	2.024.972,20
Pôrto de Rio Grande	1.764.180,90
Pôrto de Pelotas	328.661,40
TOTAL	4.117.820,50

O plano de reaparelhamento dos Portos, elaborado pelo Estado e aprovado pelo Governo Federal, vem sendo executado com a desejada normalidade.

As despesas com o melhoramento e a adaptação da aparelhagem portuária, de acordo com o plano, são atendidas com o produto da taxa de emergência, arrecadada com base nas disposições do Decreto-lei federal n.º 8.311, de 8 de dezembro de 1945, e na forma aí estabelecida.

Dentre as realizações levadas a efeito no exercício de 1949, neste setor, merecem especial registro as obras de reforma total e reaparelhamento das instalações do Entrepôrto Frigorífico do Pôrto de Pôrto Alegre, iniciadas no mês de julho.

A execução dessas obras deveria estar concluída no início do verão de 1950, o que, entretanto, não ocorreu, por terem surgido sérias dificuldades na obtenção de licença para a importação de material indispensável ao seu acabamento.

Só recentemente obteve a administração portuária a necessária licença de importação, tendo sido tomadas imediatas providências para a aquisição do material e conclusão dos trabalhos no menor prazo possível.

Também as obras de ampliação e reforma das instalações do Entrepósito Frigorífico do Porto de Rio Grande, que estiveram paralisadas por algum tempo, foram reiniciadas no fim do exercício passado.

Em 1947 havia sido iniciada a construção do edifício destinado à instalação de todos os escritórios da Administração do Porto de Porto Alegre.

No mês de novembro do ano passado, encontrando-se quase concluída essa importante obra, várias dependências puderam desde logo ser ocupadas.

Foram então transferidos para o novo prédio o Gabinete do Administrador e a Diretoria de Contabilidade e Estatística, que funcionavam no edifício da Secretaria da Fazenda.

Foi ainda instalada no novo edifício, em caráter provisório, a Secretaria do Interior, cujo prédio havia sido totalmente destruído por incêndio.

A Bolsa de Fundos Públicos de Porto Alegre

Criada pelo Decreto estadual n.º 4.847, de 19 de agosto de 1931, com personalidade jurídica própria e posta sob a tutela do Estado, exercida por intermédio da Secretaria da Fazenda, essa instituição tem logrado alcançar os fins a que se destina, a despeito das enormes dificuldades com que luta, em face dos exíguos recursos materiais de que dispõe.

Até o exercício financeiro de 1947, a elaboração e votação do orçamento dessa autarquia, e bem assim o controle da execução orçamentária, competiam, de acordo com a lei, aos seus próprios órgãos constitutivos.

Promulgada a Constituição do Estado, a aprovação do orçamento da Bolsa de Fundos Públicos passou a ser feita por esta colenda Assembléa, de conformidade com o disposto em seu art. 46, inciso VII.

De conformidade com a Lei n.º 254, de 4 de agosto de 1948, a aprovação de suas contas compete ao Poder Legislativo, após o pronunciamento do Tribunal de Contas, em parecer técnico.

A codificação das normas financeiras e de contabilidade pública aprovada pelo Decreto-lei n.º 3.416, de 17 de julho de 1940, de acordo com a referida Lei, tornou-se extensiva à Bolsa de Fundos Públicos.

Sejam entidades privadas, denominadas Bolsas Livres, como acontece nos Estados Unidos, Inglaterra e em alguns países da América Latina, sejam entidades de direito público, chamadas Bolsas Oficiais, como ocorre no Brasil e em certos países da Europa Continental, onde obedecem ao modelo francês, com as adaptações aconselhadas pela prática e pelo estudo, — prestam-se as Bolsas de Valores para favorecer a canalização de poderosos recursos aos grandes empreendimentos produtivos.

Sua principal finalidade, que é a disciplina do mercado de títulos, de câmbio e de outros valores mobiliários, com a concentração da oferta e da procura, possibilita pronta redução a numerário aos títulos de crédito a longo prazo, como sejam as apólices da dívida pública, as ações, as debêntures, etc.

A facilidade com que são vendidos na Bolsa êsses títulos, converte, na prática, em favor dos tomadores e sem prejuízo do emissor, o crédito a longo prazo em crédito a prazo curto.

Desde sua criação, vem a Bolsa de Fundos Públicos de Porto Alegre prestando a mais decidida colaboração no desenvolvimento econômico do país e principalmente do Estado.

O exercício da função principal das Bolsas proporciona, por sua vez, serviços acessórios de suma relevância, como as estatísticas, as pesquisas econômi-

QUADROS COMPARATIVOS DO MOVIMENTO DA BOLSA DE FUNDOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE,
NOS ANOS DE 1948 E 1949

A — FUNDOS PÚBLICOS E PARTICULARES*

Espécie	Em 1949		Em 1948		Diferença de 1949 sobre 1948	
	Quantidade	Importância	Quantidade	Importância	Quantidade	Importância
FUNDOS PÚBLICOS						
Apólices e Obrigações federais	9.378	9.145.722,00	11.192	9.987.400,50	- 1.814	- 841.678,50
Apólices estaduais	13.138	9.740.247,00	17.830	13.967.199,50	- 4.642	- 4.226.942,50
Apólices municipais	13.089	5.727.695,00	6.148	2.767.102,00	+ 6.921	+ 2.960.593,00
SUBTOTAL	35.605	24.613.664,00	35.170	26.721.692,00	+ 465	- 2.108.028,00
FUNDOS PARTICULARES						
Ações de Bancos	34.496	10.848.505,50	27.534	7.885.939,00	+ 6.962	+ 2.962.566,50
Ações de Companhias diversas	9.870	6.490.810,00	10.113	2.681.000,00	- 243	+ 3.809.810,00
Letras hipotecárias	292	242.315,00	113	80.510,00	+ 179	+ 161.805,00
Debêntures	62	21.750,00	44	21.120,00	+ 18	+ 630,00
Outros valores	2	6.000,00	-	-	+ 2	+ 6.000,00
SUBTOTAL	44.722	17.609.380,50	37.804	10.688.569,00	+ 6.918	+ 6.940.811,50
TOTAL	80.327	42.223.044,50	72.974	37.390.261,00	+ 7.353	+ 4.832.783,50

B — CÂMBIO

Total computado em 1948	1.633.022.144,00
Total computado em 1949	886.632.158,00
Diferença	746.389.986,00

cas, os estudos comparativos, acompanhando a movimentação da conjuntura, e a verificação dos fenômenos cíclicos, com as suas fases de expansão, crise, depressão e recuperação.

O movimento dos negócios registrados na Bolsa de Fundos Públicos de Porto Alegre, nos anos de 1948 e 1949, encontra-se espelhado nos quadros seguintes:

Pela leitura desses dados, verifica-se que, durante o ano de 1949, nas 215 sessões realizadas, foram negociados, em público pregão, 80.357 títulos por Cr\$ 42.223.044,50, contra 72.974 títulos por Cr\$ 37.390.261,00, em 1948.

A redução de cerca de 50% nas operações de câmbio, de 1948 para 1949, reflete a brusca queda verificada no comércio exterior do Estado, neste último exercício.

No tocante à situação financeira da entidade, cabe referir que o balanço relativo ao exercício de 1948 se encerrou com um superavit de Cr\$ 201.764,40 e que o atinente ao exercício de 1949 apresenta um superavit de Cr\$ 166.070,30.

Para o exercício em curso, o orçamento aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 105, de 13 de dezembro de 1949, estima a receita em Cr\$ 286.050,00 e fixa a despesa em Cr\$ 263.572,00, donde um superavit previsto de Cr\$ 22.478,00.

Os saldos verificados na execução orçamentária, por força da legislação federal e estadual, são transferidos para a Caixa de Garantia e Previdência, que tem por fim primordial tornar efetiva, pela garantia específica, ao lado da fiança prestada no Tesouro do Estado, a responsabilidade funcional do corretor, e, como finalidades secundárias, garantir a sua subsistência em caso de invalidez completa e amparar sua família no caso de morte.

Durante o ano de 1949 foram inscritas e admitidas nos quadros de cotação da Bolsa emissões de apólices efetuadas por 23 Municípios do Estado e ações de 22 sociedades anônimas, tendo sido averbados aumentos de capital de 11 já inscritas, todas deste Estado.

Do vizinho Estado de Santa Catarina foram inscritas ações emitidas por 11 sociedades anônimas, bem como averbados aumentos de capital de 5 já inscritas.

Foram ainda inscritas, em 1949, as debêntures emitidas pelo Banco Hipotecário Lar Brasileiro, S.A., com sede no Rio de Janeiro e filial nesta Capital.

A Secretaria da Bolsa, desde outubro último, vem funcionando no Edifício Sul Brasil, à Rua dos Andradas, continuando as sessões de pregões, todavia, a se realizarem diariamente no recinto da Bolsa de Mercadorias, na parte térrea do Palácio do Comércio.

Cogita a Bolsa, de instalar-se definitivamente em prédio próprio, adequado a reunir todos os seus serviços, a exemplo do que ocorre com as congêneres das principais praças do país.

O Departamento da Loteria do Estado, que continua sendo eficientemente administrado, contribuiu para o erário público, no exercício de 1949, com uma renda líquida de Cr\$ 24.105.400,50, a maior até agora registrada.

Relativamente à previsão orçamentária de Cr\$ 25.000.000,00, considerada alta, houve uma menor renda de Cr\$ 894.599,50.

O aumento da renda líquida, do exercício de 1948 para o de 1949, foi de Cr\$ 261.464,50.

No quadro abaixo figura a receita auferida no último ano em que vigorou o regime de concessão da Loteria, bem como a renda líquida orçada e arrecadada desde que o Estado passou a explorar diretamente esse serviço:

Exercícios	Orçado	Arrecadado		Diferença
1946	4.561.000,00	4.568.950,80	+	7.950,80
1947	15.000.000,00	21.014.022,10	+	6.014.022,10
1948	15.000.000,00	23.843.936,00	+	8.843.936,00
1949	25.000.000,00	24.105.400,50	-	894.599,50

Tais dados são suficientes para provar o acerto da medida adotada pelo Estado, relativamente à exploração direta dos serviços lotéricos.

Os excelentes resultados colhidos nos três primeiros anos de exploração da loteria pelo Estado se devem, principalmente, à sua boa administração, à proibição de jogos de azar e ao regime autárquico outorgado ao Departamento, que permitiu assegurar o seu funcionamento em bases rigorosamente comerciais.

No orçamento em vigor está prevista uma renda líquida de Cr\$ 23.000.000,00, que tudo indica será alcançada, a menos que as condições do mercado se modifiquem substancialmente.

A elaboração da proposta orçamentária e a execução do orçamento do Departamento da Loteria do Estado vêm sendo fielmente feitas de conformidade com as disposições da Lei n.º 254, de 4 de agosto de 1948, que regulou a matéria.

Em obediência a essa Lei, o orçamento para 1949 e para 1950 foi moldado no padrão estabelecido pelo Decreto-lei federal n.º 2.416, de 17 de julho de 1940.

A fiscalização financeira a cargo do Tribunal de Contas se exercitou em regime de recíproca cooperação.

Durante o exercício de 1949 funcionou junto ao Departamento uma delegação de controle daquele colendo órgão à qual foram presentes todos os documentos e demais elementos necessários ao desempenho de sua tarefa.

Também o Conselho Fiscal do Departamento da Loteria exerceu, em toda a sua plenitude, a função fiscalizadora dos atos da Diretoria, que a lei expressamente lhe conferiu.

Cumprindo o disposto no Decreto-lei n.º 1.350, de 15 de janeiro de 1947, que instituiu a exploração da loteria pelo Estado, vem este aplicando exclusivamente em benefício das entidades de assistência social, da cultura e do desporto amadorista a renda líquida daí resultante.

Ao Tribunal de Contas cabe, de acordo com o disposto no art. 122 da Constituição, fiscalizar a administração financeira do Estado e julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos.

O controle externo da administração financeira, para ser eficiente, pressupõe uma boa organização dos serviços orçamentários e contábeis do Estado, que forneçam ao órgão encarregado daquele mister todos os elementos em que se baseia a sua ação.

A criação da Contadoria Geral do Estado, que a partir de janeiro último passou a funcionar em toda sua plenitude, vem facilitando enormemente a ação fiscalizadora do Tribunal de Contas.

Também a organização definitiva do sistema orçamentário do Estado, a ser feita dentro em breve, permitirá simplificar os trabalhos a cargo dessa Corte de Contas.

A fiscalização financeira vem sendo exercida de acordo com as leis de contabilidade pública da União, que, por força do disposto no art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, passaram a vigorar no Estado, até a promulgação do Código Rio-Grandense de Contabilidade.

A aplicação das leis federais de contabilidade pública, na administração estadual, tem trazido, em determinados casos, dificuldades de ordem prática, em virtude de ser diversa não só a estrutura administrativa, mas também a apresentação formal do orçamento.

Organizados de forma definitiva os serviços de orçamento, poder-se-á cogitar da elaboração do Código de Contabilidade Pública do Estado.

Reunida na Capital da República, de 8 de agosto a 1.º de setembro de 1949, a 3.ª Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendá-

rios procedeu a uma revisão da codificação das normas financeiras aprovadas pelo Decreto-lei federal n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, que careciam de atualização.

As importantes resoluções votadas por esse conclave, enfeixando normas gerais de direito financeiro, deverão ser consubstanciadas em lei federal, de conformidade com preceito constitucional.

As atribuições conferidas pela Constituição ao Tribunal de Contas, a despeito das dificuldades apontadas, vêm sendo desempenhadas com relativa normalidade, graças à estreita colaboração existente entre o mesmo e os diferentes órgãos da administração pública.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, no exercício de 1949, prosseguiu ativamente em seu programa de trabalhos, que tanto interessam à economia rio-grandense.

Os trabalhos que se realizam no setor agrícola são independentes dos limites do ano civil, sobretudo os de caráter experimental, que abrangem vários anos de atividade ininterrupta. É aqui referido, por isso, apenas o que foi feito de mais importante, em 1949, em relação às principais culturas.

Trigo — Experimentação — Prosseguiram, no mesmo ritmo de atividade, os labores de seleção e experimentação, não só com as variedades obtidas em nossos estabelecimentos e já vitoriosamente disseminadas neste e em outros Estados e mesmo no estrangeiro — como os trigos Frontana, Rio Negro, Planalto e Nordeste — mas ainda com diversas outras importadas ou há pouco criadas, visando o aprimoramento da nossa produção triticola.

Dentre as últimas, merecem particular menção as mais recentes criações dos nossos geneticistas e que receberam os nomes de Cincana, Combate, Patriarca, Bagé, Trapeano, Trintani, Centeiroz, Colônias, Alegrete e Negroz. São novos trigos que, em breve, poderão ser entregues ao agricultor.

O ano de 1949, que foi sem dúvida, para a triticultura nacional, um dos mais férteis em realizações, registrou, além daquelas novas criações, trabalhos de mais assinalada importância, de seleção e experimentação, principalmente nas Estações Experimentais de Bagé, Júlio de Castilhos e Veranópolis.

Multiplicação — Em Bagé, fez-se a multiplicação das variedades Rio Negro, Frontana, Negroz e Bagé, estas duas pela primeira vez, com ótimos resultados. Foi aproveitada uma área de 80 hectares, havendo o rendimento por hectare subido à média de 1.129,9 kg.

O mais auspicioso resultado foi obtido com o novo trigo Bagé, que produziu o elevado rendimento de 1.711,7 kg. por hectare.

Também em Júlio de Castilhos e Veranópolis se realizaram ensaios no mesmo sentido.

Nos três campos de multiplicação de sementes, em que se efetuaram ensaios experimentais de âmbito nacional e estadual, obteve-se, pela multiplicação de sementes selecionadas, 208.740 kg de trigo, sobressaindo o campo de S. Borja, com 143.575 kg.

Fomento e assistência — Além dos trabalhos relacionados com a cessão de máquinas agrícolas, vendidas a prazo e a preço de custo aos agricultores, com a organização de comandos agrícolas e com os serviços de trilha, devem ser mencionadas outras atividades.

Estão entre estas os campos de cooperação para produção de sementes. Mantiveram-se 25 déles por meio de contratos com agricultores, numa área total de 1985 hectares. A título de empréstimo, foram-lhes cedidos 2623 sacos de trigo, sendo a sua produção de boa semente estimada em 23.142 sacos.

Foram beneficiadas quase mil toneladas de trigo para semente e distribuídos 23.762 sacos de sementes das variedades criadas e multiplicadas em nossos estabelecimentos fitotécnicos.

Diretoria de
Produção
Vegetal

Milho. — Experimentação — As experimentações com milho, destinadas principalmente à obtenção do híbrido comercial, já contam com vários anos de atividade, mas requererão ainda alguns mais como é natural em trabalhos dessa natureza.

Dentre as várias experiências que se vêm fazendo nas três estações fitotécnicas, algumas já apresentam resultados assaz compensadores, outras têm sido prejudicadas pelas adversidades do clima.

Em Veranópolis, foram em 1948 levados a campo 233 biotipos, dos quais 180 puderam ser autopolinizados. Na Estação de Júlio de Castilhos, foram a campo 172 biotipos, dos quais 154 do próprio estabelecimento e os demais procedentes de São Paulo, Minas Gerais, Colômbia e Estados Unidos. Amplos têm sido os trabalhos de seleção na Estação de Bagé, onde o material de autofecundação se compõe de 814 linhagens, que deverão ser testadas em "top-cross", em grande parte no fluente ano.

Dos ensaios experimentais merece particular menção o da competição de 36 variedades nacionais e estrangeiras, tendo como testemunha o milho Charrua.

Multiplicação e fomento — Não só os campos de multiplicação, como ainda os próprios estabelecimentos experimentais, ao lado dos trabalhos fitotécnicos, mantêm um serviço de multiplicação de sementes, para possibilitar o abastecimento das necessidades do fomento. Em Bagé e Júlio de Castilhos, as culturas com essa finalidade foram bastante prejudicadas pela estiagem, mas nas de Veranópolis se obteve apreciável rendimento.

Como medida de fomento à cultura do milho, que é de grande importância para a economia do Estado, foram distribuídos 648 sacos de boa semente e beneficiados 460 sacos das variedades Charrua, Farroupilha e Golden Dent.

Batatinha — No ano findo, foram experimentadas e selecionadas pela sua adaptação ao nosso meio ecológico e para cruzamentos, diversas variedades importadas da América do Norte, da Alemanha, da Argentina e do Uruguai. Foram, simultaneamente, executadas várias hibridações com os tipos que demonstraram, nos ensaios, mais acentuada resistência às enfermidades e vírus e ofereceram apreciável rendimento e alto valor comestível.

Esses trabalhos de genética aplicada têm por objetivo a obtenção de variedades, não só resistentes aos vírus e pragas, que tanto têm prejudicado as nossas culturas, como ainda menos sujeitas às alterações climáticas do nosso meio e, talvez, próprias a uma única cultura anual, que permita o longo repouso fisiológico que os tubérculos requerem e não podem usufruir em nossas condições mesológicas, a não ser quando submetidas aquelas à conservação em câmaras frigoríficas ou tratadas por meios químicos, ainda bastante caros para o valor relativo do produto.

Em favor da lavoura batateira, vêm sendo feitos na Estação Experimental de Horticultura em Domingos Petrolini numerosos e variados trabalhos de ensaios, cruzamentos e autofecundações.

Além da assistência sanitária dispensada a grande número de agricultores, pelo combate intensivo à "Phytophthora infestans", que constitui um dos mais sérios flagelos à lavoura batateira, foram, a título de fomento, distribuídos 14.952 engradados de batatinha-semente.

Linho — Continuam a ser realizados diversos trabalhos experimentais com linhos para óleo ou fibra, destacando-se os ensaios de épocas de plantio, de comparação entre variedades e entre linhagens, de multiplicação de linhagens, de cruzamentos e adubação.

A título de fomento, beneficiaram-se 86 sacos e distribuíram-se 128 sacos de sementes.

Mandioca e aipim — Prosseguiram os trabalhos de seleção e experimentação na Estação Experimental de Mandioca, localizada em Vila Azevedo (Caf), com a finalidade de obter variedades adaptáveis às nossas condições de clima e solo e resistentes à bacteriose. Nesse sentido, simultaneamente com os trabalhos genético-experimentais, está em andamento, com o concurso do Laboratório de Biologia Agrícola, um plano de combate àquele flagelo da lavoura mandiogueira, que,

em linhas gerais, compreende a obtenção de variedades resistentes, à prova da saprofitose, o ciclo da bacteriose e o tratamento das manivas, com água aquecida.

Fumo — Na Inspetoria do Fumo e seu campo experimental, em Santa Cruz do Sul, prosseguiram os ensaios de competição de variedades, espaçamentos entre variedades de fumos de galpão e para capa de charuto, adubação, secagem artificial e natural e fermentação natural. Além disso, foram feitas diversas seleções e cruzamentos.

Cebola — Cultura principal e, em algumas partes, exclusiva da zona litorânea do Estado, a cebola tem recebido da Secretaria da Agricultura o melhor de seus esforços.

Na Estação de Horticultura, localizada em plena zona de produção ceboleira, os trabalhos experimentais constaram de ensaios de competição de linhagens, ensaios bifatoriais, ensaios de adubação, de profundidade de aplicação do adubo, densidade de plantio e de adubação, ensaio da influência do peso do bulbo no rendimento de sementes, ensaio de fotoperiodismo e vários outros estudos, além de 4.354 linhagens autofecundadas, 22 variedades sintetizadas, 530 cruzamentos intervarietais e 20 interespecíficos.

Feijões — Os estudos sobre feijão vêm sendo feitos nas Estações Filotécnicas de Veranópolis e Bagé, onde, todavia, ainda não assumiram as proporções desejadas e mesmo exigidas pela importância econômico-social da cultura dessa utilíssima leguminosa.

Além de pequenas multiplicações de linhagens, contando-se com 79 variedades nacionais e estrangeiras, foram semeados 600 kg de seis variedades, destinadas à distribuição e entregues aos agricultores 1.176 sacos de sementes selecionadas.

Soja — Os trabalhos referentes à soja realizaram-se em Bagé, Júlio de Castilhos e Veranópolis, constando, em síntese, de coleções de variedades e ensaios de inoculação, bem como, em Veranópolis, da utilização das duas variedades que revelaram maior adaptação e produtividade, além de experiências sobre espaçamento entre linhas e plantas.

Também prosseguiram, com bons resultados, os trabalhos experimentais sobre outras oleaginosas, como o amendoim e o girassol.

Produtos hortícolas — Dentre as espécies de horta, mereceram particular atenção na Estação Experimental de Horticultura, o morango, o tomateiro, a ervilha, o alho, a batata doce e o repolho.

Cana de açúcar — Dada a importância decrescente da cana em nossa economia, os trabalhos da Estação Experimental de Osório estão em uma fase de conservação das variedades introduzidas, quer açucareiras, que forrageiras.

Entretanto, houve acentuado interesse pela obtenção de mudas, sendo distribuídos 5.585 kg e 5.300 mudas de variedades açucareiras e 730 kg de cana forrageira.

Silvicultura — A Inspetoria de Silvicultura e sua Estação Experimental, localizada em Boca do Monte, município de Santa Maria, apesar da sua recente criação, conta com um bom acervo de trabalhos no setor da experimentação, assistência e fomento da silvicultura, garantindo assim o estudo, a multiplicação, a reconstituição e a perenidade de nossas reservas florestais.

No decorrer do ano a experimentação foi acrescida de novos ensaios com plantas nativas e exóticas procedentes da zona florestal da República Argentina.

A preocupação dominante é, aqui, o enriquecimento da coleção existente, no que concerne à introdução e adaptação de plantas nativas e outras das mais variadas procedências.

Foram realizados diversos ensaios, todos regionais, sobre germinação de sementes, adaptação de variedades de álamos, competição entre variedades de eucaliptos e adaptação de outras, procedentes da Austrália.

Tem merecido especial atenção a assistência e o incentivo ao reflorestamen-

to e florestamento com essências de valor comprovado e perfeitamente indicadas para os fins em vista, em função das nossas condições naturais.

A produção anual de espécies florestais nativas e exóticas e de plantas ornamentais, apesar de vultosa, tem sido insuficiente para atender ao grande número de interessados.

É de fato animador o interesse despertado pelo florestamento, pois existia certa reserva no cultivo e exploração de plantas lenhosas de ciclo vegetativo mais ou menos longo, período preparatório para a futura exploração.

Fixação de dunas — Como complemento, em parte, aos trabalhos florestais, há o Serviço de Fixação de Dunas, que, sediado em Tramandaí, zela pela conservação de grande parte do litoral rio-grandense, fixando as areias movediças, por meio de um florestamento adequado.

Nos 6 setores em que se encontra dividido o Serviço, foram feitos trabalhos de cobertura das anti-dunas, replante e plantio de 35.449 essências duni-colas, especialmente eucaliptos, acácia trinervis, aroeira e cedro marítimo, sendo distribuídas 3.973 mudas e 650 gramas de sementes de espécies florestais.

Serviços de fomento e assistência gerais — Além dos trabalhos referidos em relação a cada cultura principal, a lavoura rio-grandense foi muito beneficiada pelos serviços de fomento e assistência que decorreram do agrupamento dos principais municípios agrícolas em 11 regiões, dirigidas por um agrônomo, auxiliado por técnicos rurais, com as mais amplas atribuições.

Os serviços prestados em 1949, interessando à grande maioria das culturas, consistiram na cessão de máquinas agrárias, nos serviços de trilha e nos comandos agrícolas.

O ano findo registrou o recebimento de 259 máquinas adquiridas em 1948, entre arados, tratores, ceifadeiras-trilhadeiras e outras, pelo montante de Cr\$ 7.733.787,60.

Em 1949, com recursos menores, foi possível adquirir, por Cr\$ 5.398.023,30, 193 máquinas agrárias.

Essa maquinaria, supridas as necessidades mínimas dos serviços experimentais e de cooperação com os agricultores, foi cedida, sob as mais favoráveis condições de prazo e preço, aos que se haviam previamente inscritos como pretendentes, observando-se rigorosamente a ordem cronológica das inscrições.

Ao mesmo tempo, adquiriram-se, por Cr\$ 3.038.487,50, 100 trilhadeiras diversas, que, em parte, também foram cedidas aos agricultores, e em parte serviram para equipar os agrônomos regionais, em seu trabalho de trilha de cereais em cooperação com os produtores.

Iniciado em 1947, com a aquisição das únicas 44 trilhadeiras que se encontraram no mercado nacional, teve o serviço de trilha, com boa parte das 100 novas máquinas adquiridas, um ano bastante movimentado, registrando-se a trilha de 117.672 sacos de cereais diversos, especialmente de trigo.

Uma vez que não é possível, nem mesmo econômico, dado o regime da pequena propriedade, dispor cada agricultor da necessária aparelhagem agrária, a Secretaria criou 10 equipes completas para o preparo do solo, compostas, cada uma, de um trator, um arado de três aivecas de 14" e uma grade de 32 discos de 18". Cada equipe ou "comando agrícola", fica sob a responsabilidade e orientação técnica do agrônomo regional, operando sob contrato de prestação de serviços em área máxima de 25 hectares, e a um preço fixado em função dos gastos do operador, combustível e lubrificantes, acrescidos de 10% de juros, sendo 6% correspondentes à quota de amortização e 4% à depreciação do material.

Essa modalidade de assistência à produção, principalmente tritícola, possibilitará ao produtor aumentar sua área cultivada, sem onerá-la inicialmente com investimento de vultoso capital, o que virá baratear sem dúvida o custo da produção.

Nesse sentido já se acham equipadas as regiões agrícolas que têm sede em Bagé, Ijuí, Santa Rosa, Passo Fundo e Caçapava do Sul.

Fruticultura — Os setores da experimentação e fomento da fruticultura, que constituem uma das três seções da Diretoria da Produção Vegetal, abrangem os seguintes ramos principais: viticultura e enologia, cultura de rosáceas, cultura do abacateiro e citricultura.

Os mais variados trabalhos experimentais vitícolas e vinícolas foram realizados na Estação Experimental de Caxias do Sul, sendo distribuídos aos agricultores, pela Seção de Fruticultura ou por seus estabelecimentos no interior, 23.727 estacas, enxertos, mudas, bacelos, etc.

Os trabalhos de experimentação referentes às rosáceas se desenvolveram, principalmente, na Estação Experimental de Pomicultura, em Taquarí, e constaram de podas, polinização, cruzamentos, enxertia e outros, em pessegueiros, macieiras, ameixeiras, pereiras e marmeleiros.

Dentre as rosáceas, tem sido objeto de um plano especial de fomento e assistência a cultura do marmeleiro. Esse plano, que vem sendo realizado desde 1944, começou pela aquisição de estacas, que foram enviveiradas para enraizamento nos principais estabelecimentos da região colonial subordinados à Seção de Fruticultura.

Embora já sejam notáveis os seus resultados, com o evidente soerguimento de uma cultura que estava praticamente relegada ao abandono, em 1949 foram ainda feitos o enviveiramento de 391.000 estacas, das quais 204.400 em Farroupilha, e a distribuição de 25.000 mudas enraizadas, prestando-se assistência a mais de 2.760 marmelocultores, por intermédio dos técnicos coadjuvados por 50 agricultores colaboradores.

Distribuíram-se 1.559 mudas ou enxertos de macieira, 7.008 de pessegueiro, 362 de pereira, 5.499 de ameixeira, 24.839 de marmelo e 27.265 de morangueiro.

Neste setor, o abacateiro merece destaque especial, porque a sua cultura interessa bastante à economia do Estado, onde vem sendo incrementada.

Na estação de Osório, semearam-se 10.000 caroços de abacate, em sua maioria Collison, com muito boa germinação, e fizeram-se 5.071 enxertos, com uma percentagem de pega de 31,7. Distribuíram-se ainda 518 enxertos.

Em vista da importância que já exerceu na balança econômica do Rio Grande, para depois ser relegada a plano secundário, a citricultura mereceu de parte da Secretaria o melhor dos esforços, havendo sido encarados os seus aspectos técnico-experimentais e também econômicos.

Apicultura — Os serviços apícolas, intimamente ligados à fruticultura e à silvicultura, duas atividades que, proporcionando alimento e matéria prima às operárias apícolas, delas recebem a recompensa extraordinária de sua própria propagação, se desenvolvem, por isso mesmo, junto a duas estações experimentais total ou parcialmente dedicadas à fruticultura, como as de Taquarí e Osório.

A apicultura rio-grandense, especialmente naquelas duas regiões, muito tem sofrido, nos últimos tempos, com a alteração pronunciada das condições climáticas, pois a seca diminui o teor em nectar das flôres. Por sua vez, a mortandade de outono e as traças têm despovoado não poucas colméias.

Apesar, porém, de todos esses contratemplos, incontroláveis pelo esforço humano, foi bem considerável a produção daqueles estabelecimentos.

Sericicultura — Os trabalhos de fomento deste setor subsidiário das atividades rurais principais decorreram normalmente, embora se registrasse, de parte dos agricultores, pouco interesse pela criação do bicho da seda, por certo devido à presente insegurança da colocação vantajosa de toda a produção.

Os trabalhos de química vegetal e do solo foram conduzidos eficazmente.

Para fins de assistência, o número de análises e avaliações da fertilidade

**Química
agrícola**

dos solos continuou em ascensão, sendo analisadas 1.071 amostras, com 9.918 dosagens.

Simultaneamente, analisaram-se 82 amostras de adubos com 197 dosagens, 35 amostras de forragens com 174 dosagens e 51 amostras de substâncias diversas com 119 dosagens.

Em suas atividades de fiscalização do comércio de adubos, exercida por delegação do Governo Federal, a Secretaria concedeu registro a seis novos adubos e a uma fábrica, fazendo 14 determinações analíticas.

Pelos técnicos do Laboratório de Química Agrícola, foi o Estado representado na 1.ª Mesa Redonda de Conservação dos Solos e na 2.ª Reunião Brasileira de Ciência do Solo, realizadas em São Paulo, bem como, juntamente com outros técnicos da Secretaria, no 6.º Congresso da Associação de Químicos do Brasil, em Recife, e no 1.º Congresso Sul-Americano de Investigadores em Matérias Agronômicas, em La Estansuela, no Uruguai.

A êsses congressos foram apresentados trabalhos de reconhecido valor.

Biologia agrícola

Atenuadas, em grande parte, as invasões de gafanhotos migratórios que, nos anos anteriores, quase haviam absorvido a atenção dos nossos técnicos, foi possível, em 1949, desenvolver variadas atividades no campo da biologia agrícola.

Desafogadas as instalações dos diversos serviços, pela remoção dos de Botânica e Entomologia e pela mudança de vários serviços da Secretaria para nova sede, pôde o Laboratório de Biologia Agrícola instalar-se de forma a atender melhor os múltiplos trabalhos a seu cargo.

O Serviço de Botânica, embora contando com um único funcionário técnico, teve em 1949 um ano fértil em bons trabalhos.

Sua bibliografia foi enriquecida com 50 novos livros e 253 folhetos, confeccionando-se, ainda, 7.704 fichas bibliográficas, que foram distribuídas pelas 224 famílias de que se compõe o fichário, presentemente.

A fitoteca foi grandemente enriquecida, passando a contar com 855 exemplares de 171 espécies classificadas e distribuídas por 33 famílias.

Além desses trabalhos de natureza ordinária, foram efetuados dois outros em cooperação: o primeiro com a Estação Experimental de Arroz, em que se procurou identificar todas as plantas invasoras dos arrozais, e o segundo, com o Serviço de Fixação de Dunas, ainda em desenvolvimento, constando do estudo, organização e orientação dos trabalhos de arborização da cidade de Torres.

No setor da entomologia, os principais trabalhos se relacionaram com o combate à formiga e à lagarta dos trigais.

Com o intuito de planejar um amplo e eficiente plano de combate à formiga, foram feitas diversas visitas ao interior do Estado, para experiência de aparelhos e formicidas. Em resultado dessas investigações, foram elaborados para revistas técnicas dois interessantes trabalhos sobre o brometo de metila no combate à saúva e feitas duas comunicações à Sociedade Brasileira de Entomologia.

Além de 145 determinações em material recebido de terceiros ou colecionado pelos técnicos, foram realizados no campo da fitopatologia trabalhos experimentais com moléstias fúngicas, trabalhos sobre imunologia vegetal, trabalhos com bactérias radicícolas e numerosos outros estudos e pesquisas.

As atividades do Serviço Fitossanitário consistiram principalmente em inspeções de viveiros e na prestação de assistência.

Foram visitados 101 viveiros, com um total de 11.262.295 plantas, especialmente silvícolas. Verificou-se que o estado sanitário dos viveiros deixa muito a desejar, em grande parte porque os fitossanitaristas não se sentem legalmente apoiados para a adoção de medidas mais severas, enquanto não for lavrado novo convênio com o Governo Federal, para a execução oficial desses serviços por parte do Estado.

Responsável pelo combate ao gafanhoto, que tem sido exterminado, com todo o êxito, em suas frequentes incursões ao território rio-grandense, o Serviço Fitossanitário teve, em 1949, de formar nova frente de luta, desta vez contra as lagartas que devastavam os trigais de D. Pedrito, Lavras do Sul, S. Gabriel, Caçapava do Sul e Bagé.

A exemplo do que se fez quando da invasão dos gafanhotos, mobilizaram-se todos os recursos disponíveis em pessoal e material, consumindo-se para o extermínio da praga cerca de 120 toneladas de hexacloro de benzeno, que ofereceu os melhores resultados, salvando os mais importantes trigais do Estado.

Ainda, com o hexacloro a 12% foi dado eficiente combate à lagarta que, em São Luiz e Santo Angelo, dizimava culturas de soja e alfafa.

Trabalho também de regular envergadura foi o de combate ao mildiú (*Phytophthora infestans*), grande responsável pelo decréscimo da produção de batatas na região de Pelotas.

Além dos estudos e trabalhos já referidos na parte da entomologia, em relação à formiga, cabe aqui uma referência aos trabalhos constantes do plano para o controle da maior praga da lavoura.

Em nada menos de 31 localidades de 11 municípios do Estado, foram feitas demonstrações do trabalho dos extintores, bem como do seu êxito, estimulando os agricultores a tomarem parte no próprio manejo das máquinas.

Simultaneamente, a pedido de entidades diversas, foi dado combate às formigas em 5 municípios.

Os trabalhos e observações feitos durante o ano passado forneceram valioso subsídio para o prosseguimento do plano no corrente ano, visando o extermínio, se possível, da prejudicialíssima formiga cortadeira.

As atividades dessa Diretoria, cujo objetivo principal é o melhoramento quantitativo e, sobretudo, qualitativo da nossa riqueza animal, se processam através de duas Seções, a de Zootecnia e a de Defesa Sanitária Animal.

**Diretoria da
Produção
Animal**

Os trabalhos de seleção e experimentação zootécnicas, e os que aos mesmos se acham vinculados, foram dedicados principalmente às espécies bovina, ovina, suína, equina e à avicultura, com o seguinte movimento:

**Seção de
Zootecnia**

Agrostologia. — Os serviços agrostológicos, que são básicos para os estudos relativos ao melhoramento zootécnico, entraram em nova fase a partir de 1948, quando se reconstituíram várias coleções forrageiras, com material procedente da Argentina, do Uruguai, dos Estados Unidos e de Marrocos.

Os serviços de introdução, adaptação, experimentação e multiplicação abrangem uma área de cerca de 90 hectares, na Estação Experimental de Agrostologia, em São Gabriel.

Experimentações zootécnicas. — Este campo de trabalhos levou a efeito importantes estudos de caráter experimental, que representam valiosa contribuição à solução dos nossos problemas zootécnicos. Dentre eles, merecem particular menção os estudos sobre o desaleitamento prematuro de terneiros da raça Holandesa, a continuação das pesquisas sobre a alimentação mais econômica para o gado leiteiro em nosso meio, os ensaios sobre sistemas de arraçamento de suínos, e um estudo comparativo da quantidade de concentrado necessária à produção de um litro de leite.

Produção Animal — Os diversos trabalhos, especialmente de fomento à produção animal, além do registro genealógico, que contou um movimento assaz acentuado, com 3.248 novas inscrições, decorreram, em síntese, em relação a cada uma das principais criações, da seguinte maneira:

Eovinocultura — O rebanho bovino rio-grandense, com um total de 8.421.800 cabeças, representa 72% do valor total da nossa pecuária, mas, em grande parte, não é explorado economicamente.

Com a intenção de apurar o custo da produção bovina no Estado, fez a Diretoria um interessante inquérito, dividindo o Estado em quatro regiões: a Fronteira, a Serra, o Planalto e o Interior propriamente dito. Esse inquérito veio demonstrar que o rendimento líquido da exploração pecuária oscila, na Fronteira, em torno de 10% do capital realizado, enquanto no Planalto desce para 5%, no Interior para 4,7% e na Serra para apenas 4,3%, sendo a média, no Estado, de 6% do mesmo capital.

Os demais trabalhos relativos à bovinocultura constaram de assistência às cabanhas registradas; manutenção renovada de plantéis, destinados aos serviços de monta, inseminação artificial, empréstimos aos criadores e experimentação zootécnica; empréstimos de reprodutores, por intermédio das Prefeituras e Associações Rurais; venda de reprodutores e diversos outros.

Equinocultura — Os trabalhos neste setor subsidiário da pecuária rio-grandense, que conta com uma população de 1.085.170 equinos, se restringiram à manutenção dos plantéis destinados à experimentação zootécnica, serviços de monta ou empréstimos aos criadores.

Ovinocultura — Não resta dúvida de que a criação de ovinos é, no Rio Grande do Sul, um dos mais fortes esteios da sua validade econômica.

A produção de lã, carne e pele de ovinos tem oscilado, em peso, em torno de 30 mil toneladas e, em valor, superado a 300 milhões de cruzeiros. O número de produtores de lã se eleva a 17 mil, em sua maioria pequenos criadores, com 100 a 1.500 ovelhas.

Por isso mesmo, a assistência técnica à ovinocultura tem sido das mais eficientes e disso já dá sobejas provas a superior qualidade do produto ultimamente classificado, revelando um acentuado predomínio de lãs finas sobre as demais da escala de classificação. A par dessa assistência zootécnica, cumpre ressaltar a importância das medidas de ordem sanitária, tais como as relativas à erradicação da sarna ovina e ao combate da verminosc.

Suinocultura — Embora a população suína atinja a 4 milhões de cabeças, o que representa ponderável fator em nossa balança econômica, a assistência do Serviço de Suinotécnia, mal provido de funcionários, limitou-se a investigações de ordem zootécnica e econômica em lódas as zonas produtoras, acompanhadas da orientação necessária às diversas criações visitadas.

Nos 27 municípios percorridos, foram visitados 22 matadouros frigoríficos, 18 postos de embarque de suínos e 46 estabelecimentos de criação.

Na produção dos postos zootécnicos das Colônias e da Serra, foram vendidos ou doados 185 reprodutores Durac-Jersey, 46 Piáu, 43 Carunchos, 10 Berckshire, 6 Pullani-China e 26 mestiços Caruncho-Piáu.

Avicultura — Dado o caráter meramente subsidiário da avicultura em nosso meio, exceção feita de poucos aviários industriais, o trabalho de assistência limitou-se aqui a melhorar as condições atuais, facilitando aos interessados a cessão de reprodutores da criação dos postos zootécnicos ou adquiridos especialmente para doação aos criadores.

Piscicultura — O fomento à piscicultura, especialmente à criação do peixe-rei, constou da distribuição de 500 mil alevinos, número que, infelizmente, não pôde ser maior pela adversidade das condições climatéricas.

Caça e Pesca — Serviço que tem a seu cargo uma grande soma de responsabilidades, increntes à delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Governo Federal, o de Caça e Pesca desenvolveu normalmente os seus trabalhos.

No setor da Caça expediu 3.686 licenças, lavrou vários autos de infração, com multas que ascenderam a quase 30 mil cruzeiros, e fez a arrecadação em selos pró-fauna, com uma renda de 789 mil cruzeiros.

No da Pesca iniciou a reorganização das colônias de pescadores, concedendo auxílios num montante superior a Cr\$ 100.000,00.

Em 1949, embora se assinalassem várias moléstias, o aspecto zootécnico do Estado esteve comprometido apenas pelos surtos de peste suína e febre aftosa.

A última foi, entretanto, de caráter benigno. A peste suína recrudescceu, porém, apesar dos sistemáticos esforços para combatê-la, nos municípios de Encantado, Arroio do Meio, Palmeira das Missões e Nova Prata. Ao findar-se o ano, todavia, a ação dos nossos veterinários fizera silenciar todos aqueles surtos.

Nos dois primeiros municípios citados, a infecção estendeu-se consideravelmente, em consequência da resistência do colono à vacinação. Tornada esta obrigatória, os surtos referidos foram dominados.

É de notar-se que, em virtude dos trabalhos de combate à virose, os municípios que foram severamente castigados, em 1948, já refizeram as suas criações e hoje estão criando e exportando ativamente os produtos. É exemplo disso o que se passa em diversos municípios, notadamente Sarandi, onde o comércio de suínos é grande, Santa Rosa, Santo Ângelo e outros.

Em 1949 foram distribuídas 1.450.060 doses de vacinas e vacinados 1.326.520 suínos.

Com o crédito especial, votado em 1947, de Cr\$ 20.000.000,00, a Secretaria da Agricultura equipou os seus técnicos, montou um laboratório e conduziu a vacinação até fins de 1948, despendendo a importância de Cr\$ 9.600.000,00.

No ano de 1949, foi votado novo crédito no valor de Cr\$ 10.000.000,00.

Graças ao trabalho de vacinação, o Estado viu-se praticamente livre do perigo da destruição do apreciável patrimônio que representa a nossa suinocultura. O que se verifica atualmente são surtos isolados, que, pela referida resistência do colono, causam sempre alguns prejuízos.

Esses surtos são, entretanto, prontamente sufocados, desde que entrem em ação as autoridades policiais, administrativas e técnicas.

A ação das autoridades é apenas de ordem psicológica, bastando tão somente que o agente do poder público demonstre o seu apoio ao técnico ou ao simples vacinador, para que não haja mais dúvidas da parte do colono.

Os prejuízos causados pela moléstia atingem até hoje a 159.000 suínos, que representam em cruzeiros a soma de 23 milhões e 850 mil.

As indenizações efetuadas pelo Tesouro sobem à importância de Cr\$.... 1.011.134,00, correspondente ao sacrifício de 8.277 suínos.

O rebanho suíno atual, defendido pela ação do poder público, é de 4.000.000 de cabeças, no valor aproximado de Cr\$ 600.000.000,00. Deduzindo-se deste montante as despesas com o combate à epizootia, na importância de Cr\$ 19.600.000,00, e mais o prejuízo de Cr\$ 24.861.134,00, tudo perfazendo o total de Cr\$ 44.461.134,00, tem-se um superavit de Cr\$ 555.538.866,00, que é o valor do patrimônio representado por este importante ramo da pecuária gaúcha.

Sarna Ovina. — O serviço organizado, de erradicação da sarna ovina, teve, em 1949, acentuado desenvolvimento, abrangendo, no segundo semestre, toda a área estadual, onde a ovinocultura tem maior expressão econômica. Estendeu-se, assim, a todo o município de Quaraí, com uma população de 305.314 ovinos, e a todo o de Jaguarão, com mais de 77.892, a uma nova zona em Livramento, onde já se controlam 500.793, passou a controlar 122.185 em Rosário do Sul, 53.741 em Caçapava do Sul e 285.034 em Herval do Sul, e incluiu três novos municípios: São Gabriel, com 195.030 ovinos, Alegrete com 320.076 e Arroio Grande, com 91.315.

Foram, assim, acrescentados ao valioso serviço de erradicação da sarna, mais 1.104.638 ovinos, que, somados aos já controlados, perfazem o total de 4.765.261, sob vigilância.

Trabalhos diversos. — Pelas 38 Inspetorias Veterinárias em serviço, foram atendidos 21.705 criadores, realizando-se, simultaneamente, 12.903 inspeções. Pelos guardas sanitários foram visitados 123.232 estabelecimentos.

Os trabalhos do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor,

que são fundamentais para a defesa sanitária dos rebanhos rio-grandenses, registraram a seguinte produção de vacinas e vermífugos (doses): antiiftosa, 1.436.000; contra a peste suína, 1.703.600; brucelose, 3.562; tifo aviária, 240; paratifo dos leitões, 1.200; salmonelose bovina, 480; antirábica, 15.730; helminticida (tenífugo), 48.000.

Também foram efetuados numerosos exames e importantes trabalhos de pesquisas.

Pelos técnicos do Instituto foram realizadas cinco visitas de estudo aos municípios do interior e, na qualidade de representantes do Estado ao Congresso Internacional de Febre Aftosa, uma viagem ao estrangeiro.

De outro lado, o estabelecimento recebeu cinco visitas de técnicos estrangeiros, sendo uma de cientistas mexicanos, duas de filipinos e duas de argentinos, além de três visitas de técnicos nacionais e seis de alunos de Agronomia e Veterinária.

Diretoria da Produção Mineral

Os trabalhos da Diretoria se desenvolveram preponderantemente no interior do Estado, sem se fixarem em sedes determinadas, em virtude da natureza dos serviços.

Além do prosseguimento das pesquisas de carvão, caulim, calcáreo e águas minerais, nas regiões do Rio Negro, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Ijuí e Lavras do Sul, as suas principais realizações dizem respeito à pesquisa de águas subterrâneas, num serviço de assistência direta à agricultura, ultimamente flagelada por contínuas e prejudiciais estiagens.

Com a aquisição de novas sondas, passando a Diretoria a dispor de um parque de 23 desses aparelhos, foi possível, em 1949, executar 49 furos de sondagem, em benefício de agricultores dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Jaguarão, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Santa Maria, Camaquã, São Sepé e Itaqui.

Diretoria de Terras e Co- lonização

Os seus trabalhos em 1949 foram, em síntese, os seguintes:

Legitimação. — Foram objeto de estudo 258 processos de legitimação de posses, sendo 102 pela Lei de 1850, 80 pela de 1899 e 76 pelo vigente Regulamento de Terras.

Encerraram-se 58 autos, sendo 49 com sentenças legitimatórias. Expediram-se 21 títulos de legitimação referentes a posses com a área total de 5.142 Ha 4468.

Colonização. — Embora o ano de 1948 já houvesse revelado nesse setor um movimento "record", o de 1949 ainda o superou, de acordo com os seguintes dados:

Entraram 6.776 requerimentos de concessões, anulações, transferências e expedição de títulos, excedendo em mais de 2.000 a média de entrada dos últimos sete anos.

Foram expedidos 1.804 títulos de lotes rurais, chácaras, lotes urbanos e de áreas que foram objeto de concessão especial, incorporando-se, assim, ao patrimônio dos agricultores 34.477 Ha 0200.

Fizeram-se 2.837 concessões de terras, sendo 2.791 a agricultores nacionais e 46 a estrangeiros, com a área total de 63.618 Ha 4300.

Para discriminação de terras, foram efetuados levantamentos topográficos na extensão total de 783 quilômetros e 484 metros, sendo 508 km. 992 em linhas secas, 34 km 107 em estradas e 241 km 285 em cursos d'água. Tais levantamentos se destinaram ao aproveitamento de uma área de 48.116 Ha 5000, sendo interessante referir que a despesa com esses serviços foi de Cr\$ 2,67 por hectare.

Para demarcação de lotes rurais, chácaras e lotes urbanos, foram ainda feitos numerosos levantamentos e nivelamentos.

Dos 95.620 lotes rurais demarcados, até 31 de dezembro foram concedidos

mais 2.307, que, somados aos 70.549 concedidos anteriormente, perfazem o total de 72.856 lotes rurais, existindo, presentemente, mais 22.764 que aguardam regularização ou ultimação dos processos de concessão ou, em pequena porção, se acham devolutos.

Da mesma forma, das 3.558 chácaras, até agora demarcadas, foram concedidas mais 161, atingindo-se, assim, um total de 2.909 chácaras concedidas e havendo 649 que aguardam ultimação dos processos de concessão ou se acham devolutas.

Semelhantemente, dos 13.626 lotes urbanos demarcados, foram concedidos mais 736, atingindo, assim, as concessões a um total de 7.714 lotes, e existindo mais 5.912 que aguardam ultimação dos processos de concessão ou se acham devolutos.

Para a construção e conservação de estradas ou caminhos de rodagem, bem como das necessárias obras de arte, foram realizados importantes serviços, cuja despesa total subiu a Cr\$ 2.381.416,00.

A assistência aos nacionais foi dispensada a 121 famílias de agricultores desprovidas de recursos, que foram localizadas em Palmeira das Missões (117), Erechim (3) e Santa Rosa (1), com o auxílio de Cr\$ 91.237,60.

O recenseamento efetuado nos toldos de índios, sob a assistência da Diretoria, revelou uma população de 2.259 indígenas, ocupantes de um território de 46.530 Ha, em 5 municípios do Estado.

Os serviços da Diretoria, especialmente a arrecadação da dívida colonial, proporcionaram ao Estado a receita de Cr\$ 8.147.180,00.

Engenharia Rural — Os trabalhos desse setor tiveram, em 1949, um significativo movimento.

Estiveram sob a fiscalização da Secção de Engenharia Rural a execução de várias obras, tais como residências, estufas, ripados, uma usina para industrialização de mandioca, etc., no montante de quase Cr\$ 8.000.000,00.

Dos projetos, em número de 47, com um total de 78 plantas diversas, merecem destaque especial o de um grande silo-celeiro para a Estação Experimental Fitotécnica em Bagé, o da futura Escola Prática de Viticultura e Enologia, o do edifício-sede para a Estação Fitotécnica em Júlio de Castilhos e o de uma escola para o Curso Prático de Ovinotécnia.

Atingiram a 65 os orçamentos novos, projetos orçados e orçamentos atualizados.

Serviço de marcante importância vem fazendo a Secção de Engenharia com o levantamento cadastral de todos os prédios e construções pertencentes à Secretaria.

Essa Secção exerce no Estado as funções de delegado da Comissão Especial da Faixa das Fronteiras, do Conselho de Segurança Nacional.

Seu movimento, em 1949, constou do exame e reexame de 940 processos de autorizações para operar no território da faixa e de registro de transações de terras naquela mesma zona. Foram, para tanto, expedidas 207 autorizações e concedidos 60 registros de terras adquiridas por estrangeiros, com a área total de 7.043 Ha 1475.

As realizações dessa Diretoria foram as seguintes:

Sector do cooperativismo — O ano de 1949 registrou acentuada atividade no movimento cooperativista.

Sob a assistência e a orientação da Diretoria, organizaram-se 26 novas cooperativas, passando, assim, o Estado a possuir 332 dessas entidades, em funcionamento.

As novas sociedades, que são 14 de produção vegetal, 10 de consumo, 1 de crédito e 1 de segundo grau, congregam 2.023 associados, e têm o capital global de Cr\$ 3.304.900,00.

Secção da
Faixa das
Fronteiras

Diretoria de
Indústria e
Comércio

Foram visitadas e inspecionadas 139 cooperativas, comparecendo representantes da Secção de Assistência ao Cooperativismo a 48 assembléas gerais, nos mais diversos pontos do Estado.

A propaganda e divulgação do cooperativismo e seus ensinamentos foram feitas regularmente pela edição do periódico "Sul-Coop" com uma tiragem de 1.500 exemplares por número. Além disso, foram publicados, em separado, dois interessantes trabalhos, um sobre inchação cooperativística e outro sobre cooperativismo escolar, com ampla distribuição e franca aceitação por parte do grande público interessado.

Em remate à expressiva obra do cooperativismo no Estado, no ano passado, comemorou-se, precedido de uma semana de estudos e festividades especiais, o vigésimo Dia Cooperativo Internacional.

Em síntese, as 332 cooperativas em funcionamento, das quais 54 são caixas de crédito, congregam 108.133 associados, com o capital subscrito de Cr\$... 153.691.621,00, registrando, em 1949, um movimento de vendas que atingiu a Cr\$ 530.798.323,80 e um movimento de empréstimos que ascendeu a Cr\$... 299.160.840,30.

Sector do fomento industrial e comercial — As principais realizações nesse sector continuam sendo as relativas à fiscalização da produção, circulação e distribuição do vinho e derivados da uva, por intermédio do Serviço do Vinho que, em 1949, recolheu, para exame, o avultado número de 16.958 amostras, nas quais foram feitas 100.892 determinações analíticas. Essas amostras corresponderam à apreciável quantidade de 63.002.703 litros de derivados da uva, destacando-se o vinho de mesa com 54.654.045 litros.

No ano passado, foi introduzida sensível modificação no sistema de fiscalização da vindina, que passou a ser mais eficiente, pela adoção da fiscalização indireta, pelos funcionários dos laboratórios de enologia, nos estabelecimentos industrializadores. Iniciou-se, simultaneamente, a fiscalização dos estabelecimentos engarrafadores. Dos 300 estabelecimentos que solicitaram registro, a fim de legalizar as suas atividades, foram vistoriados 246, verificando-se que apenas 40% se achavam em condições técnicas de funcionamento.

A várias outras atividades se dedicou a Diretoria, tais como um estudo sobre o comércio e outro sobre a industrialização do couro, o levantamento cadastral dos vinhos rio-grandenses e o exame de 589 amostras de produtos diversos, que requereram 3.153 ensaios analíticos, além de pesquisas sobre a industrialização de variados produtos.

Sector da classificação e fiscalização — A classificação dos produtos sujeitos a padronização e destinados à exportação são feitas por delegação do Governo Federal, que contribui com a importância da arrecadação das taxas respectivas. A baixa registrada em nossas exportações teve marcado reflexo neste sector.

Pelos diversos serviços e postos de fiscalização foram emitidos 17.009 certificados de classificação, baseados no resultado analítico de 23.836 amostras.

Várias remarcações foram determinadas, em consequência da fiscalização, especialmente para o arroz, pelo excesso de quebrados e mistura das variedades. Em relação a esse produto registraram-se 92.590 remarcações, enquanto o feijão sofreu 4.775, a farinha de mandioca 3.500, e outros produtos o total de 2.600.

Pelo contróle estatístico que a Diretoria faz do movimento exportador do Estado, constata-se que as vendas para o comércio internacional, que, em 1947 e 1948, com 141.391.274 kg e 188.362.564 kg, equivaliam a 38,7 e 37,4% da nossa exportação total, decresceram em 1949 para 6.263.905 kg, significando apenas 1,8% da exportação global, também em acentuado declínio, apesar de o mercado interestadual vir aumentando sensivelmente seu consumo de produtos rio-grandenses.

O arroz, por exemplo, que pesava preponderantemente em nossa expor-

tação para o estrangeiro, o qual constava 48% do arroz exportável pelo Rio Grande, passou a ter, nesse mercado, a significação mínima de 0,002%.

A batata e a cebola, por sua vez, foram dois produtos grandemente prejudicados pela concorrência que, nos próprios mercados nacionais, veio fazer o produto estrangeiro, de melhor qualidade e preço.

Votado ao fomento da exportação racional das riquezas do meio rural rio-grandense, a Seção de Informações e Publicidade Agrícola, vinculando-se aos diferentes setores de atividade da Secretaria, é o seu órgão de divulgação, promovendo, por todos os meios ao seu alcance a instrução da classe rural, no que diz respeito à boa exploração da lavoura, da pecuária e da indústria agrícola em geral.

Publicação. — De boletins e circulares foram feitas 9 edições, em geral com a tiragem de 1.000 exemplares, além de uma, de igual tiragem, do almanaque do pessoal. Também foram impressos três números do periódico "Informação Rural" e vários milhares de cartazes e folhetos ilustrados, especialmente para distribuição aos escolares.

Deixou de ser aproveitado copioso e interessante material de divulgação em face da exiguidade das verbas, esperando-se dar solução ao problema das publicações, com a recente instalação de uma duplicadora "Multilith".

Divulgação. — Foram divulgados ensinamentos úteis ao meio rural, bem como notícias que poderiam interessá-lo, pela imprensa, através não só dos boletins e circulares publicados, como através de comunicados distribuídos à imprensa escrita e falada, da Capital do Estado; pela palavra, em palestras e alocuções feitas por ocasião de comemorações especiais ligadas à vida rural, ou por por ocasião de semanas ruralistas; e pela cinematografia, com filmes educativo-agrícolas, adquiridos para esse fim.

Informação. — Além da parte informativa de natureza geral, como a constante publicidade de informações úteis, quer pela imprensa diária, quer pelo periódico "Informação Rural", responde a Seção a centenas de consultas de caráter técnico ou econômico que lhe são dirigidas pelos ruralistas do Estado e, não poucas vezes, por elementos de outras unidades da Federação e mesmo do estrangeiro.

Certames e reuniões. — A Seção, especialmente por sua chefia, cooperou em diversos certames e reuniões promovidas em parte por sua iniciativa, devendo-se mencionar o Cinquentenário da 1.ª Exposição Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul, em Pelotas; o Segundo Congresso de Suinocultores; a 1.ª Exposição Agrícola de Taquarí, simultaneamente com a "Festa da Laranja", a exposição histórico-rural e a Semana Ruralista, como partes das comemorações do 1.º Centenário daquele município.

Serviços diversos. — Foram executados diversos trabalhos, em cores e a nanquim, para ilustração de boletins, e confeccionados cartazes para as exposições de Taquarí e Eneruzilhada do Sul.

Foram revelados 426 filmes e feitas 3.246 cópias e ampliações. Com o emprégo de 42 filmes, dos quais 13 coloridos, filmaram-se os trabalhos da vindima em diversos municípios e, bem assim, as diversas fases da cultura e industrialização do fumo, do combate à formiga, o desfile das primeiras dezenas de tratores destinados à revenda aos agricultores e diversos aspectos da Exposição de Galo Leiteiro, em Rio Grande.

No orçamento para o exercício de 1949, foi distribuída a esse órgão a dotação de Cr\$ 1.040.130,00 da qual despendeu, apenas, Cr\$ 718.211,80, em virtude de compressões de despesas realizadas.

Fiscalização e Preços. — A 1.ª Divisão da CEAP, Divisão Técnica, tem por encargo a elaboração de todos os trabalhos relativos à fixação de preços

Seção de In-
formações e
Publicidade
Agrícola

Comissão Es-
tadual de
Abastecimen-
to e Preços

e à fiscalização do cumprimento das deliberações da Comissão, promovendo a responsabilidade dos transgressores, através da lavratura de "autos de infração".

Prosseguiram, em ritmo sempre crescente, as atividades dessa Divisão. O vulto de seu trabalho, compreendendo os mais variados estudos e tarefas, como o levantamento de preço e sua fixação, a apuração do custo das mercadorias, a formação de processos, a emissão de pareceres, informações e instruções, e a ação preventiva e repressiva contra os violadores da economia popular, foi maior que o de qualquer outro exercício. Todos os seus empreendimentos, porém, foram levados a bom termo, graças aos esforços despendidos pelo seu reduzido pessoal.

Abastecimento do Estado. — A 2.^a Divisão da CEAP tem a seu cargo o *abastecimento geral do Estado, e, em particular, o desta capital. Consistem as suas atribuições em controlar os estoques dos gêneros de primeira necessidade e as exportações dos mesmos, efetuar a distribuição dos produtos sob racionamento, elaborar quadros estatísticos, estimar a produção agrícola e industrial do Estado, e pôr em prática todas as determinações relacionadas com o abastecimento da população rio-grandense.*

Comissões Municipais de Preços. — Na esfera estadual, a CEAP conta com a colaboração das Comissões Municipais de Preços, sediadas nas diversas Comunas, sobre a Presidência dos Prefeitos Municipais, de quem tem recebido, em via de regra, a mais dedicada colaboração.

**Problemas de
abastecimento
e preços em
1949**

Durante o exercício findo, a CEAP não poupou esforços no sentido de manter a população estadual suficientemente suprida dos produtos repulados fundamentais à sua subsistência, alcançando os objetivos visados, graças aos métodos de trabalho empregados e à organização do serviço.

Em razão desse procedimento, manteve sempre apreciáveis estoques dos gêneros essenciais à alimentação, evitando, em via de regra, o recurso do racionamento.

Sua ação não se restringiu somente ao âmbito estadual, mas estendeu-se também a vários mercados consumidores nacionais, destacando-se os do Distrito Federal e do Estado de Santa Catarina, de conformidade com instruções emanadas da Comissão Central de Preços, sediada na Capital Federal.

No setor dos preços, sem descurar de outras providências, dedicou especial atenção aos produtos destinados à alimentação da população rio-grandense, alcançando uma relativa estabilidade naquêles, e até, em determinados casos, uma redução.

Depois de apurar, às vezes com exaustivos estudos, o custo real da mercadoria, a CEAP exerceu severa fiscalização sobre os transgressores das disposições consignadas em suas Portarias, promovendo a responsabilidade desses infratores.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE LEITE

Sofrendo o reflexo das dificuldades gerais, o Departamento Estadual de Abastecimento de Leite (DEAL), em 1949, esteve em luta com o problema do deficit orçamentário verificado em 1948 e cuja cobertura não lhe foi possível ainda realizar.

Situação
financeira

O desequilíbrio financeiro vem do início da existência daquele órgão, que, como é sabido, foi criado após a encampação do "Entrepasto do Leite Sociedade Anônima".

Esse desequilíbrio agravou-se em 1949, devido a uma diminuição sensível na receita, motivada em parte pela menor distribuição de leite.

Para tal situação contribuíram, se bem que em menores proporções, os sucessivos reajustamentos de salários, a título de repouso semanal remunerado, e os abonos de emergência e familiar, decretados pela Lei federal n.º 606 e as estaduais n.ºs 396 e 493.

A menor distribuição do leite prende-se à concessão de licença para o comércio de leite cru, a qual determinou sobras apreciáveis, que foram pagas até 31 de agosto pelo preço de consumo, agravando bastante a situação já encontrada pelo Estado ao encampar o Entrepasto.

Além disto, verificou-se um decréscimo na produção, já pela estiagem, já pela elevação do preço da forragem.

Mau grado êsses elementos adversos, conseguiu o DEAL manter, no ano passado, o suprimento leiteiro a Pôrto Alegre, sem quaisquer faltas, sem que se repetissem os clamorosos fenômenos de escassez, observados nos períodos precedentes.

Fornecimento
de leite

Em 1949, entraram nesta Capital 28.493.108 litros de leite, dos quais 22.675.507 foram dados a consumo e 3.260.048 industrializados.

Isto, entretanto, não exclui a possibilidade de, se persistirem os fatores apontados, verificar-se uma falta do produto no próximo inverno.

A percentagem de gordura do leite fornecido pelo DEAL manteve-se num nível bem elevado, pois a menor foi observada no mês de novembro, com 3,45, e a maior no de maio, com 3,96. Aferindo-se o valor de um leite, em parte pela sua percentagem de gordura, a daquele produto pode ser considerada boa.

Percentagem
de gordura

Embora não se possa considerar ideal o consumo de leite "per capita", em Pôrto Alegre, pois aquêle deve andar em tôrno de $\frac{1}{2}$ litro, já é bastante apreciável, sendo o maior das cidades principais do Brasil, como o demonstra a seguintes estatística:

Consumo
"per capita"

Pôrto Alegre	250 grms.
São Paulo	186 "
Belo Horizonte	157 "
Niteroy	137 "
Rio de Janeiro	130 "

Vitória	72	"
Fortaleza	65	"
Recife	55	"
Salvador	34,3	"

No cálculo de Porto Alegre, teve-se em vista uma população de 400.000 habitantes e um fornecimento diário de 190.000 litros, dos quais 60.000 fornecidos pelo DEAL e 40.000 pelos leiteiros intermediários.

Transporte e entradas de leite

Adquiriu o DEAL, no ano transato, mais 5 caminhões para sua frota de transporte de leite, continuando o serviço de coleta em 17 linhas e sua distribuição às leitarias e postos fixos da cidade.

A despesa com o transporte ascendeu a Cr\$ 5.548.491,50, tendo o leite entrado nas seguintes proporções: por via fluvial, 1,8%; por estrada de ferro, 12,0%; em carroças, 1,4%, e em caminhões, 84,8%.

Transporte de animais

No serviço de transporte de vacas leiteiras para os produtores, realizou o carro especial do Departamento 165 viagens, transportando 778 animais. A taxa desse serviço foi cobrada na base de Cr\$ 1,50 por km, compreendendo o percurso a ida e a volta.

Distribuição do leite

A distribuição do leite, um dos serviços mais complexos do DEAL, foi feita, em 1949, por intermédio de 150 leitarias, 66 postos fixos e 17 veículos, sendo 8 pela manhã e 8 à tarde.

A distribuição do leite a granel, em carros-tanques, incrementada em 1949, é a que mais garantias oferece ao consumidor, quanto à pureza e à qualidade do produto.

Distribuição de forragens

A distribuição de forragens (ração balanceada) não sofreu também solução de continuidade, tendo sido fornecidos 167.687 volumes, ao preço de Cr\$ 32,00 o saco de 35 kg.

Aproveita- mento das sobras

As sobras de leite, verificadas em 1949, foram industrializadas, manipulando-se 4.214.261 l., os quais produziram 155.493,500 kg de manteiga, de boa aceitação no consumo. Além disto, aproveitou o DEAL o leite magro na fabricação de cascina, que atingiu o total de 37.857 kg.

Visando um melhor aproveitamento das sobras, o DEAL instalou, em 1949, no lugar denominado "Passo dos Ferreiros", no km 31 da estrada Porto Alegre-Tramandaí, a maior fábrica de queijos do Estado.

Essa fábrica, com capacidade para trabalhar até 6.000 l diários, transformou, no ano passado, 392.975 l de leite em 4.956 fôrmas de queijo Prato, 10.259 de queijo Crème, 8.801 de queijo Cobocó, 3.579 de queijo Parmezão, e 1.685 de queijo Provolone, e em 16.012 kg de nata.

A fim de não perder o soro oriundo da fabricação do queijo, iniciou o DEAL, em setembro de 1949, uma criação de porcos alimentados exclusivamente de soro e que contava 302 cabeças em 31 de dezembro daquele ano.

Justiça Trabalhista

Em 1949 a administração do DEAL foi chamada à Justiça Trabalhista por 3 vezes apenas, tendo ganho tôdas as questões. Nesse setor manifestou-se uma diminuição nas reclamações, as quais foram em número de 6 em 1948 e 14 em 1947.

Postos de venda

Com a finalidade de aumentar o escoamento de seus produtos, instalou o DEAL, em 1949, no Mercado Público, um posto de venda, cujo movimento bruto, de julho a dezembro, ascendeu a Cr\$ 2.907.151,10.

INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ

O início do ano de 1949 marcou nova etapa no desenvolvimento da política econômica do Instituto Rio-Grandense do Arroz, com a aprovação de seus Estatutos pela Lei n.º 533, de 31 de dezembro de 1948.

Nesses, não só foram mantidas, mas também ampliadas as atribuições anteriores da autarquia, de modo que a nova estruturação a armasse dos meios necessários para "promover a defesa da orizicultura do Estado, a começar nos centros de produção e a terminar nos mercados de consumo".

Realizadas as eleições para o Conselho Deliberativo, ficou este integrado por 17 representantes da lavoura, eleitos pelos 17 municípios que produzem mais de 200.000 sacos por safra, além de 4 representantes do comércio e da indústria, indicados pela Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul.

A fim de atender a imposição estatutária, o Conselho Deliberativo do Instituto, após minucioso estudo sobre o custo de produção e o comportamento dos mercados, decidiu que seria assegurado ao produtor o preço mínimo de Cr\$ 90,00 por 50 quilos de arroz japonês de 1.ª qualidade, a grand. para a mercadoria posta nos portos de exportação, o que equivale, respectivamente, a Cr\$ 193,00 e Cr\$ 188,00 para o arroz beneficiado especial e de primeira, em sacos de 60 quilos.

**Fixação do
preço
mínimo**

Esses preços, longe de serem fixados arbitrariamente, baseavam-se no custo de produção no Estado e na capacidade de absorção dos mercados disponíveis. O custo de produção, devido a causas diversas, muitas independentes da interferência individual dos produtores, é ainda alto nas lavouras rio-grandenses. E um exame dos mercados no momento anunciava uma situação futura de escassez de arroz nos centros nacionais consumidores, impondo previsões exatas quanto à determinação dos excedentes exportáveis e decisões adequadas sobre o controle dos estoques disponíveis.

Ao contrário dos anos anteriores, os volumes colhidos na safra de 1948/49 vieram encontrar os estoques de arroz muito reduzidos, tanto nos Estados produtores, como nos consumidores.

No Rio Grande do Sul, foram cultivadas, em 1948/49, 124.480 quadras, que produziram 10.254.000 sacos de 50 quilos de arroz em casca, dando, portanto, um rendimento médio de 83,38 sacos por quadra. Na safra anterior, a área plantada foi de 120.161 quadras, cuja produção atingiu a 10.309.255 sacos, ou seja um rendimento médio de 85,7 sacos por quadra. Comparando-se as duas safras constata-se que, na de 1948/49, apesar de um pequeno aumento na área, correspondente a 4.319 quadras, houve decréscimo na produção, equivalente, em média, a 3,32 sacos por quadra plantada. Essa diferença para menos foi devida aos prejuízos causados às culturas das zonas centrais do Estado, pela forte seca no início da aguação, acompanhada de pragas de insetos do solo e da raiz.

Logo que se iniciou a colheita, o Instituto já dispunha de dados aproximados sobre a situação local, bem como de informações sobre as previsões da colheita nos principais Estados produtores do país (São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina), as quais, em geral, acusavam sensível decli-

nio da produção, em consequência da seca do tarde, justamente por ocasião da florescência e granação.

Tomando em consideração tais fatores, em confronto com o sensível aumento da nossa exportação para os mercados nacionais durante o ano de venda da safra de 1947/48, que atingiu a 3.363.788 sacos, concluíram os órgãos econômicos do Instituto que, com o desfalque exposto, a disponibilidade exportável, de cerca de 4.141.868 sacos de 60 quilos de arroz beneficiado, seria absorvida pelo abastecimento dos mercados internos, ficando o Estado, portanto, sem excedentes de exportação para o estrangeiro.

As previsões do Instituto, no decorrer do tempo, ficaram totalmente confirmadas. A 31 de dezembro de 1948, foi constatada, em face de dados estatísticos, uma exportação de 3.371.679 sacos para os mercados do país, durante os primeiros nove meses do ano de venda, restando assim uma disponibilidade aproximada de 770.189 sacos, para atender às necessidades da exportação, para esses mesmos mercados, até o fim de março de 1950, época em que se iniciava a nova safra.

Tais previsões, posteriormente confirmadas pelos acontecimentos, é que permitiram a fixação aludida, dos preços mínimos para o arroz em casca e beneficiado. Era, no entanto, evidente o choque entre os preços fixados e os vigentes no Rio de Janeiro, como decorrência do tabelamento organizado pela Comissão de Preços do Distrito Federal.

Em meados de maio de 1949, foram remetidos ao Presidente da referida Comissão todos os dados e cálculos, a fim de comprovar o custo CIF Rio, baseado nos preços mínimos estabelecidos para o arroz japonês, que determinavam, naquela época, um custo, por saco, de Cr\$ 240,00, para o tipo especial, inclusive o lucro do exportador. Essa despesa tornava insustentável o preço de Cr\$ 196,00, que o tabelamento impunha, então, na praça do Rio de Janeiro.

Em virtude dessa disparidade evidente, que só podia estabelecer maior tendência para a escassez de arroz no mercado carioca, o Instituto entrou em entendimentos com as autoridades competentes do Rio de Janeiro e somente no mês de outubro conseguiu a modificação do tabelamento, ficando desde então o preço teto para o arroz japonês especial, CIF Rio, fixado em Cr\$ 269,00.

A diferença entre o preço mínimo e o preço teto fixado tem sua sua justificação, não só na lei da oferta e da procura, bastante favorável às cotações de arroz, como também, e essencialmente, no encarecimento natural da mercadoria no decorrer do tempo, e em despesas inevitáveis, como sejam: armazenagens, quebras, estragos de sacos, seguros, juros, etc.

A demora no reajustamento da tabela do Rio de Janeiro foi a causa principal da forte oscilação das cotações nos meses de junho e julho. Esta oscilação, que atingiu a cerca de Cr\$ 30,00 por saco, numa época de aumento natural da oferta, foi devida àquela situação de incerteza, pois, tanto nos meses anteriores, como nos posteriores, verificou-se absoluta firmeza nos mercados, com flutuações praticamente insignificantes.

Como um necessário complemento à organização do Instituto é a fim de apoiar em base mais sólida ainda as suas previsões econômicas, foi criado um Serviço de Informações, incumbido de coletar dados sobre a situação dos diversos mercados produtores e consumidores, nacionais e internacionais, e, em função deles, estabelecer as tendências naturais dos preços. Tal serviço, organizado sem ônus apreciável da despesa orçamentária do Instituto, já conta com a colaboração eficiente de diversas entidades da representação diplomática brasileira e dos escritórios de propaganda comercial do Brasil no estrangeiro, em serviço nos principais centros de produção e consumo de arroz do mundo.

Funcionando anexo à revista "Lavoura Arrozeira", que continua a ser

mensalmente editada pelo Instituto, com o objetivo de difundir conhecimentos técnicos e econômicos de utilidade para a orizicultura, o citado serviço completa o esclarecimento das forças produtoras e, em geral, da opinião pública, relativamente às tendências da economia orizícola, nos quadros nacional e internacional, mediante a publicação periódica de boletins de informações.

O Serviço de Estatística, mantido pelo Instituto, revela-se, cada vez mais, um elemento indispensável às previsões e ao desenvolvimento de uma atuação comercial acertada, em cada safra. Em 1949 foi publicado o "4.º Anuário Estatístico do Arroz", que, além dos dados locais de produção e comércio, foi ampliado com outras informações úteis sobre a situação nos grandes mercados produtores e consumidores. Atualmente, envidam-se esforços, no sentido de torná-lo mais completo e, sobretudo, de preparar mais rapidamente a sua publicação.

A fim de atender à imposição urgente de reduzir o custo de produção de arroz no Estado, foi organizado em 1945, como é notório, o Departamento de Engenharia do Instituto Rio-Grandense do Arroz, destinado a projetar e construir um plano de grandes barragens, de modo a ir substituindo, progressivamente, a irrigação mecânica pela natural, evidentemente mais econômica.

Dentro do plano elaborado, já se acham concluídas duas barragens: a do Sanchuri, no município de Uruguaiana, e a do Capané, em Cachoeira do Sul.

A primeira, com um volume de 60 milhões de metros cúbicos de água represada, está atendendo desde 1947 às lavouras de arroz da Colônia Rizícola n.º 2, tendo irrigado em 1948/49 uma área de 720 quadras, que produziu 108.614 sacos de 50 quilos de arroz em casca. A área irrigada pela mesma, na safra corrente de 1949/50, elevou-se para 930 quadras, cujos dados exatos de produção serão publicados depois da colheita.

A segunda, com uma acumulação de 107 milhões de metros cúbicos, e inaugurada a 15 de novembro de 1949, já iniciou na safra atual (1949/50) o fornecimento de água para as plantações do vale do Capané. O número de contratos firmados para o referido fornecimento soma 32, com uma área total de 1.300 quadras, esperando-se que vá aumentando nos anos vindouros, até atingir a capacidade máxima de 4.000 quadras. A cobrança da taxa de fornecimento de água é feita, ou à base de percentagem (10% sobre a colheita), ou em moeda corrente (Cr\$ 1.000,00 por quadra irrigada), sendo a modalidade de pagamento, de livre escolha do orizicultor. Em vista do vulto das despesas com a construção da barragem, canais e desapropriações, verificou-se a necessidade de um reajustamento módico na taxa cobrada este ano, em caráter precário.

Com idêntico objetivo de reduzir o custo de produção, o Instituto tem estudado os meios de baratear a adubação. As condições de preço do hiperfosfato de Cafsa indicavam a solução conveniente, caso o referido fertilizante apresentasse as necessárias condições de assimilabilidade para o arroz.

Em face dessa situação, incumbiu-se a Estação Experimental do Arroz, em Gravataí, de conduzir as pesquisas no sentido de determinar as qualidades técnicas do adubo referido, nas condições ambientes do Rio Grande do Sul. E tendo os primeiros resultados revelado que, em condições ácidas de solo, o hiperfosfato de Cafsa é realmente tão ativo quanto seus similares presentes nos mercados, seu preço impunha-o como solução real do problema, o que levou o Instituto a proceder às necessárias importações do produto em 1949.

Na prática, em vista da generalizada acidez das terras baixas de arroz, a aplicação desse adubo em lavouras de largas áreas patenteou-se econômica, razão pela qual serão feitas novas importações no corrente ano, possivelmente em maiores volumes, em vista da procura que as vantagens do fertilizante estão provocando no seio da lavoura.

Barragens e
áreas irriga-
das

Adubação de
terras para o
arroz

Bolsas de estudos

Com o objetivo de contribuir para a formação de bons técnicos agrícolas, continua o Instituto a manter a instituição de bolsas de estudos. Em 1948 foram concedidas cinco dessas bolsas a estudantes de agronomia, das quais duas para a Escola de Pelotas, duas outras para a de Porto Alegre e uma para o curso de técnicos rurais da Escola Técnica de Agricultura de Viamão. Além dessas, foram fornecidas bolsas de estágio a 4 estudantes, para acompanharem os trabalhos de campo nas colônias rizícolas, durante o período de férias.

Colônias Rizícolas

Continua com pleno êxito a experiência social e econômica empreendida pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz em suas Colônias Rizícolas, situadas nos municípios de Osório e Uruguaiana. Baseado na produção agrícola lucrativa para o plantador, o empreendimento está revelando as suas excelentes qualidades de sistema de colonização, fazendo surgir uma agricultura em larga escala, com o povoamento consequente, em regiões anteriormente despovoadas, onde imperava a pecuária extensiva.

Essa experiência vem sendo mantida há cinco anos consecutivos, existindo atualmente cerca de oitenta plantadores, trabalhando em ambas as colônias, em áreas proporcionais às possibilidades individuais. A afluência anual de novos plantadores e os pedidos crescentes de localização em qualquer delas, muitos dos quais não podem ser atendidos por deficiência de área disponível, mostram claramente que o sistema é favorável e interessante para o agricultor, oferecendo-lhe uma segurança que não encontrara até então.

Sob o aspecto econômico, tudo indica que esse sistema colonial de produção em largas áreas, servido por meios modernos, eficientes e de alto rendimento, será um dos pontos de partida para o desenvolvimento da economia agrícola no Estado.

Bastante expressivo é o aumento da produção nas diversas safras consecutivas. Assim, em 1946/47, ambas as colônias produziram 99.991 sacos, sendo 50.415 na C.R.1 (Osório) e 41.576 na C.R.2 (Uruguaiana); em 1947/48, a produção conjunta foi de 157.125 sacos, dos quais 82.124 na C.R.1 e 75.001 na C.R.2; e, finalmente, em 1948/49, a produção total atingiu a 182.913 sacos, sendo 74.299, em Osório, e 108.614, em Uruguaiana.

Em vista do sucesso evidente do empreendimento, continua o Instituto a envidar esforços no sentido de melhor aparelhar as instalações e serviços das colônias, assim como as condições de permanência dos plantadores e seus auxiliares. Entre os melhoramentos introduzidos em 1949, registrou-se a instalação de um cinema em cada um dos estabelecimentos, providos de aparelhos sonoros iguais aos usados nas cidades, onde são projetados, não só filmes recreativos, mas também — e gratuitamente — películas educacionais e instrutivas.

Sob o ponto de vista técnico, procura o Instituto incentivar a policultura em suas colônias. Nesse objetivo, vem sendo cultivado o trigo, tanto em Osório, como em Uruguaiana, e vêm sendo promovidos ensaios de adubação e de variedades com esse precioso cereal.

A questão educacional tem merecido cuidado especial do Instituto, que mantém, sob a direção da Secretaria da Educação, um Grupo Escolar em cada uma das colônias. Também foi criado um serviço de assistência social, entregue a professoras com curso de especialização. A ação destas moças, visitando famílias e organizando aulas de costura para meninas, tem sido extremamente benéfica e melhorado sensivelmente o ambiente social da população estabelecida nas colônias.

É essa nova experiência que já se desenvolve há cinco anos, indicando-nos, à vista do seu pleno êxito, que outros núcleos de colonização, em idênticas condições, devem ser organizados.

INSTITUTO SUL RIO-GRANDENSE DE CARNES

O Ministério da Agricultura, considerando a necessidade de disciplinar todas as atividades dos estabelecimentos que manipulam, claboram ou industrializam carnes e produtos derivados, aprovou o Plano de Abastecimento de Carnes para 1949, outorgando à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul a incumbência de adotar as medidas necessárias à sua execução no Estado.

A Secretaria da Agricultura, cumprindo a portaria ministerial, depois de proceder a estudos preliminares e manter entendimentos com os industriais gaúchos resolveu: a) — fixar, de acôrdo com as necessidades do país, as cotas de matanças de gado bovino para a produção de charque nos matadouros frigoríficos e nas charqueadas; b) — fixar cotas de matança, industrialização e frigorificação, tanto para o mercado interno com o internacional; c) — fixar cotas de carne frigorificada para o abastecimento do Distrito Federal; d) — reservar, ainda, a cota de matança indispensável ao suprimento normal de carne verde às populações citadinas do Estado.

O Rio Grande do Sul cumpriu, rigorosamente, as instruções emanadas da Secretaria da Agricultura e a safra foi encerrada com um abate global de 750.000 rêses, com a seguinte distribuição:

Gado abatido pelas empresas frigoríficas para "frio e conservas" — Rêses	213.602
Gado abatido para elaboração de "charque" — Rêses	216.103
Gado abatido para "consumo de carne verde" — número aproximado — Rêses	320.295
Total da matança — Rêses	750.000

Dêsse planejamento, que levou em consideração as reais necessidades da nossa economia rural, colheu esta resultados compensadores, ficando asseguradas as condições da sua vitalidade.

O Departamento da Carne Verde, criado pela Lei n.º 71, de 29 de novembro de 1947, tem concorrido, eficientemente, para a solução do palpitante problema do abastecimento de carne verde às populações citadinas.

A Lei n.º 71, desde a sua promulgação, tem dado motivos a controvérsias. Produtores e consumidores, a quem ela visa harmonizar e defender — pela incompreensão de uns e pela ação calculada de elementos interessados em sua revogação — manifestaram-se contrários à sua vigência.

Finalmente, a opinião pública foi aquietada com o pronunciamento desta Egrégia Assembléia que, por consagradora e expressiva maioria, votou contra o projeto em que se pedia a sua revogação.

"Mas o que se pode afirmar, indiscutivelmente — diz o ilustre Deputado José Diogo Brochado da Rocha, com tãda a autoridade de presidente do Poder Legislativo — é que a experiência de dois anos de aplicação da Lei 71 mostra que ela foi útil, que o mecanismo que a engenhou, para conter artificialmente

Plano de
Abastecimen-
to de Carnes

Departamento
da Carne
Verde

a marcha do preço da carne, era realmente eficiente e foi indiscutivelmente benéfico ao povo rio-grandense".

**Construção
do Frigorí-
co-Charquea-
da de Tupan-
ciretã**

O orçamento da autarquia consigna a parcela de Cr\$ 2.132.500,00 apenas para a continuação das obras do Frigorífico-Charqueada de Tupanciretã.

Essa vultosa obra, no pé em que está, não deve e nem pode paralisar, sob pena de enormes prejuízos. Para que prossiga sem interrupções, porém, faz-se mister a realização de um empréstimo especial que, oportunamente, será proposto.

**Charqueadas
de Livramen-
to e Dom Pe-
drito**

O Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes é proprietário de dois estabelecimentos saladeris nas cidades de Livramento e D. Pedrito, ambos arrendados à Cooperativa Santanense de Carnes e Derivados Ltda., e à Cooperativa Pedritense de Carnes Ltda., com sedes, respectivamente, naqueles municípios.

Após entendimentos havidos entre a direção da autarquia e os órgãos de administração daquelas sociedades, e, na forma do disposto no artigo 9.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto estadual n.º 7.918, de 18 de agosto de 1939, foi ajustada a cessão, por venda, daqueles imóveis às mesmas Cooperativas.

Cumpridas as exigências legais e em virtude das Leis estaduais n.º 718, de 4 de novembro e n.º 882, de 26 de dezembro de 1949, está o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes autorizado a vender, às promitentes compradoras, as charqueadas referidas.

**Conta
Patrimonial**

De conformidade com o balanço encerrado em 30 de junho de 1949, eleva-se o valor patrimonial do Instituto a Cr\$ 46.775.878,40, apresentando um aumento de Cr\$ 4.010.558,40 sobre o balanço do exercício anterior.

INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO VINHO

A receita total do Instituto do Vinho, no exercício de 1949, atingiu a Cr\$ 4.150.004,12, assim classificada:

Receita

Receita Ordinária

Receita Tributária	Cr\$ 3.911.704,72
Receita Patrimonial	Cr\$ 50.673,30

Receita Extraordinária

Diversos	Cr\$ 164.708,10
Para Aplicação Especial	Cr\$ 22.920,00

Nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 6.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-lei n. 166, de 22 de agosto de 1944, é incorporado à receita o saldo do exercício anterior, no valor de Cr\$ 560.156,48, que a eleva, assim, a Cr\$ 4.710.160,60.

A despesa real no exercício atingiu a Cr\$ 2.797.314,65. Ao "Fundo de Defesa Econômica da Produção" foi levada uma dotação orçamentária no valor de Cr\$ 935.200,00, além de Cr\$ 22.920,00, valor da receita para "Aplicação Especial". Perfaz, portanto, a despesa o total de Cr\$ 3.755.434,65.

Despesa

Apresenta, assim, o exercício um saldo positivo de Cr\$ 954.725,95.

Embora de proporções inferiores à de 1948, a safra de 1949 deveria ter sido, segundo as previsões, superior às necessidades do comércio. Das dificuldades que surgiram para que pudesse ser elevado o preço mínimo da uva sobre o que vigorara no ano anterior.

Safra de
1949

Indubitavelmente, a regularização do comércio do vinho, determinada pela Portaria n. 297, de 30 de julho de 1949, da Secretaria da Agricultura, foi a causa principal daquele benefício proporcionado à colônia.

Contra a aludida Portaria foi requerido um mandado de segurança, pela Sociedade Brasileira de Vinhos Ltda., desta praça, o qual foi denegado pela Corte de Apelação.

Graças à regularização do comércio, conseguida com a providência a que me referi, o vinho manteve-se no Estado, em preço estável e compensador, tanto para a colônia como para os exportadores.

Tendo-se verificado que, em vista da escassa produção das fábricas nacionais e as dificuldades de importação do estrangeiro, o sulfato de cobre estava um tanto escasso na época de início de sua aplicação, constatou-se logo que o preço desse produto sofreria um regular aumento.

Fornecimento
de sulfato de
cobre

Com o objetivo de impedir tal fato, o Instituto encomendou e recebeu da Inglaterra 125 toneladas do referido artigo.

Foi, porém, o Instituto grandemente favorecido na compra do sulfato, por

isso que, além de ter obtido uma cotação inferior à comum no momento, o embarque do produto ocorreu dez ou quinze dias antes que se verificasse a queda de valor da libra esterlina, moeda em que o mesmo era pagável.

O preço de custo, previsto em cerca de Cr\$ 220,00 e Cr\$ 225,00 o saco, ficou reduzido a menos de Cr\$ 170,00, que era o preço corrente no mercado.

Mas surgia uma outra dificuldade, por isso que as firmas comerciais e as cooperativas que não se tinham beneficiado da desvalorização da libra esterlina, — por terem recebido o produto antes que ela se verificasse, — comparavam um preço de custo muito mais elevado. Si o Instituto fornecesse o seu produto à colônia, ao preço de custo, viria causar sérios prejuízos às cooperativas, aos industriais e aos próprios colonos cooperativados.

Entendeu a autarquia que a medida mais acertada seria a de manter o preço pouco superior ao de custo dos concorrentes: não sofreria, por essa forma aumento e não haveria prejuízo para os industriais e para as cooperativas considerando-se, principalmente, que o prejuízo dessas repercutiria diretamente nos colonos.

Por essa forma, teve o Instituto um lucro de Cr\$ 106.770,70, incluído na Receita Geral.

Entretanto, à sua direção pareceu que seria mais lógico e mais justo que tal lucro fosse levado diretamente ao "Fundo de Defesa Econômica da Produção", criado com o objetivo de amparar os viticultores, quando prejudicados por fenômenos climáticos.

Não era possível, porém, pedir a esta Colenda Assembléia autorização para transferir aquêle montante ao referido Fundo, por isso que já estavam encerrados os seus trabalhos, na época em foi ultimado o balanço da autarquia.

Essa autorização, entretanto, será solicitada na sessão legislativa que hoje se inicia.

Fornecimento de açúcar para vinificação

A exemplo dos anos anteriores, também em 1949 o Instituto forneceu, a preço de custo, o açúcar para a vinificação.

Graças às boas condições conseguidas para a compra, o produto foi fornecido à colônia, ao preço de Cr\$ 168,00 o saco, quando o comércio o vendia a Cr\$ 190,00 e até a Cr\$ 200,00, na mesma época.

A quantidade fornecida pelo Instituto aos vinificadores atingiu a 15.000 sacos.

Distribuição de enxertos

Na medida do possível, procurou o Instituto do Vinho atender ao pedido dos pequenos viticultores, adquirindo das Estações Experimentais de Caxias do Sul e Bento Gonçalves e de viveiristas particulares idôneos todas as mudas disponíveis, das variedades mais aconselháveis, que foram distribuídas gratuitamente.

Conseguiu, assim, passar, às mãos dos viticultores, em 1949, um total de 100.246 enxertos, provavelmente a maior quantidade distribuída, em um ano, até agora. Foi isto possível em virtude dos contratos realizados com viveiristas particulares, que garantiram um fornecimento satisfatório.

Contrato com viveiristas

Com o intuito de garantir maior distribuição de enxertos de videiras, foram feitos contratos com diversos viveiristas, no último exercício, para o fornecimento de mudas em 1950.

A quantidade de mudas constantes desses contratos aproxima-se de 100.000 enxertos, de várias castas que, somadas aos que poderiam ser normalmente conseguidos em outras fontes, alcançariam a um total bem superior ao de 1949, e, possivelmente, suficiente para atender a todos os pedidos.

Em 1949, foram destacados dois agrônomos itinerantes, com função no interior dos municípios viti-vinícolas e encarregados de prestar aos produtores a necessária orientação técnica. Acompanharam eles, em muitos casos, a organização de novos parreirais, com as mudas distribuídas gratuitamente pelo Instituto e colaboraram no combate às pragas das parreiras.

Agrônomos itinerantes

Um dos agrônomos encontra-se sediado em Farroupilha, atendendo também Caxias do Sul e Flores da Cunha e o outro em Bento Gonçalves, abrangendo a sua zona Garibaldi e municípios limítrofes.

Constava, igualmente, dos trabalhos desses técnicos a seleção, nos vários municípios, de grupos de viticultores, que teriam, em caráter de propaganda, seus parreirais adubados gratuitamente pelo Instituto do Vinho.

Esta atividade já foi suspensa em vista da extinção dessa autarquia, decretada por esta Assembléia, na Lei n. 998, de 30 de janeiro último.

Não foi possível aumentar o número de agrônomos itinerantes, por não se encontrarem técnicos interessados, em face da situação precária do Instituto, cuja extinção, de acordo com a Lei referida, é fixada na data de 30 de junho próximo.

Apesar de suspensos os trabalhos experimentais, pelos motivos já conhecidos, efetuou, em 1949, o Instituto do Vinho a verificação dos resultados de experimentos executados em exercícios passados, com as seguintes observações:

Adubações

1) Na quase totalidade das frações adubadas nos vários municípios, foram constatados melhor desenvolvimento vegetativo das videiras e maior resistência às molestias.

2) Embora em condições desfavoráveis, foi observado um aumento de produção, que chegou a atingir 18%, em relação às frações não tratadas.

3) Aumento do teor de açúcar, que foi, no geral, de 2 a 3%, havendo um caso em que esse aumento chegou a 3,3 em comparação com a parte não adubada.

Como nos exercícios anteriores, também em 1949, indenizou o Instituto os viticultores que sofreram prejuízos em seus parreirais.

Embora tenha corrido o ano de 1948 em condições praticamente normais, o total das indenizações pagas em diversos municípios foi de Cr\$ 349.303,00.

Indenização de prejuízos provocados por fenômenos climáticos

No ano passado, verificou-se a formação de geadas extemporâneas prejudiciais, nos meses de setembro e novembro, as quais ocasionaram sensíveis estragos.

Geadas primaveris

Para fins de avaliação de prejuízos e indenização, foram vistoriados, em 1949, viticultores em número de 580, calculando-se, porém, o total de flagelados em, aproximadamente, 900, distribuídos pelos municípios de Garibaldi, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Flores da Cunha, Erechim e Gramado.

Nos totais acima, estão incluídos 14 viticultores de Farroupilha e 85 de Erechim, prejudicados por chuvas de granizos.

De conformidade com os dados colhidos até agora, sujeitos naturalmente a alterações, o total de indenizações deve aproximar-se de Cr\$ 1.500.000,00.

Como nos exercícios passados, manteve também, no último, o Instituto, duas bolsas de estudos destinadas a estudantes pobres, matriculados no curso de Agronomia, na Escola de Agronomia e Veterinária, da Universidade do Rio Grande do Sul.

Bolsas de estudos

Durante o ano findo, foram mantidos nesse curso, a expensas do Instituto, 10 alunos, filhos de municípios viti-vinícolas.

Curso de mestría agrícola

**Produção
vinícola**

A produção vinícola da safra de 1949 alcançou a 73.672.150 litros. Dessa quantidade foram espontaneamente conservados pelos interessados, em estado natural ou concentrado no estabelecimento de propriedade do Instituto, mais de 1.500.000 litros.

**Aquisição
de vinho**

Com o objetivo de assegurar à colônia a obtenção do preço mínimo para a sua produção, o Instituto foi obrigado a adquirir, em fins de 1948 e princípios de 1949, vinho da colônia, para o qual os exportadores manifestavam absoluto desinteresse ou pretendiam pagar preços inferiores aos fixados pela autarquia.

Foram adquiridos 18.336 hl de vinho, pagos à vista à colônia, ao preço mínimo fixado.

Dessa quantidade foram destilados 3.090 barris e vendidos a firmas exportadoras os restantes 10.246 hl.

A destilação do vinho trouxe ao Instituto o prejuízo de Cr\$ 433.311,30, mas assegurou ao produtor a obtenção do justo preço que lhe cabia receber.

**Comércio
do vinho**

O comércio do vinho, no ano de 1949, apresentou sensível aumento sobre o do ano anterior.

Enquanto em 1947 atingia a 496.743 hl, elevava-se em 1948 a 555.605 hl e, em 1949, alcançava a 580.149 hl.

O comércio referido desenvolveu-se dentro da maior estabilidade e sem as oscilações de preços tão comuns nesse produto, as quais beneficiavam sempre os exportadores, recaindo os prejuízos invariavelmente sobre os produtores.

Eram os estoques de vinho, em 31 de dezembro de 1949, de 82.472.711 litros.

**Produção e
comércio vi-
nícola de
1937 a 1949**

Os algarismos, a seguir, traduzem a produção e o comércio vinícola rio-grandense, bem como o valor comercializado em vinho, de 1937 a 1949.

**PRODUÇÃO VINÍCOLA
(Em litros)**

1.937	—	50.173.283
1.938	—	48.634.408
1.939	—	70.529.759
1.940	—	55.103.787
1.941	—	19.045.036
1.942	—	78.485.744
1.943	—	42.324.333
1.944	—	53.278.729
1.945	—	70.618.619
1.946	—	65.489.623
1.947	—	36.903.779
1.948	—	86.685.892
1.949	—	73.672.150

COMÉRCIO VINÍCOLA

(Quantidades embarcadas nas zonas de produção)

	Embarrilado (1)	Engarrafado (1)	Total (1)
1.937	41.309.262	3.933.686	45.242.948
1.938	39.381.135	3.926.454	43.307.589
1.939	41.252.054	3.968.722	45.220.776
1.940	42.533.173	4.147.255	46.680.428
1.941	40.574.440	5.468.562	46.043.002
1.942	44.318.036	5.318.990	49.637.026
1.943	41.474.224	5.957.798	47.432.022
1.944	39.260.152	7.357.191	46.617.343
1.945	44.388.410	8.506.552	52.894.962
1.946	49.895.400	9.749.824	59.645.230
1.947	41.894.190	7.680.165	49.574.355
1.948	47.699.987	7.861.849	55.561.836
1.949	48.896.309	9.118.657	58.014.966

VALOR COMERCiado EM VINHO

1.937	Cr\$ 61.417.579,10
1.938	Cr\$ 70.147.634,70
1.939	Cr\$ 67.382.268,20
1.940	Cr\$ 81.029.225,00
1.941	Cr\$ 99.934.753,60
1.942	Cr\$ 105.309.228,00
1.943	Cr\$ 133.804.730,00
1.944	Cr\$ 157.492.416,00
1.945	Cr\$ 177.691.928,70
1.946	Cr\$ 196.829.589,00
1.947	Cr\$ 233.436.904,00
1.948	Cr\$ 250.028.172,00
1.949	Cr\$ 277.471.740,00

Qualquer medida de fomento à viti-vinicultura rio-grandense deve ser orientada no sentido da melhoria da qualidade dos vinhos, para que possam estes concorrer com os similares estrangeiros e se tornarem produtos de consumo corrente. Com os tipos atuais, é restrito o aumento do campo de consumo e pouco adiantará, por isso mesmo, o aumento da produção.

Para a melhoria da qualidade, várias medidas são aconselháveis. Entre estas, podem ser mencionadas as seguintes: maiores facilidades na obtenção de boas mudas adaptáveis; entrega, a preços baixos, de materiais agrários, fungicidas, etc., aos viticultores que plantarem uma determinada área, com mudas nas condições acima e se sujeitarem à orientação técnica; facilidades no emprêgo e na compra de adubos; orientação técnica e assídua; prêmios em máquinas, inseticidas, fungicidas, etc., às melhores e maiores produções; garantia da compra de produção a preços compensadores.

É um programa a ser executado, tendo em vista a maior prosperidade da viti-vinicultura rio-grandense.

**A viti-vini-
cultura rio-
grandense e
suas pers-
pectivas**

OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS

Os serviços administrativos da Secretaria das Obras Públicas se processaram normalmente durante o exercício passado. A deficiência de certas dotações orçamentárias não permitiu dar-lhes todo o desenvolvimento desejado, mas nenhum dos serviços considerados essenciais sofreu redução de continuidade ou redução.

No decorrer do ano, ponderando a imperiosa necessidade da existência de órgãos destinados a organizar, orientar e fomentar o turismo e a planificar e executar as obras aereoviárias no Estado, o Poder Executivo propôs a sua criação a esta Egrégia Assembléia. O Serviço Estadual de Turismo e o Departamento Aereoviário, criados pelas Leis n.ºs 997 e 1.000, de 28 e de 30 de janeiro último, ficam superintendidos pela Secretaria das Obras Públicas e deverão entrar em funcionamento no corrente exercício.

Competem a essa Diretoria os serviços de dragagem e balizamento dos canais de acesso aos portos de Porto Alegre e Pelotas e das respectivas bacias; os de construção desses portos; o balizamento da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, e a superintendência dos Serviços de Transportes entre Emílio Meyer e Torres.

Diretoria de
Viação
Fluvial

A dragagem dos canais interiores é, indiscutivelmente, o mais importante dos encargos dessa Diretoria. A pouca eficiência do respectivo aparelhamento, todavia, não permite garantir o pronto restabelecimento das condições normais desses canais (17 pés de profundidade e 80m de largura), não obstante o empenho em sua melhoria. O assoreamento acumulado durante os anos em que a sua conservação não pôde ser convenientemente atendida, é considerável. A conservação do parque de dragagem, utilizado ao máximo, é caríssima, sendo imprescindível a sua renovação. Somente a aquisição de uma unidade de dragagem moderna e de grande capacidade poderá garantir a normalidade absoluta do desenvolvimento dos serviços. Infelizmente, porém, a situação financeira do Estado não permitiu a inclusão, no orçamento de 1950, de verba para tão necessária aquisição.

O Governo Federal ofereceu, por empréstimo, ao Estado, a draga de sucção "Sandmaster", mas as suas características não a tornam própria para operar em nossos canais, de modo que será utilizada na bacia do Porto do Rio Grande. Espera-se, entretanto, que até fins do corrente ano possa voltar ao serviço a draga AB 13, naufragada em 1947 no canal de acesso àquele porto, e atualmente em reparações. Possui essa draga boa produção, e muito contribuirá para o serviço de limpeza dos canais.

A Lei federal n.º 831, de 23 de setembro de 1949, previu a modalidade do adiantamento, pelo Governo da União, aos concessionários dos portos, de importâncias destinadas à execução dos serviços de dragagem. Foi solicitado àquele Governo que esse adiantamento pudesse ser também empregado, pelo Estado, na aquisição de uma unidade de dragagem, cabendo-lhe, em troca, executar os serviços necessários. O atendimento desta pretensão talvez permita solucionar as dificuldades expostas.

Em 1949 foi dragado o volume de 815.600 m³ nos canais do Setia, da

Faetoria e do São Gonçalo, todos na zona de Pelotas. Nos canais do rio Guaíba, cuja limpeza foi feita no período de dezembro de 1945 a fevereiro de 1948, e que se encontram inteiramente restaurados, não foi necessária nenhuma dragagem, uma vez que se mantiveram em condições favoráveis, com um assoreamento mínimo. A produção dos serviços foi bastante superior à de 1948 (591.510 m³), pois voltaram a operar duas dragas que no ano anterior se encontravam em reparos.

O assoreamento médio anual dos canais interiores é de cerca de 480.000 m³, e em 31 de dezembro de 1948 o assoreamento total estava calculado em cerca de 1.626.000 m³.

Em vista da tendência cada vez maior de se estabelecerem indústrias na zona a montante do Porto de Porto Alegre, devido às facilidades de acesso à mesma, por terra e por água, foi de lóda a conveniência permitir a navegação para o calado de 4 metros, até a foz do rio Caí. A abertura dessa linha de navegação foi efetuada, pela dragagem de 5 canais, em 2 665m de extensão, sendo retirados 115.563 m³ de material.

Por diversas vèzes tem sido solicitado o aumento de profundidade dos canais. Num prazo relativamente curto, será necessário aumentá-lo no mínimo para 6,50m, em face das exigências da navegação. Antes disso, porém, impõe-se restabelecer a profundidade de 5,50m, o que não será possível, todavia, sem a ampliação do parque de dragagem.

O balizamento dos canais consta de 238 sinais. Foi mantido em bom estado, sem que houvessem ocorrido acidentes de maior gravidade.

O levantamento dos canais da zona sul e do rio Guaíba foi continuado, fazendo-se regularmente o controle das suas condições de profundidade.

Embora sem interferência na execução das obras do cais dos Navegantes, executado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, tem a Diretoria acompanhado êsses trabalhos, de tanto interesse para a nossa Capital. Em agosto último foi iniciado o atêrro de parte do cais, entre as ruas Sertório e Ernesto Fontoura, em cerca de 800m de extensão. A muralha do cais já se encontra concluída, salvo em alguns trechos de pequena extensão, que deverão ser terminados no decorrer dêste ano.

Um dos fatores que contribuem para dificultar a pequena navegação nas costas da Lagoa dos Patos é a falta completa de abrigos seguros que possibilitem as manobras de carga e descarga, e sob cuja proteção possam os barcos pequenos garantir-se contra o efeito dos ventos. Essa e outras circunstâncias têm prejudicado o desenvolvimento agrícola de algumas dessas regiões, como as da costa leste, onde as condições do terreno tornam difícil o transporte terrestre. Há muitos anos cogita-se do estabelecimento de postos de refúgio ou abrigo, bem como de carga e descarga nas margens da Lagoa dos Patos, mas o atendimento de outras necessidades mais urgentes e importantes para o Estado tem impedido a realização dêsse objetivo. Em 1949 foi iniciada a construção do primeiro porto-abrigo na costa leste da referida Lagoa, no município de São José do Norte, na zona denominada do "Barguinho".

Conforme expus na Mensagem anterior, foi aceita a proposta da Cia. Construtora Nacional S. A. apresentada em concorrência pública, para a execução das obras do Porto de Pelotas, mas a situação financeira do Estado não permitiu o seu início no decorrer de 1949. Autorizada a abertura do crédito especial de 30 milhões de cruzeiros, pela Lei n.º 876 de 26 de dezembro de 1949, o Governo pretende dar começo a tão necessário empreendimento logo que possa dispor dos recursos necessários.

Serviços de
Transportes
entre Emílio
Meyer e
Tórres

Constituem êsses serviços uma entidade de caráter industrial e comercial, que explora o transporte de mercadorias e passageiros entre Emílio Meyer e Osório, por via férrea, e desta localidade até Tórres, por via lacustre. Cabe-lhe ainda a dragagem e o balizamento das lagoas do Nordeste do Estado,

Durante quase todo o ano perduraram as dificuldades para a navegação ocasionadas pelo baixo nível das águas, e não foi possível realizar nenhuma dragagem para atenuá-las, pois somente em dezembro voltou ao serviço a draga "Garibaldi", em obras desde 1947. Embora tal situação se reflita sobre o tráfego lacustre, deve-se salientar que a diminuição deste é devida, em muito maior escala, à melhoria do sistema rodoviário da região, para o qual tem sido desviada grande parte da carga, a ponto de ter o seu movimento passado de 5.045 toneladas em 1948, para 3.246, apenas, em 1949.

O movimento da via férrea, entretanto, teve um pequeno incremento, aumentando de 5.794 toneladas, em 1948, para 8.259 toneladas, em 1949.

Como nos anos anteriores, a exploração do tráfego foi deficitária, sendo o déficit de cerca de Cr\$ 3.900.000,00.

Possui o Rio Grande do Sul um importantíssimo sistema fluvial, onde circulam cargas procedentes das diversas zonas de produção. Têm os Serviços Hidrográficos procurado resolver os problemas relativos a essas vias de comunicação, através de melhoramentos que visam obter maior profundidade para a navegação.

Até o presente, têm sido objeto de cogitação os trechos inferiores dos cursos d'água que desaguam no rio Guaíba, nos quais estão sendo executados diversos melhoramentos. Procede-se a estudos topohidrográficos e de regime sobre o trecho superior dos mesmos, orientados no sentido de pesquisar, em cada caso, onde devem parar as obras de regularização, para darem lugar às de canalização, mediante barragens, que permitam aproveitar a maior extensão possível do curso dos rios para o transporte da carga.

Foram adquiridos diversos novos aparelhos, que estão sendo instalados, para o estabelecimento da rede hidrológica, necessária ao estudo do regime dos rios. Nos postos em funcionamento têm sido feitas observações sistemáticas, às quais se incorporam os dados fornecidos pela Divisão de Água do Ministério da Agricultura e pelo Instituto Meteorológico Coussirat de Araujo.

Para a pronta transmissão dos dados colhidos nos postos fluviométricos e hidrológicos, facilitando o estabelecimento de um serviço de previsão de cheias, encontram-se funcionando onze estações rádio-telefônicas, devidamente autorizadas, em pontos-chaves do Estado.

Foi continuado o levantamento topográfico dos rios Jacuí, Taquari e Cai, e iniciado o do rio Vacacaí. No primeiro foram levantados 62.268m, estando o serviço totalmente terminado até as proximidades de Rio Pardo. No Vacacaí foram levantados 16.950m. No Taquari efetuaram-se diversos levantamentos esparsos, num total de 7.447m, e no Cai, onde foram levantados 20.134m, atingiu-se a ponte da estrada de rodagem federal, que é o ponto terminal desta fase dos trabalhos.

Na parte relativa à execução de melhoramentos fluviais, não obstante as desfavoráveis condições do material velho e inadequado, conseguiu-se manter um apreciável ritmo de trabalho, evidenciado pelo volume de 115.211 m³ de dragagem e derrocamentos, nos rios Jacuí, Taquari e Cai.

A barragem Rio Branco, no rio Cai, cujo remanso permite a navegação até a cidade desse nome, foi mantida em boas condições.

O material naval foi cuidadosamente atendido, sendo a sua conservação e reparação feitas em estaleiros particulares e no estaleiro que os serviços possuem em Cai. Neste, executaram-se diversas obras, sobressaindo a construção de batelões de ferro, para descarga automática do material dragado, com muito bons resultados em qualidade e economia.

Com os recursos orçamentários de 1949, foi encomendado, mediante concorrência pública, um moderno batelão lameiro e, no orçamento vigente, consignada a dotação de Cr\$ 5.000.000,00 para a aquisição de uma nova unidade de dragagem, com a qual se poderá dar grande incremento aos trabalhos.

O atual panorama do sistema hidroviário do Estado é sumamente anima-

Serviços Hidrográficos e melhoramentos fluviais

dor. Quase em estado natural, apresenta um volume de trocas enormes, que chegou a 1.200.000 toneladas em 1948. Embora sejam modestas as obras aí realizadas, pela falta de meios adequados, já é real a sua influência sobre a melhoria do sistema fluvial. No Taquari, por exemplo, em 1940 foram movimentadas 158.602 toneladas com destino a Porto Alegre, ou daqui providas, e em 1948 esse movimento atingiu a 359.313 toneladas, volume igual ao transportado na Viação Férrea. Esse ramo de transporte está a exigir maior atenção, para que possa exercer a função econômica que lhe compete.

Diretoria de Obras

Os trabalhos dessa Diretoria, à qual estão afetos os encargos da construção e das obras de adaptação e conservação dos prédios pertencentes ao Estado ou utilizados pelos seus serviços, prosseguiram normalmente.

Durante o exercício, estiveram em andamento obras no valor global de Cr\$ 19.593.079,60, sendo Cr\$ 16.210.563,30 relativos a 23 novos serviços de construção, e Cr\$ 3.382.516,30 referentes a 79 diversos trabalhos de conservação e reforma. Desses valores globais, o volume de obra realizado no ano é representado por Cr\$ 6.513.390,80 (Cr\$ 4.000.232,10 de obras novas e Cr\$ 2.513.158,70 de conservação e reforma), sendo o restante correspondente a trabalhos feitos em anos anteriores, ou ainda por concluir.

Dentro das possibilidades orçamentárias, foram atendidos os serviços de conservação e reforma mais insistentemente reclamados pelas diversas repartições. A maior parte desses trabalhos foi realizada em estabelecimentos escolares, devendo ser destacados, pelo vulto, os de ampliação das instalações sanitárias do Ginásio Júlio de Castilhos e os de conservação dos grupos escolares de Bagé, São Borja, Livramento, São Gabriel e da Escola Normal Osvaldo Aranha, de Alegrete.

Foram concluídos os três edifícios seguintes, cujo custo é o indicado:

Fôro de Uruguaiana	Cr\$ 1.105.729,00
Usina Elétrica de Tôres	Cr\$ 595.343,00
G. E. Manoel da Nóbrega, de Getúlio Vargas	Cr\$ 638.636,90

As obras novas que estiveram em andamento compreendem 10 prédios para grupos escolares; o prédio destinado à cozinha central da Sopa Escolar, de Porto Alegre; a construção do prédio do Arquivo Público; as obras do Palácio do Governo; os Foros de Uruguaiana, Lajeado, Dom Pedrito e Cachoeira do Sul; a usina elétrica de Tôres; os pavilhões de educação física das Escolas Normais de Pelotas e Cachoeira, a exortaria de Cachoeira do Sul e as obras do Balneário de Iraí.

Na parte de estudos e projetos, merecem destaque os do Instituto Geológico de Canoas, dos Foros de São Leopoldo, Cachoeira do Sul, Dom Pedrito, Lajeado e São Luiz Gonzaga; do Mercado Público de Uruguaiana; do Auditório a ser construído na cidade de Libres, na República Argentina; da Imprensa Oficial; dos Ginásios de Tupanciretã, Rosário do Sul e São Borja; dos Grupos Escolares de Cacequi, Maquiné (Município de Osório), e Lagoa Vermelha; da Prefeitura de Iraí; de ampliação dos edifícios da Universidade do Rio Grande do Sul e do Aeroporto de São João, de Porto Alegre.

Diretoria de Eletricidade e Forças Hidráulicas

Se à Comissão Estadual de Energia Elétrica compete o planejamento e o projeto das instalações do sistema geral de eletrificação do Estado, cabe à Diretoria de Eletricidade e Forças Hidráulicas o estudo dos problemas peculiares às municipalidades, prestando a estas assistência, projetando, orçando e fiscalizando os trabalhos necessários, a pedido dos interessados, ou, ainda, executando diretamente esses serviços quando, como no caso de Tôres, o Estado toma a si tais encargos.

Foi feito o estudo do potencial hidráulico do rio Toropi e está sendo ela-

borado o projeto de uma usina hidroelétrica nesse rio, para a Prefeitura de São Pedro do Sul. Projetou-se uma usina termoelétrica para a cidade de Lavras. Para ampliação do sistema elétrico de Guaíba estudou-se a interligação da usina Diesel-elétrica municipal com a da Cia. Industrial de Celulose. Idêntico estudo foi feito para a cidade de Taquarí, ligando a respectiva usina com a de uma firma particular. Para a Prefeitura de Passo Fundo fez-se o estudo e o julgamento da concorrência pública, cuja finalidade é a aquisição de um motor Diesel-elétrico de 1.200-1.500 HP. Foram ultimadas a montagem da usina termoelétrica de Tôres e a execução das redes de alta e baixa tensão da cidade.

As instalações elétricas e eletromecânicas do Balneário Oswaldo Cruz, de Iraí, sofreram completa remodelação e ampliação.

Foram projetadas a reforma e a ampliação das redes elétricas de Bento Gonçalves e Rio Pardo, e a nova rede de distribuição da vila de Arambaré, 2.º distrito de Camaquã, e de Santa Cruz, Farrapilha, Sarandí, Arroio do Meio, Venâncio Aires e Candelária.

Outros encargos da Diretoria, aparentemente modestos, mas que representam um vulto apreciável de serviço, são os de projetar, executar e inspecionar as instalações elétricas e eletro-mecânicas dos prédios onde funcionam as repartições estaduais, e o de colaborar com os demais órgãos da Secretaria, nos assuntos de sua especialidade. Durante o ano foram elaborados os projetos e orçamentos de 28 instalações, além de sete estudos diversos, principalmente para os prédios que estão sendo projetados e construídos pela Diretoria de Obras, e para as hidráulicas construídas pela de Saneamento e Urbanismo.

Os serviços a cargo dessa Diretoria abrangem a conservação da barra e do porto do Rio Grande, e do respectiva aparelhamento, o balizamento cego e luminoso da região marítima, a captação de água para o abastecimento do porto e a execução das obras novas. A Diretoria ainda tem a seu cargo a pedreira do Capão do Leão, de onde é extraída a pedra necessária aos seus serviços.

**Diretoria de
Obras do Por-
to e Barra do
Rio Grande**

Os canais da barra, cuja situação é verificada por meio de levantamentos anuais, mantiveram-se nas mesmas condições dos anos anteriores.

Os trabalhos efetuados na barra consistiram na consolidação e reparação dos dois molhes e das linhas férreas de acesso aos mesmos, necessárias ao transporte do material a ser aí empregado, na conservação das margens do canal do Norte e na fixação das dunas. No molhe de Leste foi continuada a construção da laje de concreto da plataforma, para melhor protegê-lo contra o embate das águas. Foram executados 2.054 m² de plataforma, com 403,35m de comprimento, e 0,50 de espessura média da laje.

Para fixação das dunas, foram plantadas 105.915 mudas de varas de cedro.

Todo o balizamento foi mantido em boas condições de funcionamento.

Os serviços de dragagem alcançaram um volume de 662.830 m³ nos diversos trabalhos realizados. Daquêlo, 538.560 m³ cabem aos trabalhos efetuados na bacia do novo porto, com o que muito melhoraram as suas condições, sendo o assoreamento anual superado em 308.750 m³. Em toda a extensão do cais desse porto, encontra-se limpa uma faixa de 120m de largura e 9m de profundidade. No canal de acesso foram dragados 122.320 m³, com a abertura de um trecho de 60m de profundidade, e no cais de saneamento, escavados 2.000 m³. Grande parte do material retirado foi usada como atêrro.

A bacia do porto velho continuou em boas condições, sem necessidade de qualquer dragagem.

No cais de saneamento foram executados mais 60,27 m de laje, sendo continuada a construção do edifício para a administração do mesmo. Também prosseguiram as obras de ampliação do Entrepôsto-Frigorífico e de um armazem de 2.ª linha.

Os serviços de conservação do porto foram devidamente atendidos. As

oficinas trabalharam na conservação do material naval e ferroviário, tanto do tráfego da pedreira e dos molhes da barra, como do tráfego do pórtico e das respectivas linhas férreas.

Da pedreira do Capão do Leão foram extraídas 16.480 toneladas de pedra de diversos tipos, das quais 3.678 se destinaram a terceiros, cabendo boa parte à Viação Férrea, para reconstrução da ponte ferroviária do rio São Gonçalo, acidentada no decorrer do ano.

**Directoria de
Saneamento e
Urbanismo**

Tem essa Directoria a seu cargo os trabalhos do Plano de Saneamento do Estado, através da execução dos levantamentos topográfico e cadastral das cidades, da elaboração dos seus pré-planos de urbanização, dos projetos de abastecimento d'água e dos serviços de esgoto cloacal, da execução das obras projetadas e da exploração e manutenção desses serviços nas cidades onde os mesmos estão entregues à administração do Estado. Cabe-lhe ainda prestar assistência às Prefeituras do interior, quando solicitada, nos assuntos relacionados com as suas atividades.

Como é do conhecimento desta Egrégia Assembléia, o Plano de Saneamento está sendo executado com os recursos do crédito especial de 120 milhões de cruzeiros, aberto pelo Decreto-lei n.º 859, de 2 de agosto de 1943. Tais recursos, entretanto, ficaram inteiramente comprometidos com a execução das obras de abastecimento d'água em Taquara, Tramandaí, Tapes, Camaquã, Montenegro, Santa Cruz do Sul, São Borja, Vacaria, Passo Fundo, Bento Gonçalves, Arroio Grande, Canoas, Novo Hamburgo e Errechim, e das de esgoto sanitário em Passo Fundo e Santa Cruz; com a execução de levantamentos topográficos, elaboração de planos de urbanização e de projetos de abastecimento d'água e de serviços de esgoto e, finalmente, com a aquisição, em grande escala, de canalização destinada às obras a serem realizadas, o que trouxe grande economia ao Estado, pois os preços desses materiais, como o de quase todos os outros, continuam em franca ascensão.

Em números redondos, a aplicação do crédito especial de 120 milhões é a seguinte:

Execução das obras mencionadas	Cr\$ 87.000.000,00
Execução de levantamentos topográficos e elaboração de projetos	Cr\$ 13.000.000,00
Aquisição de canalização para as obras subseqüentes	Cr\$ 20.000.000,00

A insuficiência desse crédito para a realização integral do Plano de Saneamento, tal como fôra inicialmente previsto, já foi frisada na anterior Mensagem, a qual dizia:

"Deve ser salientada, contudo, a insuficiência do crédito especial destinado ao Plano de Saneamento, para a sua realização integral. Quando, em fins de 1943, foi êle organizado, fez-se a previsão da despesa levando em conta os preços do material e da mão de obra então vigóntes. À medida, porém, que foram sendo elaborados os projetos e os respectivos orçamentos, constatou-se apreciável diferença entre a estimativa primitiva e os valores orçados. Não é de estranhar essa discrepância, porquanto, de 1943 para cá, tem sido contínua a elevação dos preços do material e da mão de obra, sendo assim perfeitamente compreensível não se poder executar hoje o plano total com os recursos então pedidos. Em média, o custo do material e o da mão de obra representam 2,3 e 3,5 vezes, respectivamente, os valores correspondentes a 1943. Constituíndo êsses elementos 70% e 30% do total das obras, ter-se-ia para o plano inicial:

Material	0,70 × 120 = 84 milhões
Mão de obra	0,30 × 120 = 36 milhões
e, para as condições reais de execução das obras:	
Material	84 × 2,5 = 193,2
Mão de obra	36 × 3,5 = 126
	<u>319,2 milhões</u>

Vê-se, assim, que serão necessários mais 200 milhões de cruzeiros para a execução total do Plano de Saneamento. Sem a concessão de novos recursos, não será possível continuar com o ritmo até agora imprimido às obras, dentro do qual, em três anos, foram ou estão sendo construídos 14 novos serviços de abastecimento d'água".

Por estas razões não pôde ser iniciada nenhuma nova construção, embora não tenha sofrido interrupção a execução de levantamentos e a elaboração de projetos.

A Lei n.º 902, de 27 de Dezembro de 1949, autorizou a abertura do crédito especial de 20 milhões de cruzeiros para o prosseguimento do Plano de Saneamento. Tão depressa disponha o Governo desses recursos, deverá ser iniciada a construção das obras de abastecimento d'água de Carasinho, Rio Pardo, Ijuí e Quarai.

Em 1949 foram concluídos ou estiveram em execução os levantamentos topográfico e cadastral de dezoito cidades, com uma área de 3.500 hectares. As cidades em questão foram Vacaria, Tupanciretã, São Pedro do Sul, São Francisco de Paula, Montenegro, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Taquara, Canela, Santo Antônio, Gravataí, Marcelino Ramos, São Gabriel, Rosário do Sul, Santa Rosa, Bento Gonçalves, Canoas e Cacequi e, com elas, sobe a 75 o número das localidades levantadas pela Diretoria desde 1946, quando foram iniciados os serviços do Plano.

Ficaram concluídos os expedientes urbanos, destinados à obtenção de dados estatísticos para a elaboração dos pré-planos de urbanização das cidades de São Pedro do Sul, São Francisco de Paula, Santa Cruz do Sul, Cacequi e Encruzilhada do Sul. Encontra-se em andamento o de Canoas.

Foram terminados os pré-planos diretores de Jaguarí, São José do Norte, Rio Pardo, Flores da Cunha, Candelária e Encruzilhada e está em vias de conclusão o de Ijuí. Os de Viamão e Novo Hamburgo foram objeto de novo estudo, de acôrdo com sugestões apresentadas pelas respectivas Prefeituras, a quem cabe aprovar ou sugerir modificações nos trabalhos elaborados pela Secretaria. Até o presente foram ou estão sendo elaborados planos diretores para 36 cidades.

Nas atividades de colaboração com as Prefeituras, estão sendo fiscalizados os serviços de pavimentação de D. Pedrito, Guaporé e Erechim, e receberam assistência, em diversos assuntos, as Prefeituras de Canela, Iraí, Uruguiana, Pinheiro Machado, Piratini, São Francisco de Paula, Canoas, Candelária, Carasinho e São Luiz Gonzaga.

Foram elaborados os projetos de abastecimento d'água de mais cinco cidades, a saber: Candelária, orçado em Cr\$ 2.480.000,00, Piratini (Cr\$ 1.885.000,00), Pinheiro Machado (Cr\$ 3.810.000,00), São Luiz Gonzaga (Cr\$... 6.380.000,00), e Ijuí (parte de captação e tratamento: Cr\$ 8.050.000,00). Encontram-se em elaboração mais cinco projetos: para São Francisco de Paula, Cai, Encruzilhada, Santiago e São Lourenço do Sul, além do da rede de distribuição de Canoas e da estação de tratamento de esgoto de Santa Cruz do Sul.

Mantém a Diretoria dois laboratórios especializados, um para água e outro para esgoto. Ambos, além dos trabalhos de pesquisa e de estudos que realizam, acompanham sistematicamente a condução do tratamento de água e esgoto nas diversas cidades, assegurando o bom funcionamento das respectivas instalações.

Relativamente à execução de obras de saneamento, foram terminadas as de abastecimento d'água de Santa Cruz do Sul, Montenegro, Tapes, Camaquã e São Borja. As de Passo Fundo e Vacaria ficaram dependendo de diversos serviços de acabamento. Para o corrente ano está prevista a conclusão das hidráulicas de Bento Gonçalves, Erechim e Novo Hamburgo, e para 1951, as de Canoas e Arroio Grande, e os serviços de esgoto de Passo Fundo e Santa Cruz.

O material e mão de obra aplicados na construção, durante o ano de 1949, são representados pela importância de Cr\$ 18.376.487,10.

Até 30 de novembro de 1949 o custo das diversas obras era de Cr\$ 68.574.010,70, incluindo Cr\$ 9.764.262,60 de materiais em depósito nos almoxarifados das mesmas. O estoque de materiais no almoxarifado central atingia a soma de Cr\$ 21.249.060,50.

Estão atualmente entregues à administração do Estado os serviços de água e esgoto de Jaguarão, D. Pedrito, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Uruguaiana e Cruz Alta, e os de água de Júlio de Castilhos, Itaqui, São Gabriel, Rosário do Sul, Taquara e Tramandaí, que estiveram em pleno funcionamento, assim como os de água de Tapes, Camaquã, Montenegro, Santa Cruz do Sul e São Borja, concluídos em fins do ano passado, os quais somente no corrente ano entrarão em serviço regular.

Dos serviços citados, os oito primeiros foram realizados pelas Prefeituras, com a fiscalização do Estado e posteriormente a êste transferidos por solicitação das mesmas. Mais recentemente, pela Lei n.º 910, de 27 de dezembro de 1949, foi o Estado autorizado a assumir os serviços de água e esgoto de Alegrete, não se tendo ainda efetivado essa medida.

E' atualmente de 17 o número dos serviços de saneamento explorados pelo Estado, os quais, no corrente ano, passarão provavelmente a 23 com a encampação dos de Alegrete, e a conclusão das obras de Passo Fundo, Vacaria, Bento Gonçalves, Erechim e Novo Hamburgo. Todos êsses serviços estão funcionando normalmente, entregando-se ao consumo uma água que satisfaz às mais rigorosas exigências de potabilidade.

Encontra-se concluído o refôrgo do abastecimento d'água de Santa Maria, substituindo-se a antiga linha adutora de 350mm de diâmetro por outra de 450mm, com o que ficou duplicada a capacidade de adução.

Em diversas cidades estão os serviços necessitando de ampliações, entre os quais os da rede de esgoto de Uruguaiana e de abastecimento de água de D. Pedrito, Cachoeira do Sul, Jaguarão e Tramandaí.

Serviços de execução de obras aero- viárias

Em fins de 1948 foi submetido ao Poder Legislativo um projeto de lei criando um órgão encarregado da construção e conservação dos campos de pouso do Estado, das respectivas instalações e das vias de acesso aos mesmos. Julgou mais acertado, porém esta Egrégia Assembléia, na ocasião, autorizar unicamente, pela Lei n.º 481, de 20 de dezembro de 1948, a abertura de um crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00, para a execução daquelas obras. Com êsses recursos realizou-se uma série de serviços, de resultados plenamente satisfatórios.

Tratando-se de um novo ramo de atividade da Secretaria das Obras Públicas, entendeu-se de toda conveniência estabelecer um Conselho de caráter consultivo que, sem função oficial, auxiliasse a elaboração do programa dos trabalhos a realizar, por isso que, estando os serviços em questão diretamente relacionados a interesses estranhos ao organismo do Estado -- tais como as companhias de aviação comercial, Aero-Clubes e o Ministério da Aeronáutica -- a êstes se deveria proporcionar ocasião de participarem do respectivo planejamento geral.

Depois de ouvido êsse Conselho, foi organizado, nesse primeiro ano de atividade, um esboço geral das obras, que será completado à medida que se realizarem os estudos correspondentes. Dentro da ordem de urgência estabelecida, porém, tem-se procurado atender as necessidades mais prementes do setor aeroviário.

Existem no Estado 49 municípios que possuem campos de aviação e 43 que não possuem nenhuma obra dessa natureza. Daqueles, 17 são classificados como aeroportos, isto é, campos servidos por linhas regulares de aviação

comercial, e 32 como aeródromos. Dos 17 aeroportos, 12 foram atendidos no decorrer do ano. Sem essa assistência do Governo, é bem provável que todas as nossas linhas aéreas comerciais, nos períodos de mau tempo, tivessem sofrido redução pelo interdito dos campos. Hoje, felizmente, está garantido o pouso de aviões em todos os aeroportos, embora haja muitos trabalhos por concluir e por fazer.

Dos 32 aeródromos, 10 foram objeto de atenção. Os serviços aí realizados são de vital importância para as linhas de taxi-aéreo, mas ainda há a executar uma série de melhoramentos imprescindíveis.

Estão sendo estudados os campos de Arroio Grande, Piratini e Ijuí, e projetados os de Iraí, Canela e Encruzilhada.

No aeroporto de Pelotas que, em ordem de importância, se encontra em primeiro plano, está sendo executado, em cooperação com o DAER, novo traçado da estrada de acesso. Já se acha concluído o revestimento e a consolidação, com saibro e areia, de 40.000m² de uma das pistas, devendo serem efetuados trabalhos idênticos nas outras pistas. Há ainda a estudar a possibilidade de ampliação da estação de passageiros, que já é pequena para o movimento do aeroporto.

No Rio Grande, está sendo construído um novo aeroporto no continente, em colaboração com a Prefeitura e a VARIG, o qual resolverá, em futuro próximo, as dificuldades que oferece o atual campo da Base Aérea.

No aeroporto de Uruguaiana, que por diversas vezes foi interdito em períodos chuvosos, por não suportar a infra-estrutura das pistas o peso dos aviões, foi terminado o revestimento e consolidação, com cascalho e saibro, de metade de uma das pistas e da totalidade de outra, no que foram consumidos 15.000m³ de material.

Em Alegrete, executou-se o revestimento, com cascalho, da parte central de uma pista e de dois terços de outra, bem como a sua consolidação. Acha-se também em vias de conclusão o melhoramento da estrada de acesso, com cerca de 5 km de comprimento.

O aeroporto de Rosário, o mais novo do Estado, era até pouco considerado como aeródromo. As duas pistas existentes necessitam de alguns reparos para a correção do respectivo perfil, devendo serem encascalhadas para evitar a destruição da grama, o que dificultaria a decolagem dos aviões.

No aeroporto de São Gabriel, efetuaram-se alguns melhoramentos na via de acesso, que ainda necessita de encascalhamento e consolidação para garantir o tráfego no próximo inverno.

Os aeroportos de Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Bagé e Livramento encontram-se em boas condições. Por isto, os melhoramentos necessários aos mesmos foram deixados para ocasião mais oportuna.

Em Santa Maria, foi consertado um trecho da estrada de acesso, devendo ser efetivada a conservação de toda ela. A pista de pouso está em muito boas condições, mas faz-se necessário a construção de uma outra, cujo projeto já está elaborado pela 5.^a Zona Aérea.

Em Cachoeira do Sul, foram feitos alguns melhoramentos indispensáveis, e prolongada uma das pistas de 70m, totalmente em atêrro, com 15.000m³ de movimento de terra.

No campo de pouso de Cruz Alta, pertencente à VARIG, atualmente em muito boas condições, o único serviço executado consistiu na reparação da estrada de acesso, que se encontrava em péssimo estado.

No campo de Santo Ângelo, houve necessidade de combater a vegetação de "barba de bode", o mesmo ocorrendo em Carasinho. Nesta cidade deverá ser estudada a possibilidade da construção de um campo mais próximo, em vista do atual dela distar 20 km.

Em Passo Fundo, foi terminada a construção de uma nova pista, com mais

favoráveis condições de aproximação. Deverá ser reestudada a construção de outra pista, na direção do vento predominante.

No aeroporto de Erechim, executado em cooperação com a VARIG e a Prefeitura, está em vias de conclusão o revestimento com cascalho, e correspondente consolidação, de uma faixa central de 30m de largura, devendo ser encascalhada a área para estacionamento.

Dos serviços realizados nos aeródromos devem ser mencionados os seguintes:

Em D. Pedrito efetuaram-se o melhoramento da estrada de acesso ao campo e a consolidação de 2 km da mesma, com diversas obras de arte. Em Guaporé, já se acha concluída uma pista de 800x40m, e a Prefeitura, com a colaboração da Secretaria, está levando a efeito o alargamento da mesma, sendo porém necessária a construção de uma segunda. Em Montenegro, realizaram-se o estudo e o projeto de um campo, que foi iniciado pelo Aero Clube local, já estando terminada a pista principal. Diversos serviços foram efetuados nos campos de Santa Cruz, Torres e São Leopoldo. Foi projetado um campo para S. Jerônimo, e projetado e construído um campo em Capão da Canoa. Em Mostardas, está sendo tratada a aquisição de terrenos para a construção do campo, que já tem projeto elaborado pela 5.^a Zona Aérea.

Em virtude de sua posição geográfica e estrutura econômica, o Rio Grande do Sul é um Estado que bem cedo recorreu ao sistema de transportes aéreos.

Para atender às imperiosas exigências de sua situação social e territorial, foi, aqui, fundada em 1927, a primeira empresa de transporte aéreo comercial do Brasil: a "VARIG".

Essa empresa, no período de julho de 1948 a junho de 1949, transportou cerca de 97.000 passageiros, 1.195 toneladas de bagagem, 71 de correio e 3.817 de carga.

É preciso referir que o aeroporto desta capital ocupa o 3.^o lugar entre os das demais capitais do Brasil e o 4.^o, depois de Recife, se se levar em conta o movimento de aeronaves estrangeiras nesta última cidade. O movimento registrado em nosso aeroporto, no ano passado, foi de 940 aviões, contando-se somente uma operação, isto é, o pouso ou a decolagem, pois do contrário aquele número deverá ser considerado em dobro.

Representação em congressos técnicos

A Secretaria das Obras Públicas fez-se representar, por elementos do seu corpo técnico, no Congresso Brasileiro de Química, de Recife, no Primeiro Congresso Pan-Americano de Engenharia, do Rio de Janeiro, e na 8.^a Reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas, realizado nesta Capital. A todas essas reuniões foram apresentados trabalhos, versando sobre assuntos relacionados com as atividades da Secretaria, os quais mereceram elogiosas referências.

COMISSÃO ESPECIAL DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO

Problema da
Irrigação

No regime pluviométrico, predominante entre nós, embora as precipitações sejam, às vezes, relativamente abundantes, nota-se uma falha sensível e prejudicial, quanto à sua distribuição, não só durante o ano, como numa mesma estação do ano.

Nos países ou lugares onde a irrigação não é praticada, é necessário que as chuvas ocorram com suficiente quantidade e frequência, a fim de manter um suprimento adequado de humidade no solo, para o desenvolvimento pleno das culturas. Assim, por exemplo, valeria relativamente pouco, se chovessem 900 ou 1.000 milímetros numa estação do ano, e não se produzissem precipitações nas demais. As chuvas, neste caso, embora normais quanto à quantidade, não satisfariam no que diz respeito à sua distribuição, pois não poderiam ser devidamente aproveitadas pelas plantas. Ora, um fenómeno de irregularidade na distribuição das chuvas observa-se, justamente, no Estado, onde é comum o fato de as culturas chamadas do cedo serem prejudicadas grandemente pela seca, verificando-se o contrário para as plantas do tarde. Em outros anos, é o inverso que se dá.

E mal se andaria se se pretendesse avaliar os prejuizos advindos, sómente pelo valor intrinseco das colheitas perdidas. Mais, muito mais do que isso, representa para o Estado, em valor negativo, o desânimo entre os trabalhadores da terra, quando vêem suas culturas ressequidas pela falta do veículo alimentador da planta, que é a água. Não basta, em um clima como o nosso, com distribuição desigual das chuvas caídas, fundar as esperanças na fertilidade das terras, se se esquecer que o problema é, sobretudo, de irrigação, para suprir as deficiências das precipitações meteóricas, sem o que não é possível esperar os grandes resultados da agricultura.

Quem já não viu, muitas vezes, através dos nossos campos, ao lado das lavouras, desfazerem-se parcial ou totalmente as esperanças dos agricultores numa safra remuneradora, por uma seca prolongada, apesar dos seus trabalhos e sacrifícios? Quem já não viu, por outro lado, que as colheitas abundantes correspondem, precisamente, àqueles anos em que a distribuição das precipitações pluvisais é regular e oportuna, durante o ciclo vegetativo das plantas?

Daí a necessidade da organização dum Plano Geral de Irrigação, racional e permanente, com o fim de eliminar ou atenuar os prejuizos que, para a nossa agricultura, representa essa irregularidade das precipitações no ciclo vegetativo da maioria das culturas.

Em todos os países de civilização avançada, pode-se constatar a transformação das terras, em virtude de obras hidroagrárias, em regiões ricas e prósperas. Basta lembrar a Itália, com as suas antigas obras de irrigação no Piemonte e na Lombardia; a França com os seus canais de irrigação do Durançe, de Pierrelalle, de Saint-Martory e outros. Nos Estados Unidos, pode-se admirar a transformação estupenda da Califórnia, Arizona, Colorado, Kansas, Montana, Nebraska, New México, Oregon, Dakota, Washington, etc., cujas riquezas são devidas, especialmente, às grandiosas barragens de irrigação e extensas rêsçes de canais, que cobrem, de há muitos anos, seus vastos territórios,

É de recordar ainda que, há alguns anos, o grande Presidente Franklin Roosevelt teve ensejo de inaugurar, pessoalmente, incorporando-a ao seu Plano de Reerguimento dos Estados Unidos, a famosa Boulder Dam, a maior barragem e a mais potente usina hidrelétrica do mundo. Boulder Dam, cujo volume de alvenaria é maior que o da célebre pirâmide de Keops, no Egito, além de produzir 1 milhão e 500 mil HP, permite, ao mesmo tempo, um suprimento d'água seguro, aos agricultores do Imperial Valley e outras terras, situadas ao sul da Califórnia, ao longo do Rio Colorado, cujas águas foram dominadas e regularizadas, após luta titânica, pela engenharia hidráulica norte-americana.

Esses exemplos devem naturalmente fixar a atenção de todos os responsáveis pelos destinos do Estado, justamente quando, como está agora acontecendo, sofremos os efeitos das estiagens prolongadas dos cursos d'água, decorrentes, igualmente, da incerteza e irregularidade dos fatores ecológicos, com repercussões desvantajosas sobre os rendimentos das nossas colheitas.

Ora, o estudo e a solução definitiva desse problema, de tão profundas consequências econômicas e sociais, por certo, não poderiam ser conseguidos da noite para o dia, nem de um ano para outro, não só pela falta absoluta de elementos básicos idôneos, que servissem de ponto de partida aos engenheiros do Estado, encarregados de tais serviços, como, também, pelo vulto do capital a empregar e as dificuldades técnicas a resolver.

Não basta escolher um local adequado à construção duma grande barragem de irrigação, sob o ponto-de-vista topográfico do terreno. São necessários cuidadosos estudos geotécnicos do solo de fundação no leito dos rios, onde intervêm o engenheiro civil e o geólogo, na procura de soluções adequadas, mediante trabalhos de campo e de laboratório, de acordo com os processos modernos da ciência dos solos. São necessários estudos hidrológicos do regime hidráulico dos cursos d'água, de solo- evaporação, de transpiração e interseção dos vegetais, na determinação das perdas inevitáveis, para o aproveitamento econômico, que se tem em vista, armazenando as águas de inverno, para a sua distribuição em épocas de estiagem. Também se requerem estudos criteriosos de agronomia, para a classificação agrológica das terras da bacia de irrigação, e extensos trabalhos topográficos para a determinação das áreas das bacias hidrográficas e hidráulicas, áreas irrigáveis, traçados dos canais, obras de arte, etc., que devem ser feitos com grande precisão.

É um extenso programa de trabalhos preliminares, sem os quais são impossíveis os estudos, cálculos, projetos e orçamentos fundamentados das obras a realizar.

No programa de grandes obras públicas, em cuja solução acertada achasse o Estado empenhado a fundo, pode-se destacar esse vasto trabalho, efetuado pela Comissão Especial de Obras de Irrigação, criada em 1945, organizando e dirigindo a execução dos estudos e projetos em várias zonas do Estado.

Entre os vários projetos estudados pela Comissão Especial de Obras de Irrigação, os principais são os seguintes:

Reservatório do Iruí — O local da barragem, cujo projeto está terminado, situa-se no arroio Iruí, divisa dos municípios de Rio Pardo e Cachoeira do Sul.

O objetivo principal desse reservatório, como referi na Mensagem passada, é a irrigação de terras nos arroios Iruí, D. Marcos, Tabatinga, Piquiri e Rio Jacuí, numa extensão total de 40 mil hectares, sendo 22 mil no município de Rio Pardo e 18 mil no de Cachoeira do Sul. Além da barragem e aparelhagem de tomada d'água, foi também projetada e locada no campo uma extensa rede de canais de irrigação, que partem de ambas as margens do arroio Iruí e levarão a água através das terras daqueles dois prósperos municípios.

**Condições
atuais dos
projetos mais
importantes
incluídos no
Plano Geral
de Irrigação**

Além de sua função principal, oferece o projeto em referência outras vantagens, que derivam de suas características técnicas: a) a possibilidade de aproveitamento da energia hidráulica dos canais de irrigação para produzir eletricidade; b) a regularização das cheias nas terras a jusante da barragem.

O reservatório do Iruí está compreendido no Plano Salte e será construído e custeado pelo Governo Federal.

Reservatório do Duro — Esta barragem está localizada no arroio Duro, município de Camaquã, numa distância de 6 quilômetros da cidade.

A barragem do Duro, com o seu projeto elaborado, destina-se ao fornecimento d'água para a irrigação de uma parte das férteis planícies, que se estendem ao longo da Lagoa dos Patos, entre o rio Camaquã e Tapes.

Como resultado subsidiário, pode-se mencionar a regularização do arroio Duro, que é sujeito a cheias violentas e prejudiciais.

O reservatório foi projetado para 130 milhões de metros cúbicos, que é o volume d'água que a bacia hidrográfica permite armazenar, conforme os estudos hidrológicos realizados.

De acordo com o projeto elaborado, a barragem do Duro permitirá atender a irrigação, por submersão, de uma área avaliada em 35 mil hectares, sendo uma parte irrigada e duas em descanso. Foi feita uma ampliação no projeto no sentido de aumentar a capacidade do reservatório, planejando-se uma pequena barragem de alvenaria, de derivação dos canais de irrigação, no local junto à ponte, sobre o arroio Duro, na cidade de Camaquã.

Estão sendo ultimados igualmente os estudos de campo indispensáveis, para um projeto completo do saneamento agrícola do Banhado do Colégio. Trata-se da recuperação, para a riqueza agrária do Estado, de um extensa área de terras, aproximadamente 10 mil hectares, atualmente inaproveitadas, devido ao estado de alagamento constante das mesmas, pela falta de escoamento das águas superficiais, em virtude do fraco declive natural do terreno.

Não é necessário mencionar todos os inconvenientes, aliás conhecidos, do excesso de humidade das terras, nas condições do Banhado do Colégio. Basta, apenas, citar que esses terrenos pantanosos, além de insalubres, são impróprios para as culturas, apesar de serem fertilíssimos, uma vez saneados. As plantas que nascem e crescem nesses terrenos e que são características dos mesmos, não têm aproveitamento útil. Para se conseguir o saneamento agrícola da referida região, será necessário a execução de uma série de obras (regularização, limpeza, endicamentos, etc.), destinadas a estabelecer o escoamento livre do leito dos arroios, a fim de que as águas possam atingir os emissários atuais.

Esse projeto, de largo alcance para a nossa economia agrária, será executado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Reservatório de Ibirapuitã — A barragem do Ibirapuitã, enquadrada nas obras de finalidades múltiplas, pois se presta para aproveitamento hidroelétrico e hidroagrícola, virá solucionar o flagelo das cheias violentas, que periodicamente afetam não só as culturas das terras marginais, ao longo do rio, como a própria cidade de Alegrete.

Essa barragem, cujo potencial hidroelétrico é calculado em 8.000 cavalos, terá uma capacidade de cerca de um bilhão de metros cúbicos, podendo irrigar as ricas terras dos vales do Ibirapuitã, Caverá e Ibicuí.

Dado o grande volume d'água represado, muito auxiliará, também, a pecuária nas épocas calamitosas de seca.

Em virtude desses elementos, agora conhecidos, do armazenamento provável, potencial disponível e áreas irrigáveis, pode-se assegurar que a barragem do Ibirapuitã abrirá caminho a novas fontes fabris pela importância que tem a eletricidade no plano da industrialização. Nessas condições será possível, talvez, como foi observado na Mensagem anterior, cogitar-se aí

de indústrias agro-pecuárias, como, por exemplo, industrialização da lá, fábrica de adubos, laticínios, etc.

Reservatório da Vacacaí — Devendo a estrada federal Guaíba-Uruguaiana atravessar o rio Vacacaí na cidade de São Gabriel, foi resolvido o estudo das possibilidades e vantagens de ser construída ali uma barragem de irrigação e eletrificação, servindo, ao mesmo tempo, de ponte rodoviária.

Após extensos trabalhos topográficos e geotécnicos locais, foi projetada nas proximidades daquele centro urbano uma grande barragem com a capacidade de 300 milhões de metros cúbicos, de acôrdo com os estudos hidrológicos realizados.

Além desse estudo e projeto, levados a efeito, foi também estudada uma variante do projeto do Vacacaí, na divisa do município de São Gabriel e São Sepé, no local denominado Passo da Rocha, abrangendo os afluentes do Vacacaí, tais como Salso, Mudador, Canas e Cambaí, permitindo, juntamente com as águas de montante daquele rio, armazenar um grande volume de águas de cerca de 700 milhões de metros cúbicos, com uma barragem de 15 metros apenas de altura, podendo irrigar extensas glebas de terras nos municípios de São Sepé, Santa Maria e Cachoeira do Sul.

Reservatório do Divisa — Esse reservatório, incluído no Plano de Irrigação e com projeto elaborado, está localizado, a uns 10 quilômetros a montante da cidade de Rosário do Sul, no Banhado do Chanota, origem do arroio Divisa, afluente do rio Santa Maria, e por onde passará a rodovia federal Guaíba-Uruguaiana.

A capacidade total será de 65 milhões e 600 mil metros cúbicos, e a água assim armazenada, destina-se à irrigação das terras de ambas as margens do Divisa e margem esquerda do rio Santa Maria, pertencentes na sua maioria à Fazenda Nacional do Saicã. O canal principal da margem direita, partindo da barragem, com 15 quilômetros de extensão, irrigará as terras do Banhado do Chanota e as da margem direita do Divisa, até os arredores da cidade de Rosário do Sul, num total de 1.800 hectares, no regime de 1/3 em irrigação submersa e 2/3 em descanso.

O canal da margem esquerda irrigará também terras do banhado referido, entrando, após, em terras da Fazenda Nacional do Saicã, até a estação de São Simão, num total de 11.866 hectares.

O comprimento da barragem será de 1.520 metros, a sua altura máxima de 12,30 metros, a largura no coroamento, de 11 metros e a largura máxima na base, igual a 82,35 metros.

Trata-se evidentemente dum empreendimento de real alcance, porque irá possibilitar maior desenvolvimento agrícola, mediante irrigação fácil duma grande extensão de novas glebas, por gravidade, eliminando, ao mesmo tempo, os onerosos recalques duplos, e até triplos, por meio de bombas, a que são forçados muito arroseiros, para as áreas atualmente cultivadas. Ademais, grande parte dos agricultores, explorando terras da Fazenda Nacional, estão obrigados, por dispositivos de contrato, a construírem açudes dispendiosos, para irrigação das lavouras mais altas da costa do rio Santa Maria. Sucede, porém, verificarem os arroseiros dessa zona, agora, que o projetado canal principal da margem esquerda, partindo da barragem, dominará todas as terras visadas pelos referidos açudes a serem construídos por eles, dentro do prazo de um ano. Também é interessante notar a circunstância de estarem muitos arroseiros dessas zonas, no momento atual, lutando com grande dificuldade na obtenção, não só da água, como da própria lenha, para mover os seus locomóveis, achando-se alguns na iminência de terem que adquirir novas máquinas a óleo crú, para poderem continuar, destemidamente, na batalha da produção.

Naturalmente, isso é uma face do problema, que diz respeito apenas a alguns interesses econômicos locais imediatos. Encarando a questão, porém, de um modo mais amplo, baseados nos exemplos citados anteriormente, podemos considerar as obras de irrigação racional da barragem do Divisa — e as

demais do Plano Geral de Irrigação — em função do povoamento e da riqueza, constituindo um problema de vasto alcance, sob o ponto-de-vista político, demográfico e econômico-social.

Por estas razões, interessado no aumento da população rural, promoveu o Estado, pela primeira vez entre nós, um largo programa de estudos, planejamento e projetos de obras hidroagrícolas, no sentido de propiciar à nossa agricultura os benefícios da irrigação. O programa de realizações, nesse sentido, é vasto e os recursos financeiros exigidos são consideráveis, bem o sabemos, mas tudo há de resolver-se com a tenacidade e o patriotismo que se requerem dos homens de responsabilidade pelos destinos do Estado.

Cumprido, entretanto, desde logo, assinalar que as referidas obras permitem que o poder público seja reembolsado das despesas efetuadas, mediante o pagamento, por parte dos usuários, de uma módica taxa fixa por hectare de terra irrigada ou por metro cúbico de água distribuída. Não se deve esquecer que esse programa de realização de obras hidroagrícolas, no sentido de determinar o aumento e bem-estar da população rural, torna-se indispensável para enriquecermos, e não para ser executado quando sejamos ricos.

Nessas condições, com os estudos e projetos realizados, será possível o início, no Rio Grande do Sul, de uma nova era de planificação das atividades agrícolas, em bases técnicas, racionalizadas e modernizadas, em que fiquem, ao mesmo tempo, as lavouras a salvo das incertezas climáticas.

**Política
hidráulica**

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A Comissão Estadual de Energia Elétrica trabalhou intensamente durante o exercício de 1949, dando novo impulso ao Plano de Eletrificação, cuja primeira etapa ficará quase concluída no corrente ano.

Projetos — Em 1949, foram elaboradas 1003 plantas, das quais 562 de detalhes construtivos e 441 referentes aos projetos abaixo relacionados:

Ernestina — O projeto desta usina, cuja capacidade total será de 6.000 HP, está completo. Em Ernestina será feita a acumulação de 250.000.000 m³ necessários para a regularização da usina de "Salto Grande", no rio Jacuí.

Salto Grande do rio Jacuí — Foi elaborado o projeto completo para a instalação final de 200.00 HP. Para a determinação da potência final dessa usina, fez-se o estudo hidrológico conjugado de acumulações da mesma e de Ernestina. Este projeto, como o anterior, serviu de base para as concorrências já abertas pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, para a construção das barragens e túnel.

Guarita — Aproveitamento do grupo de 2.500 HP, adquirido da Cia. Agro-Fábrica Mercantil.

Pirapó — Ampliação da usina existente, com a instalação de mais uma unidade de 600 HP, visando o fornecimento de energia ao município de São Luiz e a interconexão com o sistema de Ijuízinho.

Santa Rosa — Aproveitamento da queda do rio Santa Rosa, para a instalação de uma unidade de 2.000 HP. Essa usina reforçará o sistema de Santo Angelo e Ijuí, permitindo, assim, ampliar o fornecimento à Cruz Alta depois de feitas as linhas de interconexão respectivas.

Firatini — Estudo para o aproveitamento das máquinas da antiga usina hidroelétrica de São Francisco de Paula.

Capigui — Ampliação da usina existente para a instalação de mais 5.200 HP, aproveitando a acumulação da barragem do Capigui, construída pelo D. N. O. S., de acordo com o projeto fornecido pelo Estado. Essa usina, interconectada com a de Ernestina e cuja barragem já foi iniciada pelo Governo Federal, permitirá o fornecimento de energia elétrica aos municípios da Sarandi, Carasinho, Soledade, Passo Fundo, Guaporé, Lagoa Vermelha e Getúlio Vargas.

Bugres — Detalhes construtivos da usina dos Bugres, componente do sistema "Santa Cruz-Santa Maria", com a capacidade de 15.000 HP.

Estudos — Foram iniciados os seguintes estudos:

Usina do rio Camaquã — Regularização das descargas, dimensionamento dos vertedouros, estudo do conjunto "Camaquã-Candiota", com a potência total aproximada de 70.000 HP.

Usina do Canastra — Fez-se a determinação da acumulação de água necessária, à jusante da usina dos Bugres, para atender as oscilações de carga da usina do Canastra. Foram realizadas sondagens geológicas em algumas seções, a fim de estudar as fundações da barragem. Essa usina, com a potência de 60.000 HP, já na sua fase inicial, com a metade dessa potência suprirá Porto Alegre e reforçará o sistema da Toca e Passo do Inferno.

Barragem do Blang — Em face dos resultados das sondagens geológicas,

Seção Técnica

foi escolhido o local mais conveniente para a construção dessa barragem. Pelo anteprojeto iniciado, essa obra formará um reservatório de 50 milhões de metros cúbicos, destinado a regularizar melhor as águas para as usinas do sistema "Santa Cruz-Santa Maria".

- Topografia** Foram realizados os levantamentos topográficos de terras a desapropriar (3.586.400 m²), de bacias de acumulação (693.100 m²), de rios, canais, estradas, etc. (116.163 m²) e de linhas de transmissão (1.180.251 m).
- Sondagem** Foram executados serviços de sondagem nos rios Santa Cruz e Santa Maria e em Ernestina e Salto Grande, num. total de 87 furos, representando uma espessura de camada perfurada de 1.278 metros.
- Hidrologia** Continuaram as observações hidrológicas, sendo efetuadas 54 modificações de descarga, instalados 8 postos fluviométricos, 3 pluviométricos e reinstalados 8 destes últimos.
Conta o Estado com uma rede de 312 postos pluviométricos e fluviométricos. Deste total, 74 são financiados pela Comissão e os restantes pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.
- Estatística** No exercício passado, foram atualizados os dados estatísticos referentes às atividades econômicas do Estado. Fez-se um levantamento completo das usinas elétricas, destinadas ao comércio de energia elétrica, e das instaladas em estabelecimentos fabris.
O resultado apurado denuncia que existem, no interior do Estado, 41.283 HP em usinas destinadas ao comércio de energia elétrica e 149.225 HP nas instaladas em estabelecimentos fabris.
Esses dados mostram claramente a crise de energia em que se debate o Estado.
- Tombamento** Prosseguiram os serviços de tombamento patrimonial das empresas concessionárias de serviços de eletricidade, nos diversos municípios, sendo inventariadas as instalações de 19 localidades.
Com os trabalhos desse período, os tombamentos realizados já compreendem 61 municípios rio-grandenses, onde se verificou um investimento total de Cr\$ 65.361.000,00 em usinas e redes elétricas.
- Obras Novas** Prosseguiram os trabalhos das seguintes obras, que estão sendo construídas sob administração da Comissão:
Usina de Emergência — Essa usina, instalada em Porto Alegre, e cuja potência total é de 8.640 HP, foi construída a fim de evitar os contínuos racionamentos, que vinham prejudicando as indústrias sediadas na área de concessão da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense. Oficialmente inaugurada em 1.º de maio de 1949, dessa data até fins do mesmo ano forneceu 5.275.350 kWh. Servirá, ainda, para suplementar, nas estiagens, o fornecimento de energia elétrica a São Leopoldo, Novo Hamburgo, Taquara, Gravataí e Viamão. Após a inauguração da usina do Canastra, os seus motores serão transferidos para os municípios da fronteira.
Conforme manifestação do Centro de Indústria Fabril, as indústrias desta Capital deixaram de sofrer as consequências do racionamento, podendo manter a atividade das fábricas e dar trabalho permanente aos operários.
Usina Diesel de Caxias do Sul — Em vista do aumento de carga em Caxias do Sul, instalou a Comissão, na usina Diesel daquela localidade, mais um grupo Diesel "General Motors" de 720 HP, que entrou em operação em junho de 1949.

Usina de Forquilha — (1.500 HP) — Localizada no rio do mesmo nome, município de Marcelino Ramos, fornecerá energia a Erechim, Marcelino Ramos, Gaurama, Viadutos, Maximiliano de Almeida, Paim Filho e Sananduva. Em 1949 foram concluídas as obras hidráulicas da barragem, canal de adução, chaminé de equilíbrio, conduto forçado e usina. Deu-se início à montagem das sub-estações da usina em Erechim e, nos primeiros meses do corrente ano, será iniciada a montagem da maquinaria. A parte elétrica, procedente dos Estados Unidos, já se encontra no local da obra e a turbina, de procedência suíça, foi embarcada recentemente.

Usina do Ijuizinho — (1.500 HP) — Localizada no rio do mesmo nome, município de Santo Angelo, fornecerá energia elétrica a esse município e a Santa Rosa. Foram construídos, durante o exercício de 1949, 75% da barragem, toda a câmara de carga, o conduto de adução, o conduto forçado e o edifício da usina. Iniciou-se a montagem da maquinaria, já estando na obra todo o material necessário.

Usina do Ivaí — (1.000 HP) — Localizada no rio do mesmo nome, município de Júlio de Castilhos, fornecerá energia elétrica a esse município, a Tupanciretã e às obras do "Salto Grande" do rio Jacuí. Em 1949 foram concluídas as obras hidráulicas, como barragem, canal, 97% da tomada d'água, chaminé de equilíbrio, conduto forçado e 50% do edifício da usina. Deu-se início à montagem da maquinaria, que já está toda no canteiro de serviço.

Usina do Saltinho — (1.200 HP) — Situada no município de Vacaria, fornecerá energia a esse município e aos de Nova Prata, Veranópolis e Antonio Prado. No ano de 1949, foram executados 90% da barragem, 70% do canal de adução e 70% do edifício da usina. A parte elétrica já se encontra no local da instalação e a turbina será embarcada no primeiro trimestre de 1950.

Usina dos Teros — (300 HP) — Localizada no rio do mesmo nome, fornecerá energia ao município de Bom Jesus. As obras hidráulicas, como barragem, tomada d'água, conduto de adução e chaminé de equilíbrio, já estão concluídas. Foi iniciada a montagem da tubulação forçada, prosseguindo a da aparelhagem elétrica e sub-estação. A turbina e gerador já estão montados. Essa usina, como as hidroelétricas anteriormente citadas, deverá entrar em funcionamento no segundo semestre de 1950.

Usina do Pirapó — (600 HP) — Trata-se de uma ampliação da usina já existente, de 400 HP, com a instalação de uma segunda unidade de 600 HP. Essa nova usina, situada no rio Ijuí, município de São Luiz de Gonzaga, reforçará o suprimento da zona servida pela antiga. As obras foram iniciadas em agosto de 1949 e a maquinaria já se encontra em São Luiz. A entrada em operação, dessa usina, está prevista para o fim do corrente ano.

Usina do Guarita — (2.500 HP) — Situada no rio do mesmo nome, atenderá os municípios de Palmeira, Três Passos e Iraí. Essa usina trabalhará interligada com as do Pirapó, Ijuizinho e Santa Rosa. No exercício de 1949, foram concluídos o movimento de terra para a construção da barragem, a tomada d'água, conduto de adução, chaminé de equilíbrio e usina. Foi assinado contrato para exploração de pedreiras, aparelhamento de pedras, abertura do túnel e construção da barragem. Essa usina deverá entrar em funcionamento em princípios de 1951.

Usina dos Bugres — (15.000 HP) — Completará as obras de construção da barragem e túnel do Salto, que estão a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

No vale de Santa Maria, na boca de jusante do túnel, prosseguiu a Comissão com os trabalhos de preparo do leito do conduto de adução, estando 90% dos serviços concluídos. No mesmo período, foram iniciados os serviços de terraplanagem da usina e preparo do leito do conduto forçado. Também foi começada a construção do embasamento da chaminé de equilíbrio.

De acôrdo com o contrato firmado com os fornecedores, as máquinas deve-

rão ser entregues em fins do corrente ano. Pelo andamento dos serviços, pode-se prever o término das obras para princípios de 1951.

Usina de São Jerônimo — (14.000 HP) — Localizada no município de São Jerônimo, possuirá caldeiras apropriadas à queima de carvão nacional. Foram concluídos os serviços de terraplanagem da usina e sub-estação, contratados com a Sociedade Técnica de Obras Ltda. Assinou-se contrato com a firma Cavalcanti Junqueira S. A. e Sgrillo & Leggerini Ltda. para a construção do edifício da usina. O edifício está com toda a parte de concreto armado pronta, tendo já sido iniciados os trabalhos de alvenaria de tijolo.

Essa usina reforçará o sistema dos Bugres e permitirá o fornecimento de energia elétrica aos municípios vizinhos do vale do Taquari, inclusive Santa Cruz.

De acordo com o cronograma da obra, esses trabalhos deverão estar concluídos no corrente ano, época em que será iniciada a montagem das caldeiras e máquinas.

Usinas de Santa Rosa e Capigui — Foi aberta concorrência para a aquisição dos equipamentos para a usina de Santa Rosa, sendo fechados os contratos, no valor de Cr\$ 3.051.980,00, relativos à compra de maquinários para a usina do Capigui.

Despesas — As despesas realizadas com a Seção de Obras Novas, em 1949, foram de Cr\$ 53.021.781,40, assim distribuídos:

Usinas:	Material:	Pessoal:	Total:
Forquilha	4.187.628,40	1.866.633,30	6.054.262,20
Ijuizinho	3.453.935,40	1.311.205,60	4.765.141,00
Ivaf	4.327.757,00	1.711.532,40	6.039.289,40
Pirapó	1.140.386,00	68.015,90	1.208.401,90
Saltinho	2.368.288,60	690.410,80	3.058.699,40
Touros	1.478.097,70	928.216,90	2.406.314,60
Guarita	1.305.247,80	560.509,90	1.865.957,70
São Jerônimo	5.277.961,40	1.303.620,90	6.581.582,30
Bugres	5.702.329,80	1.178.272,20	6.880.702,00
Usina de Emergência	10.201.434,60	612.348,50	10.813.783,10
Usina de Caxias	2.514.501,10	833.146,40	3.347.647,80
TOTAL	41.957.568,10	11.064.213,30	53.021.781,40

Linhas de transmissão

Durante o ano de 1949 foram construídas as seguintes linhas:

Ijuizinho — Santo Angelo,
Santo Angelo — Giruá — Cruzeiro,
Cruzeiro — Santa Rosa,
Ivaf — Julio de Castilhos — Tupanciretã,
Forquilha — Gaurama — Erechim,
Gaurama — Marcelino Ramos,
Forquilha — Marcelino Ramos,
Forquilha — Paim Filho,
Saltinho — Vacaria — Nova Prata — Veranópolis,
Caxias do Sul — Flores da Cunha,
Ramal Novo — Petrópolis,
Touros — Bom Jesus, numa extensão total de 327 kms.

Nesses serviços foram despendidos Cr\$ 8.382.195,20, sendo Cr\$ 6.851.123,00 de material e Cr\$ 1.531.072,20 de mão de obra.

Novos contratos

Foram assinados, no ano de 1949, contratos no valor total de Cr\$ 9.953.335,00, com várias firmas nacionais e estrangeiras, para o fornecimento de materiais e equipamentos destinados à Central de São Jerônimo e às usinas de Guarita, Capigui e Bugres.

Trabalharam nos serviços da Comissão 1.862 pessoas, assim distribuídas: Pessoal para obras, 1.592; Serviços Técnicos e Administrativos, 270.

**Secção de
Pessoal**

Dos Estados Unidos, onde fizeram cursos de aperfeiçoamento, regressaram 7 auxiliares técnicos.

O número de acidentados nas diversas obras foi de 701 para 19.104 operários-ano, ou sejam 3,6%, sendo 2 de morte, 6 de natureza grave e 693 de natureza leve.

Nessa Secção verificou-se o seguinte movimento: 2.418 cartas e officios expedidos; 1.442 telegramas e fonogramas; 5.984 documentos protocolados e 266 processos informados.

Secretaria

O movimento financeiro bruto do ano foi de Cr\$ 194.838.562,80, contra Cr\$ 85.960.532,70 em 1948.

Contabilidade

Foram pagos Cr\$ 96.896.437,80, excluídos os serviços industriais, com uma despesa administrativa geral de Cr\$ 3.125.000,00 ou sejam apenas 3% daquele total. Do mesmo modo, as despesas com pessoal técnico foram limitadas a Cr\$ 4.376.000,00, tudo revelando uma condução econômica de serviços.

Em outubro de 1949, visitou o Estado uma missão econômica do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, com a finalidade de estudar as possibilidades para o financiamento de novas etapas do Plano de Eletrificação. As negociações nêsse sentido estão em pleno andamento.

**Banco Inter-
nacional**

Encampações — Durante o ano de 1949, foi iniciado o suprimento de energia elétrica às cidades de Flores da Cunha e Caí.

**Serviços In-
dustriais**

Os pedidos de encampação cêsses serviços de eletricidade, bem como os de outros municípios que serão atendidos pelas usinas ora em construção, foram encaminhados a esta Colenda Assembléa.

Foram já encampados os serviços de eletricidade em 8 municípios, tendo sido avaliadas as instalações em Cr\$ 13.534.198,20, pelo custo histórico. Esse método permitiu a manutenção das antigas tarifas, apesar de terem sido investidos, posteriormente, em ampliações, mais Cr\$ 29.541.191,20, dos quais Cr\$ 5.040.492,50 em 1949.

Produção — As usinas em que opera a Comissão forneceram energia elétrica aos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Taquara, Canela, São Francisco de Paula, Viamão, Caí, Flores da Cunha e Gravataí. Têm elas atualmente uma potência total instalada de 7.320 kw, dos quais 4.430 em usinas hidroelétricas e 2.890 em usinas Diesel-elétricas, excluída a usina de emergência de Pôrto Alegre.

A produção total, em 1949, foi de 29.573.420 kwh, assim distribuída:

Usina do Passo do Inferno	8.245.300 kwh
Usina do Herval	6.607.760 "
Usina da Têca	7.785.881 "
Usina da Picada 48	1.657.196 "
Usina do Piaí	349.858 "
Diesel de São Leopoldo	1.685.710 "
Diesel de Novo Hamburgo	1.600.713 "
Diesel de Caxias do Sul	1.362.404 "
Usina Térmica Frigorífico	278.600 "
TOTAL	29.573.420 kwh

Da produção verificada, 24.635.992 kwh são de origem hidráulica e, ..., 4.027.427 de origem térmica, que representam, respectivamente, 83,3% e 16,7% do total.

Em relação ao ano de 1948, houve um aumento de produção de 6.593.769 kwh, que corresponde a uma taxa de crescimento de 28,8%.

Distribuição — Em 1949 foram distribuídos 22.466.529 kwh, constatando-se pois uma perda média de 23,3%.

Contam atualmente os serviços industriais com 21.915 clientes, sendo, ... 20.500 de luz e 1.415 de força, com uma carga ligada de 18.452 HP.

O consumo médio do ano, por assinante, atingiu a 1.035 kwh, valor superior aos verificados nos anos de 1948 e 1947, que foram, respectivamente, de 820 e 760 kwh.

Pela contabilidade financeira, a receita dos serviços industriais foi de Cr\$ 12.465.795,10 e a despesa de Cr\$ 12.102.462,90. Pela contabilidade industrial, registra-se, porém, um saldo de Cr\$ 3.143.501,70 para cobertura de juros dos novos capitais e depreciação das instalações.

O custo médio do kwh distribuído, excluídas as taxas de capital e depreciação, foi de Cr\$ 0,370, valor este já inferior à taxa de combustível paga em Porto Alegre.

O custo histórico das instalações dos serviços industriais é de Cr\$ 42.975.138,20, assim discriminados:

Usinas encampadas	Cr\$ 13.433.947,00
Novos investimentos com instalações de geração, transmissão e distribuição de eletricidade	Cr\$ 24.500.698,70
Idem, idem, no ano de 1949	Cr\$ 5.040.492,50
TOTAL	Cr\$ 42.975.138,20

Verifica-se, por esse demonstrativo, que o Estado, além de providenciar na construção de centrais hídro e termoeletricas, para solucionar o problema da falta de energia, já investiu quantia mais de duas vezes superior à paga pelas instalações dos serviços que encampou.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADA DE RODAGEM

Partiu do Rio Grande do Sul, por ocasião do 1.º Congresso Geral de Transportes, realizado em 1935, em Porto Alegre, a advertência dos técnicos brasileiros para a concessão de meios e de autonomia aos órgãos estatais, a fim de ser possível levar a efeito, com decidida eficiência, o revigoramento do nosso sistema vial.

Foi o Rio Grande o primeiro Estado brasileiro a criar um Departamento de Estradas de Rodagem, com autonomia administrativa. Os resultados dessa orientação dispensam maiores comentários, pois o desenvolvimento das linhas de ônibus e do transporte rodoviário de cargas, é o atestado mais eloqüente da tarefa realizada pelo DAER. Em fins de 1949, existiam no Estado cerca de 280 Estações Rodoviárias, 125 linhas de ônibus, 771 ônibus comuns e 25 ônibus "superluxo", e foram transportados durante o ano cerca de treze e meio milhões de passageiros. Hoje, já existem linhas vencendo distâncias de Porto Alegre a Passo Fundo, via Vacaria e Lagoa Vermelha, servidas por ônibus "superluxo", dotados dos mais avançados requisitos do conforto.

Em 27 de dezembro de 1945, foi assinado o Decreto-lei federal n.º 8.463, que determinava a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a criação do Fundo Rodoviário Nacional, dentro do espírito preconizado em 1935, por ocasião da realização do citado Congresso de Transportes.

De 1946 em diante, passou o Brasil a desfrutar de uma sadia e eficiente orientação, no tocante às realizações rodoviárias, tendo como órgão máximo de orientação o Conselho Rodoviário Nacional, a exemplo das organizações rodoviárias dos Estados Unidos, Argentina e outros países.

Antes de haver o Brasil entrado na guerra, a contribuição referente à arrecadação do imposto que recaía sobre os combustíveis líquidos minerais, atingiu no Rio Grande do Sul a cifra de 10 milhões de cruzeiros. Após o Decreto-lei 8.463, observadas as disposições nele contidas e nas Leis complementares n.ºs 22 e 302, promulgadas já no regime constitucional, vem recebendo o Estado uma contribuição cada vez maior e que atingiu em 1949 a cerca de 48 milhões de cruzeiros para o DAER e 12 milhões de cruzeiros para os municípios.

Das quotas que tocam aos Municípios, é o DAER mero depositário e distribuidor, e nessa qualidade vem prestando a êsses a assistência a que está obrigado, seja entregando-lhes, em dinheiro, em caminhões ou em serviços rodoviários executados em estradas municipais, os quinhões que lhes cabem na partilha do Fundo Rodoviário Nacional, seja dispensando-lhes seu concurso técnico na elaboração de projetos de estradas e de obras de arte ou, ainda, sob outras modalidades que as circunstâncias indiquem.

Da mesma forma por que procedem os Municípios em relação ao DAER, assim também êste é obrigado a proceder junto ao Conselho Rodoviário Nacional, a fim de ter direito à percepção da quota que cabe ao Estado. Tais exigências, no tocante ao DAER, implicam em submeter ao Conselho Rodoviário Nacional o balanço financeiro anual devidamente examinado pela Delegação de Controle, bem como apresentar a justificativa das obras realizadas durante o exercício findo e o programa de obras para o exercício seguinte.

O Rio Grande do Sul e a política rodoviária

O mecanismo em questão é praticamente isento de emperramento burocrático e visa estabelecer uma uniformidade de pontos-de-vista e a real aplicação da quota do Fundo em questão, em obras rodoviárias.

Pela nova política rodoviária, já consagrada em todo o Brasil, apesar de autonomia administrativa concedida aos dirigentes dos órgãos rodoviários, estão êles adstritos à orientação superior de um Conselho Rodoviário, constituído de representantes do comércio, indústria, ruralismo, etc., bem como subordinados a uma permanente e efetiva fiscalização da Delegação de Contrôlo, da qual faz parte um membro do egrégio Tribunal de Contas, e ainda pelo próprio Tribunal, ao qual são submetidos, mensalmente, os seus balancetes.

Mantida e prestigiada a já vitoriosa legislação rodoviária, fruto do esforço e persistência de abnegados engenheiros brasileiros, só há motivos para esperar o desenvolvimento sempre crescente e o aperfeiçoamento de nossa rede rodoviária.

5 trabalhos
realizados em
1949

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem contou no exercício de 1949 com uma receita de cerca de 133 milhões de cruzelros, para atender as obras indispensáveis à rede estadual.

Quando se fala em atividades desenvolvidas por um departamento rodoviário, em geral, citam-se os trabalhos de estradas e obras d'arte, sem aludir aos demais serviços que compõem a administração e que são indispensáveis à execução daqueles. Entretanto, merecem referência especial os serviços de assistência mecânica ao parque de máquinas e veículos; os de estudos e projetos; os de assistência aos Municípios; os de contabilização; os de assistência ao pessoal e os afetos à Diretoria de Tráfego, Procuradoria Judicial, Divisão de Serviços Especiais, etc.

No tocante ao cumprimento do programa de obras aprovado pelo Conselho Rodoviário, para o ano de 1949, manteve o DAER suas onze Residências de Conservação em eficiente trabalho, não só na conservação de 6.300 km de estradas, como também na execução de pequenos melhoramentos, reconstruções e construções novas que, pela sua localização ou extensão, foi preferível confiar às aludidas Residências, ao invés de deslocar equipamentos e pessoal dos serviços especializados de terraplenagem, consolidação, pavimentação e obras de arte.

Além da conservação propriamente dita, cujos trabalhos continuarão em 1950, as Residências de Conservação executaram os seguintes serviços:

1.ª Residência — São Leopoldo — Melhoria acentuada da trafegabilidade, devido à consolidação com cascalho e saibro, das estradas Cal-Feliz; Portão-Montenegro; Gravataí-Osório-Imbé; Taquara-Riosinho. Reconstrução de pontes e pontilhões na ER. Guaíba-Tapes-Camaquã. Prosseguimento da construção da ER. Porto Alegre-Viamão-Palmares, próximo a Palmares, serviço êste que deverá prosseguir no corrente exercício.

2.ª Residência — Bento Gonçalves — Melhoria pronunciada das estradas Vacaria-Aparados da Serra-Rocinha, São Francisco de Paula-Cambará e São Francisco de Paula-Salto-Canela. Construção de uma barca para o rio das Antas na estrada Bento Gonçalves-Veranópolis e da ponte sobre o arroio Retiro, entre Veranópolis e Nova Prata, bem como o prosseguimento da reconstrução da ER. Montenegro-Garibaldi.

3.ª Residência — Santa Cruz do Sul — Foram entregues ao tráfego mais algumas variantes na ER. Santa Cruz-Venâncio Aires, melhorando-se também as estradas Encruzilhada-Camaquã e Venâncio Aires-Soledade. No corrente ano, continuarão os serviços de abertura de novas variantes na ER. Santa Cruz-Venâncio Aires.

4.ª Residência — Santa Maria — Foi concluída a variante do Loreto, entre General Vargas e o rio Jaguarí e reconstruído o trecho General Vargas-Cacqui.

Dentro da verba da Residência, foram construídos diversos pavilhões para as suas oficinas.

5.ª Residência — Cruz Alta — Foram grandemente melhoradas as estradas Ijuí-Três Passos e Três Passos-Santa Rosa. Prosseguiram os trabalhos nas variantes entre Blau Nunes e Palmeira, intensificando-se os de consolidação (solo estabilizado) nesse trecho, os quais prosseguirão no ano em curso. Ficou concluída a ER. São Luiz- São Borja, sendo construídos 90 km e consolidados 40 km. Nesta estrada, além da construção de várias obras d'arte menores, reparou-se a ponte sobre o rio Piratini e substituíram-se os viadutos de acesso por super-estruturas metálicas, do tipo Bailey com 78 m de vão total, estando prevista para este ano a construção de vários pontilhões. Foi atacada a construção da ER. Santo Ângelo-Guaramano-Cerro Largo e da ER. Cruz Alta-Panamby, iniciando-se a extração e preparo de pedra para a construção da ponte sobre o rio Buricá. Estas obras, assim como as da ER. Blau Nunes-Ibirubá e da ER. Palmeira-Chapada-Carasinho, deverão prosseguir durante o corrente ano.

6.ª — Residência — Passo Fundo — Conclusão da ponte sobre o rio Ligeiro com um vão total de 120 m., no trecho Paim-Filho-Marcelino Ramos.

7.ª Residência — Pelotas — Foram melhoradas as condições de tráfego das estradas, tendo sido intensificado o ensaibramento da ER. Pelotas-Rio Grande. Foi reconstruída uma ponte próxima a São Lourenço, na ER. Porto Alegre-Pelotas, bem como restaurada a ponte sobre o arroio Chasqueiro, na ER. Pelotas-Jaguarão, e foram construídos três pontilhões na mesma estrada. Iniciou-se a reconstrução da estrada entre Arroio Grande e Herval.

8.ª Residência — Bagé — Prosseguiu a reconstrução da ER. Bagé-Hulha Negra, que atingiu a vila Seival. Ativaram-se os serviços de consolidação das estradas da rede.

9.ª Residência — Alegrete — Foram concluídos os aterros de acesso da ponte sobre o Miracatú, e deu-se início ao trecho Harmonia-Livramento.

10.ª Residência — Cachoeira do Sul — Executaram-se variantes e a consolidação do leito com pedregulho da ER. Cachoeira do Sul-Rio Pardo.

11.ª Residência — Lajeado — Reconstruiu-se a ponte sobre o arroio Santa Cruz, no trecho Montenegro-Taquari, e construíram-se as pontes sobre os arroios Boa Vista, no trecho Estrela-Mussum, e Jacarésinho e Palmas, no trecho Lajeado-Encantado-Soledade. Foram construídos 13 km do trecho Inhandava-Reversa. Prosseguiram os serviços na ER. Gil-Triunfo, esperando-se que no corrente ano seja possível completar mais um trecho dessa rodovia.

Os serviços de terraplenagem, consolidação, pavimentação e obras d'arte, de maior vulto em 1949, foram executados por empreitada ou administração direta, a cargo das secções técnicas especializadas do DAER e constaram das seguintes obras:

Terraplenagem: Variante Nossa Senhora Adolorata-Verissimo de Mattos, na ER. Bento Gonçalves-Veranópolis; ER. Taquara-São Francisco de Paula; ER. Nova Petrópolis-Canela, trabalhos êsses que deverão ser concluídos no corrente exercício.

Consolidação: ER. Gravataí-Taquara, com a conclusão prevista para o corrente exercício.

Pavimentação: ER. Gravataí-Osório, na qual foram executados 20 km de revestimento asfáltico, próximo a Santo Antônio da Patrulha, estando prevista a execução de mais 20 km no presente exercício; ER. São Leopoldo-Caí, na qual foram executados os serviços de alargamento da base de macadam hidráulico de 3,00 m para 7,30 m de largura, em 12 km de extensão, tendo ficado concluído o alargamento da estrada de 8,00 para 10,00m em toda a sua extensão, bem como o revestimento asfáltico em 6 km, que se espera completar no presente exercício.

Pontes: Ibicuí, na ER. Santa Maria-Alegrete, que se espera concluir em 1950; Cadeia, na ER. São Leopoldo-Caí, Várzea, na ER. Palmeira-Iraí, em prosseguimento durante 1950; Sinos, na ER. Gravataí-Taquara e Caí, na ER. São

Leopoldo-Montenegro, cuja conclusão está prevista para 1950; Antas, na ER Bento Gonçalves-Veranópolis, com conclusão prevista para fins de 1951.

Além dos serviços acima mencionados, coube ao DAER, por delegação de poderes e recursos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o encargo de prosseguir na execução das seguintes obras: construção das estradas Pôrto Alegre-Uruguaiana, Pôrto Alegre-Jaguarão, Rio Grande-Santa Vitória do Palmar, Osório-Tórres, Pelotas-Pinheiro Machado-Bagé, Bagé-Aceguá, Uruguaiana-Barra do Quaraí, Livramento-São Gabriel, bem como a conservação das Pontes Internacionais Mauá e General Justo.

O trabalho realizado pelo DAER, no setor de obras federais, pode ser avaliado pelo montante de 63 milhões de cruzeiros, no exercício de 1949, esperando-se que, no corrente ano, sejam despendidos, no prosseguimento das mesmas, cerca de 120 milhões de cruzeiros.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Durante o ano de 1949, apesar de suas grandes dificuldades econômico-financeiras, a Viação Férrea cumpriu todos os compromissos referentes aos transportes, solicitados pelas classes produtoras e a população em geral, satisfazendo, assim, à sua finalidade econômico-social.

Os dados abaixo transcritos traduzem expressivamente os esforços despendidos para tal realização.

A apuração da receita e despesa havendo sido encerrada em outubro, os dados correspondentes aos meses de novembro e dezembro foram obtidos pelos índices dos dez meses anteriores.

Embora os elementos aqui consignados sejam estimativos, estão muito próximos da realidade econômica da empresa.

RECEITA INDUSTRIAL

Recetta dos Transportes		
Passagens	51.625.735,20	
Bagagens	157.043,90	
Encomendas	9.769.534,20	
Animais em trens de viajantes	879.767,60	
Animais em trens de carga	15.981.509,80	
Mercadorias	198.109.967,80	
Manobras de carros e vagões	967.895,30	
Percurso e estadias de carros e vagões	336.507,80	272.827.961,60
<hr/>		
Recetta Complementar		
Ingressos	180.442,30	
Armazens	411.013,20	
Comissões sobre cobranças para terceiros	138.736,20	
Recetta de transportes rodoviários-bagagens e encomendas	228.955,10	
Recetta de transportes rodoviários-mercadorias ..	1.760.205,30	2.725.352,10
<hr/>		
Recetta Acessória		
Rádio, telégrafo e telefone	414.022,60	
Concessões	167.142,90	
Venda de material inservível	950.088,70	
Fornecimento d'água	91.383,80	
Fornecimento de energia elétrica	174.187,90	
Alugueis de próprios	764.539,70	
Taxa "ad-valorem"	20.589.602,60	
Recetas diversas	6.162.149,10	
Taxa de 10% — Fundo de Melhoramentos	28.029.010,60	55.342.127,90
<hr/>		
Total da Recetta Industrial		330.895.441,60

Fundo de Renovação Patrimonial -- Taxa 10%	26.082.938,10
Subvenção da União — Lei 272	20.000.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	376.978.379,70

D E S P E S A

A despesa, considerando-se o estorno da importância de Cr\$ 61.218.974,30, correspondente às vantagens concedidas aos servidores ferroviários ativos, imputadas ao Governo do Estado em 1949 e que, em face da autorização do Governo Federal, deverão ser transferidas para o custeio, assim se discrimina:

Pessoal

Despesas de Custeio	233.641.415,20	
Despesas de Melhoramentos	63.080,50	
Despesas de Renovação Patrimonial	6.291.782,40	
Despesas da Subvenção da União	5.666.499,80	
Despesas da Subvenção da União — Lei 272	1.936.274,00	247.599.152,80

Material Permanente

Despesas de Melhoramentos	231.642,50	
Despesas de Renovação Patrimonial	13.197.350,40	
Despesas da Subvenção da União	9.301.769,60	
Despesas da Subvenção da União — Lei 272	380.471,70	23.111.234,20

Material de Consumo

Despesas de Custeio		149.643.838,90
---------------------------	--	----------------

Despesas Diversas

Despesas de Custeio	26.840.270,50	
Despesas de Melhoramentos	1.199.717,80	
Despesas de Renovação Patrimonial	3.807.414,10	
Despesas da Subvenção da União	5.261.038,50	
Despesas da Subvenção da União — Lei 272	187.586,20	37.296.027,10

TOTAL GERAL DA DESPESA	457.650.253,00
-------------------------------------	-----------------------

PREJUÍZO PROVÁVEL NAS CONTAS DE GESTÃO E DE LUCROS E PERDAS	14.721.356,40
--	----------------------

A maior parte desta quantia corresponde a juros pela falta de pagamento na época do vencimento, e, entre esses, destacam-se os devidos à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e dos Serviços Públicos do Rio Grande do Sul; à Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda.; ao Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, bem como aqueles sobre o saldo da conta devedora da Viação no Banco do Rio Grande do Sul S/A, e sobre a renovação de notas promissórias emitidas a favor desse Banco.

Também está incluída na mesma quantia, importância superior a 4 mi-

lhões e 600 mil cruzeiros, correspondente a gratificações adicionais pagas no ano de 1948 e que deverão ser estornadas em dezembro.

Em resumo, a Receita e a Despesa, por contas, será a seguinte:

Receita Industrial	930.895.441,60
Despesa de Custeio	410.125.524,60
	<hr/>
Deficit provável	79.230.083,00
	<hr/>
Subvenção da União:	
Receita	20.000.000,00
Despesa	22.793.740,70
	<hr/>
Fundo de Renovação Patrimonial:	
Receita	26.082.938,10
Despesa	23.296.546,90
	<hr/>
Fundos de Melhoramentos:	
Receita (incorporada à Receita Industrial)	
Despesa	1.494.440,80
	<hr/>

A extensão das nossas linhas ferroviárias é de 3.589,6 quilômetros e a dos desvios a seguinte:

Desvios da Viação Férrea	405,5 km
" particulares	56,7 km

Linhas, des-
vios e varian-
tes

Desses 3.589,6 quilômetros de linha, já se acham dotados de lastramento de pedra 2.320,0.

No decorrer do ano, foram substituídos trilhos nos seguintes trechos da rede:

Linha Santa Maria-Porto Alegre — 3,5 km — trilhos de 32 por 50 kg
" " " - M. Ramos — 22,5 km — " " 32 " 37 kg
" " " - Uruguaiana — 34,0 km — " " 32 " 37 kg
" Cacequi-Rio Grande — 20,0 km — " " 30 " 32 kg

Os trilhos de 50 e 37 kg empregados nos dois primeiros trechos acima indicados são novos e de procedência da Usina de Volta Redonda; os de 37 kg empregados no trecho de Santa Maria-Uruguaiana são de procedência americana e os de 32 kg provêm de material já utilizado.

Foi entregue ao tráfego a variante construída na linha de Santa Maria-Uruguaiana, nas proximidades da estação de Cacequi, com uma extensão de 1.800 metros.

Com essa variante suprimiu-se uma rampa de 1,8%, substituída por outra de 1%.

Essa realização veio resolver um velho problema da Viação Férrea, qual seja a organização dos trens que partiam de Cacequi para Santa Maria, evitando as duplas trações e os cortes de reorganizações de lotações em Antônio Bandeira.

No exercício de 1949, foram concluídas as seguintes obras a cargo da Via Permanente: novo depósito de locomotivas em Cruz Alta; posto telegráfico com moradia para o encarregado e casa para o guarda-chaves, na estação Benjamin Nott, na linha Santa Maria-Marcelino Ramos; brete para embarque de animais em São Sebastião; armazém de mercadorias em Uruguaiana; alojamento do pessoal da tração em Cruz Alta; pavilhão e forno para secagem de areia em

Cruz Alta; atarro de acesso à ponte sobre o arroio Imbaá, na linha Salso-São Borja; reconstrução de um vão da ponte sobre o rio São Gonçalo, em Pelotas.

**Variante
Pedras Altas**

Entre as variantes de grande valor econômico para a Viação Férrea, figura a de Pedras Altas, que liga o km 349,470 ao 462,024 da linha Bagé-Rio Grande e que está sendo construída pelo Governo Federal.

Para se ter uma idéia prática do valor dessa variante, basta referir que, atualmente, uma locomotiva reboca apenas 290 toneladas e pela nova variante passará a rebocar 1.055, o que representa uma notável economia para a exploração do tráfego.

As suas condições técnicas são as seguintes:

DESIGNAÇÃO	Linha em tráfego	Linha em construção
Comprimento real	112,554 km	104,248 km
Comprimento virtual	417,500 km	213,300 km
Coefficiente virtual	3,71	2,06
Número de curvas	308	122
Taxa máxima de rampa (virtual)	34,4 mm	10 mm
Raio mínimo	120,00 m	300,00 m
Tangente mínima	29,31 m	101,76 m

**Linha Passo
Fundo-Cai
(Porto-Ale-
gro)**

Outro empreendimento de grande importância para a Viação Férrea é a construção da linha Passo Fundo-Porto Alegre, ligada à estação da Variante de Barreto, de Cai, também construída pelo Governo Federal.

Atualmente, a distância entre Porto Alegre e Passo Fundo é de 744 quilômetros e, pela linha em construção, ficará reduzida a 372 quilômetros. Este fato reduzirá o custo do transporte em 50% do seu valor atual.

Acresce ainda que essa linha ficará em condições excepcionais para receber a eletrificação, segundo os estudos já feitos.

As suas condições técnicas serão as seguintes:

DESIGNAÇÃO	Linha em construção
Comprimento real	320,000 km
Comprimento virtual (médio 589,500 km)	ida 702 km, volta 477 km
Coefficiente virtual	1,45
Taxa máxima de rampa (real 10 mm) virtual	15 mm
Raio mínimo	500 m

**Serviços ro-
doferroviários**

Como medida de defesa na concorrência rodoviária sofrida pelos transportes ferroviários, a Viação Férrea dentro de seus recursos vem desenvolvendo os serviços rodoferroviários.

Esse serviço foi inaugurado em 15 de junho e abrange as principais localidades da serra, ligando Porto Alegre a Cruz Alta, Ijuí, Santo Angelo, Catuipe, Giruá, Santa Rosa, Blau Nunes, Carasinho, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Erechim e Santa Maria. Obteve boa aceitação e foi o seguinte o seu movimento: de Porto Alegre para a Serra — 3.953 toneladas; da Serra para Porto Alegre — 2.353 toneladas. Receita total — Cr\$ 2.202.655,30.

Também foi iniciado o serviço de coordenação, com caminhões próprios, entre Carasinho e as localidades de Tapera, Não Me Toque e Sarandí, sendo transportadas 871.759 toneladas, com uma receita de Cr\$ 331.898,30.

Os serviços rodoferroviários transportaram, em tráfego próprio, 50.727 to-

neladas, com uma receita de Cr\$ 7.491.200,00, e em tráfego mútuo para São Paulo 719 toneladas, com uma receita de Cr\$ 440.797,40.

Transportes ferroviários executados:

**Transportes
ferroviários**

Cereais	10.463	vagões
Produtos de charqueadas	1.983	"
Frutos do país	426	"
Madeiras	10.959	"
Animais	15.119	"
Mercadorias diversas	26.213	"

Total de vagões carregados pelas partes — 65.163
 " " " " pelos armazéns — 20.723

Comparativo com o ano de 1948:

Vagões carregados em 1948 — 91.748
 " " " " 1949 — 85.886
 Carregados a menos em 1949 — 5.862.

A produção das oficinas de Santa Maria e Rio Grande foi a seguinte. Sofreram reparações: locomotivas, 136; carros de passageiros, 96; vagões de carga, 1.107; carros-motores, 10; automóveis de linha, 22. Foram construídos 12 vagões de carga. Nas seções de fundição de metais, foram realizados os seguintes serviços: ferro fundido, 915.140 kg; aço, 262.670 kg; bronze, 329.619 kg; metal patente, 129.833 kg.

Oficinas

Continuando o seu programa de adaptação de locomotivas para a queima de "fuel-oil", as oficinas de Rio Grande já adaptaram 9 delas e estão trabalhando em mais 3.

Em consequência disso, serão construídos 3 tanques-depósitos, localizados em Cêrro Chato, Cacequi e Uruguaiana. Desses, já se acha em pleno funcionamento o de Cêrro Chato.

A economia anual, considerando em tráfego as 44 locomotivas programadas, será de cerca de 10 milhões de cruzeiros.

Um dos problemas mais cruciantes da Viação Férrea, em Santa Maria, além da antiquada montagem das oficinas mecânicas, era e ainda é a falta de energia para acionar as suas máquinas-ferramentas.

**Fôrça motriz
em Santa
Maria**

Foi iniciada no ano passado a montagem de uma usina Diesel-elétrica, com capacidade de 2.500 KVA. Concluídos que forem os trabalhos respectivos, que se acham bastante adiantados, as oficinas do km 3, de montagem e reparações de vagões e carros e a oficina mecânica de Santa Maria ficarão, não só com energia suficiente, como ainda com relativa margem de disponibilidade para o futuro.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE CARVÃO MINERAL

O Departamento Autônomo de Carvão Mineral, no decorrer do exercício de 1949, continuou a desenvolver o seu programa de ação nos dois setores distintos de suas atividades: o de pesquisas e sondagens das jazidas carboníferas e o de mineração nas Minas do Leão e de Hulha Negra, respectivamente, nos municípios de São Jerônimo e de Bagé.

Com a chegada da equipe de 10 sondas, adquiridas nos Estados Unidos, foi possível ao DACM ampliar os trabalhos de sondagens e identificar uma reserva inferida, aproximadamente, de 80 milhões de toneladas de carvão, numa área de 16 mil hectares. A reserva medida atinge a pouco mais de 30 milhões de toneladas. Incluindo os estudos feitos pelo antigo Serviço de Estudos de Carvão da Secretaria das Obras Públicas, o número de sondagens atingiu a 241, com um total aproximado de 11 mil metros perfurados, dos quais cerca de 45% foram executados no exercício de 1949.

Pesquisas e sondagens

Foi concluída a pesquisa da primeira malha no vale do Candiota, próximo à estação de Dario Lassance, na linha ferroviária de Bagé a Rio Grande.

Ficou constatada a existência de uma jazida explorável a céu aberto, com mais de 6 milhões de toneladas medidas, podendo-se avaliar em 30 milhões as reservas na zona ainda a pesquisar.

Já foi concluído o relatório de pesquisas da malha em questão e submetido à aprovação do Ministério da Agricultura, nos termos da legislação vigente.

Os estudos para o aproveitamento do carvão de Candiota, realizados pelo Engenheiro José do Patrocínio Motta, permitiram ajuizar das condições das jazidas e da qualidade do carvão, possibilitando a execução da projetada usina termoclétrica do vale do Candiota, dentro do Plano de Eletrificação do Estado.

Tendo o Governo da União, pelo seu ilustre Ministro da Viação, resolvido dotar a Viação Férrea de tração elétrica, no trecho São Sebastião-Bagé-Rio Grande, prontificou-se o Governo do Estado, mediante convênio em estudo, a fornecer os projetos existentes e pôr à disposição daquele Ministério os seus técnicos, para a montagem das Minas de Candiota, que serão trabalhadas pelo Estado, através do DACM.

Continuaram as pesquisas e sondagens nas concessões adjacentes às Minas do Leão, devendo prosseguirem ao longo da faixa permocarbonífera do vale do Jacuí, sendo pensamento da direção do DACM estudar, oportunamente, as bacias de Rio Pardo e Cachoeira do Sul, de modo que se apure melhor quais as reservas carboníferas do Estado, tendo como objetivo principal as jazidas que possibilitem sua mineração a céu aberto.

A produção de carvão nas Minas do Leão e de Hulha Negra, em 1949, atingiu a 87.201.377 toneladas, assim discriminadas:

Mineração

Minas do Leão	79.464.803 t
Minas de Hulha Negra	7.736.577 t

O carvão vendido atingiu a 82.041,957 toneladas assim distribuídas:

A Viação Férrea	75.041,297 t
A outros	6.997,660 t
TOTAL.....	82.041,957 t

Tendo a produção, em 1948, alcançado 77.737,235 toneladas, verifica-se que no exercício de 1949 houve um acréscimo de quase 10 mil toneladas, contribuição exclusiva das Minas do Leão, uma vez que as Minas de Hulha Negra registraram uma redução de quase 6 mil.

A pequena produção nas últimas Minas é proveniente, em parte, do avançamento das galerias, o que torna mais distante a frente de ataque.

Não sendo aconselhável novas inversões nas Minas de Hulha Negra, para a mecanização dos seus trabalhos, já que em tempo relativamente curto deverão ser iniciadas as atividades nas Minas de Candiota, resolveu o Governo cessar a mineração nelas, visto que a sua pequena produção não tem expressão econômica para a Viação Férrea e exige do DACM um ônus elevado.

Foram tomadas providências para que a dispensa do pessoal, que já foi iniciada, se faça por etapas, de modo a facilitar o seu reemprego, nas indústrias locais, charqueadas, etc.

Nas Minas do Leão, continuou o DACM a executar a "traçage" da Mina 1 (de encosta) esperando poder no corrente exercício montar a recebedoria e concluir o ramal ferroviário de acesso às mesmas. A exploração a céu aberto, com duas Bucyrus 54-B, de 2½ jardas cúbicas, desenvolveu-se normalmente, tendo sido abertas 5 valas, no decorrer de 1949, que contribuíram com cerca de 50% da produção do Leão.

Encontra-se em montagem uma "shovel Marion 300", a vapor e com capacidade de 8 jardas cúbicas, adquirida em 1949, nos Estados Unidos.

Concluída a montagem da nova escavadeira, ficará assegurado um ritmo certo na produção, uma vez que as escavadeiras em serviço foram especificadas para trabalhos auxiliares na mineração a céu aberto.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Encerro aqui a exposição dos fatos e empreendimentos mais merecedores de registro, nos diferentes setores administrativos, dependentes do Poder Executivo, ocorridos durante o exercício de 1949.

Pode estar certa esta Egrégia Casa de que eu e meus dedicados auxiliares, animados pela grandeza crescente do Rio Grande, envidamos o melhor dos nossos esforços, em face dos árduos problemas que se nos apresentaram, para encontrar as soluções mais adequadas aos interesses superiores da coletividade.

Pórtó Alegre, 21 de abril de 1950.

WALTER JOBIM

Governador do Estado